

CARLOS FORTUNA
ROGERIO PROENÇA LEITE (Orgs.)

Plural de Cidade:
Novos Léxicos Urbanos



PLURAL DE CIDADE:
NOVOS LÉXICOS URBANOS

ORGANIZADORES
CARLOS FORTUNA
ROGERIO PROENÇA LEITE

EDITOR
EDIÇÕES ALMEDINA, SA
Av. Fernão Magalhães, nº 584, 5º Andar
3000-174 Coimbra
Tel.: 239 851 904
Fax: 239 851 901
www.almedina.net
editora@almedina.net

PRÉ-IMPRESSÃO | IMPRESSÃO | ACABAMENTO
G.C. GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.
Palheira – Assafarge
3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Setembro, 2009

DEPÓSITO LEGAL
297901/09

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Plural de cidade : léxicos e culturas urbanas / org. Carlos Fortuna, Rogério Proença Leite. - (CES)
ISBN 978-972-40-3924-4

I – FORTUNA, Carlos
II – LEITE, Rogério Proença

CDU 316
711

SUMÁRIO

Apresentação	7
SECÇÃO I – Artes de fazer a cidade	9
1. Patrimônio cultural e cidade <i>Antonio A. Arantes</i>	11
2. Enobrecimento urbano <i>Silvana Rubino</i>	25
3. Requalificação urbana <i>Paulo Peixoto</i>	41
4. A cidade no diálogo entre disciplinas <i>Heitor Frúgoli Jr.</i>	53
5. Culturas populares na cidade <i>Sérgio Ivan Gil Braga</i>	69
6. Cidade e urbanidade <i>Carlos Fortuna</i>	83
SECÇÃO II – Artes de usar a cidade	99
7. Etnografia urbana <i>José Guilherme Cantor Magnani</i>	101
8. Segregações urbanas <i>Lucia Maria Machado Bógus</i>	115
9. Espaços e vazios urbanos <i>Cristina Meneguello</i>	127
10. Sonoridades e cidade <i>Luciana Mendonça</i>	139

6	PLURAL DE CIDADE: NOVOS LÉXICOS URBANOS	
11.	Usos da rua	151
	<i>Fraya Frehse</i>	
12.	Políticas culturais urbanas	171
	<i>João Teixeira Lopes</i>	
13.	Espaços públicos na pós-modernidade	187
	<i>Rogério Proença Leite</i>	
	SECÇÃO III – Artes de consumir a cidade	205
14.	Narrativa de Lisboa	207
	<i>Irllys Barreira</i>	
15.	Economia do Património	225
	<i>Eva Vicente</i>	
16.	Turismo e cidade	245
	<i>Clarissa M. R. Gagliardi</i>	
17.	Ambiente, sustentabilidade e cidade	265
	<i>Maria Eugénia Rodrigues</i>	
18.	Cidades e migrações	283
	<i>Ulisses Neves Rafael</i>	
19.	Consumo cultural na cidade	299
	<i>Ana Rosas Mantecón</i>	
20.	Intermediários culturais e cidade	319
	<i>Claudino Ferreira</i>	
	Sobre os autores	337

APRESENTAÇÃO

Plural de cidade são as cidades que existem dentro da cidade. Não é um conjunto diverso de cidades, nem uma questão de geografia. *Plural de cidade* são os territórios díspares que fazem a cidade, as políticas sócio-urbanas e a sua ausência, o atropelo aos direitos e as paisagens de privilégio, as formas de segregação e a ostentação, a cultura, a saúde, o emprego, o dinheiro, o futuro e, ao mesmo tempo, a falta de todos eles.

Plural de cidade é a conjugação destas cidades numa só. E em todas elas. Nas ricas e nas pobres, nas do Norte e nas do Sul, nas que falam e se fazem escutar e nas outras, nas históricas e nas criativas, nas de hoje e nas democráticas. *Plural de cidade* é também um desafio intelectual enorme, ao tratar, a um tempo, da cidade desejada, imaginada, e da cidade vivida. A dimensão intelectual desse desafio só é possível enfrentar-se devagar e com o contributo de muitas mãos, muitas inspirações, muitas experiências, muitos pontos de partida.

Um dos nossos pontos de partida foi a constatação que a premissa simmeliana da predominância de um *ethos* metropolitano na vida humana, típico da modernidade, se confirma a cada dia, através do inexorável e sugestivamente irreversível processo de urbanização do mundo. Definitivamente, os humanos escolheram viver em cidades.

Sabe-se como são complexas as repercussões da acentuada urbanização contemporânea, do mesmo modo que se receia a sua futura evolução. As cidades de hoje esbanjam problemas de todos os tipos. Não falta com que nos deixemos preocupar. Os grandes aglomerados humanos sempre foram considerados um problema sociológico nada desprezível. Constituem uma exaltante matéria de investigação nas Ciências Sociais porque anunciam comportamentos e condutas, mas também imaginários e sociabilidades, que se diferenciam a cada instante. Não será exagerado dizer, portanto, que a cidade é o “objecto” *par excellence* das Ciências Sociais. Nela decantam e reverberam, em primeira mão, as acções, reacções e conflitos que se fazem presentes no curso da vida quotidiana. Por essa razão, entender a complexidade da vida urbana contemporânea mais parece ser uma condição necessária para se compreender as sociedades actuais, face à crise de eficácia simbólica do estado-nação em decorrência da transversalidade global dos fluxos culturais.

A esta complexidade das cidades contemporâneas corresponde a crescente dificuldade de estudá-la. Esse é o desafio plural, também, que temos perante nós. Mais do que uma evidente multidisciplinaridade, as análises

contemporâneas sobre as cidades precisam de perspectivas analíticas heterodoxas. Por outras palavras, necessitam de abordagens culturais originais e de novos léxicos que dêem conta das interfaces e das liminaridades que as díspares práticas urbanas apresentam hoje. Essas são as cidades que existem dentro da cidade, sujeitas a rápidas metamorfoses. A linguagem do seu retrato carece também de contínua actualização. Se as coisas mudam na cidade sem que mudem e se renovem os métodos e os léxicos da sua tradução, o futuro urbano, que afinal é o futuro cultural de todos nós, só pode tornar-se mais complexo e sem esperança.

Este livro constitui uma tentativa de abordar parte das diferentes feições que a cidade contemporânea revela. Nele estão reunidos textos que procuram analisar, sob diferentes enfoques empíricos e variadas perspectivas teóricas, esse mosaico multifacetado que é o *plural de cidade* contemporâneo. Temas diversos são abordados por estudiosos brasileiros e portugueses, que integram actualmente a Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos, grupo de pesquisa que desde 2006 vem trabalhando em conjunto no esforço de um estudo comparativo entre cidades brasileiras e portuguesas. O grupo conta também com a colaboração de colegas de outras nacionalidades, numa experiência de alargamento de pontos de vista sobre a cidade que apenas as limitações financeiras e logísticas nos impedem, por enquanto, de multiplicar.

A Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos é financiada pelo Programa Comunidades dos Países de Língua Portuguesa – CPLP do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/Brasil; pelo Programa de Cooperação Bilateral entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil e a Fundação para a Ciência e Tecnologia – FCT, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/Portugal; pelo Centro de Estudos Sociais e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe/Brasil.

Por fim, não será demais sublinhar que este livro não pretende consolidar conceitos e abordagens novas em substituição de outros, eventualmente superados. Ao contrário, pretende-se tão somente contribuir para a abertura de um debate com vista à actualização do que chamamos estudos urbanos. Um debate que, sendo urgente, só frutificará na medida em que saiba ser plural.

CARLOS FORTUNA
ROGERIO PROENÇA LEITE

SECÇÃO I

Artes de fazer a cidade

1. PATRIMÔNIO CULTURAL E CIDADE

Antonio A. Arantes

Convém reafirmar desde logo que a expressão patrimônio cultural não faz parte do instrumental teórico desenvolvido para interpretar ou explicar o social. Ela designa de fato construções ideológicas – ou representações – que requerem, elas mesmas, explicação. Assim, estas reflexões focalizam o caráter *sui generis* das realidades patrimoniais no contexto da dinâmica cultural, iluminando questões de natureza antropológica próprias a esta temática, e explorando aspectos da participação do patrimônio na construção da experiência urbana contemporânea.

I

Os grupos humanos atribuem valor diferenciado a estruturas edificadas e a elementos da natureza que balizam seus territórios, ancoram suas visões de mundo, materializam crenças ou testemunham episódios marcantes da memória coletiva. Cultivam atividades, conhecimentos e modos de saber-fazer que, ao mesmo tempo, servem a fins práticos e identificam, diferenciam e hierarquizam categorias e estratos sociais, participando da estruturação da vida em sociedade, da formação das identidades e da alimentação do sentimento de pertença.

Essas realidades são inseparáveis dos meios sociais que as produzem, pois deles recebem sua seiva, vitalidade e razão de ser. Mas assim como são criadas, nutridas e aprimoradas, elas podem ser modificadas ou abandonadas no constante fluxo da vida coletiva, onde preservação e destruição são faces da mesma dinâmica pela qual as estruturas sociais se reproduzem e se transformam.

Entretanto, o que se denomina “patrimônio cultural”, para efeitos de políticas de preservação e promoção desenvolvidas pelo Estado – que é o tema do presente ensaio – não se confunde com esse conjunto de atividades, artefatos e conhecimentos integrados à vida social. Tampouco a idéia de “preservação” faria sentido, se aplicada à totalidade das referências culturais compartilhadas; ela seria uma ficção conservadora, necessariamente antagônica à emergência do futuro no presente.

Diversamente de outras representações coletivas, o patrimônio cultural *strito sensu* é instituído por um complexo processo de atribuição de valor que ocorre na esfera pública, aqui entendida como o conjunto de instituições de representação e de participação da sociedade civil no espaço político-administrativo do Estado. Eis o universo mais amplo a que pertencem as realidades culturais ditas patrimoniais, ou seja, o contexto em que o objeto específico destas reflexões adquire a condição *sui generis* de integrar representações simbólicas de identidade e, como tal, de participar de processos culturais, políticos e da economia.

II

Patrimônio não se confunde com o que usualmente se denomina costume. Essa distinção é crucial para se compreender o sentido da preservação enquanto prática social e suas conseqüências para a dinâmica cultural e para a gestão do patrimônio nas cidades.

Acordos e convenções internacionais têm balizado a formação de uma esfera pública mundial para questões de patrimônio, assim como o desenvolvimento de políticas de preservação em diversos países, principalmente a partir da década de 1930. Os documentos fundadores desse processo são as Cartas de Atenas, em suas edições de 1931, assinada pelo Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações, e de 1933, que tem a chancela da assembléia do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. A Carta de 1931 focaliza, entre outros assuntos, legislações nacionais para proteção dos “monumentos de interesse histórico, artístico ou científico” (Cury: 2000,14). Entre os temas abordados por esse documento merece destaque, do ponto de vista destas reflexões, a referência às dificuldades enfrentadas pelos países participantes “de conciliar o direito público com o particular” nessa matéria, e à tendência geral consagrada em suas legislações no sentido de se reconhecer o “direito da coletividade em relação à propriedade privada” (*idem, ibidem*). Em vista disso, a reunião aprovou unanimemente as bases do princípio de precedência da função social da propriedade sobre os interesses privados, constituindo o que é, sem dúvida, o principal fundamento jurídico da preservação.

A Carta de 1933 põe em destaque, por sua vez, o patrimônio no contexto da cidade e das condições de vida no meio urbano, especialmente em zonas históricas. No capítulo dedicado ao patrimônio lê-se que

a vida de uma cidade [...] se manifesta [...] por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois porque alguns trazem uma virtude plástica [...]

(*idem*, 52).

O documento estabelece, além disso, dois parâmetros importantes para a preservação ao afirmar que (1) “nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade” e, em conseqüência, “convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado”, e que (2) “copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o falso como princípio” (*idem*, 54).

As políticas modernas de patrimônio formam-se, assim, na Europa com o objetivo de preservar monumentos de pedra e cal, de valor histórico, artístico ou científico excepcional; a autenticidade figura nesses escritos como importante marco das práticas de conservação e restauro.

Não cabe passar em revista nestas páginas todo o processo de mudança dos parâmetros teóricos e práticos da preservação até nossos dias. Mas, para delimitar convenientemente o objeto deste ensaio, deve-se mencionar ainda a Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, aprovada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em 1964. Este documento, conhecido como Carta de Veneza, amplia o conceito de patrimônio até então vigente ao formular em seu Art.º 1º que

[a] noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural

(*Idem*, 92).

Ela afirma, também, no Artigo 3º, retomando a Carta de Atenas, que o objetivo da conservação e da restauração é salvaguardar “tanto a obra de arte, quanto o testemunho histórico” e estabelece ainda que: Art.5º “A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade” [...]; Art.6º “A conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala” [...], e Art.7º “O monumento é insepa-

rável da história de que é testemunho e do meio em que se situa” [...]. (*idem*, p.92-93)

Assim, embora mantendo no foco da preservação exclusivamente bens de natureza material, a Carta de Veneza opera significativa ruptura com as concepções até então estabelecidas. Primeiramente por incluir a arquitetura vernácula numa prática até então exclusivamente voltada a bens monumentais; e, além disso, por ampliar o enquadramento do tema, considerando relevantes para o equacionamento das intervenções de preservação não apenas as edificações, mas também seus usos e aspectos contextuais – tanto arquitetônicos, quanto históricos e sociais – do patrimônio. Essa mudança de enfoque abre caminho para integrar à problemática do patrimônio as ações desenvolvidas pelos sujeitos com quem, ou para quem, se preserva; assim como os sentidos por eles atribuídos aos bens patrimoniais, ou sua significação cultural.

A UNESCO, a partir de sua criação em 1945, tornou-se o centro mundial de referência para o desenvolvimento das bases técnicas e conceituais da preservação, assim como o fórum onde se tem celebrado importantes acordos multilaterais sobre o assunto. Duas Convenções devem ser também aqui mencionadas: a de 1972, que trata da Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, e a que dispõe sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível, de 2003.

A primeira estende a preservação aos bens naturais, e institui a universalidade como sendo mais um critério de atribuição de valor patrimonial. Ainda no espírito das Cartas de Atenas e de Veneza, ela define em seu Artigo 1º que são considerados “patrimônio cultural” mundial – por contraste a “patrimônio natural” – os monumentos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos a que se atribuam os mesmos valores, e os sítios, ou seja, “obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza [...] de valor excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”

A segunda, retomando e refinando questões abordadas pela Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, aprovada em 1989, e pela Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, em 2001, estabelece uma ruptura conceitual radical dos paradigmas da preservação. Ela não só considera bens intangíveis como objeto deste campo, mas legitima seu valor referencial para os mais diversos grupos sociais, sua natureza dinâmica e inclui suas condições de produção como parte do objeto a ser preservado. O conceito de base adotado por esta nova perspectiva é formulado nos seguintes termos:

Art. 2º, §1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio [...] é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

(Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. www.unesco.org.br)

A ampliação da proteção oficial aos bens intangíveis criou a necessidade de se desenvolverem instrumentos jurídicos e administrativos que venham a complementar os preceitos e procedimentos institucionais vigentes. Ela instigou, ainda que de forma indireta, a reflexão e as práticas de preservação a buscarem superar a dicotomia conceitualmente falaciosa entre bens tangíveis e intangíveis. Além disso, a frase aparentemente tautológica do texto citado onde se afirma que é patrimônio o que “as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”, ao conferir legitimidade à auto-definição pelos sujeitos sociais, implicitamente articula a preservação a modos de vida e à dinâmica cultural.

Essa mudança de enfoque abre o campo do patrimônio para questões de natureza ética, jurídica, política e humanitária, sobretudo em relação aos direitos e aos modos de vida das populações indígenas e tradicionais. Esse é, por certo, o principal desafio a ser enfrentado pelas políticas de patrimônio (tangível ou intangível) em todo o mundo.

A ampliação do espaço de participação dos povos indígenas, das populações tradicionais e das camadas populares nas políticas de preservação vem sendo acompanhada pela crescente percepção da importância da sustentabilidade como fator determinante da eficácia das políticas de patrimônio, particularmente no caso do imaterial. Como se sabe, as culturas são realidades vivas e mutáveis, e sua produção, continuidade e mudança dependem de condições históricas e socioambientais específicas. Nesse contexto, sustentabilidade refere-se aos aspectos práticos da vida social, ou seja, disponibilidade de recursos naturais necessários à reprodução de práticas, saberes e formas de expressão, e diz respeito, também, à prática e transmissão de habilidades e conhecimentos, assim como à expressão dos valores a eles associados. Mas sustentabilidade não diz respeito exclusivamente ao patrimônio imaterial, uma vez que a integração entre o planejamento e a conservação do patri-

mônio ambiental urbano depende do reconhecimento da singularidade das áreas preservadas, assim como das condições de vida nas cidades e centros históricos. Em ambos os casos, a pergunta que se coloca é: de que forma os programas implementados pelas agências de preservação afetam as condições de reprodução social do patrimônio imaterial e a integração do patrimônio ambiental urbano à dinâmica das cidades?

III

O caráter a um só tempo abstrato e abrangente dos símbolos nacionais – contraposto ao caráter territorial e localizado da experiência social efetiva – leva a indagar se, até que ponto e para quem, as representações patrimoniais constituiriam de fato referências de pertencimento à nação enquanto “comunidade imaginada”, para usar a sugestiva expressão cunhada por Benedict Anderson (1983).

É fato que a preservação tem privilegiado historicamente bens representativos dos valores políticos e estéticos das classes dominantes, mesmo em países em que a democracia se encontra consolidada; diferenças e desigualdades sociais (tanto no âmbito interno das nações, quanto entre povos e regiões) têm estado praticamente ausentes dos acervos de bens oficialmente protegidos. Mas nem sempre é esse o caso. O rápido sobrevôo das mudanças implementadas nos parâmetros conceituais da preservação ao longo dos últimos 70 anos feito anteriormente mostrou que essas normas têm sido modificadas, ainda que a contrapelo de opiniões majoritárias (Velho, 2006). Sendo dependentes dos valores que orientam os campos profissionais envolvidos e as ações do Estado em determinada conjuntura, elas mesmas são produtos da história e, portanto, realidades dinâmicas.

Para bem entender a eficácia simbólica do patrimônio é preciso matizar a compreensão de seus efeitos sobre a formação da nação e da cidadania, e lembrar que embora a preservação legitime, por definição, os marcos e símbolos de que se apropria, ela não o faz automaticamente. A produção do patrimônio é, no fundamental, uma questão de atribuição de valores e construção de sentidos. Portanto, diferença, diversidade e conflito lhes são absolutamente inescapáveis (Arantes, 2007). Quando mais próximas e sensíveis as políticas patrimoniais estiverem da diversidade e diferença efetivamente presentes nas assim chamadas comunidades culturais, mais os instrumentos jurídicos des-

sas políticas deverão operar a mediação entre universos culturais distintos e não raramente conflitantes.

O patrimônio pode ser integrado às culturas locais ou recusado por elas; tudo depende dos usos sociais a que vier a servir. Inúmeros exemplos corroboram esta afirmação. Entre eles, é bastante esclarecedor o conflito ocorrido em São Paulo, em torno da revitalização da Capela de São Miguel, construída em 1622, e que envolveu artistas populares, órgãos de preservação e representantes da Cúria Metropolitana (Arantes, 1984: 149-74). Apesar dos reiterados esforços das autoridades responsáveis por seu uso e conservação, essa capela histórica localizada em um bairro popular e industrial da cidade de São Paulo mantinha-se por muito tempo vazia e à margem da vida religiosa e cultural do bairro.

Em 1978, quando se iniciava o processo de redemocratização no Brasil, a instituição municipal de preservação decidiu estimular sua re-incorporação à vida do bairro e região por meio de um programa elaborado com a participação dos produtores culturais locais. O programa experimental foi bem sucedido, uma vez que obteve resposta entusiástica da população e comprovou a compatibilidade entre o uso da capela como lugar de disseminação de expressões culturais populares e as normas de conservação da edificação tombada. Contudo, ao longo do processo de ocupação, configuraram-se interesses conflitantes entre a população e os gestores e, em consequência, o programa não foi implementado. Em relação à edificação, prevaleceu o uso orientado pela função estético-religiosa do monumento. Do ponto de vista dos ocupantes e simpatizantes, o conflito gerou um resultado positivo inesperado, uma vez que levou à formação de uma organização política, o Movimento Popular de Arte, que foi uma das entidades pioneiras entre os movimentos sociais do período.

Em suma, tendo em vista que a dialética de afirmação e contestação de hegemonias constantemente modifica, refaz e desloca as identidades, e que a criatividade humana reinventa incessantemente o social, entende-se que o patrimônio possa ser esquecido, re-encontrado, refeito, reinventado, ou desencadeie a construção de sentidos simbólicos inesperados. A proteção oficial não lhe garante um lugar seguro no panteão institucional da cultura. Este é um desafio perene e estrutural que se coloca às instituições responsáveis pela proteção, conservação e uso desses tesouros oficialmente protegidos.

IV

Uma das entradas para o tema da inserção do patrimônio nas cidades contemporâneas é oferecida pelo conceito de “patrimônio ambiental urbano”. Esse conceito (Bezerra de Menezes, 2006: 36-9) abarca, como se sabe, três aspectos da realidade urbana: sua condição de artefato, de campo de forças sociais e de agregado de representações simbólicas.

É bastante oportuna a retomada, na conjuntura atual, de uma compreensão totalizante da cidade, tal como propõe esse conceito e como pratica a abordagem designada “conservação integrada” de centros históricos. Associando a noção de ambiente à de patrimônio urbano, esse enfoque induz a reflexão e a prática patrimoniais a integrarem aos aspectos arquitetônicos, urbanísticos, históricos e estéticos usualmente considerados, aspectos intangíveis dos bens formadores da paisagem urbana, tais como técnicas e conhecimentos tradicionais utilizados em sua construção, usos efetivos e formas de apropriação desenvolvidas pela população, entre outros. Ele permite incorporar, também, os sentidos e significados atuais atribuídos a esses bens, aos valores pelos quais os habitantes das cidades reconhecem nas edificações e espaços preservados mais do que amontoados de sobras do passado, ou pano de fundo em relação ao qual a experiência social e pessoal poderiam ser indiferentes. Dito de outro modo, essa perspectiva permite ressaltar os sentidos de lugar que nutrem a experiência de habitar as cidades e o constante refazer das identidades no espaço urbano (Arantes, 2003: 255-60).

Lugares são espaços apropriados pela ação humana. São realidades a um só tempo tangíveis e intangíveis, concretas e simbólicas, artefatos e sentidos resultantes da articulação entre sujeitos (identidades pessoais e sociais), práticas (atividades cotidianas ou rituais) e referências espaços-temporais (memória e história). São realidades que desafiam a dicotomia estruturante das práticas patrimoniais e que indicam claramente a necessidade de sua superação, pois como afirma Yai (2007: 75-6) em sua reflexão sobre o patrimônio com base nas tradições africanas “tudo está em tudo, o imaterial está no material [...] e os mortos nunca estão realmente mortos.”

Para compreender a dimensão social do patrimônio nas cidades, é fundamental considerar o papel dos bens preservados – enquanto agregados de marcos territoriais, culturais e históricos – na formação e transformação dos sentidos de localização e de pertencimento, assim como na formação da experiência social e da consciência de si. Como argumentei em outro trabalho (Arantes, 2000b) com base em escritos de Ecléia Bosi (1979, 1992),

a memória social, assim como a pessoal, apresenta “pontos de amarração”, experiências em que várias gerações ancoram as lembranças da sua cidade e que se referem a velhos lugares que são inseparáveis do que neles ocorreu. “Se o espaço é capaz de exprimir a condição do ser no mundo”, afirma ela, “a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira a sua seiva.” (Bosi, 1979: 366-67) Os sentidos psicossociais do patrimônio que fazem parte da experiência de habitar uma cidade são constantemente refeitos e, reflexivamente, acumulados nos marcos tangíveis que identificam e estruturam a paisagem urbana (Ribeiro, 2007).

Enfatizando os processos políticos e econômicos que estruturam os conjuntos de pontos focais identificáveis no espaço urbano, a socióloga S. Zukin, inspirada em J. Jackson (1984), afirma, sinteticamente,

quer tomemos um ponto de vista histórico, quer tomemos um ponto de vista estrutural, a paisagem é claramente uma ordem espacial imposta ao ambiente – construído ou natural. Portanto, ela é sempre socialmente construída: é edificada em torno de instituições sociais dominantes (a igreja, o latifúndio, a fábrica, a franquia corporativa) e ordenada pelo poder dessas instituições

(Zukin, 2000: 84).

Considerando que a experiência social tem sido profundamente marcada por migrações e deslocamentos forçados, assim como pela interação social que ocorre à distância e em tempo real, torna-se evidente que o sentimento de pertencer a coletividades nacionais, regionais ou locais, ocupando posições reconhecíveis em mapas sociais territorializados, ganha nova significação e importância. Essas são motivações e necessidades que se manifestam atualmente na inclusão de demandas de natureza patrimonial na construção de sentidos de lugar no espaço urbano.

Em outros termos, a economia investe hoje pesadamente na re-invenção da diversidade cultural, assim como na re-qualificação dos fragmentos de história sobrepostos e amalgamados na paisagem urbana. Iniciativas de reabilitação de núcleos históricos e de edificações preservadas são praticadas por um número crescente de atores e grupos sociais e, ao mesmo tempo, tornam-se alvos da atenção de agentes de publicidade e *marketing*, com vistas à criação de negócios e mercadorias de inflexão cultural, ou com valor cultural agregado. Esses investimentos têm crescido significativamente nas últimas décadas, colocando novas questões ao que se poderia designar como a agenda contemporânea do patrimônio (Zukin, 1991, 2000; Smith, 1996; Fortuna, 1997; Motta, 2000; Rubino, nesta colectânea).

Na re-qualificação de centros históricos têm prevalecido critérios de intervenção que reforçam a dimensão estética monumental (mega-projetos de valorização de fachadas e de iluminação) e os sentidos alegóricos dos bens patrimoniais. Esses critérios contribuem para que se considerem substituíveis – ou descartáveis – edificações protegidas em razão de sua singularidade. Além disso, respondendo em primeiro lugar, e muitas vezes unicamente, a novas oportunidades de negócio, essa hiper-valorização do aspecto estético do patrimônio sobrepõe-se ainda frequentemente aos interesses e necessidades das populações que vêm ocupando tradicionalmente áreas que se tornaram protegidas (Arantes, 2000a; Leite, 2004).

É preciso enfatizar que o patrimônio enquanto recurso econômico não se encontra necessariamente vinculado à especulação. É certo que mega-empreendimentos urbanísticos e turísticos se valem dessa tendência e a estimulam por vezes com consequências desastrosas. Mas é também verdade que programas de geração de renda, de consolidação da cultura pública e da cidadania nutrem-se e buscam eficácia no fortalecimento de tudo aquilo que a população pode fazer, com os recursos materiais e imateriais de que dispõe e acumulou nos lugares onde vive. O patrimônio urbano é bom para o desenvolvimento sustentável das cidades, ele contribui para consolidar a cultura pública e também, porque não, é bom para os negócios. Por todas essas razões, ele deve ser valorizado. O desafio que se apresenta é encontrar o ponto de equilíbrio entre essas forças, ou seja, construir a sustentabilidade da preservação, atentando para os seus aspectos simbólicos, econômicos e sócio-ambientais.

A noção de sustentabilidade foi incorporada ao discurso e à prática dos ambientalistas pelo menos desde 1987. A referência clássica é o relatório de Brundland que a derivou de um princípio ético claro e simples: desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz necessidades básicas humanas presentes, sem causar prejuízo para as gerações futuras. A exigência de sustentabilidade implica na responsabilidade social dos agentes (indivíduos e instituições) da preservação e deve, com urgência, ser convidada à mesa de discussão sobre o patrimônio cultural. Como afirmou Hans-Jacob Road

[desenvolvimento sustentável e preservação do patrimônio] encontram-se na cidade, e devem ser integrados. A cidade representa a escala menor na qual se identificam grandes mudanças ambientais. Ela é, também, a escala menor em que esses problemas básicos podem ser resolvidos

(Road 1999:110).

Como argumentei em outro trabalho (Arantes, 1999: 131-2), para ser efetivamente sustentável a conservação integrada deve evitar pelo menos três males: (i) a neutralização dos sentidos de lugar efetivamente construídos pela re-apropriação do patrimônio por parte da população; (ii) a construção de sucedâneos de espaços públicos e (iii) o uso de dispositivos de segurança que segreguem a população local em benefício dos ocupantes ocasionais.

Torna-se oportuno fortalecer – no caso específico do patrimônio ambiental urbano – a perspectiva da integração entre a conservação e o planejamento, a partir do reconhecimento e valorização da singularidade das áreas preservadas (enquanto conjuntos de artefatos, práticas e significações simbólicas) no contexto mais amplo da cidade. Um instrumento útil para tal fim é a denominada “gestão compartilhada” (www.iphan.gov.br), que valoriza a inserção do patrimônio na vida cotidiana e procura equacionar, em termos práticos e de forma efetiva, o preceito de responsabilidades concorrentes entre a sociedade civil e as esferas federal, estadual e municipal do poder público.

É o modo de gestão do patrimônio que torna ou não viável habitar e realizar empreendimentos comerciais nos sítios históricos preservados. Em questões de cultura o “como” em geral é muito mais importante do que o “que” se faz. Portanto, o principal objetivo das políticas urbanas de patrimônio deve ser o desenvolvimento de modos sustentados de apropriação de estruturas urbanas e arquitetônicas nas cidades e, para tanto, melhorar as condições de moradia e de vida dos habitantes de núcleos protegidos.

Estes são temas de grande relevância prática, que devem passar a merecer mais atenção de gestores e pesquisadores uma vez que se torna parte da visão dos especialistas em políticas sociais, a ideia de que a proteção, valorização e promoção do patrimônio cultural podem contribuir para o desenvolvimento social e econômico. Resta verificar empiricamente, e caso a caso, que limites e desafios são trazidos por essas novas oportunidades. Em especial, coloca-se o desafio de construir indicadores culturais, sociais e econômicos que permitam avaliar as transformações induzidas pelos gestores do patrimônio sobre a qualidade de vida, assim como sobre os modos de apropriação prática e simbólica do espaço urbano.

Eis, em breves linhas, o campo recoberto pelo presente tópico: a atribuição de valor patrimonial, na esfera pública, a artefatos e práticas sociais correntes; alguns parâmetros conceituais dessa prática; e sua inserção na dinâmica cultural e no mercado, com ênfase espacial nas realidades urbanas. Dos pontos de vista da antropologia e do direito, diversos e complexos são os aspectos do problema. Do ponto de vista político, imenso é o desafio de tornar efetivo o

papel de protagonista que as convenções internacionais e a opinião pública atribuem aos diferentes grupos sociais. Caminhamos muito desde a década de 1930, mas há ainda um enorme espaço a ser preenchido pela reflexão e pela prática profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, B. (1983), *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- ARANTES, A. A. (1984), “Revitalização da Capela de São Miguel Paulista” in Arantes, A. (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense; Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 149-74.
- ARANTES, A. A. (1999), “Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano. Projeto História: espaço e cultura”. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História*, Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 18, 121-34.
- ARANTES, A. A. (2000a), “Paisagem de história: a devoração dos 500 anos. Projeto História: sentidos da comemoração”. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, n. 20, p. 63-96.
- ARANTES, A. A. (2000b), *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial.
- ARANTES, A. A. (2003), “O sentido das coisas: sobre a construção social dos lugares” in Schicchi, M. C.; Benfatti, D. (orgs.), *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCAMP/PROURBP, 255-60. Edição especial de: *Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo*.
- ARANTES, A. A. (2007), “Diversity, heritage and cultural politics.” *Theory Culture & Society: annual review*, London, v. 24, n. 78, 290-6.
- BEZERRA DE MENESES, U. (2006), “A cidade como bem cultural: áreas envoltórias, outros dilemas equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano” in Mori, V. H. et. al. (orgs.), *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR/ IPHAN.
- BOSI, E. (1979), *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- BOSI, E., (1992), “Memória da cidade: lembranças paulistanas” in DPH/SMC, *O direito à memória*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura.
- CURY, I. (org) (2000), *Cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN.
- FORTUNA, C. (1997), “Destradicionalização e imagem da cidade” in *idem* (org.), *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta, 231-57.
- JACKSON, J. (1984), *Discovering the vernacular landscape*. New Haven: Yale University Press.
- LEITE, R. P. (2004), *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas/Aracaju: UNICAMP/UFS.

- MOTTA, L. (2000), "A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global" in Arantes, A. (org.), *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus.
- RIBEIRO, R. W. (2007), *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- ROALD, H-J (1999), "The worlds of sustainable development and heritage protection and the urban challenge" in Zancheti, S. (org.), *Conservation and urban sustainable development: A theoretical framework*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco.
- SMITH, N. (1996), *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. Londres: Routledge.
- UNESCO (2007), *Standard-setting in UNESCO: conventions, recommendations, declarations and charters adopted by UNESCO (1948-2007)*. Paris: UNESCO.
- VELHO, G. (2006), "Patrimônio, negociação e conflito". *Mana*, vol.12, no1, Rio de Janeiro.
- YAI, O. (2007), "Perspectives africaines sur le patrimoine culturel" in Blake E. J. (ed.), *Safeguarding intangible cultural heritage: challenges and approaches: a collection of essays*. Pentre Moel: Institute of Art and Law.
- ZUKIN, S. (1991), *Landscapes of power: from Detroit to Disney world*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- ZUKIN, S. (2000), "Paisagens urbanas pós-modernas" in Arantes, A. (org.), *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus.

2. ENOBRECIMENTO URBANO¹

Silvana Rubino

No segundo volume de suas memórias, a escritora anglo-africana Doris Lessing narra sua odisséia em busca de um lugar para morar na fascinante Londres do pós-guerra. Os bairros antes viáveis estavam caros, impraticáveis, e em dado momento ela nomeia: “A palavra ‘gentrification’, quer dizer, a transformação gradual de uma zona popular em região nobre, ainda não fazia parte do vocabulário” (Lessing, 1998: 402). Não fazia mesmo. O termo foi usado pela primeira vez na mesma Inglaterra em 1964, pela socióloga Ruth Glass:

[u]m por um, muitos dos quarteirões de classe trabalhadora de Londres foram invadidos pelas classes médias, alta e baixa. Casinhas e pardieiros rotos e simples – dois cômodos embaixo, dois em cima – foram tomados, quando seus aluguéis expiraram, e se tornaram residências caras e elegantes. Grandes casas vitorianas, degradadas há muito tempo ou recentemente – usadas como pensões ou outro tipo de ocupação múltipla – foram valorizadas de novo. Hoje em dia, muitas dessas casas foram subdivididas em flats dispendiosos ou *houselets* (para usar um jargão snob). O *status* social e o valor de tais moradias é freqüentemente inverso ao seu tamanho, e de qualquer modo muito inflacionado em comparação com os níveis anteriores do bairro. Uma vez que esse processo de “*gentrification*” começa, ele vai rapidamente se espalhando até que a maioria dos ocupantes trabalhadores originais são deslocados, e todo o caráter social do bairro é alterado

(Glass, 1964: xviii-xix).

Duas décadas depois, a palavra que faltava à experiência social da autora de *O carnê dourado*, e o termo descritivo de Glass passavam a constar nos dicionários de língua inglesa. A menção à necessidade de nomear, de encontrar um termo para uma prática social já identificável não é fortuita. Se o termo

¹ Optamos aqui em chamar enobrecimento urbano o que a bibliografia corrente denomina *gentrification*, traduzindo ou não o termo, por razões que veremos ao longo desse texto.

foi cunhado nos anos 1960, aqueles em que Jane Jacobs colocava o dedo na ferida das grandes cidades norte-americanas, o debate que redefiniu o termo *gentrification* é dos anos 1980 e 1990, ou seja, da década que muitos economistas julgaram perdida e daquela cuja nomeação de uma nova ordem mundial trouxe o espaço como categoria central para a reflexão social. Não é de se espantar, pois, o predomínio dos geógrafos urbanos e das explicações centradas na economia nesse debate a respeito das origens e da motivação desse fato sócio-espacial.

Mais do que isso: se concordamos com Atkinson e Bridge (2005), a *gentrification* é global, não mais confinada às cidades do ocidente. Tampouco limita-se às cidades denominadas globais. Esse espraiamento global da *gentrification*, que inclui países antes comunistas ou, nos termos de Neil Smith (2000), a “gentrificação generalizada” traz questões a respeito de sua extensão: seria parte da globalização? Ou seria a expansão do termo que teria gerado o que Bourdieu denominou “efeito teoria”?

Um conceito descritivo e as acepções agregadas

Retomando a acepção original, gostaria de chamar a atenção para dois aspectos. Em primeiro lugar, a não alteração do espaço construído. As casinhas modestas e geminadas a que Glass se referia certamente são as mesmas habitações operárias de péssimas condições a que Frederich Engels se referia no texto “A grande cidade”, de meados do século XIX. Temos em um século e meio uma mudança de enquadramento, de percepção e classificação na qual o que antes era descrito com o mais degradado dos ambientes é revestido de charme e distinção, em movimento semelhante a todo o patrimônio industrial.² Não é um processo de re-significação baseado num “bota abaixo”, nos moldes da reforma de Paris da segunda metade do XIX ou da proposta que Le Corbusier fez para a mesma cidade nos anos 1920. Trata-se, ao contrário, de um processo destrutivo de relações sociais que paradoxalmente mantém e preserva grande parte das características espaciais. Em segundo lugar, chamaria a atenção para o caráter assumidamente antimodernista desses processos de ocupação do espaço urbano nos anos 1960, ligados então à reabilitação de áreas tidas como obsoletas, não por acaso contemporâneos do *best-seller*

² Pensemos, por exemplo, nas descrições de Pugin no século XIX, nas quais a chaminé era um sinal de degradação e na aura nostálgica que estas adquiriram em diversas metrópoles.

de Jane Jacobs, *Morte e vida das grandes cidades (americanas)* (Jacobs, 2003), no qual a já mencionada jornalista canadense celebrava a diversidade dos usos, a espontaneidade da ocupação e a desordem vital da cidade pedestre – além do aproveitamento das construções antigas em meio às novas. Uma pergunta que emerge dessas duas observações pode ser: movimentos que já classificamos como antípodas, como preservar e demolir/construir, podem ser vinculados na paisagem urbana contemporânea? Se sim, será o enobrecimento urbano a sua conexão?

Vinte anos depois da cunhagem do termo (ou seja, há vinte anos atrás), Smith e Williams definiram a *gentrification*: “como a *reabilitação de casas trabalhadoras* e abandonadas e conseqüentemente a transformação de uma área em um bairro de classe média” (Smith e Williams, 1986. Grifos adicionais). A aparente espontaneidade descrita por Glass era esmaecida enquanto os contornos de uma política urbana se delineavam e nesse momento a palavra ganhou novo fôlego, percorrendo um certo translado: de termo explicativo e descritivo a conceito analítico.

O geógrafo Tom Slater (s.d.) classifica (com as conseqüentes perdas desse tipo de divisão) duas vertentes teóricas (ao mesmo tempo políticas) nos estudos sobre o tema e o termo. De um lado, autores que pensam a *gentrification* com ênfase em um lote de imóveis, em áreas abandonadas e no papel das finanças públicas e privadas; de outro, a ênfase recai no papel dos “gentrificadores”, dos pioneiros, a chamada nova classe média urbana, suas demandas e práticas de consumo. No primeiro argumento, temos a presença definidora do geógrafo Neil Smith (2000), para quem tais processos ocorrem como uma volta, um retorno do capital ao centro, o que estabelece novas possibilidades de realocação residencial. O estoque de imóveis vagos, subestimados ou com usos pouco lucrativos é um pré-requisito. Mas, para Smith, não se trata de uma volta das pessoas ao centro e sim do capital, e as forças desse processo são a indústria imobiliária e a indústria cultural. Em lugar de enfatizar os chamados pioneiros que descobrem um bairro e o alteram com sua presença, ação, padrões de consumo, Smith enfatiza o papel de construtores, empreendedores, hipotecas, agentes imobiliários, etc. Alguns grupos retornam, é certo, mas estes são apenas alguns dos atores sociais dessa trama. Para ele, o assim chamado renascimento urbano foi mais estimulado por forças econômicas do que culturais (*idem*). Os argumentos de Smith, potentes quando analisam Nova York, se enfraquecem quando ele postula que o fenômeno vai da Austrália até o Brasil – usando, no nosso caso, exemplos equivocados como os

bairros jardins de São Paulo.³ Como lembra o geógrafo Tim Butler, a *gentrification* ocorre em diversas cidades e nesse sentido é propriamente um fenômeno global, mas não é uma garrafa de Coca-cola.⁴

O argumento central de Smith reside na descontinuidade do investimento (*rent-gap*), bastante conhecido, uma alternância de investimento e desinvestimento, na qual esse último produz, em valores de terra urbana e propriedades construídas, a possibilidade do reinvestimento. Eis a chave de seu argumento: a relação entre valor da terra e da propriedade, e quando o *rent gap* foi muito longe, pode-se iniciar a gentrificação por atores diferentes, e cá estamos de volta, diz Smith, à relação entre produção e consumo: todas as preferências de consumo não seriam nada se não houvesse financiamento. “As preferências não são pré-requisitos uma vez que elas são criadas socialmente” (Smith, 1979: 545-6, *apud* Hamnett, 1991: 179). De acordo com (o também geógrafo) Hammet (1991), os “gentrificadores” de Smith são meros fantoches passivos das exigências do capital, e temos aqui uma fragilidade em sua formulação, uma vez que isso não explica de onde vem as preferências socialmente construídas, no caso, não explica por que alguns poucos resolvem morar no centro e se tornar um agente do enobrecimento enquanto a maioria sonha em morar no subúrbio. A distinção entre produção e consumo nesse caso não explica quem são esses sujeitos sociais.

A abordagem alternativa enfatiza o consumo e um *pool* de possíveis agentes do enobrecimento urbano. Ao contrário de Smith, temos uma análise mais focada em bases etnográficas e dados qualitativos, e a tônica recai sobre os agentes dessa transformação sócio-espacial e suas divisões em gênero, raça, capital cultural, classes de idade e estilo de vida. Aqui podemos agrupar David Ley, Caroline Mullins e Beaugerard (*apud* Hamnett, 1991), que assinalam o papel crucial desempenhado pelas mudanças na estrutura industrial e

³ Os chamados “jardins” de São Paulo foram projetados por uma companhia de capital inglês a partir das propostas de *garden cities* de Ebenezer Howard, contando com a presença do planejador inglês Barry Parker. Foram concebidos como bairro de elite, como notou Lévi-Straus em 1935: “... os milionários abandonaram a avenida Paulista. Seguindo a expansão da cidade, desceram com ela até o sul da colina para bairros sossegados de ruas sinuosas.” (1998 [1955]:94) Tais bairros não passaram por qualquer decréscimo em seu valor financeiro e simbólico que justificasse a inclusão como um exemplo de bairro enobrecido.

⁴ *Gentrification and Globalization: the emergence of a middle range theory?* (http://www.porteurope.org/IMG/pdf/cahier_ville014.pdf).

ocupacional, situando o gentrificador entre o profissional urbano e a fracção gerencial, uma nova classe média liberal que valoriza a preservação histórica dos centros e o consumo de mercadorias não estandarizadas (Bridge, 2001: 205). Explicar o que eles fazem e porque vão morar nos centros exige que nos desloquemos da esfera da produção para a da reprodução e do consumo. Além disso, prossegue, não há explicação para o não enobrecimento de algumas áreas que sofreram o rent-gap, e arrisco nesse *paper* propor que apenas a história da ocupação de cada cidade pode dar pistas, estejam elas imersas ou não em processos mais amplos de globalização.

Do exposto acima, temos mais do que uma disputa a respeito do significado do termo *gentrification*, mas da perene tensão entre estrutura e agência trazida para sua aplicação. Como assinala Bridge (*idem*: 206), isso se desdobra para uma oposição entre economia e cultura em Lees, produção e consumo em Zukin, modernidade e pós-modernidade em Featherstone, etc.

Em autores como Butler essa abordagem avança para um caminho intermediário e consumo torna-se uma via de acesso não apenas à classe ou gênero, mas à formação cultural. Hamnett e Butler indagam, afinal, o que querem os grupos que elegem viver em áreas centrais? Temos alguns atalhos interessantes na reflexão de Sharon Zukin nos anos 1980, quando em *Loft Living* a socióloga buscou unir uma abordagem mais economicista e com foco na produção à outra que podemos chamar culturalista com destaque para o consumo, abordagens às quais ela agrega aspectos legais, no caso, leis que na Nova Iorque de 1964 e 1968 legalizaram o uso residencial de antigos galpões industriais como residência de artistas, processo que culmina em 1973 com a demarcação do Soho como centro histórico (Zukin, 1989).

Zukin ampliaria sua reflexão em trabalho dos anos 1990 ao trazer para o debate a noção de consumo visual e ao pontuar como chave analítica a visão do antropólogo Marshall Sahlins, verificando de que modo estratégias de produção se articulam a padrões culturais. E mantendo a pista de Smith, segundo a qual o pioneirismo urbano daqueles que “descobrem” um bairro é uma justificativa ideológica para a apropriação (material e simbólica), ela nomeia os atores sociais que ajudam a construir o sistema de produção de uma cidade pós-moderna: o *chef de cuisine*, o garçom que quer ser ator, o curador, o funcionário da galeria de arte etc. Atores e edifícios são parte de uma nova paisagem, ou seja, uma nova ordem social imposta ao ambiente construído ou natural (Zukin, 2000: 84). Se Raymond Williams havia notado que “raramente uma terra em que se trabalha é uma paisagem”, pois “o próprio conceito de paisagem implica separação e observação” (Williams, 1989: 167), o próprio traba-

lho culturalizado, a prestação de serviços que supõe algum capital simbólico passam a fazer parte da paisagem a ser consumida. Isso porque capacidade de dominar um espaço apropriando-se de bens raros que se encontram nele distribuídos e alocados depende do capital que se possui, e mais: o espaço físico permite que o espaço social produza ali todos seus efeitos, possibilitando a acumulação de capital social, encontros casuais, uma quase ubiqüidade. Esse é o argumento de inspiração bourdiesiana que reencontraremos, de forma um pouco distinta, no foucaultiano Donzelot. Nesse sentido, a atenção nos gentrificadores não é menos crítica (ou política, como querem alguns), como pode parecer, do que a abordagem mais estrutural.

E pensando em áreas desindustrializadas de grandes cidades brasileiras, arrasadas ou transformadas em equipamento cultural, podemos indagar se para que o lugar onde não mais se trabalha, mas que já foi um sítio de produção fabril, tornar-se *paisagem*, ou seja, ser re-enquadrado, se não é preciso que junto com as construções ali se apague também a memória do trabalho, elegendo um único edifício ou conjunto dessa área para se “culturalizar” e demolindo o resto. E sobre o resto a ser descartado, e no Brasil é possível citarmos a Mooca em São Paulo e a área ferroviária em Campinas, é preciso perguntar se as novas operações urbanas posteriores ao “bota abaixo” podem ser chamadas de enobrecimento, de *gentrification*. Não creio que possam, se estamos de acordo com a hipótese inicial do léxico do pós-guerra, mas talvez tenhamos aí um novo território a ser nomeado, pois tampouco se trata da corriqueira e amorfa especulação imobiliária sem adjetivos.

O argumento de Hamnett (1991) é que sem uma área passível de gentrificação – e temos aqui o investimento descontinuado nos centros como a contraface da suburbanização – nada acontece, mas que sem grupos de futuros moradores e financiamento para tal, tampouco nada sucederia. Afinal, em cidades nas quais não há habitação em áreas centrais como Dallas ou Phoenix, a gentrificação tem limites, não importa o tamanho da classe dos prestadores de serviços. É preciso haver demanda por tais áreas, e isso depende do crescimento do setor de serviços e suas oportunidades nos centros, em mudanças demográficas e de estilos de vida, de mulheres que adentram o mundo do trabalho, de casais sem filhos com duas fontes de renda etc. e de cidades onde o centro signifique possibilidades de sociabilidade e serviços sociais e de cultura. Sem esses fatores ao mesmo tempo, não há gentrificação, não importa o tamanho do *rent-gap* ou do possível exército de gentrificadores. Essa é a posição de Hamnett e seu grupo de geógrafos britânico, para quem, sem uma visão integrada e complementar desse problema estamos diante da estória

dos homens cegos e do elefante: cada um explica o pedacinho que vê, sem configurar o animal por inteiro. Ou, em outros termos, mesmo se assumindo o *rent-gap* e a nova classe média, o modo como a gentrificação se estabelece continua pouco claro (Bridge, 2000: 206).

Abordagens recentes

Não poderia estar mais de acordo com van Criekingen (2006) quando ele se indaga se as mutações em espaços antigos fora do mundo anglo-americano correspondem às realidades de Nova Iorque e Londres, assim como quando propõe falar de gentrificação em presença de um “processo de produção de um espaço sofisticado e homogêneo a partir um espaço urbano originalmente degradado (...), o qual (...) apresenta transformações no seu aspecto exterior pela *renovação* das edificações existentes (grifos adicionais)” etc. Em seu trabalho sobre o enobrecimento urbano em Bruxelas, ele distingue a gentrificação residencial e de consumo ou, fixa e temporária, assim como o que denomina gentrificação marginal.

A gentrificação marginal (que parece acontecer em São Paulo em parte da zona oeste e pode ser um contraponto interessante às grandes operações urbanas da região sul e sudoeste) é um processo pelo qual alguns bairros centrais são tomados por uma população jovem, muito escolarizada, mais abastada do que seus antigos moradores, sem serem por isso os ricos da cidade (van Criekingen, 2006: 103). É o capital cultural, mais do que apenas o econômico que parece nortear escolhas e classificações. E se fôssemos levar adiante esse argumento, seria preciso observar de modo as redes sociais diversas ocupam o espaço, definindo bairros como aqueles que a partir de redes de ajuda mútua formaram enclaves de imigrantes, por exemplo. O primado da distância e proximidade: pois é disso que se trata, uma vez que essa presumida camada escolarizada tem como um contraponto no espaço urbano – contraponto, claro, a ser evitado – não apenas os bairros pobres da cidade como aqueles inatingíveis e outros, rejeitados por representarem estilos de vida a serem interditados.

A partir da noção de capital cultural, pode ser um bom momento para introduzirmos a visão de Jacques Donzelot, que pensa o enobrecimento em consonância com outras duas formas de apropriação do espaço, construindo uma tipologia urbana: *gentrification*, marginalização e a periurbanização, que ele denomina três velocidades urbanas – algo como um tipo ideal, um princípio de inteligibilidade visando entender a lógica dessas que não são apenas divisões e sim separações (Donzelot, 2007:107).

Em sua tipologia, a marginalização é composta de famílias de classe média que decidem trocar a cidade por um meio ambiente mais atrativo, muitas vezes impulsionadas pelo preço proibitivo da terra em áreas centrais. Oposta, nesse sentido ao enobrecimento, a periurbanização também se diferencia da marginalização – esta diz respeito ao espaço físico e social dos conjuntos habitacionais. Pensados para uma sociedade industrial, sonho dos arquitetos e engenheiros modernos, tais empreendimentos tiveram seus usos e significados alterados quando da redução do trabalho industrial menos qualificado, assim como de uma ocupação de imigrantes que “espantaram” moradores de classe média. Mudou o enquadramento: de uma ilustração da modernidade, tais conjuntos passaram a simbolizar a marginalização, desterro e ostracismo. Os habitantes desses lugares são, para o autor, os sem-escolha, cujas relações inter-pessoais são de puro constrangimento (aqui não sei se concordo inteiramente com ele, como se constrangimentos fossem mera questão de classe social), uma vez que eles não podem escolher seus vizinhos (ao contrário dos outros dois tipos ideais de velocidade urbana) (*idem*).

O que Donzelot assinala é que eles estão duplamente amarrados, padecem de um duplo constrangimento: moram entre iguais e não podem constituir um “nós” identitário, pois no meio francês tais sujeitos sociais podem tudo, menos depender de origem e cultura, pois isso vai de encontro às leis da república. Para o autor, os espaços marginalizados fazem valer seu nome: relações marcadas por sérios constrangimentos, imobilidade, insegurança no espaço comum. Se tais espaços foram deteriorados por uma crise de emprego, é notável que novos arranjos econômicos não os incluam, que pareça recair sobre tais áreas um destino social. Eles estão longe, espacial e socialmente, de empregos viáveis, o transporte é moroso e caro, um caso de desencontro espacial (*spatial mismatch*) ou que Bourdieu chamou “efeito de lugar”, ou seja, a falta de capital só faz intensificar essa experiência – ela prende a um lugar (Bourdieu, 1993: 164). Não por acaso, o símbolo do modernismo e suas boas intenções – atadas a um momento de pleno emprego industrial – que foi implodido em 1972 foi um extenso conjunto habitacional americano (Harvey, 1992: 45-6).

Assim, não espanta que aqueles que elegem o espaço periurbano procurem se distinguir do primeiro caso, da imobilidade em todos os sentidos. Os habitantes das áreas marginalizadas seriam um elemento disruptivo nesse estilo de vida calmo e em tese próximo da natureza, e essa incompatibilidade não é irrelevante ou temporária. São áreas e habitantes impelidos a uma hiper-mobilidade, à onipresença do automóvel e a relações interpessoais que visam a proteção do sonho bucólico e comunitário – a imagem de uma aldeia. Trata-

se de um espaço de escolhas (escola, amigos), de viagens diárias e circulação. Os habitantes dos conjuntos habitacionais aparecem como “outros”, assim como os *Bobos* que habitam o espaço enobrecido, sendo que estes não precisam enfrentar as mesmas dificuldades – os longos trajetos, tampouco a sensação de imobilidade.

Sim, pois trata-se de um movimento oposto, no qual a proteção é substituída pela valorização, pelas relações inter-pessoais seletivas. Na *gentrification* (Donzelot pensa sobretudo em Paris) as pessoas se movem mais por valorização do que por segurança, e não se limita o acesso a quem não se quer, e não se tenta restringir áreas a uma elite auto-declarada. O processo seletivo de relações inter-pessoais aparece como um produto “natural” do mercado. Ao contrário dos periurbanitas que perdem tempo se deslocando, os habitantes de bairros enobrecidos não estão presos à mobilidade ou imobilidade, pois seu lema é a *ubiquidade*, por conta da proximidade entre casa e trabalho e da eficiente rede real ou virtual que os autoriza a estarem em qualquer lugar do globo. Quanto à segurança, o próprio valor da terra mantém os plebeus da *banlieue* à distância enquanto as lojas operam uma vigilância discreta.

Donzelot admite que definir o enobrecimento a partir de relações inter-pessoais seletivas pode soar como um *nonsense* e lembra que até a década de 1980 este era um fenômeno marginal associado a um modo de vida boêmio – este foi o caso do *Greenwich Village*. Tornou-se contudo o modo de se estar na cidade e um princípio de produção do espaço urbano, o modo de se valorizar esse produto chamado cidade que as classes médias haviam abandonado por sua densidade e seus distúrbios. Trata-se de usufruir das qualidades da cidade sem suas desvantagens, um processo que gera um produto que atrai os que podem por ele pagar, ao mesmo tempo em que garante que os que não podem desapareçam. Para ele, Paris constitui um laboratório de enobrecimento, assim como Nova Iorque para as grandes cidades globais. O espaço enobrecido é aquele onde se constrói uma carreira, onde as mulheres não deixam de trabalhar para cuidar dos filhos (como no espaço periurbano), onde se pode ter uma vida social intensa, onde um “estado mental global” pode acontecer, com seus cafés, restaurantes, lojas e galerias que visam uma comunidade mundial, ainda que virtual. Os enobrecidos podem ir trabalhar a pé e viver de acordo com tendências mundiais, ou seja, eles escapam da mobilidade e da prisão ao local – por isso a *ubiquidade*.

Uma abordagem que escorrega dessa, ainda que não nomeada, trata a gentrificação em termos de *habitus* e distinção. Bridge lembra o papel que o tempo tem como uma força simbólica na teoria social de Pierre Bourdieu e

propõe um papel similar, seguindo as pistas de David Harvey, para o espaço. O espaço pode ter o mesmo papel na ordenação simbólica de *habitus* culturais e de classe, e a gentrificação representa uma forma de reestruturação de ordens simbólicas de tempo e espaço em relações de classe. Para o geógrafo, a gentrification lida com uma classe ou fracção de classe em formação, de modo que é provável que seus membros sejam conscientes não apenas de sua relação com a classe trabalhadora, mas sobretudo com as outras fracções da classe média, que seja uma nova fracção definida em alguma medida por sua auto-consciência: “A nova classe média é uma classe reflexiva” (Bridge, 2001: 211) e se as disposições da burguesia tradicional são tácitas, as práticas estéticas da nova classe média são públicas, discursivas e auto-conscientes. A renovação da habitação de área central da classe baixa seria um conjunto de práticas inconcebíveis há 40 anos, prossegue Bridge, quando a única ambigüidade era a respeito de qual estética poderia distinguir a classe média de seus vizinhos trabalhadores e justificar a compra de uma casa na área central. Hoje a renovação das moradias contrasta com a modernização pretendida pela classe trabalhadora, assim como com as casas de classe média dos subúrbios. Preservação no lugar de modernização começou como uma reação a um *habitus* de classe trabalhadora, e foi reforçado por um senso de distinção entre essa classe média urbana e aquela que ocupava casas nos subúrbios – os periurbanos de Donzelot. A área central revitalizada torna-se uma vitrina de diferença e distinção, e é a estética que sinaliza o aspecto qualitativo. No que tange o espaço e suas lutas, o *habitus* é caracterizado por bairros, moradia, estilo de vida e consumo. No caso da gentrificação, diz respeito a uma maximização da posse de bens raros e finitos (o centro tem seus limites geográficos), ainda que nem sempre calculados, controlados e conscientes.

O interessante dessas duas últimas abordagens, a meu ver, é o que permitem pensar para as cidades brasileiras.

Voltando a van Criekingen, no Brasil as pesquisas demonstram (até agora, mas às vezes acho que isso pode mudar logo) que gentrificação pode ser um sinônimo de revitalização, ou que este pode ser um eufemismo do primeiro, mas isso pouco tem a ver com habitação. Temos um enobrecimento dos eventos, das festas, dos usos temporários. É mais um enobrecimento vinculado ao tempo do que ao espaço, como demonstrou Proença Leite em seu estudo sobre o Bairro do Recife: a *gentrification* chegava quando o sol se punha e partia de madrugada (Leite, 2004).

Talvez uma pista esteja em características de nosso déficit habitacional – não se trata exatamente de um déficit para a parte mais escolarizada de nossas

classes médias. Talvez, como escreveu Lévi-Strauss, aqui a passagem do tempo não significa necessariamente uma promoção para nossas cidades; e se isso faz algum sentido, por que quem pode escolher onde habitar escolheria uma antiga área operária, por exemplo?⁵ De qualquer modo, proponho a validade de uma pesquisa em áreas enobrecidas, com base nas realizadas em Paris nos bairros abastados, pesquisas nas quais a proximidade de atores sociais provenientes das mesmas escolas e com pontos convergentes nas suas trajetórias sociais sugerem algo parecido com as redes de sociabilidade de Donzelot.

Voltemos ao início desse texto e a seu argumento central, que retoma a cunhagem do termo e seus desdobramentos. Gentrificação/enobrecimento, assim como revitalização,⁶ requalificação e outros termos análogos passam a ser um léxico recorrente, que transborda do vocabulário dos técnicos e conhecedores, sai dos estudos acadêmicos para a imprensa, é incorporado pelos movimentos sociais urbanos. Mais do que meros eufemismos para uma forma contemporânea de limpeza urbana, tais termos passaram a ser “lugares comuns”: palavras guarda-chuva que ao cobrir situações diversas terminam sem significado, ou termos associados a um lugar-comum onde falas diversas que se encontram (Bresciani, 2001: 343). Num e noutro caso, resta saber como termos técnicos de saberes eruditos transladaram para a linguagem política, administrativa, jornalística e popular, e que significados foram suprimidos e agregados. Se revitalização transladou para o vocabulário laudatório de tais intervenções, enobrecimento transbordou para os movimentos de reivindicação de direitos urbanos, de moraria etc. Num e noutro caso, podemos

⁵ Valeria uma pesquisa como as conduzidas em Paris pelo casal Pinçon.

⁶ Revitalização é um termo que vulgarizou-se de tal forma que perdeu o sentido original. No uso corriqueiro, traz embutida a visão de um lugar antes sem vida, “desvitalizado”. O conceito, empregado pela UNESCO em suas Normas de Quito de 1962 referia-se a ações de cidadania que pudessem paralisar ações destrutivas. Mas foi na Conferência de Nairobi de 1976 que o termo ganhou contornos mais nítidos, como parte de uma ação de salvaguarda que deveria abranger identificação, proteção, conservação, restauração, reabilitação e manutenção de conjuntos históricos. Revitalização seria “manter as funções apropriadas existentes e em particular o comércio e o artesanato e criar outras novas que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano e regional ou nacional em que se inserem. (...) uma política de revitalização *cultural* deveria converter os conjuntos históricos em pólos de atividades *culturais* e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento *cultural* das comunidades circundantes” IPHAN/MINC (1995: 263-4).

nos indagar a respeito da criação de um “efeito teoria”, como escreveu Bourdieu no já citado *La Misère de Monde*.

Prosseguindo, assim como “patrimônio” e revitalização, o enobrecimento pode ser, para usar a expressão de Christian Topalov, uma “palavra da cidade”.⁷ Topalov segue uma formulação de Émile Durkheim, para quem “o espaço não poderia ser ele mesmo se, exatamente como o tempo, não fosse dividido e diferenciado”, avaliando o modo como os espaços e as identidades urbanas são constituídos pela linguagem, por nomes que distinguem, reagrupam, ordenam e qualificam. Tais esquemas classificatórios são permeáveis às distintas posições que aí se inscrevem, mas podemos pensar que alguns desses esquemas sejam parte de acordos gerais que mantêm em relativa ordem o registro simbólico. A linguagem, e a linguagem sobre a cidade, seus cantos, antros e suas classificações, tudo isso é tanto vetor como índice de conflitos e suas possíveis soluções (Depaule e Topalov, 2001: 19-20). Ainda com Durkheim, tais formas de classificação tornam-se formas sociais, arbitrárias – no sentido de serem relativas a um grupo particular (*apud* Bourdieu, 2000:8). O que está em jogo com as áreas centrais é o monopólio da violência simbólica, a que grupos cabem decidir o que fazer com elas, dizer o que elas são ao se construir pretensas vocações (essa, uma palavra comum ao léxico dos urbanistas). No caso, parece que os estabelecidos invadem o sítio dos *outsiders*, ou melhor, que os novos *outsiders* têm mais ferramentas simbólicas para enquadrar o lugar do que quem antes o ocupou, ali se estabeleceu durante o *rent-gap*.

É preciso dizer que os espaços enobrecidos nunca foram antes aqueles da “grande miséria” (ou pelo menos de uma grande miséria em tempos recentes, passível de rememoração); o que não minimiza o padecimento daqueles que se julgavam estabelecidos e se vêem invadidos por um tipo peculiar de *outsider*: *outsider* em relação a outras frações de classe e outros espaços da mesma cidade, mas indubitavelmente estabelecido para os padrões da localidade (ao menos economicamente, embora questões de gênero possam aí intervir). Essa proximidade física, mais do que a exclusão, é uma pequena miséria, ou melhor, a grande violência simbólica. O espaço é um lugar onde o poder se afirma e se exerce e os espaços arquitetônicos “cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a

⁷ Refiro-me ao amplo projeto de pesquisa *Les mots de la ville*, que é conduzido em diversos países, sob a direção de Topalov.

etiqueta nas sociedades de corte, a reverência, o respeito (...) são, sem dúvida, os componentes mais importantes em razão de sua invisibilidade, da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico” (Bourdieu, 1993: 163). Isso porque não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e distâncias sociais, sob uma forma mais ou menos deformada e confusa e mais, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta (*idem*, 160).

O lugar enobrecido não está privado de centralidade e capital, mas isso pode ocorrer sob a aparência de modalidades diversas, pois trata-se de oposições simbólicas objetivadas no espaço físico. O bairro assim cultural e simbolicamente investido potencializa o capital, consagrando cada um dos seus habitantes, ao permitir participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes.

O enobrecimento urbano não deixa de ser uma modalidade contemporânea de higienismo, encoberta por um discurso de vida e apreço à cidade. Dialoga com diversas outras formas de ocupação segregação urbana ao conferir um valor simbólico ao lugar, e a partir daí auferir outros valores. Assim fica claro o empenho em revitalizar por meio de equipamentos culturais: é preciso um certo capital para se apropriar deles. Afinal, a cidade é feita de fronteiras, que tanto impedem que os atores sociais considerados impróprios entrem, como que os legítimos saiam e assim se desclassifiquem.

O que é preciso, sem dúvida, é objetivar as escolhas, nomear os constrangimentos. Para se falar do impacto de um edifício, ou um conjunto deles, que ao fim e ao cabo promovem o enobrecimento, não basta, como fez Mike Davis (1990: 215-21) desqualificar os residentes ou os intermediários sociais, como os arquitetos, que também fazem de seus projetos plataformas para seu campo de atuação, e das áreas enobrecidas um palco de experimentação de novas linguagens. Estes agem, em outras palavras, segundo padrões de intenção (Baxandall, 2005: 80-1). Ainda que as escolhas menos acusatórias possam parecer menos políticas do que as abraçadas pela geografia marxista, é preciso aceitar o desafio de se evitar falsos dilemas. O enobrecimento não é apenas uma política de exclusão, mas uma faceta delicada das dinâmicas urbanas, uma vez que quanto mais afirma o valor e o papel da cidade, lembra que o ar da cidade liberta apenas aqueles que sabem e podem nela viver.

Finalizando, por que “enobrecimento urbano”? Mais do que uma mera tradução para evitarmos anglicismos, trata-se de um reconhecimento da origem anglo do termo e do quanto ele precisa ser adjetivado para explicar o que

acontece em outros mundos. Afinal, no português falado no Brasil há o lugar comum de se qualificar áreas, bairros e ruas como nobres. Sem nobreza estrita numa república jovem, enobrecimento remete os novos nobres que ocupam espaços urbanos, deixando ali seu nome e suas marcas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATKINSON, Roland e BRIDGE, Gary (2005), "Introduction", in Atkinson, R. e Bridge, G. (eds), *Gentrification in a global context: The new urban colonialism*. London/New York: Routledge, 1-17.
- BAXANDALL, Michael (2005), *Padrões de intenção*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRESCIANI, Maria Stella (2001), "Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950)", in Bresciani, M. S. (org.), *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora UFGRS, 343-66.
- BRIDGE, G. (2001), "Bourdieu, rational action and the time-space strategy of gentrification". *Transactions of the Institute of British Geographers*. New Series, vol. 26, 2, 205-16.
- BOURDIEU, Pierre (1993), "Effets de lieu", in Bourdieu, P. (org.) *La misère du monde*. Paris: Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DAVIS, Mike (1990), *Cidade de quartzo*. São Paulo: Scritta.
- DEPAULE, Jean Charles e TOPALOV, Christian (2001), "A cidade através de suas palavras", in Bresciani, Maria S. (org.), *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora UFGRS, 12-20.
- DONZELOT, Jacques (2007), "The three speed city", in Stiffler, B., Watson, V. e Acselrad, H. (ed.) *Dialogues in Urban and Regional Planning 2*. London/New York: Routledge.
- GLASS, Ruth (1964), "Introduction: Aspects of change", in Centre for Urban Studies (ed.), *London: Aspects of change*. London: MacGibbon and Kee.
- HAMNETT, Chris (1991), "The blind men and the elephant: the explanation of gentrification". *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, vol. 16, 2, 173-89.
- HARVEY, David (1992), *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- JACOBS, Jane, 2003 [1961], *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- LEITE, Rogério Proença. (2004), *Contra-usos da cidade*. Campinas/Aracaju: Ed. UNICAMP/Ed. UFS.
- LEPETIT, Bernard (2001). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp.
- LESSING, Doris (1998), *Andando na Sombra. Segundo volume da minha autobiografia, 1949-1956*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1998 [1955]), *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SLATER, Tom (s.d.), "What is gentification". (www.verygood.f9.co.uk.gentweb). Acessado em 19 de junho de 2001.

- SMITH, Neil (2000), *The new urban frontier. Gentrification and the revanchist city*. London/ New York: Routledge.
- SMITH, Neil E WILLIAMS, Peter (eds.) (1986), *The gentrification and the city*. Boston: Allen & Unwin.
- VAN CRIEKINGEN, Mathieu (2006), “A cidade renasce! Formas políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas” in Bidou-Zachariasen, Catherine, *De volta à cidade*. São Paulo: Annablume, 89-120.
- WILLIAMS, Raymond (1989), *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ZUKIN, Sharon (1989), *Loft living: culture and capital in urban change*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- ZUKIN, Sharon (2000), “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”, in Arantes, A. (org.), *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus.

3. REQUALIFICAÇÃO URBANA

Paulo Peixoto

Requalificação urbana e reabilitação urbana (o segundo mais que o primeiro) são dois dos termos mais recorrentemente usados em operações de natureza urbanística, arquitectónica e de intervenção no espaço público. São expressões que se tornaram uma espécie de *buzzwords*, encerrando em si mesmas um significado auto-evidente que quase dispensa qualquer discussão. Trivializadas, são palavras que invadiram discursos jornalísticos, técnicos, políticos e científicos, dando origem a um uso acrítico que merece alguma problematização e conceitualização. Os vocábulos requalificação e reabilitação urbanas, na variedade de situações em que são usados, estando enquadrados por uma retórica pluridisciplinar, assumem sentidos diversos, revestindo-se, inevitavelmente, de alguma ambiguidade. O carácter predominantemente técnico que parecem assumir tende a isentá-las, frequente e forçadamente, de uma carga política que outros processos que as enquadram (enobrecimento, higienização, haussmanização,¹ depuração paisagística, etc.) transportam consigo de um modo evidente. No seu carácter polissémico, requalificação e reabilitação urbanas balançam entre o alcance descritivo do seu significado e o pendor analítico que encerram.

A génese da locução requalificação urbana, retida no título deste texto como componente lexical de uma retórica insinuante relativa às cidades, está forçosamente ligada aos processos de urbanização e aos efeitos que eles induzem nas urbes. Entre as dinâmicas e os processos sociais que estão na origem da problemática da requalificação urbana os mais relevantes têm a ver com: a evolução das economias urbanas, marcada pela expulsão das indústrias do sector secundário para as margens das cidades; a tendência para a policentralidade e a perda de vitalidade dos antigos centros urbanos, num quadro de alargamento incessante da malha urbana e da conseqüente produção de

¹ A *haussmanização* refere-se a uma política de demolição, levada a cabo em Paris por Georges-Eugène Haussmann, na segunda metade do século XIX, que pretende intervir no espaço urbano de modo a controlar, disciplinar e higienizar os comportamentos, assim como a criar referências e marcadores do espaço através da monumentalização.

novos centros e de novas margens; a consolidação de um mercado urbano do lazer construído à volta da ideia de espaço público e do consumo visual; e a emergência de um cenário de concorrência e de competitividade entre cidades que adensa a importância de factores representacionais e imagéticos, assim como de intervenções urbanísticas e arquitectónicas que concretizam no espaço símbolos de afirmação e de identificação das cidades.

Os termos reabilitação urbana e requalificação urbana correspondem a uma fórmula que se difundiu de forma ampla, sobretudo com a multiplicação das intervenções nos chamados centros históricos ou nas zonas desprezadas ou maltratadas pelo processo de urbanização e que, extravasando esse contexto, acabou por ser convencionada e partilhada por aqueles que desenvolvem a sua actividade neste domínio. Usadas muitas vezes de forma acrítica e indiferenciada, relativamente a outros termos que se difundiram com uma nova sintaxe que acompanhou o protagonismo crescente dos centros históricos e de áreas urbanas negligenciadas entretanto reconvertidas para novos usos, tem-se vindo a assistir a uma progressiva conceitualização e operacionalização dos termos, quer em domínios técnicos (Aguar *et al.*, 1997; CCRN, 1998; AAVV, 1992; AAVV, 2005), quer em domínios científicos (Ferreira e Craveiro, 1989; Santos e Santos, 1989; Schwartz, 2004; Gottdiener e Budd, 2005), quer ainda em textos de orientações globais produzidos sob a égide de agências multilaterais como a UNESCO, o ICOMOS ou o Conselho da Europa, por exemplo.²

Seguidas do adjectivo urbana, reabilitação, renovação, regeneração, revitalização, revitalização, conservação, preservação, são, a par da requalificação, outros tantos termos utilizados na prática e na análise das intervenções nos centros históricos e nas áreas urbanas reconvertidas para novos usos. Acrescentando-se-lhes outras, como, por exemplo, reordenamento, restauro ou salvaguarda, não esquecendo que as noções nem sempre são totalmente con-

² Deixamos de lado a análise das cartas e convenções internacionais que estão na origem dos termos aqui discutidos, quer por as mesmas terem sido já abundantemente analisadas (Alho e Cabrita, 1988), quer por nós próprios já o termos feito noutra local (Peixoto, 1997: 47 e ss.). Muitas dessas cartas e convenções podem ser consultadas em língua portuguesa em Correia e Lopes (2004). Em todo o caso, dada a especificidade do projecto de pesquisa que enquadra a emergência deste texto, confere-se alguma relevância à “Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada” por a mesma ter resultado do “Primeiro Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana”, que teve lugar em Lisboa entre 21 e 27 de Outubro de 1995.

sensuais entre profissionais com diferentes perfis de formação académica e disciplinar, a dificuldade para seleccionar o termo adequado para caracterizar a realidade em causa, qualquer que ela seja, é notória. Daí que os termos sejam, frequentemente, usados de forma indiferenciada. Até porque a multiplicidade de termos não pode ser desligada da variedade e da inextricabilidade de problemas, comumente vistos como problemas das cidades, que as operações que dão forma a esses termos procuram enfrentar e resolver.³

³ A generalidade de problemas, assim como as soluções e algumas ideologias que elas transportam, podem ser captadas no discurso técnico que se segue, proferido no IV Encontro Nacional de Municípios Portugueses com Centro Histórico.

“Na realidade, tem-se constatado que a degradação ambiental tem representado parte muito significativa da degradação das áreas urbanas. Assim, os problemas ambientais nos centros antigos assumem aspectos específicos: a degradação física dos edifícios e consequente abandono do parque habitacional, os espaços abandonados, o aumento da delinquência, com os problemas a ela inerentes e, por outro lado, os problemas de congestionamento do tráfego, a poluição sonora e a inexistência de espaços verdes repercutem-se negativamente no bem-estar das populações.

Sendo os centros antigos as áreas ainda humanizadas das nossas cidades (aqueles que ainda se encontram habitados), onde ainda se estabelecem relações de vizinhança, onde ainda poderá ser agradável viver, constata-se que, na maioria, não dispõem as suas habitações das infra-estruturas necessárias, não possuem os equipamentos colectivos, os espaços verdes e de convívio adequados a uma vivência saudável e tão importante para o equilíbrio da sociedade. Assiste-se, conflagrantemente, ao envelhecimento das suas populações, ao seu desaparecimento. Em substituição das antigas edificações para habitação vão surgindo cada vez mais os edifícios, antigos ou novos, para os serviços que imprimem uma grande dinâmica à zona durante o dia, mas implicam o seu abandono no horário pós-laboral. E então é mais fácil instalar-se a delinquência! Quem é que se sente à vontade para sair à noite nas nossas cidades? De passear a pé, calmamente, nas nossas avenidas? (Elas só servem para o estacionamento automóvel!).

Sendo o tecido urbano dos centros históricos essencialmente composto por habitação, é de primordial importância a sua recuperação física e ambiental, que deve incluir também uma componente sociocultural, com o envolvimento da população residente. Os centros históricos não podem ser entendidos como uma realidade estática a preservar, mas sim como um processo dinâmico em constante evolução, posto ao serviço da população.

A estrutura dos centros históricos contribui para o equilíbrio social, oferecendo condições propícias ao desenvolvimento de várias actividades, nomeadamente as culturais e turísticas, favorecendo assim a integração social, e até criando postos de trabalho.

A defesa e valorização do património constituem uma tarefa colectiva. Assumir uma cultura é assumir uma herança e saber o que fazer dela. É responder à necessidade de preservar e conservar, mas também à de renovar, criar e desenvolver. Nos centros históricos de bairros antigos devidamente recuperados e revitalizados para e com as populações, ainda

Face aos problemas com que os centros históricos se confrontam (muitas vezes tecnicamente dramatizados e circunscritos a uma noção holística e imprecisa de reabilitação urbana), com a evolução das políticas urbanas locais, vai-se assistindo a uma compartimentação de termos. O mesmo sucede com as operações urbanísticas de larga escala destinadas a dar uma nova vida a determinados espaços citadinos, quer sejam espaços lisos, quer sejam espaços alvo de reconversão funcional. Formatadas por modelos globais, essas operações reproduzem também uma retórica que favorece a generalização e consolidação dos termos. O que revela que a requalificação urbana e a reabilitação urbana se dirigem a problemas e carregam soluções de diferentes naturezas e escalas. Mas uma realidade complexa como a mencionada obriga necessariamente a uma abstracção progressivamente demarcada por noções cada vez mais restritas e tecnicamente partilhadas, de modo a que as intrincadas situações concretas possam ir sendo refinadas para permitir a operacionalização das intervenções e a codificação do campo disciplinar e profissional.

Frequentemente evocada em situações em que se procura, em simultâneo, concretizar melhoramentos em edifícios localizados nas áreas urbanas antigas e centrais, fomentar serviços e desenvolver infra-estruturas e equipamentos, de modo a conferir uma nova vida a zonas históricas que entraram em depressão, a reabilitação urbana, tal como o manifesta a Carta de Lisboa, corresponde a uma estratégia de gestão urbana baseada em intervenções de diferente natureza orientadas para a conservação da identidade e das características dos sectores reabilitados (SIRCHAL, 1995). O documento elaborado no âmbito do “Primeiro Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana” declara, na alínea b) do artigo 1, que a reabilitação urbana

é uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.

será possível encontrar aquela “qualidade de vida” que todos procuramos” (Neves, 1997: 216-217).

Tomando por referência alguns dos glossários desenvolvidos no âmbito de projectos de investigação ou de intervenção em zonas urbanas,⁴ pode acrescentar-se que a reabilitação urbana consiste em orientações que são tomadas “tendo em vista conferir a uma cidade ou a um conjunto histórico as suas qualidades perdidas, a sua dignidade, assim como a sua aptidão a desempenhar uma função social” (Calsat *apud* SIRCHAL, 1995). Nessa sua missão, a reabilitação urbana procura reparar e refuncionalizar de modo sustentável um património arquitectural e urbano que, tendo sido durante muito tempo desprezado, viu recentemente ser-lhe dirigidas acções de revalorização económica, prática e/ou estética (Merlin e Choay *apud* SIRCHAL, 1995). A reabilitação procura “readequar o tecido urbano degradado, dando ênfase ao seu carácter residencial”, e manifestando “preocupações com o património histórico-arquitectónico e com a manutenção da população nos centros das cidades” (AAVV, 2005). Numa perspectiva estritamente sociológica, datada por referência a movimentos sociais urbanos que ocorrem em diferentes tempos e espaços, a reabilitação urbana vê-se questionada enquanto movimento social que coloca no terreno actores e agentes específicos com estratégias concretas e definidas (Faria, 1992).

Já a ideia de renovação urbana, contrariamente à ideia de reabilitação, é menos marcada por preocupações relativas à autenticidade, embora mantenha cuidados dessa natureza. Ela remete para uma ideia de transformação de edifícios ou locais, aceitando a mudança de funções, a introdução de novos elementos, alterações de estilo e de implantação (CriDaup, s. d.). Visa, de modo a permitir a adaptação a uma nova concepção de cidade ou a novas necessidades, a substituição sistemática de elementos antigos por elementos novos (Calsat *apud* SIRCHAL, 1995). Enquanto abordagem conceptual, tal como manifestado na Carta de Lisboa, alínea a) do artigo 1, dirige-se a uma realidade urbana degradada à qual não é reconhecido valor patrimonial e arquitectónico, afastando-se neste aspecto da ideia de reabilitação. Nesse sentido, aponta para a demolição selectiva de construções morfológica e tipologicamente desadaptadas e para a sua substituição por um novo modelo

⁴ Designadamente o SIRCHAL – *Site International sur la revitalisation des centres historiques des villes d’Amérique Latine et des Caraïbes* (1995); o *The Urban Conservation Glossary*, de Neil Grieve (s. d.), tutor na Universidade de Dundee no curso de pós-graduação de Conservação Urbana Europeia; e o *CriDaup* (s. d.) – Criação de uma Rede Informativa para a Documentação de Arquitectura, Urbanística e Planeamento.

urbano, caracterizado por novas construções ajustadas a tipologias arquiteturais e sociais contemporâneas (SIRCHAL, 1995).

Por sua vez, a requalificação urbana corresponde a uma prática de planificação ou de protecção urbanística de equipamentos e de infra-estruturas expostos à degradação e à obsolescência funcional (CriDaup, s. d.; Grieve, s. d.). Tal como estipula a Carta de Lisboa, na alínea d) do artigo 1, a requalificação refere-se a operações dirigidas a espaços não residenciais, sendo que as mesmas apostam em fomentar nesses espaços novas actividades mais adaptadas aos contextos urbanos contemporâneos (SIRCHAL, 1995). Poder-se-á, deste modo, concluir que enquanto a reabilitação urbana se dirige mais ao edificado, sobretudo o que tem a ver com a função residencial, a requalificação urbana dirige-se mais ao seu entorno e ao espaço público, ou, nas operações urbanas de larga escala, à reconversão funcional de um dado espaço. O objectivo último da requalificação passa por (re)introduzir “qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área”. Por essa razão, é frequentemente “apelidada de uma política de centralidade urbana.” (AAVV, 2005: 21)

Associados à ideia de requalificação urbana, aparecem os termos de revivificação, de revitalização e de reordenamento. Os dois primeiros podem ser entendidos como sinónimos para uma realidade que procura conjugar a reabilitação física, arquitectónica e urbana dos centros históricos com a revalorização das actividades, sobretudo económicas e culturais, que aí se desenvolvem. Enquadrada pela Carta de Lisboa, a revitalização urbana, orientada para a captação de novos residentes, sobretudo jovens, ou indivíduos portadores de capacidades criativas, abrange as operações destinadas ao relançamento da vida económica e social da parte da cidade que entrou em estagnação ou declínio. A alínea c) do artigo 1 do documento, estipula que a revitalização urbana “engloba operações destinadas a relançar a vida económica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas”. No âmbito das operações dirigidas às áreas urbanas antigas, “a revitalização de um centro histórico exige a manutenção da população (...), a atracção da população que o abandonou, assim como de novos usuários” (Casares, 1997). A longo prazo, “o objectivo [da revitalização] é conservar e reabilitar o património do centro histórico restituindo-lhe a sua importância funcional, revitalizando as actividades comerciais e os serviços tradicionais, facilitando o acesso aos serviços e esforçando-se por promover a utilização adequada e a manutenção dos edifícios públicos e privados, de modo a que se tornem atractivos para os visitantes interessados pela história e pela cultura locais” (Peña *apud* SIRCHAL, 1995).

Neste contexto, o termo reordenamento pode ser também entendido como um sinónimo de requalificação visando um certo equilíbrio, na medida em que se refere às modificações que ocorrem em termos da repartição dos elementos, de um equipamento, ou de um sítio de uma cidade, assim como em termos da introdução de novas qualidades, de modo a propiciar uma utilização mais satisfatória do espaço.

Preservação, salvaguarda e conservação são igualmente termos relacionados com esta problemática. A preservação diz respeito às acções que são tomadas quando se torna necessário garantir a sobrevivência de construções originais, não prevendo qualquer tipo de acréscimo ou mutação (Grieve, s. d.). Remete igualmente para o conjunto de medidas preliminares que visam precaver as incidências eventuais que um determinado risco pode ter num sítio, num monumento ou numa construção (Calsat *apud* SIRCHAL, 1995). Numa versão mais circunscrita, a preservação dá lugar ao restauro, tendo este por base a preocupação em respeitar as características originais e as funções de monumentos e edifícios com conteúdo histórico ou artístico (Fielden, 1994). O restauro supõe, por isso, uma actuação baseada em critérios científicos que valorizam elementos tipológicos, estruturais e formais (CriDaup, s. d.). A Carta de Lisboa refere-se, na alínea f) do artigo 1, ao restauro de um edifício como “obras especializadas que têm por fim a conservação e a consolidação de uma construção, assim como a preservação ou reposição da totalidade ou de parte da sua concepção original ou correspondente aos momentos mais significativos da sua história.”

Da mesma natureza, o termo salvaguarda parece ser especialmente relacionado com a preservação de monumentos ou conjuntos e sítios monumentais, admitindo, todavia, a introdução de novas funções (Calsat *apud* SIRCHAL, 1995; CriDaup, s. d.). Distingue-se da preservação por ter uma aplicação mais selectiva, mais formal (assenta, geralmente, num plano formalizado) e também por ter, em termos de emprego sintaxiológico, uma presença mais ubíqua nas narrativas museológicas e arquitectónicas.

Quanto à conservação, tendo também a mesma natureza, é um termo de aplicação mais lata. De uma utilização inicial, em meados do século XX, que remete para o conjunto de doutrinas, técnicas e meios materiais destinados a perpetuar a existência de monumentos (Calsat *apud* SIRCHAL, 1995), a conservação, aplicada aos conjuntos históricos, é cada vez mais (a partir dos anos 1980) vista como a acção necessária para preservar tudo aquilo que tenha um valor reconhecido, ainda que esse valor possa não resultar directamente dos antecedentes históricos (Mcwilliam *apud* Grieve, s. d.).

A conservação de um edifício é caracterizada na carta de Lisboa, alínea i) do artigo 1, como o “conjunto de medidas destinadas a salvaguardar e a prevenir a degradação de um edifício, que incluem a realização de obras de manutenção necessárias ao correcto funcionamento de todas as partes e elementos de um edifício.”

Nesta sua perspectiva mais lata, e no seio das operações de reabilitação, dando mesmo forma à logística retórica dessas operações, a conservação é usada na expressão “conservação de um edifício”, mas também na locução “conservação integrada”, dizendo respeito, neste último caso, aos modos de conservação, restauração e reabilitação de edifícios e sítios de modo a torná-los funcionais no contexto das actividades da vida contemporânea (SIRCHAL, 1995). Esta noção de “conservação integrada” foi criada pelo Conselho da Europa, e incluída na Convenção de Granada, dada a preocupação, sentida a partir dos anos 1980, em integrar o património antigo na vida e no planeamento contemporâneos. Partindo do princípio que os monumentos não podem ser isolados do resto e conservados como elementos museológicos, a Convenção de Granada insiste que esse princípio é ainda mais verdadeiro no caso dos centros históricos, dado que as funções que aí existem evoluem e dado que o seu valor e significado dependem do seu usufruto quotidiano e da presença de habitantes e de actividades socioeconómicas. Nessa perspectiva, a conservação integrada dá origem a uma “dialéctica entre a vontade de protecção e as necessidades de ordenamento, apelando a meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos específicos e capazes de dar resposta à complexidade das questões colocadas” (SIRCHAL, 1995).

Reiterando leituras produzidas noutra obra (Peixoto, 1997: 71 e ss.) alusivas a esta matéria, abreviamos aqui o argumento sobre as lógicas que têm presidido à abordagem do passado a reabilitar e a requalificar, e que enquadra diferentes perspectivas acerca da importância desse passado para o futuro das cidades. Françoise Choay (1992) e Greg Ashworth (1994) mostram que as abordagens do passado transitam de uma lógica da preservação, que se consolida a partir de meados do século XIX, a uma lógica da conservação, instaurada nos anos 1960, e, por fim, a uma lógica patrimonial, que se impõe a partir dos anos 1980.⁵

⁵ Em termos da importância assumida pelos centros históricos no contexto das políticas urbanas, e já numa lógica de cariz patrimonial, em Portugal, os anos 1960 foram a fase da renovação urbana. A renovação urbana caracterizou-se mais pela substituição despreocupada de elementos e pela alteração de características tipológicas e morfológicas. A segunda

A prática da reabilitação urbana é uma prática ideológica. A extensa normatividade que tem suscitado, o uso intenso do termo nas operações de intervenção urbana e, sobretudo, a filosofia patrimonial que a anima, conferem à reabilitação um sentido que a liga intimamente à nostalgia de sociabilidades, de tempos e de espaços perdidos. Ao mesmo tempo, apoiada na ideia de requalificação urbana, ela parece transportar e fazer-se transportar por um inusitado desejo de transformação da realidade no sentido de configurar um futuro promissor. Balançando entre a paixão pelo passado, o desencanto pelo presente e a confiança no futuro, a reabilitação e a requalificação urbanas têm estado sujeitas a contingências que as colocam entre ensejos de um preservacionismo rígido e ambições de execução de uma política de tábua rasa.

Não é, de facto, de todo despicendo retratar a reabilitação dos centros urbanos como prática ideológica (Mora, 1993). Walter Benjamin (1997) terá sido dos primeiros a lembrá-lo a propósito dos trabalhos empreendidos por Haussman em Paris, cuja força motora era uma inabalável confiança no futuro e uma conseqüente desconfiança do passado. A importância que tem vindo a ser conferida aos centros históricos, assim como às zonas urbanas a refuncionalizar e a requalificar, no âmbito das políticas urbanas, não deixa de se fazer acompanhar por imagens idealizadas do passado, numa paixão desmedida, cujos interesses díspares nem sempre são facilmente descortináveis.

Essas imagens, ao invés de facilitarem as operações de reabilitação e de requalificação dos centros urbanos e das zonas maltratadas pelos processos de urbanização, constituem frequentemente obstáculos sérios às intervenções que é necessário concretizar, na medida em que tendem a encarar os centros históricos, e o seu “triste presente” (Frias e Peixoto, 2002), como paraísos perdidos de algo que utopicamente se pensa ser possível recuperar. Essa forma de olhar para os centros históricos, que, nas operações urbanas de larga escala, encontra o seu equivalente no anseio em dispor de um espaço liso que permita toda a criatividade, revela, por vezes, uma enorme confiança num futuro tantas vezes prometido pelas políticas de reabilitação e de requalificação e tão frequentemente difícil de confirmar na realidade.

Ainda que os centros históricos representem figurativamente vantagens perdidas com a evolução da cidade moderna, e que essas vantagens, relativas

metade dos anos 1970 e início da década de 1980 conhecem a fase da reabilitação urbana fachadista. A requalificação urbana, mais assente nas noções de património e de espaço público é típica dos anos 1990 (Aguiar, s. d.).

à miscibilidade de funções num espaço limitado, possam ser proficuamente recuperadas com benefícios para a cultura urbana, não podemos esquecer, como o fazem tantas vezes as ideologias da reabilitação urbana que sustentam esses discursos, que os núcleos urbanos antigos tinham os seus aspectos sórdidos que limitavam as condições de vida. De igual modo, encarar as novas áreas urbanas requalificadas a partir das vantagens da sua plasticidade e do poder criativo que encerram relativamente à construção de novos cenários com um forte impacto visual pode resultar numa confiança excessiva, e não confirmável, do poder do espaço em, por si só, criar novas sociabilidades que fomentem o uso do espaço público. Pretender intervir nos centros históricos querendo fazer deles aquilo que eles nunca foram, numa lógica de sustentação de comunidades imaginadas (Anderson, 1991; Menezes, 2005) e da criação de imagens forjadas que apelam aos bons velhos tempos de um passado longínquo e harmonioso (Lowenthal, 1989), redundam recorrentemente na constatação ingrata de muitas intervenções em áreas urbanas antigas que, movidas por imagens idealizadoras, se vêem obrigadas a reconhecer que os centros históricos já não são, afinal, aquilo que nunca foram (Peixoto, 2004). Por outro lado, idealizar usos sociais para um espaço enobrecido a partir de operações urbanísticas de larga escala pode concretizar um hiato entre a cidade projectada e a cidade vivida, servindo esse hiato apenas para relevar que esses espaços requalificados tardam, afinal, a tornar-se naquilo que ‘seguramente’ seriam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV (1992), *Reabilitação Urbana – Gabinetes Técnicos Locais*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte.
- AAVV (2005), *Políticas públicas de revitalização urbana. Reflexão para a reformulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN*. Relatório final do Observatório do QCA III. Lisboa: ISCTE/CET.
- AGUIAR, José; Cabrita, António Reis; Appleton, João (1997), *Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais*. Lisboa: LNEC.
- AGUIAR, José (s. d.), “L’expérience de réhabilitation urbaine du GTL de Guimarães: stratégie, méthode et quelques questions disciplinaires”. *Processo de candidatura do centro histórico de Guimarães a património mundial*. Guimarães: Gabinete Técnico Local, 198-235 (Anexo III).
- ALHO, Carlos e Cabrita, António Reis (1988), “Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu”. *Sociedade e Território*, 6, 131-135.
- ANDERSON, Benedict (1991), *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.
- ASHWORTH, Gregor J. (1994), “From History to Heritage — From Heritage to Identity. In Search of Concepts and Models”, in Greg Ashworth e P. Larkham [eds.], *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 13-30.
- BENJAMIN, Walter (1997), “Paris, capital do século XIX” in Carlos Fortuna [Org.], *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 67-80.
- CASARES, Carlos (1997), “Recuperación de espacios en cascos históricos”. *Actas do Congresso Ciudades Históricas Vivas Ciudades del Pasado: Pervivencia e Desarrollo*, Vol. I, 173-177.
- CCRN (1998), *Glossário de termos. Ordenamento do território, ambiente, património cultural, reabilitação urbana*. Porto: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e Comissão de Coordenação da Região Norte.
- CHOAY, Françoise (1992), *L’Allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil.
- CORREIA, Miguel Brito e Lopes, Flávio (2004), *Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CriDaup (s. d.), “CriDaup – Glossário”. Página consultada em 15 de Novembro de 2005. (Disponível em http://iuavbc.iuav.it/cri_daup/glossario_urbanistica.htm).
- FARIA, Carlos (1992), “Reabilitação urbana: balanço de um movimento” in AAVV, *Reabilitação urbana. Gabinetes técnicos locais*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte, 47-73.

- FERREIRA, Vitor Matias e Craveiro, Maria Teresa (1989), “Reabilitar ou requalificar a cidade? *Sociedade e Território*, 10/11, 71-76.
- FIELDEN, Bernard M. (1994), *Conservation of Historic Buildings*. Oxford: Butterworth Heinemann.
- FRIAS, Aníbal e Peixoto, Paulo (2002), “Representação imaginária da cidade. Processos de racionalização e de estetização do património urbano de Coimbra”. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 183.
- GOTTDIENER, Mark e Budd, Leslie (2005), *Key Concepts in Urban Studies*. Londres: Sage.
- GRIEVE, Neil (s. d.), “The Urban Conservation Glossary”. Página consultada em 3 de Outubro de 2005. (Disponível em www.trp.dundee.ac.uk/research/glossary/glossary.html).
- LOWENTHAL, David (1989), “Nostalgia Tells it Like it Wasn’t”, in Christopher Shaw e Malcom Chase [Orgs.], *The Imagined Past – History and Nostalgia*. Manchester e Nova Iorque: Manchester University Press, 18-32.
- MENEZES, Marlucci (2005), “Património urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria”. *Cidades*, 11, 67-83.
- MORA, Alfonso Alvarez (1993), “La renovation de los centros urbanos como practica ideológica”. *Ciudades*, 1, 19-35.
- NEVES, Ana Paula (1997), “A reabilitação urbana/ambiente no ordenamento do território”. *Actas do IV Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico*. (Regionalização e Identidades Locais: a preservação e reabilitação dos centros históricos). Lisboa: Edições Cosmos, 215-218.
- PEIXOTO, Paulo (1997), *Imagens e usos do património urbano no contexto da globalização*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra.
- PEIXOTO, Paulo (2004), “A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 183-204.
- SANTOS, Lusitano e Santos, Eurico Múria (1989), “Reabilitação urbana na Região Centro”. *Sociedade e Território*, 9, 10-21.
- SCHWARTZ, Hugh (2004), *Urban Renewal, Municipal Revitalization: The Case of Curitiba, Brazil*. Falls Church: High Education Publications.
- SIRCHAL – Site International sur la revitalisation des centres historiques des villes d’Amérique Latine et des Caraïbes (1995), “Accdocs – Glossaire”. Página consultada em 23 de Maio de 2005. (Disponível em <http://www.archi.fr/SIRCHAL/glossair/glosdeff.htm>).

4. A CIDADE NO DIÁLOGO ENTRE DISCIPLINAS

Heitor Frúgoli Jr.

Não existe contexto urbano dado *a priori*, apenas aquele construído por análises e interpretações. As cidades têm sido estudadas, de longa data, por diversas ciências, e nisso reside uma força, bem como desafios decorrentes da natureza dos debates multidisciplinares em torno de tal objeto. Entre tais interlocuções – tanto as proveitosas¹ quanto outras mais ásperas ou conflituosas² que marcam esses diálogos –, deter-me-ei principalmente ao campo das ciências sociais, com ênfase na antropologia urbana,³ em certas interfaces com a sociologia. A partir desse ponto de vista, é possível delinear temas, âmbitos e fronteiras que demarcam a própria cidade – ainda mais porque a inserção nesse campo só faz sentido quando voltada ao fortalecimento disciplinar, com objetos e métodos próprios que dialoguem e busquem incorporar, numa perspectiva hierárquica, outros campos de saber.

Tratar-se-á aqui do contexto urbano⁴ redefinido principalmente pelo ciclo de modernidade ocorrido a partir de meados do século XIX, assinalado por um forte desenraizamento populacional do campo, industrialização e mudanças

¹ Sobre a prática da interdisciplinaridade como processo controlado de empréstimos recíprocos para a realização de leituras renovadas da realidade social, ver Lepetit (2001 [1990]: 31-43).

² Um exemplo reside nas interlocuções entre urbanistas e cientistas sociais, já que os primeiros, muitas vezes comprometidos com a consecução de projetos, costumam recorrer a categorias problemáticas, como “êxito” ou “fracasso” (Rivière d’Arc, 2003), ao passo que aos pesquisadores cabe, dentre outras, a produção de uma crítica radical das idéias correntes e da racionalidade dominante (Kowarick, 2000: 117-34).

³ Sobre a constituição de uma antropologia urbana brasileira e portuguesa no campo dos estudos urbanos, ver Velho (1999) e Cordeiro (2003); sobre as interlocuções entre antropologia e sociologia brasileiras, ver Frúgoli Jr. (2005).

⁴ Uma representação corrente sobre a formação das cidades ocidentais nos remete, em geral, ao declínio do feudalismo e à formação do capitalismo; isso é, todavia, alvo de controvérsias, já que para certos autores, uma significativa dimensão cidadina – troca, informação, vida cultural – articulava-se já no período medieval (Le Goff, 1998). Outro desafio diz respeito à própria delimitação do que sejam cidades ocidentais; em Pamuk (2007 [2003]) há uma rara descrição literária, marcada pela melancolia (*hüzün*), sobre Istambul (Turquia) – metrópole situada numa fronteira particular entre Oriente e Ocidente –,

fisionômicas e socioculturais que marcaram, inicialmente em Paris, a emergência da cidade moderna,⁵ experiência marcada, dentre outros atributos, pela diversidade como fundamento da vida pública.⁶

Na Berlim da época, marcada por mudanças vertiginosas,⁷ Simmel (2005 [1903] e 2006 [1917]) sublinhou a configuração do anonimato e da impessoalização, cujo contato cotidiano entre estranhos nos espaços públicos seria marcado pela combinação entre proximidade física e distância social, ocasionando a criação de estilos de vida caracterizados pela personalidade *blasé* – atitudes de reserva frente a um mundo hostil, objetivado e em rápida mudança – e pelas relações de sociabilidade – formas lúdicas e recíprocas de associação e interação, sem caráter instrumental. Tais conceitos, caracterizados numa certa perspectiva por um “relacionalismo ontológico”,⁸ sublinhariam uma sociologia distante do holismo durkheimiano (marcado pela predominância do social sobre o individual) e teriam uma influência consistente sobre os estudos urbanos posteriores.⁹

incluindo uma reconstituição dos olhares estrangeiros ocidentais sobre a mesma, como o de Le Corbusier (2007 [1966]).

⁵ Para uma interpretação instigante sobre a modernidade como um regime de desigualdades e diferenças, ver Clark (2004 [1984]).

⁶ Coube a Jacobs (2003 [1961]) uma definição referencial de diversidade urbana, com base em sua experiência de moradora e freqüentadora das ruas de Greenwich Village (Nova York), ao defender a vitalidade das ruas, marcadas pela convivência envolvendo uma grande diversidade de tipos humanos, mas tornada possível através da variedade de funções e de um sentido comunitário existente. Sua crítica à suburbanização norte-americana e às perspectivas modernistas inspiradas em Le Corbusier, entretanto, foram depois ressignificadas por arquitetos pós-modernos, que definiram uma “estética da diversidade” articulada a interesses do mercado imobiliário (Harvey, 1992: 69-96). Em São Paulo, gestores de políticas voltadas à “requalificação urbana” (Frúgoli Jr., 2000) têm recentemente acionado discursivamente a noção de diversidade para combater a suposta homogeneidade de áreas urbanas marcadas apenas pela pobreza, invertendo um uso político costumeiro do conceito, ligado à ampliação de grupos constitutivos, e não à sua restrição. Deve-se, assim, pensar numa reconstituição antropológica das matrizes discursivas de tal visão urbanística, que retome e aprofunde a idéia de diversidade como conceito crítico.

⁷ Ver um cenário detalhado em Waizbord (2000), especialmente no capítulo “A cidade, grande e moderna” (p. 311-40).

⁸ Segundo Vandenberghe (2005), em Simmel nem sociedade nem indivíduo como tais seriam reais, a não ser por suas implicações recíprocas.

⁹ Para mais detalhes sobre a noção de interação social em Simmel e suas influências posteriores, ver o capítulo de Fraya Frehse desta coletânea.

Uma reflexão mais voltada às especificidades empíricas e territoriais da esfera urbana¹⁰ surgiu com a Escola de Chicago, de onde nasceu o conceito de cultura urbana. Nas primeiras décadas do século XX, investigações tomaram tal metrópole como “laboratório de mudança social”, com enfoque nas áreas da migração, segregação étnica, marginalidade, prostituição e delinquência, baseadas num amplo programa de pesquisas formulado por Park (1987 [1916]), que difundiu de forma eclética as idéias de Simmel, articulando-as a influências durkheimianas,¹¹ como no conceito de região moral, relativo a determinadas áreas urbanas que aglutinariam grupos de interesse, tipos vocacionais ou grupos étnicos específicos.

Introduzindo assim uma concepção espacializada do social, que tomava a cidade como “variável independente”, tal escola inspirou pesquisas conduzidas inicialmente por sociólogos que, orientadas etnograficamente, chegaram a vários resultados empíricos contrapostos às premissas teóricas da “desorganização social”, posto que constatavam grupos e territórios marcados por lógicas internas diferenciadas de organização e ordenação. Isso não levou, entretanto, a uma revisão significativa das referências teóricas, numa tensão que veio depois a ser equacionada de forma distinta, no interior de outras disciplinas, como no caso da antropologia urbana.¹² Não se concebia, então, que a antropologia tivesse uma contribuição substancial à compreensão das cidades, bem como se revelavam aspectos de uma polêmica “divisão de trabalho”, cabendo, naquela concepção, à sociologia a “macro-teoria” e à antropologia, apenas os “métodos de pesquisa empírica qualitativa”. Sobre tais questões e tensões, Stocking Jr. (2004) aponta que na Universidade de Chicago, o Departamento de Sociologia e Antropologia (com hegemonia da primeira) foi fundado em 1892 e o de Antropologia apenas em 1929. De um modo geral, estudantes com vocação antropológica, mas com certo interesse na atmosfera urbana de Chicago – marcada pela variedade étnica, riqueza cultural, solidão anômica e corrupção – acabavam por enveredar pela sociologia. Tal atmosfera de marginalidade cultural da antropologia veio a ser parcialmente interrompida a partir dos estudos de Redfield, que estabeleceu um novo plano de diálogo entre ambas as disciplinas.

¹⁰ Ver quadro detalhado em Eufrazio (1999).

¹¹ Tal questão é mapeada com clareza por Levine (1971); sobre as influências de Park na Escola de Chicago, ver Becker (1996).

¹² Para mais detalhes, ver Hannerz (1980: 19-58).

Dentre as principais referências teóricas posteriores, Wirth (1987 [1938]) tomou o urbanismo como “modo de vida” – um mosaico denso e heterogêneo de mundos sociais onde predominariam a impessoalidade, as relações instrumentais e o enfraquecimento dos laços de parentesco. Outra referência, já mencionada e que dialogava com a anterior, era a de Redfield (1947), antropólogo que a partir de pesquisas na aldeia de Tepoztlán (México), formulou o conceito do *continuum* folk-urbano, cuja abordagem, de cunho evolucionista, inspirou tanto os estudos de comunidade, quanto definiu especificidades da dimensão urbana.¹³ Outro campo da antropologia urbana se consolidou a partir dos trabalhos de Lewis sobre a mesma Tepoztlán e sobre migrantes rurais na Cidade do México, que permitiram ao autor um conjunto de críticas ao *continuum* folk-urbano, bem como uma complexificação do conceito de cultura urbana, dado que as práticas de tais migrantes seriam pautadas pela recriação e reforço de vários hábitos familiares, comunitários, religiosos, medicinais *etc.* (Lewis, 1951 e 1976 [1965]). Com isso, as relações entre cidade e campo, ou, num outro sentido, entre modernidade e tradição, passaram a constituir novos desafios, tendo em vista contextos urbanos marcados por novas versões de diversidade, nos quais os migrantes e outros grupos marginalizados suscitavam especial atenção.

Dimensões socioculturais da urbanização na América Latina – marcada por processos de desigualdade, precariedade e pobreza – atraíram, nos anos 1970 e 1980, novas atenções da antropologia e da sociologia, cujos diálogos disciplinares renovados auxiliaram a delimitar os enfoques de cada perspectiva.

No campo da sociologia, delimitou-se um quadro distinto do anterior: vários autores da corrente marxista que se desenvolveu na França¹⁴ dos anos 1960 em diante, criticavam o culturalismo da Escola de Chicago, bem como a ausência de reflexões mais claras sobre dimensões determinantes no plano da economia e da política, tratando assim a cidade como “variável dependente”. Havia desse modo a busca de explicações “macroestruturais”, cuja referência inicial foi o marxismo estruturalista, assinalado por uma “estrutura sem sujeitos” (Althusser, 1974), em que a cidade estaria basicamente subordinada ao processo de reprodução da força de trabalho. A emergência posterior de um conjunto de movimentos sociais por moradia e equipamentos urbanos cole-

¹³ As articulações teóricas entre Wirth e Redfield são trabalhadas em profundidade por Hannerz (1980: 59-118).

¹⁴ Com destaque inicial para Castells (1983 [1972]).

tivos, entretanto, ensejou uma gradativa relativização dessa posição, vindo a reforçar uma inseparabilidade entre o urbano e a política, e que se traduziu, no plano teórico, por uma forte aproximação entre tal sociologia e a ciência política.¹⁵

Já no campo da antropologia urbana brasileira, muitas pesquisas desse período voltaram-se, embora não exclusivamente, para áreas periféricas ou favelas, buscando compreender temas como modos de vida, estratégias de sobrevivência, formas de sociabilidade, práticas religiosas, representações políticas, tráfico de drogas e redes de parentesco e vizinhança, com ênfase particular em dimensões cotidianas e representações simbólicas.¹⁶ Sublinhava-se a necessidade de compreensão dos vários atores sociais da cidade, marcada por forte divisão social do trabalho, redes diversificadas e múltiplos focos de produção simbólica (Velho & Viveiros de Castro, jan./1978). Foi um período no qual a compreensão das particularidades dessas dimensões urbanas levou à necessidade de diferenciações entre cultura e ideologia, ou num outro prisma, a problemas decorrentes, em vários casos, de abordagens etnográficas com grupos marginalizados em processo de “cidadanização”, concomitantes à utilização de conceitos clássicos que, voltados à interpretação de realidades distintas daquelas as quais originalmente se referiam, tornavam-se então apenas alusivos ou metafóricos, quando não redutores ou antagônicos, sofrendo assim uma série de “deslizamentos semânticos” (Durham, 2004 [1986]).¹⁷

Nessa época, Hannerz (1980) produziu um trabalho referencial na antropologia urbana, com um balanço sistemático¹⁸ e pistas valiosas de investigações. Com base no enfoque em domínios ou estruturas sociais como lar e parentesco, abastecimento, lazer, vizinhança e tráfego, para o autor uma antropologia da cidade deveria buscar entendê-los em si e em suas várias inter-relações. Tais estudos, ao atingirem uma diversificação expressiva, pode-

¹⁵ Para um panorama a respeito do contexto brasileiro, ver Kowarick (1997), lembrando que várias reflexões em curso na América Latina sobre redemocratização e cidadania passavam consideravelmente pelo crivo desses enfoques.

¹⁶ Ver um balanço do campo da antropologia urbana brasileira do período, com enfoques sobre o que a autora denomina “alteridade próxima”, em Peirano (1999).

¹⁷ Num balanço mais recente, Fonseca (2005) avalia os riscos ligados a etnografias da pobreza cujos textos adquirem uma problemática dimensão militante, mas também aponta os limites de abordagens centradas apenas em etnia, gênero e geração, buscando manter aberta a hipótese da classe social como um dos organizadores de idéias e comportamentos.

¹⁸ Que inclui a Escola de Manchester, que não será aqui abordada.

riam deixar transparecer as conexões e cruzamentos que compõem a cidade, entendendo-a, portanto, como “rede de redes”. O próprio Hannerz (1969) realizou pesquisas que oscilaram entre apresentar o contexto urbano apenas como lócus de análise – como o enfoque sobre uma unidade de vizinhança afro-americana em Washington D. C. – e outras dentro do espírito acima descrito – como a feita em Kafanchan (Nigéria) (Hannerz, 1982), visando captar um conjunto conectado de atividades e cenas urbanas, capazes de revelar pequenas unidades sociais integrantes da estrutura urbana mais abrangente. Em entrevista ao final da década passada, seu balanço sobre a antropologia urbana indicava, apesar da quantidade significativa de boas etnografias, uma tarefa ainda a realizar: uma contribuição teórica mais consistente ao pensamento antropológico geral, com base no exame de fatores não tão facilmente encontráveis em outros lugares que não a cidade, que deveria ser o lugar estratégico para uma reflexão sobre a cultura em termos da organização da diversidade (Hannerz, 1999: 154-5).

Curiosamente, foi na França da década de 1980 que passou a ocorrer uma retomada crítica de Simmel e da Escola de Chicago pela sociologia, decorrente, por um lado, da necessidade de se investigar fenômenos de imigração, urbanização e pluralismo cultural no contexto francês, e de outro, de certo declínio tanto do estruturalismo quanto do materialismo histórico, evitando-se também as imposições da escola durkheimiana.¹⁹ Tendo como foco o cidadão – que ocupa espaços urbanos, desloca-se por seus diversos territórios e estabelece relações de proximidade e distância com outros cidadãos, em contextos específicos e situados –, para Joseph (2005 [1998]: 118-119) a cidade é vista menos como espaço consensual do que de desterritorialização, ou seja, “torna-se essa unidade desconcertante de um espaço físico de locomoção e de um espaço abstrato de comunicação que costumamos chamar de espaço público”. Nessa linha, deve-se evitar a idealização iluminista das qualidades previamente desejadas com relação ao espaço público, buscando reconstituir o que efetivamente emerge de encontros públicos específicos, ligados à capacidade de cada sociedade de fazer com que os vínculos sociais ganhem consistência. Dessa forma, para o autor, o cidadão não se reduz à figura do transeunte, tampouco coincide obrigatoriamente com a do cidadão, já que a cidade simultaneamente atrai e repele seus habitantes entre si.

¹⁹ Ver mais detalhes na entrevista com Joseph (2000).

No campo da antropologia urbana francesa, Agier (1999) retomou a prática etnológica no plano da micro-escala cotidiana, a partir de contatos principalmente com cidadãos situados em contextos marcados pela informalidade, precariedade ou ilegalidade, visando atingir, indutivamente, significados urbanos mais abrangentes, paradoxalmente mais otimistas que os diagnósticos de estudiosos que tendem a enfatizar a “não-cidade”, os “não-lugares” ou o “pós-urbano”. Nessa linha, o autor adota o conceito de sociabilidades alargadas para compreender o modo como esses indivíduos (ou pessoas, numa perspectiva antropológica mais precisa) constroem redes mais amplas de relação, com base em vínculos de parentesco, vizinhança, lazer ou associativismo.²⁰ Tais redes representariam, assim, espécies de esferas de continuidade entre os espaços mais próximos desses habitantes e dos quadros públicos de criação e representação de identidades coletivas.²¹ Tal domínio, estabelecido através de uma sucessão mediada de proximidades sociais e incluindo uma margem considerável para escolhas eletivas, basear-se-ia em dinâmicas de redes cuja ampliação incessante levaria, em última instância e numa perspectiva totalizante, à já mencionada compreensão da cidade enquanto “rede de redes”.²²

Deve-se ressaltar, na linha dos debates mais recentes entre disciplinas, acima descritos, a consistente contribuição da micro-história, inicialmente italiana e depois francesa, às abordagens sobre a cidade, principalmente quanto à possibilidade de superação da já aludida oposição entre “macro” e “micro”. Com ênfase na prática dos atores sociais e nas capacidades interpretativas situacionais e diferenciadas dos mesmos,²³ e atenta aos processos de estruturação da sociedade através da interação, em outras palavras, ao pensar a sociedade como uma categoria da prática, tal perspectiva analítica coloca em evidência o princípio da variação da escala, variação essa que é estabelecida, em primeiro lugar, pelos próprios atores sociais (Lepetit, 1998 [1993] e

²⁰ Para uma análise instigante sobre a formação de múltiplas redes locais e suas articulações com contextos mais abrangentes, assentada no bairro da Alfama (Lisboa), ver Costa (1999).

²¹ Que não devem ser encaradas, mostra o autor, apenas em sua positividade, pois no interior das mesmas pode-se observar várias modalidades de clientelismo.

²² Como já propusera Hannerz (1980).

²³ O que implica uma visão crítica sobre os diálogos anteriores entre história e antropologia estabelecidos por Darnton (1986) com a perspectiva geertziana, ambos ligados a uma visão da cultura como mundo de signos plenamente compartilhados (Lepetit, 1998 [1993]: 85-6).

2001 [1995]). Isso acarreta uma desierarquização da relação macro-micro, ao considerar que em cada escala há uma capacidade explicativa envolvida, e o que importa é realizar mudanças da mesma, ao se acompanhar detidamente o fio de determinadas tramas, em suas multiplicidades de espaços e tempos, e de escolhas realizadas pelos agentes em campos diversos e desiguais. A ênfase nos conflitos, negociações e transações provisórias vividos em redes de relações situadas levam ao enfoque num espaço relacional urbano, que rejeita o uso apressado de propriedades abstratas apriorísticas e entitárias como Estado, mercado, modernização ou mesmo urbanização (Revel, 1998).

É oportuno, nessa altura, apontar outro tipo de diálogo, que se justapõe aos enfocados até aqui, no que se refere a relações entre abordagens francesas e brasileiras. Se é possível dizer que, no caso já mencionado de Agier, o autor estabeleceu, quando das pesquisas no contexto brasileiro (mais precisamente, no bairro da Liberdade, Salvador),²⁴ um significativo debate com os estudos urbanos em curso no país (1990 e 1998), mais recentemente, o trabalho sociológico da dupla franco-brasileira Telles e Cabanes (2006) busca compreender, através de etnografias experimentais concentradas na cidade de São Paulo, um panorama urbano razoavelmente alterado, segundo os autores, em relação a décadas passadas. Uma conjunção de fatores como as mutações no mundo do trabalho, revoluções tecnológicas e novos circuitos ampliados do mercado têm eliminado fronteiras entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, o lícito e o ilícito, com a criação de novas redes sociais e práticas urbanas cujas capilaridades seriam ainda mal conhecidas. Deve-se, desse modo, desvendá-las enquanto linhas de força situadas entre os pólos já citados, evitando os modelos dualizados de interpretação, e com isso buscando reconstituir um mundo não situado nas margens, mas no próprio centro da vida urbana.²⁵

Esse último trabalho, bem como alguns dos anteriores, beneficia-se do estudo de Grafmeyer (1995), sobretudo quanto às articulações e interdependências apontadas pelo autor entre trajetórias habitacionais, percursos ocupacionais e deslocamentos cotidianos, enquanto formas de mobilidade acionadas e redefinidas pelos sujeitos ao longo de suas existências, frente ao sentido das situações com as quais se confrontam e aos interesses em jogo

²⁴ Seu escopo de pesquisas também abrange cidades africanas, e mais recentemente, outras cidades latino-americanas.

²⁵ Ainda que se definam pontos de partida etnográficos situados em bairros periféricos, marcados por distintos graus de pobreza, precariedade e informalidade.

em tais envolvimento. Isso leva à necessidade da reconstituição da biografia desses cidadãos,²⁶ não apenas como sucessão regrada de posições ao longo da vida, mas um mapeamento das rupturas nos pertencimentos, das reorganizações nas atitudes e comportamento e das mudanças de espaço da vida, levando, por conseguinte, a trajetórias situadas simultaneamente no tempo e no espaço – esse último, simultaneamente registro particular da vida social, mediação e unidade de observação (Grafmeyer, 1995: 30-36).

Cabe frisar, a essa altura, que a ênfase no caráter relacional e situacional de atores e grupos sociais, em suas combinações entre fixação e circulação pela cidade, leva à necessidade de certa relativização de abordagens que tomam o espaço social de modo demasiadamente fixo ou geográfico, como no caso de vários estudos sobre segregação,²⁷ que pode ser compreendida cada vez mais como um conjunto de limitações dentro de um campo de mobilidade, de circulação e de acessibilidade a bens, serviços e relações (Joseph, 2005 [1998]).

Numa outra linha de pesquisas e reflexões, a crítica antropológica à associação unívoca entre grupos e territórios, ou sobre o isomorfismo entre espaço, lugar e cultura tem acarretado novos desafios à delimitação conceitual do espaço, com decorrências no modo de se produzir etnografias sobre o mesmo. Como mostram Gupta e Ferguson (2000 [1992]), uma das consequências de se pensar os espaços como autônomos é permitir que o poder da topografia oculte a topografia do poder, sendo necessário entendê-los por meio de conexões e interligações hierarquizadas, levando-nos ao equacionamento de relações entre os planos global e local, enquanto esferas articuladas dialeticamente, evitando-se um primado unidirecional de uma dimensão sobre outra.²⁸ Uma perspectiva relacionada a essa problemática, preocupada com as reestruturações e complexificações do plano espacial, diz respeito à proposta da prática etnográfica multi-localizada (Marcus, 1998 [1995]),²⁹ voltada justamente à necessidade de observação articulada de mundos sociais

²⁶ Na tradução para o português desse estudo de Grafmeyer, a palavra *citadin* (cidadino), muito recorrente no texto, torna-se cidadão, com prejuízos para uma presença mais precisa do termo, lembrando aqui as considerações já citadas de Joseph (2005 [1998]).

²⁷ Que não serão tratados neste texto.

²⁸ Um importante desdobramento dessa análise encontra-se em Gupta e Ferguson (1997).

²⁹ Talvez seja mais apropriado traduzir *multi-sited ethnography* para etnografia multi-localizada do que multi-situada, já que a segunda pode remeter, inadvertidamente, ao conceito de «situação».

interdependentes e interligados, ligada basicamente à atividade do seguir (ou perseguir): pessoas, objetos, metáforas, conflitos etc. Uma das decorrências inquietantes dessas perspectivas, de todo modo, é que tais investigações colocam em xeque a própria idéia do urbano como algo demarcável por certas fronteiras ou margens (mesmo que difusas).³⁰

Ainda que a dimensão do espaço venha sendo alvo de um conjunto significativo de problematizações, penso que não se pode, por outro lado, definir ou priorizar enfoques que simplesmente abram mão de tal esfera, que num certo plano é constitutiva da cidade. Isso diz respeito tanto ao local (ou locais) das pesquisas etnográficas (ou do ponto de partida das mesmas), quanto aos textos e reflexões que resultam das mesmas.³¹ Uma das pistas, a depender do recorte pretendido, pode ser um exame mais atento ao modo como determinadas noções territoriais correntes – centro, periferia, bairro etc. – podem ser apreendidas como espaços sociais, processos e um conjunto polifônico de representações e narrativas nativas (Frúgoli Jr., 2005).

Voltando ao início do texto, só faz sentido focar os diálogos entre disciplinas, se tivermos em vista o fortalecimento de enfoques disciplinares. Com base nisso, as palavras finais versarão sobre algumas relações contemporâneas entre antropologia e outras disciplinas, bem como entre antropologia e cidade.

Como mostra Peirano (1999), uma das marcas peculiares da antropologia praticada no Brasil é que a mesma tem realizado, há décadas, pesquisas e reflexões sistemáticas sobre graus distintos de alteridade situados no próprio território nacional, estabelecendo-se (junto com a sociologia), numa espécie de triangulação, uma relação privilegiada tanto com as tradições metropolitanas de conhecimento³² como com os próprios sujeitos de pesquisa. Isso reforça, num certo sentido, a sólida tradição, assinalada nos estudos urbanos, das contribuições inegáveis advindas do cruzamento de perspectivas entre várias áreas do saber.

Entretanto, reflexões em outros campos antropológicos, assentadas no reconhecimento do crescimento das práticas, na Europa e nos Estados Uni-

³⁰ Para uma ótima problematização a respeito, ver Herzfeld (2006).

³¹ Outros tópicos relevantes sobre a prática etnográfica no contexto urbano podem ser obtidos, nessa coletânea, no capítulo escrito por José Guilherme Magnani.

³² Na Inglaterra, França e Estados Unidos, muitas pesquisas antropológicas voltaram-se a contextos situados em outros países, embora tal característica venha passando por inflexões (Peirano, 2006 [1998]).

dos, de uma “antropologia em casa”³³ – nas quais questões relativas à etnografia e à reflexividade se tornam mais visíveis e problemáticas – têm levado a novos questionamentos do alcance das análises nas quais o antropólogo integra a própria sociedade ou cultura pesquisada. Sem haver uma reflexão profunda sobre as dimensões em jogo, há o risco de que tais enfoques se tornem versões variadas de uma “auto-antropologia”, marcada por uma série de limitações. Tal crítica também se estenderia a outras modalidades de saber, como a sociologia, o que, em suma, coloca em xeque os resultados advindos de diálogos disciplinares (Strathern, 1987; Peirano, 2006 [1998]). Desse modo, do ponto de vista de uma antropologia da cidade, residiria um impasse entre os reforços no diálogo entre disciplinas ou o abandono de tal perspectiva, em nome de uma radicalização disciplinar, com claras implicações no modo como os contextos etnográficos são efetivamente construídos.

Frente a esse quadro, deve-se observar que um conjunto de proposições que se desenham em determinadas linhas da antropologia contemporânea – como a radicalização da crítica às polaridades conceituais, a ênfase na desterritorialização,³⁴ o questionamento do conceito de sociedade em favor do de socialidade,³⁵ o enfoque preferencial sobre pessoas ao invés de indivíduos e a centralidade do conceito de redes (Strathern, 1996; Viveiros de Castro, 2002 [1996], Latour, 1994) – interpelam consideravelmente a antropologia urbana. Entretanto, tendo em vista os recortes anteriormente abordados – nos quais se enfatiza contextos urbanos marcados por um caráter relacional, situacional e espacial, os desdobramentos significativos do uso do conceito de sociabilidade,³⁶ o mapeamento de redes que configuram a própria noção de cidade, as práticas de variação de escala (e as decorrentes críticas a referências entitárias e macro-estruturais) e, por fim, as investigações que redefinem as próprias fronteiras fluidas da urbanidade –, pode-se afirmar que todo um campo de abordagens e reflexões se coloca de forma instigante, diante de nós, pesquisadores da cidade.

³³ *Anthropology at home*.

³⁴ Ver a abordagem sobre territorialidade itinerante em Perlongher (1987).

³⁵ Muito sinteticamente, a capacidade humana abstrata para o social, sem a determinação do caráter da relação, com ênfase no conceito de pessoa (Strathern, 1999: 54-5).

³⁶ Ver mais detalhes em Frúgoli Jr. (2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel (1998), “Lugares e redes: as mediações da cultura urbana” in Niemeyer, Ana M. e Godoi, Emília P. (orgs.), *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado das Letras, 41-63.
- AGIER, Michel (1990), “O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa ‘avenida’ em Salvador da Bahia”. *Tempo Social* vol. 2, nº 2, USP, São Paulo, 35-60.
- AGIER, Michel (1999), *L'invention de la ville: banlieues, townships, invasions et favelas*. Paris: Ed. des Archives Contemporaines.
- ALTHUSSER, Louis (1974), *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença.
- BECKER, Howard (1996), “A Escola de Chicago”. *Mana* vol. 2, nº 2, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 177-88.
- CASTELLS, Manuel (1983) [1972], *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CLARK, Timothy J. (2004) [1984], *A pintura da vida moderna: Paris na arte de Manet e de seus seguidores*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CORDEIRO, Graça Í. (2003), “A antropologia urbana entre a tradição e a prática” in Cordeiro, Graça Í.; Baptista, Luís V.; Costa, António F. da (orgs.), *Etnografias urbanas*. Oeiras: Celta, 3-32.
- COSTA, António F. da (1999), *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta.
- DARNTON, Robert (1986), *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal.
- DURHAM, Eunice (2004) [1986], “A pesquisa antropológica com populações urbanas” in Durham, Eunice, *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 357-76.
- EUFRASIO, Mário A. (1999), *Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. São Paulo: PPGS, USP/Ed. 34.
- FONSECA, Cláudia (2005), “La clase social y su recusación etnográfica”. *Etnografías contemporáneas*, 1 (1), Universidad Nacional de San Martín, 117-38.
- FRÚGOLI JR., Heitor (2005), “O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia”. *Revista de Antropologia* vol. 48, nº 1, São Paulo, Deptº. de Antropologia da USP, 107-24.
- FRÚGOLI JR., Heitor (2000), *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp.
- FRÚGOLI JR., Heitor (2007), *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GRAFMEYER, Yves (1995), *Sociologia urbana*. Sintra: Publicações Europa-América.

- GUPTA, Akhil e Ferguson, James (1997), "Discipline and practice: 'the field' as site, method and location in Anthropology" in Gupta, Akhil e Ferguson, James (ed.) *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1-46.
- GUPTA, Akhil e Ferguson, James (2000) [1992], "Mais além da 'cultura': espaço, identidade e política da diferença" in Arantes, Antônio A. (org.), *O espaço da diferença*. Campinas: Ed. da Unicamp, 30-49.
- HANNERZ, Ulf (1999), "Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização". *Mana* vol. 5, nº 1, Rio de Janeiro, Museu Nacional (entrevista concedida a Fernando Rabossi), 149-55.
- HANNERZ, Ulf (1982), "Washington and Kafanchan: a view of urban anthropology". *L'Homme, Revue Française d'Anthropologie* vol. 22, nº 4, Paris, 25-36.
- HANNERZ, Ulf (1980), *Exploring the city: inquiries toward an Urban Anthropology*. New York: Columbia University Press.
- HANNERZ, Ulf (1969), *Soulside: inquiries into ghetto culture and community*. New York: Columbia University Press.
- HARVEY, David (1992), *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- HERZFELD, Michael (2006) [2001], "Borders/Nodes/Groupings" in Herzfeld, Michael, *Anthropology: theoretical practice in culture and society*. London, Oxford, Carlton: Blackwell, 133-51.
- JACOBS, Jane (2003) [1961], *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- JOSEPH, Isaac (2000), "A Escola de Chicago". *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* nº 49, Rio de Janeiro, ANPOCS (entrevista concedida a Licia do Prado Valladares e Roberto Kant de Lima), 3-13.
- JOSEPH, Isaac (2005), "A respeito do bom uso da Escola de Chicago" [1998] in Valladares, Licia do P. (org.), *A Escola de Chicago: impactos de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Ed. UFMG/ IUPERJ, 91-128.
- KOWARICK, Lúcio (1997), "Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa história recente". *Espaço & Debates*, ano XII, nº 40, São Paulo, NERU, 105-13.
- KOWARICK, Lúcio (2000), *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34.
- LATOURET, Bruno (1994), *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Ed. 34.
- LE CORBUSIER (Charles Edouard Jeanneret) (2007) [1966], *A viagem do Oriente*. São Paulo: Cosac Naify.
- LE GOFF, Jacques (1998), *Por amor às cidades (conversações com Jean Lebrun)*. São Paulo: Ed. Unesp.

- LEPETIT, Bernard (2001) [1995], “A história leva os atores a sério?” in Lepetit, Bernard, *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp (org. de Heliana A. Salgueiro), 227-44.
- LEPETIT, Bernard (2001) [1990], “Proposições para uma prática restrita da interdisciplinaridade” in Lepetit, B., *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp (org. de Heliana A. Salgueiro), 31-43.
- LEPETIT, Bernard (1998) [1993], “Sobre a escala na história” in Revel, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 77-102.
- LEVINE, Donald N. (1971), “Introduction” in: Levine, Donald N. (ed.). *Simmel: on individuality and social forms*. Chicago/London: Chicago University Press, ix-lxv.
- LEWIS, Oscar (1976) [1965], “Outras observações sobre o continuum folk-urbano com referência à Cidade do México” in Hauser, Phillip M. e Schnore, Leo F. (orgs.), *Estudos de urbanização*. São Paulo: Livraria Pioneira, 461-72.
- LEWIS, Oscar (1951), *Life in a Mexican village: Tepoztlán restudied*. Urbana: University of Illinois Press.
- MARCUS, George E. (1998) [1995], “Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography” in Marcus, George E., *Ethnography through thick and thin*. Princeton: Princeton University Press, 79-104.
- PAMUK, Orhan (2007) [2003], *Istambul: memória e cidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PARK, Robert E. (1987) [1916], “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” in Velho, Otávio G. (org.), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 26-67.
- PEIRANO, Mariza (1999), “Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)” in Miceli, Sérgio (org.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo/Brasília: Sumaré/ANPOCS, vol. 1 (Antropologia), 225-66.
- PEIRANO, Mariza (2006), [1998], “Antropologia at home” in Peirano, Mariza, *Teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 37-52.
- PERLONGHER, Néstor (1987), *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed..
- REDFIELD, Robert (1947), “The folk society”. *American Journal of Sociology* n. 41, Chicago, 293-308.
- REVEL, Jacques (1998), “Microanálise e construção do social” in Revel, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 15-38.
- RIVIÈRE D’ARC, Hélène (2003), “Metrópolis y recuperación urbana: ¿la comparación Europa-América Latina es pertinente?”. *América Latina* nº 3, Santiago, Arcis, 45-61.

- SIMMEL, Georg (2006) [1917], “A sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal)” in Simmel, G., *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 59-82.
- SIMMEL, Georg (2005) [1903], “As grandes cidades e a vida do espírito”. *Mana* vol. 11, nº 2, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 577-91.
- STOCKING JR., George W. (2004), “Antropologia em Chicago: a fundação de um departamento independente – 1923-1929” in Peixoto, Fernanda A., Pontes, Heloísa e Schwarcz, Lília M. (orgs.), *Antropologias, histórias, experiências*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 15-59.
- STRATHERN, Marilyn (1996), “For the motion (1) (1989 debate: The concept of society is theoretically obsolete)” in Ingold, Tim (ed.), *Key debates in Anthropology*. London/New York: Routledge.
- STRATHERN, Marilyn (1999), “No limite de uma certa linhagem”. *Mana*, vol. 5, nº 2, Rio de Janeiro, Museu Nacional (entrevista concedida a Eduardo Viveiros de Castro e Carlos Fausto), 157-76.
- STRATHERN, Marilyn (1987), “The limits of auto-anthropology” in Jackson, Anthony (ed.), *Anthropology at home*. London New York: Tavistock.
- TELLES, Vera da S. e Cabanes, Robert (orgs.) (2006), *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas.
- VANDENBERGHE, Frédéric (2005), *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru/Belém: Edusc/EDUFFA.
- VELHO, Gilberto e Viveiros de Castro, Eduardo (1978), “O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica”. *Artefato* nº 1, Rio de Janeiro, CEC.
- VELHO, Gilberto (1999), “Apresentação” in Velho, Gilberto (org.), *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 7-10.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (2002) [1996], “O conceito de sociedade em antropologia” in *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 295-316.
- WAIZBORT, Leopoldo (2000), *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Ed. 34.
- WIRTH, Louis (1987) [1938], “O urbanismo como modo de vida” in Velho, Otávio G. (org.), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 90-113.

5. CULTURAS POPULARES NA CIDADE

Sérgio Ivan Gil Braga

O conceito de cultura popular depreende-se de lugares e de épocas determinadas. Considero ainda sugestivo partir da idéia de fronteiras nacionais e de segmentos sociais com interesses difusos, enquanto referenciais para descrição e análise de manifestações populares. Assim, pode-se falar de culturas populares brasileiras, portuguesas e de outras mais. De natureza híbrida ou mestiça, de bricolage resultante de empréstimos e trocas levadas ao infinito, mas sempre trocas, alternâncias de um erudito que pode virar popular e vice-versa dependendo do compromisso de tais práticas culturais com um tempo e lugar.

Néstor Garcia Canclini (1997), quando escreve sobre “culturas híbridadas” ou populares e o “sentido da história”, tem dúvidas se a aculturação à modernidade de culturas tradicionais seria o melhor caminho para a América Latina, considerando que as “tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar”.

De fato, a pressão da modernidade se faz sentir de forma crescente sobre sujeitos que habitam diferentes lugares no mundo, exigindo como contrapartida muitas vezes respostas imediatas e nem sempre criando espaço para negociações de identidades.

Para esta questão, ainda, não temos resposta, apenas proposições, que podem orientar o nosso estudo das culturas populares tomando como referência o Brasil. Para começar a pensar, busco auxílio em uma afirmação de François Laplantine e Alexis Nouss (1997: 79): “em lugar das ficções de pertença identitária, ou do pensamento da fusão, propomos o nem exclusivamente português, nem apenas índio, nem completamente africano dos brasileiros”. A natureza híbrida ou mestiça das culturas que se encontram na cidade. Esta caminhada, entretanto, é longa e cheia de obstáculos.

Partindo deste entendimento, seria difícil estudar culturas populares sem prévia descrição etnográfica, não raro confundida com descrição folclórica. O que, neste último caso, implicaria em não desconsiderar o uso de material etnográfico reunido por folcloristas brasileiros ao longo do século passado, preciosos registros de época com minuciosas descrições de manifestações populares ditas “folclóricas”, desde que se empreendesse a crítica de tais fon-

tes. Lembre-se, por exemplo, as contribuições de Mário de Andrade, Luís da Câmara Cascudo, Édison Carneiro, sobre o folclore brasileiro, ou de Mário Ypiranga Monteiro, no Amazonas, e de Vicente Salles, no Pará, de Jorge Dias e Jorge Veiga sobre o folclore de Portugal. Folcloristas que também assumiram a condição de historiadores, antropólogos e, num sentido mais amplo, de estudiosos da cultura popular nacional de um país e suas versões regionais.

Este ideal de vincular o popular ao Estado já havia ocupado Herder, à época de emergência do Estado nacional na Alemanha, enquanto “nacional popular” cujo “substrato de uma autêntica cultura nacional” fora buscado nas tradições populares, onde a “reflexão sobre a unidade nacional adquire um papel estratégico” (Ortiz, 1992: 22). Norbert Elias (1990: 25) tem entendimento semelhante sobre a relação entre Estado e cultura popular nacional, reconhecendo no conceito “Kultur” a própria “consciência de uma nação”; no caso, a já referida Alemanha, “que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: qual é, realmente nossa identidade?”; “o que é realmente alemão?”. Segundo o autor, estes questionamentos “reclamaram sempre resposta”, na perspectiva de uma “Kultur” ou ethos alemão, tomando como referência as expressões culturais populares.

Assim é que definimos a problemática deste texto, quando se trata de reconhecer traços culturalmente característicos de uma nação, expressões de diferentes segmentos sociais, que têm na cidade um espaço privilegiado para o estabelecimento de encontros sociais. Lugar de vivências transplantadas de um meio rural, mas também contexto de novas experiências sociais entrelaçadas com memórias radicadas em um passado nacional.

Na constituição brasileira promulgada em 1988 e atualmente em vigor, no artigo 215, é interessante observar a importância atribuída às “culturas populares”, ao lado das culturas “indígenas”, de “afrodescendentes” e de “outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”, onde se incluem os imigrantes de outras nações, que historicamente têm contribuído para o que se convencionou chamar de cultura brasileira. Quanto aos dois primeiros, a legislação ordinária tem assegurado em tese direitos aos indígenas e afrodescendentes para a reprodução de suas expressões culturais. No caso de imigrantes, e em especial de outros segmentos das culturas populares, o que caberia ressaltar, em termos legais, é o que prescreve o Decreto-Lei nº 3551 de 04 de Agosto de 2000, que instituiu o “registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”, além de criar o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”.

Neste caso, do patrimônio imaterial, caberia ao IPHAN promover e acompanhar administrativamente a identificação, levantamento e tombamento dos bens intangíveis ou de natureza imaterial da cultura brasileira, como “modos de fazer”, “festas”, “celebrações”, “lugares”, etc. A amplitude desta legislação contempla os interesses dos diferentes segmentos sociais anteriormente mencionados, mas representa sobretudo o único dispositivo legal que regulamenta a identificação e valorização das culturas populares brasileiras.

Nesta perspectiva, é que se deve entender os múltiplos e ao mesmo ambíguos sentidos atribuídos ao popular, quando se trata de associar tais expressões a um meio rural ou setores economicamente desfavorecidos em uma dada sociedade, diante de manifestações culturais supostamente eruditas. Na maioria das vezes, tornando o popular sinônimo de algo subalterno ou de mau gosto, culturalmente menor ou algo duvidoso enquanto prática cultural legítima.

Antônio Gramsci (1978) atribuiu aos intelectuais a capacidade de traduzir as manifestações folclóricas e, dentro do possível, transformar o que fosse considerado “mau senso” em “bom senso”, ou seja, cultura popular e folclore em cultura ou padrões socialmente aceites em uma dada sociedade, tomando como referência portanto as classes populares e sua produção cultural. Trata-se, neste caso, de reconhecer não somente a importância da cultura popular, como também do conteúdo político e transformativo dos segmentos populares, diferentes vivências sociais, que se expressam na literatura, nas tradições orais, na arte pictórica, na música, na dança, etc.

Nestes termos, se a cultura popular pode modificar o curso da história, que atributos ou mecanismos lhe seriam próprios a ponto de dialogar e, em certos casos, enfrentar um Estado institucionalmente constituído? Ou, mais recentemente, fazer-se representar institucionalmente no âmbito do próprio Estado, nem sempre sensível ou aberto aos propósitos populares? Dito de uma outra forma, ou melhor, assumindo a dimensão de questionamento: seria pertinente falar de Estados mais populares que outros, na relação estabelecida com as manifestações de cultura popular?

A pecha de “populismo” seria o melhor estereótipo que se conseguiu para o Estado que se apropria do popular no sentido de promover institucionalmente interesses que, em última instância, representam exclusão das camadas populares da sociedade.

A maioria das análises que se debruçaram sobre o estudo das manifestações da cultura popular sempre colocaram ênfase na presença do Estado, justamente porque precisavam deste referencial para captar a dinâmica das

culturas populares, aproximações e distanciamentos entre expressões populares e a instituição maior, o Estado. Ainda hoje se esperam políticas públicas voltadas para a cultura, mecenas esclarecidos, pão e circo de graça, um divertimento possível que represente um “desconto do cotidiano”. Estas e outras ações estão longe da essência da cultura popular, que tem mecanismos próprios de fruição e de reprodução, inclusive com impacto político em dimensões mais amplas da sociedade civil e a nível institucional, sem necessariamente depender de instituições oficiais.

De fato, por exemplo, se os grupos folclóricos de Manaus, as escolas de samba do Rio de Janeiro, os maracatus do Recife, as marchas de Lisboa à época das festas de Santo Antônio e tantas outras práticas de cultura popular dependessem de instituições oficiais para colocarem a festa na rua, certamente estas práticas não existiriam mais. Justamente porque aquele dinheiro prometido, quando vem, sempre chega tarde, existem mais situações contrárias do que favoráveis para botar o “bloco na rua”, mas enfim, a rua, o bairro, as pessoas, a cidade se for o caso entra em festa de qualquer forma.

Mas, então, o que seria próprio e característico da cultura popular, de essência, que estaria dentro e ao mesmo tempo fora do universo de relações institucionalmente constituídas, sem que caíssemos necessariamente na dicotomia e limites imprecisos entre o popular e o erudito? O que, em última instância, nos permitiria separar o popular do não popular, sem incorrer no juízo valorativo do espetáculo, do numericamente massivo e, por analogia, do mais ou menos popular?

O que chama à atenção nas manifestações populares no Brasil é o acesso a tais práticas, a “porta aberta”, a casa e sua extensão para a rua, a “dádiva” sem muita certeza da reciprocidade, ou seja: “prá gostar, deve-se entrar prá ver e quem sabe ficar”. Sem dúvida, há muito que relativizar neste entendimento, pois dependendo das características de um evento popular pode existir a necessidade do ingresso e outras contra-prestações, freqüentemente monetárias, em alguns casos um quilo de feijão, de açúcar e outros alimentos, que podem evoluir para eventos já pagos por empresas ou formas de financiamento privado com fins evidentes de publicidade e *marketing*. Sem esquecer inclusive a existência de uma legislação recente de fomento à cultura, que encontramos atualmente no Brasil, que faculta a busca de recursos na iniciativa privada para fomento das produções culturais.

Em 1991, foi sancionada a Lei nº 8313 de 23 de Dezembro de 1991. A chamada Lei Rouanet, entretanto, somente adquiriu efeitos legais em 1995, com a sua regulamentação. Tratava-se de buscar na iniciativa privada

recursos financeiros para a promoção e manutenção de atividades culturais, facultando aos contribuintes renúncia fiscal, recurso público devido à nação que seria convertido em investimento em produtores de diferentes gêneros artístico-culturais. Para se ter uma idéia, de 1995 até 2004, conforme dados apresentados por Bastos (2004), as principais empresas que se beneficiaram da Lei Rouanet, foram as seguintes: Petrobrás, Banco do Brasil, Correios e Telégrafos, empresas estatais; destacam-se também empresas de economia mista, como as dos setores elétrico e de telecomunicações. No entendimento de Bastos (2004), o processo de privatização fomentado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso não somente estimulou o compromisso de empresas estatais com investimentos na cultura, como também de empresas que assumiram o controle de setores estratégicos da economia até então na alçada de empresas estatais. Destaque-se também a participação não menos expressiva de empresas privadas na renúncia fiscal destinada à cultura, sobretudo entre o setor financeiro, através de bancos como o Bradesco, Itaú, HSBC, entre outros. Conclui-se, portanto, que o Estado abdicou da sua responsabilidade de financiamento da cultura, inclusive cultura popular, entregue agora à iniciativa privada, transformando ações ou políticas públicas em promoção mercadológica de interesse das próprias empresas.

Há que se reconhecer, entre as empresas mencionadas e outras mais, a criação inclusive de fundações de direito privado voltadas para definir prioridades de investimento, em função dos interesses corporativos das próprias empresas e do que entendem como vendável a nível de publicidade e interesses mercadológicos, que nem sempre correspondem com as especificidades das manifestações culturais populares de diferentes partes do Brasil, que continuam em grande parte desconhecidas. Esta é a principal crítica dos produtores culturais contra os investimentos facultados pela Lei Rouanet, quando dizem que os investimentos são destinados a quem não precisa ou já é conhecido no meio artístico-cultural.

Não é deste “popular” que estou falando, mas é a partir deste entendimento que se pode visualizar o popular, sobretudo porque práticas como estas não apresentam o que me parece constituir a essência das culturas populares: o interesse social difuso e desinteressado e algo não menos importante, a qualidade de bem imaterial intangível, ou seja, um saber reunido há longa data e que resistiu e resiste aos apelos de mudanças estruturais da sociedade, ao mesmo tempo que fundamenta a dinâmica cultural de tais práticas face aos reclames da modernidade.

No primeiro caso, entendo por interesses sociais difusos e condutas desinteressadas estabelecidas entre os sujeitos produtores de práticas culturais populares o que George Simmel (2006) convencionou chamar de “sociabilidade”. Dito de uma maneira mais simples, “conversa” entabulada sobre diferentes assuntos, mas sempre troca de idéias, deixar-se levar pela conversa, pois ao final das contas “é conversando que a gente se entende”. Associando este entendimento à festa, tema privilegiado para os estudos de cultura popular, “fato social total” por excelência, não fica difícil perceber que na preparação, fruição e no período posterior à festa, há muito o que falar e evidentemente programar.

Aqui, não haveria agentes e planejadores institucionais capazes de acompanhar e programar o cotidiano dos sujeitos de cultura popular, justamente porque se trata do vivido. O que, desde já, nos permitiria descartar a idéia de espetáculo massivo como traço definidor de eventos inadvertidamente considerados como de cultura popular. Mesmo que em algum momento adquiram esta dimensão, não seria este um elemento característico do popular. Mas, sim, a sociabilidade enquanto conversa e outras formas de estar coletivamente, o “colocar-se como igual diante do outro” no dizer de Simmel (2006), quando se trata de conversar sobre algo, posto que quem não sabe aprende e quem conhece ensina. Dons e contra-dons que tenderiam ao infinito no âmbito das relações sociais estabelecidas entre os homens.

Boaventura de Sousa Santos (2007: 28-9), face aos reclames da modernidade atual, que se expressariam pela tensão entre formas de “emancipação social” e “regulação”, sugere o que convencionou chamar de uma “sociologia das ausências”, “uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não-existente, como uma alternativa não-crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo”. O autor reconhece a importância de estudar “práticas sociais que estão baseadas em conhecimentos populares, conhecimentos indígenas, conhecimentos camponeses, conhecimentos urbanos, mas que são avaliados como importantes ou rigorosos”.

Demorou-se a reconhecer a importância dos mestres de cultura popular no Brasil, a partir de legislação específica decretada no ano de 2000, que considerou objeto de conhecimento e possível tombamento tais formas de sapiência aplicadas aos diferentes domínios da vida social. Mestres detentores de um saber, de um patrimônio cultural imaterial ou bens intangíveis que muitas gerações não tiveram a possibilidade de conhecer com a morte de tantos que já se foram desta terra, conhecidos sobretudo no âmbito de suas comunidades

de origem. Senhores de muitos ofícios, construtores de embarcações, cantadores de versos em latim em festas de santos católicos, fabricantes de sonhos em alegorias dos carnavais de outrora e de hoje em várias capitais desse país. Leões coroados de maracatus da Zona da Mata Nordestina e da cidade do Recife, reis e rainhas de congados mineiros, porfiadores de jongos no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba em São Paulo, mestres do marabaixo em Macapá e do sairé em Alter do Chão no Pará, entre outros mestres e saberes mais. Falando de festas, de manifestações ditas folclóricas, o que será que diz esta gente?

Certamente contavam e continuam expressando muitas coisas, como a vida no campo de uma tradição agrária que não se perdeu na cidade, mas também os desafios urbanos encontrados no dia-a-dia das cidades brasileiras, o universo de relações sociais, o respeito pela natureza, os seres sobrenaturais e divindades de diferentes cosmologias religiosas, enfim, falavam e continuam dizendo sobre a vida. Além, portanto, de um ofício, os mestres de cultura popular constituem memória da sociedade brasileira, uma outra versão das coisas e das realidades, que convém conhecer e apreender.

Memória aqui entendida na perspectiva de Maurice Halbwachs (1990: 81-82), “enquanto corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. Diferente, portanto, da história, que parte de diferentes teorias para classificar o passado tendo como contraponto o presente, mas com propósitos científicos. O que não significa dizer que não se possa lançar mão da história para alcançar uma inteligibilidade possível sobre as culturas populares, mas o ponto de partida deve ser necessariamente a memória dos segmentos populares, posto que nem tudo o que é próprio destes teve o registro da história feita pelos homens.

É quase um paradoxo, perceber que o desconhecimento da cultura popular constituiria ao mesmo tempo condição de sua permanência ao longo do tempo, enquanto bem intangível que escaparia ao corte e à lima de seus contemporâneos. Aqui, encontramos outra dimensão do popular que havíamos evidenciado anteriormente, a idéia de “segredo”.

Segundo George Simmel (2004), “segredo” enquanto “possibilidade de um segundo mundo em paralelo com o mundo manifesto”. Mundos sacralizados e secularizados, interpretados enquanto modelos intelectualmente construídos a partir da observação das relações sociais culturalmente tecidas em uma dada sociedade. De um lado, a idéia de suposta transparência democrática, de sociedade esclarecida, erudita; de outro, um mundo para-

lelo, de representação e vivência diversa, não raro contraposto ao primeiro, vulgo popular. Antípodas que segregam e mascaram domínios sociais como na sociedade brasileira.

Mário de Andrade (1982), autor de *Macunaíma*, o herói sem caráter, ou melhor, o brasileiro de muitas caras e ao mesmo tempo sem uma única apenas, fora esperto em sua interpretação da cultura híbrida brasileira, reconhecendo em nossas manifestações culturais populares ou folclóricas, em especial em nossas “danças dramáticas” do Brasil, reunindo canto, música, teatro e dança propriamente dita, a problemática das relações raciais entre índios, negros e brancos. Segundo o autor, tais danças dramáticas celebram de forma recorrente traços de nossa religiosidade católica e o drama da conversão espiritual de índios e negros, tomando o branco como o sujeito supostamente esclarecido e os outros dois como problemáticos e destinados à aculturação, para não falar em “eugenia”, como defendiam vários intelectuais da “terra brasilis” na segunda metade do século XIX.

Daí o temor, a desconfiança e o desconhecimento das culturas negras e indígenas, imbricadas em formas híbridas de cultura popular em meio urbano. Mas, por outro lado, a manutenção de um segredo por parte destes segmentos populares, uma cultura do segredo, polissêmica, de práticas singulares aprendidas, entretanto, com significado diverso diante dos olhos do branco.

O precioso e pouco estudado material reunido por folcloristas ao longo do século passado apresenta inúmeros exemplos neste sentido, tanto para o que se convencionou chamar de folclore indígena como folclore negro no Brasil. A título de exemplo, lembrem-se os jongsos descritos por Alceu Maynard de Araújo (1949) ou a capoeira registrada por Édson Carneiro (1975) em meados do século passado, as danças figurativas indígenas de caiapós ou caboclinhos registrados por Luís da Câmara Cascudo (1988), em seu conhecido *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Nestas e em muitas outras publicações de autores reputados como folcloristas, o que se encontram são descrições sobre culturas populares híbridas do Brasil, cuja perspectiva do índio e do negro são diversas da do branco e é justamente aqui que se encontra a idéia do segredo.

No jongo, na capoeira, nas danças de caiapós e caboclinhos, simples exemplos, o que não se queria revelar ao antagonista branco era o desejo de fuga à escravidão, o culto aos ancestrais e divindades religiosas, outras concepções de natureza, de trabalho, justiça, ética, cidadania, etc. Assim, fazendo hoje o caminho inverso, descobrimos que muitas práticas de cultura popular ainda mantêm traços característicos de uma proto-identidade negra, indígena,

sobretudo quando se trata de explorar formas sociais que tomam a cidade como lugar de sua reprodução. Mundos paralelos no dizer de Simmel (2004), mas necessariamente não descolados do que se convencionou chamar de vida real ou “mundo manifesto”, tal como define este autor. Perspectivas diversas, diante de uma mesma realidade.

É interessante ressaltar o quanto a cultura popular ainda é desconhecida e ao mesmo tempo temida. Um evento popular na cidade, quando “ganha o espaço da rua”, como as marchas de Lisboa, em comemoração a Santo Antônio de Lisboa, à véspera do dia 13 de Junho, na Avenida da Liberdade, só tem livre acesso após longa programação, com previsão de todas as variáveis que envolvem a manutenção da ordem pública, ou seja, a desordem previamente programada pela ordem social das instituições responsáveis pelo controle social do Estado.

Assim, se o Estado representa o controle de uma suposta violência simbólica e tem “poder” para isso, a cultura popular não tem poder, mas conta com o imprevisível, com o segredo, com uma perspectiva própria de reinventar-se. Tem “potência”, como diria Michel Maffesoli (1987), o potencial de uma “bomba” cujo impacto destrutivo é circunstancial e desconhecido, o “estouro de uma boiada”, enfim, a surpresa do inesperado. Não é sem sentido que muitos jovens dizem que uma festa “bombou”, quando foi além de suas expectativas. Posto que o popular não seria sinônimo de arcaico e definido em detrimento das novas gerações, responsáveis pela sua atualização e mudança. De fato, seriam estes traços formais que conferem originalidade, criatividade, impacto às manifestações de cultura popular.

Nesses termos, duvida-se de falsas manifestações de cultura popular institucionalmente promovidas, que não contemplem formas próprias de organização social, constituídas fundamentalmente por práticas de dons e contra-dons, autogestão, autodeterminação, que não se definem simplesmente por oposição à vida manifesta, mas que apresentam de fato formas diversas de sociabilidade, de mobilidade social que têm permitido continuidade e mudança de tradições culturais radicadas em um meio agrário, imaginação para traduzir e ao mesmo adquirir mecanismos e estratégias de vivências no contexto da cidade.

Aprenderíamos muito estudando manifestações culturais ditas folclóricas, por exemplo, no que se refere às diferentes concepções de trabalho, obrigações e contratos sociais, memória social, organização social, representatividade política, concepções estéticas, relacionamentos estabelecidos entre diferentes faixas etárias, entre outras situações, que ainda são mantidas em

segredo no âmbito das culturas populares, por serem desconhecidas e por representarem um trunfo a mais no jogo da vida.

Assim, observa-se a relevância dos conceitos de mobilidade e sociabilidade, que mereceriam questionamento maior, no sentido de ampliar a inteligibilidade sobre múltiplas manifestações de cultura popular. *A priori*, no terreno da mobilidade, quando se fala em cultura popular, tem-se a tendência de vê-la como algo estático e não relacional. As discussões sobre este conceito partem irremediavelmente para o campo da preservação, ações de proteção de um patrimônio imaterial, sem necessariamente dar conta da dinâmica implícita nas ações dos sujeitos. O que implicaria promover um imobilismo da cultura popular, defendendo a preservação da mesma.

No contexto da cidade, entretanto, a cultura popular que está sendo produzida tem uma dinâmica própria, que de certa forma está em sintonia com o ritmo de pessoas que vivenciam diferentes situações e experiências. É aqui que adquire importância a sociabilidade, resultante da troca de experiências e saberes por meio do ritual e da festa, da ironia, do riso e da brincadeira, na transmissão de cultura popular dos mais velhos para os mais novos. O que também faz sentido enquanto mobilidade social, ao promover expressões culturais significativas para vivências do cotidiano dos sujeitos. Lembre-se que parte significativa dos sujeitos de cultura popular vêm de camadas menos favorecidas da sociedade e, na exata medida que eventos ou outras formas de expressão adquirem visibilidade no âmbito da cidade, abrem-se espaços de negociação com outros setores da sociedade, possibilitando no mínimo alguma margem de manobra no jogo das identidades pessoais, das informações, influências, entre outras situações.

Como bem lembra Lévi-Strauss, um jogo se efetiva em função de regras culturalmente construídas e nas múltiplas partidas que se joga, que tendem ao infinito. É nessa perspectiva que visualizamos a cultura popular, dinâmica, aberta para o mundo, mas ao mesmo tempo afirmando valores dos sujeitos responsáveis pela sua produção, no caso, no âmbito das cidades e com muito humor, ironia, brinquedo, pois, afinal, é na gozação que se permitem dizer muitas verdades.

No que se refere ainda ao “segredo”, Roger Bastide (1983) reconhece uma informação, um saber, sobre o qual se tem o poder de revelar ou não. Goffman (1975) visualiza esta mesma situação no controle expressivo dos sujeitos perante os outros, onde o comportamento não verbal constitui meio para o estabelecimento de relações interpessoais. Neste caso, gestos, olhares, expres-

sões faciais, coreografias no espaço da festa, fornecem informações sobre a cultura, os jogadores e o jogo que se joga.

Walter Benjamin (2007) lembra “que todo o ser humano, do melhor ao mais miserável, carrega consigo um segredo que despertaria o ódio de todos os outros se fosse descoberto”. Pessoas que se encontram em “pontos culminantes das cidades”, como as “praças, onde desembocam não só muitas ruas, mas também as correntes de sua história”, levam consigo muitos segredos, de si mesmos e daqueles com os quais se defrontam no espaço público. O autor visualiza o “senso de mistério” próprio desses encontros e desencontros, a partir do que convencionou chamar de “colportagem do espaço”, ou seja, a condição humana e performativa de “estar o tempo todo no equívoco, nos aspectos duplos, triplos, nas suspeitas de aspecto (imagens dentro de imagens), nas formas que podem vir a ser, ou que virão a ser, segundo o estado de espírito do observador”. Enfim, “todas as coisas mais que sugestivas, pelo fato de aparecerem”, constituem múltiplos significados que caberia desvelar. Aqui, de fato, encontramos-nos no domínio do popular.

Tratando-se de cultura popular, dada a importância da oralidade enquanto forma privilegiada de transmissão dessa cultura, é no discurso oral e na observação de outras formas de condutas expressivas que se pode apreender a dinâmica de eventos e outras expressões populares que constituem objeto de investigação. Na perspectiva, portanto, de uma “sociologia das ausências”, defendida por Boaventura de Sousa Santos (2007: 28-36). Desde que se observe e confira visibilidade, segundo este autor, às seguintes situações: valorizar outras formas de conhecimento, como o urbano; pensar as diferenças identitárias e proto-identitárias com igualdade e não como desiguais; conferir importância à produção cultural local e particular face à globalização da economia e da cultura; desconstruir a idéia de uma lógica produtiva econômica e do trabalho aplicada à cultura, posto que esta última caracteriza-se por uma outra lógica e demanda outra racionalidade para a sua apreensão; fomentar o diálogo entre o saber científico e outras formas de saber, como o urbano, como já foi dito, mas também o saber indígena, das “populações urbanas marginais”, etc. Parafraseando o autor, uma antropologia das “ausências” deveria, em última instância, “criar inteligibilidade sem destruir a diversidade” das culturas populares.

Concluo esta reflexão reconhecendo o potencial de uma “antropologia das ausências” nas discussões que atualmente estão sendo promovidas no Brasil, referentes à patrimonialização de diferentes expressões das culturas populares, mas não somente, cujo fio condutor é justamente o debate, o diálogo de

saberes, a aproximação entre acadêmicos e gestores de bens culturais, com a participação dos próprios sujeitos de cultura popular. Temas instigantes, que nos põem a pensar inclusive sobre a própria condição de sujeitos nacionais, conforme tive a oportunidade de acompanhar em encontro recente de antropologia, aprendendo com experiências várias que, a título de exemplo, caberia mencionar, como: a decisão de conferir uma renda vitalícia a mestres de cultura popular na cidade do Recife, em Pernambuco, o que soaria para muitos como algo semelhante a uma aposentadoria atribuída de forma duvidosa por gestores públicos em nome da cultura; a musealização de uma habitação de favela no interior do museu da Maré, favela da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, enquanto um fragmento de história desta cidade, que para olhares inadvertidos implicaria celebrar a pobreza urbana; inventários de lugares, como praças, mercados, caminhos de procissões, como forma de assegurar a manutenção de práticas em alguns casos seculares, embora para olhares menos familiarizados com esta discussão ações que redundariam em obstáculos a mais no meio urbano. Estes exemplos, e outros mais, certamente estão apontando um caminho para uma antropologia feita no Brasil, que visualiza as culturas populares na perspectiva de um tempo e lugar e no sentido de uma antropologia restituindo ausências dos segmentos populares brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mário de (1982), *Danças dramáticas do Brasil*. Volumes 1, 2 e 3. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL.
- ARAÚJO, Alceu Maynard (1949), “Jongo”, *Revista do Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo, Departamento de Cultura, CXXVIII.
- BASTIDE, Roger (1983), *Roger Bastide: Sociologia*. São Paulo: Ática.
- BASTOS, Mônica Rugai (2004), *O espelho da nação: a cultura como objeto da política no governo de Fernando Henrique Cardoso*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- BENJAMIN, Walter (2007), *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- CANCLINI, Néstor Garcia (1997), *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.
- CARNEIRO, Edison (1975), “Capoeira”, *Cadernos de Folclore*, Rio de Janeiro, FUNARTE, 1.
- CASCUDO, Luís da Câmara (1988), *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.
- ELIAS, Norbert (1990), *O processo civilizador – uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- GOFFMAN, Erving (1975), *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GRAMSCI, Antônio (1978), *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes.
- HALBWACHS, Maurice (1990), *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.
- LAPLANTINE, François; NOUSS, Aléxis (1997), *A mestiçagem*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MAFFESOLI, Michel (1987), *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária.
- ORTIZ, Renato (1992), *Românticos e folcloristas*. São Paulo: Editora Olho d’Água.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2007), *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- SIMMEL, Georg (2004), *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio D’Água.
- SIMMEL, Georg (2006), *Questões fundamentais de sociologia*. São Paulo: Jorge Zahar Editores.

6. CIDADE E URBANIDADE

Carlos Fortuna

Introdução: O “fim” anunciado da cidade

Estamos a viver tempos de ameaças e riscos constantes, em que (des)crever o mundo é um exercício complexo. Não dispomos dos referentes robustos, políticos, culturais, ideológicos que ordenavam a análise e a interpretação do mundo de há décadas atrás. 1989, o ano da queda do Muro de Berlim, é desse ponto de vista um marco importantíssimo pois, com ele, colapsaram também muitas das convicções políticas e ideológicas que sustentavam corajosas descrições do mundo, ao mesmo tempo que se disseminaram as raízes do neoliberalismo que naturaliza e fragiliza a discussão política e académica.

Uma das dimensões que nos detêm hoje é a da condição política e social das cidades que parece, como de resto tudo à sua volta, estar a sofrer alterações tremendas. Com efeito, são diversas as circunstâncias que nos permitem interrogar a cidade do nosso horizonte futuro.

Estamos a viver um paradoxo iniludível, que pode ser enunciado na seguinte equação:

- (i) de um lado, o facto de a humanidade se ter tornado pela primeira vez maioritariamente urbana, com cerca de 72.2% de europeus e de 78.3% de latino-americanos concentrados em cidades em 2007 (UN, 2008). A estes números, correspondiam, em 2005, 55% e 84,2% de urbanos em Portugal e no Brasil, respectivamente. Acrescenta-se ainda que, segundo as estimativas disponíveis para a população mundial, continuaremos a registar um contínuo e impressionante crescimento, ao ponto de se poderem alcançar 6.4 biliões em 2050 (duplicando-se os 3.3 biliões de 2007), enquanto a população urbana no seu todo poderá superar, nesse meio de século, o volume total da população mundial registado em 2004 (*idem*);
- (ii) de outro lado, e em contraste com esta previsível evolução demográfica, nas últimas décadas do século XX, foram-se avolumando as visões que propalavam o esgotamento e mesmo o “fim da cidade”; seja por via ambiental e do esgotamento de recursos renováveis, seja por incúria humana e ingovernabilidade política das (mega)cidades, seja ainda, em resultado do contínuo aprofundamento das desigualdades

e da deslizante perda da qualidade de vida urbana, o futuro das cidades constitui uma das maiores incógnitas da humanidade no seu todo (Hall e Pfeiffer, 2000; Navia e Zimmerman, 2004).

O primeiro termo do paradoxo que nos rodeia alimenta a dúvida acerca da nossa capacidade, agora que “somos todos urbanos” e de posse de um património de conhecimento político, técnico e científico sem precedentes acerca da cidade e do fenómeno urbano, de construir a cidade que idealizamos ou que sonhamos: democrática e inclusiva, criativa e bela, inteligível e justa. Trata-se de uma dúvida que não pode ser resolvida no plano técnico e que, portanto, na esteira de eloquentes reflexões, como as de David Harvey (2005), Susan Fainstein (1999) ou Leonie Sandercock (1998) só pode ser equacionada no plano da democracia política global e de um renovado utopismo.

O segundo termo do nosso paradoxo – o que anuncia o esgotamento da cidade ou o seu “fim” – constitui uma visão excessiva e adulterada daquilo que se está efectivamente a passar no mundo urbano contemporâneo. O que está a desaparecer realmente não é a cidade em si mas um determinado modelo histórico de cidade. Com efeito, presos aos cânones do nosso conhecimento e da nossa experiência, continuamos a designar “cidade” – mesmo quando a linguagem não corresponde mais à realidade urbana vivida – a modalidades novas, por vezes sem precedentes, de expansão e reinvenção do urbano. Novas e sempre mais complexas expressões de metrópole, diversas e recriadas tipologias de bairro, de condomínios privados ou de cidadelas pós-modernas, surgimento de *edge cities* e de “cidades dormitório” e “periferias residenciais”, *banlieus*, favelas, *slums*, etc. estilhaçam o relativamente homogéneo léxico teórico e de análise da cidade no mundo ocidental. Essas formas novas de cidade revelam ainda reconfigurações urbanas que não se compaginam com a morfologia, a arquitectura ou o sentido político e social típico-ideal da cidade da antiguidade, da era medieval, ou da era industrial, em torno da qual se construiu e desenvolveu aquele léxico.

Mas não são apenas as formas urbanas que estão a mudar e nos podem dar a sensação de que a cidade está a atingir o seu fim. São também e sobretudo as expressões culturais que a cidade comporta e que, muitas delas, não encontram ainda conversão solidamente comprovada nos quadros teórico-analíticos correntes.

Várias destas visões contraditórias (umas catastrofistas, outras optimistas) têm origem no discurso intelectual anti-urbano dos séculos XVIII e XIX que, basicamente, contrapõe a representação de cidade “perigosa” à represen-

tação de cidade “laboriosa” (White e White, 1962; Bernié-Boissard, 2008). Esta tradição anti-cidade, na sua longa história, atravessa o judaísmo, o protestantismo e o marxismo e actualiza o mito de Babilónia (com origem em Babel), como imagem-signo de barbárie civilizacional urbana. Tal mito prolonga-se no tempo e chega mesmo à Escola de Chicago que, apesar do impulso dado aos estudos sociológicos sobre a cidade, a considera como o território por excelência de uma nova experiência social de grupos como a família, ou modos de organização social como a “comunidade”, que, uma vez urbanizados, enfrentam dinâmicas sociais desagregadoras que ameaçam a sua estrutura e os fazem correr riscos de desaparecimento (Park, 1992; Sennett, 1970, 1985. Ver também Frúgoli Jr. nesta colectânea).

De outro lado, a nossa convicção urbana inclui também o inverso de Babel: o mito da cidade por excelência – Atenas –, a *polis* grega, berço da civilização, da ordem urbana, dos direitos públicos, mas também da ética, das artes e da estética. Certamente romantizada, a imagem de harmonia que usualmente se reproduz à semelhança da mitificada urbanidade de Atenas tem o efeito instrumental de permitir equacionar a desorganização, o caos, a insegurança e, por fim também, a possibilidade histórica de uma *outra* cidade por construir.

Esta lógica dicotomizada de pensar a cidade impede-nos de a escrutinar com rigor. Reside aí uma das principais razões porque temos dificuldade em retratar a cidade na sua globalidade, de a pensar e de imaginar de modo criativo em resultado desta dualidade intrínseca ao nosso pensamento sobre a cidade, a esta luta de titãs entre poderosas imagens-signo que dilaceram dicotomicamente o nosso imaginário urbano e que, por isso, alguns anunciam apressadamente o seu colapso.¹

Teoria palimpsesto da cidade

É claro que para uma visão global da cidade de hoje, temos de reflectir sobre uma indispensável reforma epistémica dos nossos instrumentos analíticos e conceptuais (Indovina, 2000; Paquot, 2000, 2006). Parte essencial da necessária renovação epistémica da teoria sobre a cidade pode ser assinalada pelo movimento de afastamento gradual e de não-coincidência entre o território urbanizado da cidade e o modo como se estruturam as práticas, mentalida-

¹ Uma outra dificuldade em pensar globalmente a cidade de hoje resulta da hegemonia da pensamento ocidental que, por arrogância epistémica, distorce ou elimina a reflexão sobre as cidades do “Sul global”, ao sujeitá-las a um quadro interpretativo exclusivista (Stren e Bell, 1995; Çelik, 2000; Robinson, 2006; Fortuna, 2007; Huyssen, 2008).

des e relações sociais que ali se desenrolam. Estas práticas, mentalidades e relações sociais, constitutivas do que se pode designar por cultura urbana, não se restringem, nem são imediatamente sobreponíveis aos espaços físicos delimitados da cidade edificada. A cultura urbana e a sua influência propagase muito para além das espacialidades da cidade, como L. Wirth argumentou há 80 anos atrás (Wirth, [1938] 1997). Esta não-coincidência, pode dizer-se, é a mais clara demonstração da contínua “re-invenção do urbano”. Teórica e metodologicamente, a gradual afirmação do urbano foi alcançada através da demarcação da cidade face a construções socioculturais que são tratadas como seus opostos (a cidade contra o campo, ou o urbano contra o rural, ou a metrópole contra a pequena cidade/comunidade) (Fortuna, 1997). Consumada historicamente a hegemonia da cultura urbana-metropolitana e marginalizada a lógica cultural da sociedade (pré)industrial, pode dizer-se que, grosso modo, a noção de cidade se restringiu à espacialidade física do edificado, ao contrário do que sucederia com a cultura urbana que não deixou nunca de se propagar para além dos limites físicos da cidade, quebrando a lógica da correspondência entre ambas.

O próprio conceito moderno de “urbano” ganhou novos sentidos em resultado da transformação da natureza da cidade industrial com origem nas lutas sociais e operário-sindicais em torno do “direito à cidade” (Lefebvre, 2009). Esta transbordante “re-invenção do urbano” converteu o *direito à cidade* numa expressão política mais abrangente de direito à vida e à cultura urbana, incluindo também o direito à equidade e à diferença, numa cidade tendencialmente homogeneizadora (*idem*). O *direito à cidade* não é mais apenas o direito a aceder e a instalar-se nela, mas a garantia de poder usufruir dos equipamentos, serviços e direitos que a cidade oferece, designadamente a condição de cidadania política e cultural.

Deste modo não deixa de ser problemático verificar que a cidade continue a ser interpretada de acordo com muitas formulações teóricas iniciais de autores como Simmel, Wirth, Park e outros “clássicos” e se destaquem referências a categorias analíticas como o anonimato, “atitude blasé”, a questão da dimensão, densidade relacional, heterogeneidade dos lugares, por exemplo, que constituíram a base do património teórico e conceptual dos primórdios do pensamento sobre a cidade e a metrópole modernas. Esta *resistência* da teoria só assinalável porquanto a realidade urbana se mostra historicamente relapsa, isto é, nunca inteiramente compaginável ao cânone teórico e, ao invés, geradora de contínuas reformulações e adaptações analíticas e discursivas, revela uma teoria do fenómeno urbano que se lê como um palimpsesto.

Esta *teoria palimpsesto da cidade* é, em alguns casos, impulsionada por processos de renovação dinâmica da *memória* teórica de autores e de proposições desenvolvidas em contextos interpretativos de cidades e metrópoles de grande densidade histórica, exemplares da modernidade europeia. Em outros casos, o *palimpsesto teórico da cidade* resulta da inovação trazida pelas experiências contemporâneas de renovação urbana registada não só no velho Continente, mas também na América do Norte e, muito particularmente nas cidades e metrópoles *normais* da Ásia, de África ou da América do Sul. Sem nunca eliminar pressupostos anteriores, estas experiências trazem à superfície novas *camadas* teóricas que recobrem e actualizam a construção teórica sobre a cidade. Assim tornou-se frequente, por exemplo, depararmo-nos com um “Simmel pós-modernizado” (Weinstein e Weinstein, 1993) que nos obriga a reler *A Metrópole e a Vida do Espírito*, ou a discutirmos a vertigem adjectivante de novas escolas de pensamento urbano (Beauregard, 2003) que nos faz recuar à *Escola de Chicago*. Do igual modo, não nos surpreende que a reflexão sobre a cidade e o urbanismo pós-coloniais (Bishop, Phillips e Yeo, 2003), nos traga de volta o pensamento original de Anthony D. King, ou que a discussão sobre as cidades “ordinárias” do Sul, isto é, a normalidade urbana dos países pobres e em desenvolvimento (Amin e Graham, 1997; Robinson, 2004) faça ressoar a curta presença das metrópoles latino-americanas na *questão urbana* da década de 1970.

A cidade do sensível

Uma das mais recentes *camadas* da construção teórica da cidade diz respeito à mobilização de instrumentos de análise do lado sensível do urbano e da vida pública. Um dos percursores desta cidade sensível é Henri Lefebvre que propõe uma reinterpretação da cidade através da heurística da rua e dos ritmos da vida quotidiana (Lefebvre, 1992).² Nos seus *Elementos de Ritmanálise*, Lefebvre mostra-se convencido que a cidade contém muito mais do que somos capazes de ver nela e revela-se também no que assegura uma relação de familiaridade ou estranheza dos sujeitos com o lugar. A proposta de “ritmanálise” constitui um método particular de percepção da cidade que tanto permite escutá-la

² Veja-se a este propósito a estimulante problematização que Fraya Frehse oferece dos *usos da rua* neste volume. Sobre as sonoridades urbanas, pode consultar-se Luciana Mendonça (neste volume), e ainda Fortuna (1999).

como um todo, como autoriza uma leitura confinada a territórios específicos – um mercado, ou uma praça, por exemplo – e captar o seu pulsar natural.

Esta “música da cidade”, na linguagem de Lefebvre, mobiliza as várias expressões sensíveis da vida pública e confere sentido à variedade de sons, cores e odores, de ritmos e cadências quotidianas de pessoas e grupos em ruas singulares, apinhadas e buliçosas umas, desertas e silenciadas outras, umas com histórias e memórias densas, outras sem elas (*idem*).

Estes ingredientes sensíveis, que dizem respeito à relação do corpo com a cidade, ressoam a metáfora da *dança urbana* com que Jane Jacobs descreve o intrincado movimento da rua na baixa nova-iorquina que, não sendo arte, todavia parece, e “pode ser associado a um complexo ballet em que dançarinos individuais e em grupo, com os seus diferentes desempenhos... compõem um todo articulado” (Jacobs, 2000: 60-61). Se não são arte, estes movimentos e ritmos são expressões da vida e da cultura urbana da cidade que é feita de confrontos e disputas, incluindo díspares percepções e modos de apropriação dos espaços, que assinalam a variedade das relações de sociabilidade urbana (Frúgoli Jr., 2007) e podem ser ilustradas pela “guerra dos lugares” (Arantes, 2001), ou pelos diversos “contra-usos” feitos no quotidiano da cidade (Leite, 2004).

Esta reorientação teórica ilustra como se alteraram os eixos analíticos da questão urbana. Os estudos urbanos da era do desenvolvimento urbano-industrial, por exemplo, tipificados pela influente Escola de Chicago e a sua preocupação com a ecologia humana e os instrumentos de crescimento urbano – zonamento funcional e círculos concêntricos – recolhem cada vez menos adeptos entre os principais centros de produção teórica. Esta retracção não se deve apenas à alteração dos padrões de residência e de crescimento da cidade – tipificado pela “deslocação” do modelo de crescimento de Chicago para Los Angeles – organizado a partir das periferias, isto é, de fora para dentro, ao invés do que sempre projectaram os estudiosos de Chicago com o seu modelo de expansão radial concêntrica (Dear, 2000, 2001). Mais que pela reorientação pós-modernista, a retracção do modelo deve-se à falência da visão linear dos *chicagoans* que, na sua arrogante defesa da universalidade das suas premissas, ignoram as formas atípicas de cidade e de urbanização, como as que ocorrem hoje na generalidade das geografias urbanas subalternizadas de países pobres ou em “vias de desenvolvimento” (Fortuna, 2007), que são, na verdade, aquelas por que se pauta a maior complexidade do fenómeno urbano das próximas décadas.

Além disso, os modernos estudos urbanos da actual fase pós-industrial buscam novos referentes e novos conceitos, deixando-se conduzir pelas dimensões não-materiais e simbólico-culturais da cidade.³

A “ritmanálise” permite distinguir entre o que é cíclico e repetitivo, entre o movimento e o fluxo, entre o que é linear ou singular/único no quotidiano das pessoas na cidade, e entender como uns e outros se entrelaçam. O trajecto casa-trabalho-casa, sendo cíclico e repetitivo (quase mecânico), pode ser singular e diferenciado a cada dia, em função do modo como organizamos os nossos ritmos: com quem nos encontramos, que lugares frequentamos, que experiências sensoriais experimentamos, onde decidimos “parar” e fazer um “intervalo” nesse trajecto.

Quer dizer, os ritmos da cidade têm formas, espessuras e cadências diferenciadas. E têm, ou podem ter, também intervalos e interrupções. Há ritmos que se sobrepõem a outros, há aumentos e diminuição dos ritmos da cidade, ao longo do dia, ao longo do ano e em função dos diferentes lugares da cidade. A cidade é tão poli-rítmica, como pode ser a-rítmica. Creio por isso que podemos admitir uma reflexão sobre a *intermitência urbana*, como hipótese de registo do movimento na cidade, que em diversas situações permite usos diversos e significados díspares dos espaços urbanos. Assim, por exemplo, o vazio urbano instaura um ritmo desigual da urbanização que favorece usos e sentidos inesperados dentro da cidade, bem ao estilo das heterotopias de Foucault (1986). Em vez de significarem “morte” da cidade, estes vazios urbanos são sinais de dinâmica social – como assinala Cristina Meneguello nesta colectânea –, permitindo que identifiquemos um “intervalo” de vida de espaços com usos só temporariamente urbanos, que todavia enriquecem e imprimem variedade à paisagem.

Tal como a oposição à velocidade, também a existência de *espaços temporariamente urbanos* pode ser vista como dimensão cultural nova para a vida urbana. Num recente livrinho acerca dos usos temporários da cidade, defende-se que na cultura da velocidade e do movimento contínuo, o princípio da propriedade privada exprime um paradoxo elementar que opõe, de um lado, as

³ Há contributos notáveis que devemos recuperar e ampliar nesta linha de raciocínio. Para ilustrar apenas um caso com amplas interferências com o nosso trabalho de estudos urbanos no espaço Brasil-Portugal assinalo os textos de Adrián Gorelik (2005) sobre as oscilações de sentido da cidade América do Sul, uma categoria que ele desconstrói justamente à luz do que são as modulações políticas e as correntes e escolas de pensamento dominantes no decurso da segunda metade do século XX na América do Sul.

necessidades de desenvolvimento para satisfazer os residentes e, do outro lado, o sentido estático da propriedade fundiária que representa o lado inerte e indolente da cidade veloz (Haydn e Temel, 2006:14).

A noção de espaço urbano temporário foi, por muito tempo, estranha a arquitectos e urbanistas para quem, como regra, o planeamento da cidade é concebido para o longo prazo e não para as mudanças repentinas. Inerente a esta noção de espaço temporário urbano está um potencial de uso tanto para urbanistas como para os grupos de residentes e usuários da cidade que nada têm a ver com a definição de estratégias de planeamento ou estratégias económicas de grande escala.⁴

Os usos e os espaços urbanos temporários de que estou a falar são planeados desde o seu início como *impermanentes*, mas a sua temporalidade, ao contrário do que poderá sugerir o significado literal, não se refere à duração do seu uso ou instalação. Os usos dos *espaços temporariamente urbanos* da cidade são os que *retiram* a sua qualidade e a sua significação dessa sua temporalidade. É por serem temporários e estarem previstos como tal que eles têm importância e estabelecem relação com modos e funcionalidades diferenciadas da cidade. E nisso diferem dos usos duradouros dos espaços *permanentes*. Encontramo-nos aqui perante a exploração de uma interrupção ou uma descontinuidade da cidade que começa a atrair activistas em várias partes do mundo. No caso de acções relacionadas com a residência temporária, a linguagem – “ocupas” – que assinala os agentes envolvidos nessas práticas é muitas vezes estigmatizante, mas tende a ser “naturalizada” e descarregada da sua negatividade à medida que a “criação” de *espaços temporariamente urbanos* tende a ser concertada com os poderes públicos e os proprietários.

A “paragem” do ritmo urbano que os *espaços temporariamente urbanos* sugerem, à semelhança dos vazios urbanos encontram-se intimamente relacionados com o efeito da velocidade no quotidiano urbano. A velocidade, justificada tanto pelo calvinismo (“tempo é dinheiro”) como pelo futurismo (o elogio da “beleza da rapidez”), produz uma cidade em contínuo movimento.

⁴ Todavia não se podem entender como expressões políticas alternativas do modo de estar e apropriar a cidade. O sistema de mercado convive bem com esta ideia de mobilidade e transitoriedade. Não é verdade que lojas, supermercados ou empresas de serviços e outras se *deslocalizam* após terem retirado benefícios directos da sua implantação num dado local e beneficiado de políticas de investimento, fiscais ou outras que beneficiam o seu funcionamento? O uso por tempo limitado é, com efeito, um dos princípios clássicos da economia capitalista.

Uma cidade sem intervalos, alucinante, que consome os residentes, vistos como estando sempre em movimento em direcção a um qualquer destino. A cidade vê-se convertida numa *passagem rápida* (o movimento e o cidadão motorizado) em vez da *paragem* e da *lentidão*, que, ao invés daquela, permitem o usufruto dos lugares, a interacção no espaço social, reflexão sobre a urbanidade. Parar por um instante num tempo contínuo e veloz é uma possibilidade contra-hegemónica de acção urbana, no sentido do “homem lento” a que Milton Santos dedicou notáveis páginas de reflexão filosófica.

Como assinalam Luc Gwiazdzinski e Thédore Zeldin (2003), sujeita à velocidade é como se a cidade se dilatasse e invadissemos cada instante todos os espaços e todos os tempos do nosso quotidiano. A imaginação alternativa e humanizadora da vida urbana, poderá então contemplar a *intermitência urbana* e descontinuidade do movimento e dos espaços como um dos *novos direitos à cidade* e instituí-los na cidade das 24 horas sobre 24 horas, des-uniformizando o seu modelo organizativo (Gwiazdzinski e Zeldin, 2003).

Estamos tentados a incluir a noite nesta reflexão sobre a “qualidade” da cidade contemporânea. A noite vista como “fronteira” (Melbin, 1987) significa o cânone consagrado da representação da noite da cidade como “night life” (prazer, consumo, escape do dia, *intoxication*). Ora, o sentido alternativo da noite é a busca das outras significações sócio-políticas da cidade nocturna. Essa atitude de pesquisa requer uma inovação metodológica renovada pois que vale a pena mergulhar mais profundamente no tempo e no espaço da noite urbana e questionar os seus clichés e imagens estereotipadas. Como assegura Jaochin Schlör (1998: 9) “muitas funções e práticas da vida diurna continuam sem interrupção noite dentro, independentemente da luz ou do escuro” e para que as possamos captar é precisa uma metodologia transgressiva capaz de garantir o “acesso” à cidade nocturna e à sua dinâmica específica. O que está em causa é na verdade revelar os processos através dos quais a noite poderá estar a colonizar o dia ou algumas das suas dimensões, e, mais que isso, a colonizar a cidade e a cultura urbana no seu todo sem que o percebamos com clareza.

Múltiplas linguagens, múltiplas descrições

Desejo vir agora a um ponto final referindo que para além destas dimensões culturais novas das cidades, são muitas as dimensões sócio-psicológicas e emocionais que se encontram inseridas no discurso sobre a dimensão urbana, principalmente em consequência do que alguns autores têm vindo a chamar a viragem afectiva (*affective turn*) (Clough e Halley, 2007). O factor afectivo pos-

sibilita novas perspectivas de análise e de re-leitura da acção social e política. É como se nos deparássemos com uma nova *camada* teórica e interpretativa da cidade e nos entregássemos ao trabalho de re-escrita do discurso sobre a realidade cultural urbana, revisitando os fundamentos da desigualdade urbana, ou desmistificando os falsos fundamentos da injustiça e dos ordenamentos de exclusão social. Embora o discurso social possa ser re-escrito e passe a revelar outras desigualdades ou outras injustiças, desmistificar hierarquias, re-escrever o discurso e revelar novos léxicos, enquanto exercício de desconstrução, não significa necessariamente reconstruir a estrutura em que aquelas desigualdades e injustiças se baseiam, nem afastar o cânone dominante já que esse está solidamente ancorado num sistema de poder que é tanto político como académico.⁵

Mas tal não nos deve impedir de tentar dar conta do modo como velhas realidades, como a cidade, se vêem descritas sob novas linguagens e expressões culturais. A cidade foi sempre designada sob diversos nomes. Não eram apenas tentativas de nomear a fenomenologia urbana, mas também de oferecer uma descrição apurada da organização da cidade. Por exemplo, ao longo do século XIX, as designações das cidade encontravam-se presas à realidade material que caracterizava a actividade produtiva dominante da cidade. Assim a cidade-industrial, era nuns casos a cidade-fábrica, noutros, a cidade-mineira, noutros a cidade-operária... Em geral eram atributos mais descritivos que interpretativos. Mas é assim também nos nossos dias, ou não fosse a cultura contemporânea dominante uma fervorosa adepta do mais puro descritivismo. O que nos diz realmente o léxico urbano que se vai alargando continuamente sobre a cidade sobre as condições reais de vida que nela se concretiza? O que significa enunciar uma cidade como sendo uma cidade-global? Ou uma cidade-virtual? Ou criativa? Ou uma outra difusa? Ou “soft”, ou “ansiosa”? Ou pós-moderna? Ou pós-colonial? Ou, porque não, histórica?

Esta actual tendência qualificativa das cidades é um sinal claro de que não alcançamos ainda qualquer consenso razoável sobre as designações ou conceptualizações mais adequadas à cidade contemporânea que, indiferente ao

⁵ Referindo-se a um estudo sobre as cidades dinamarquesas, Susan Fainstein afirma que “o poder determina aquilo que realmente importa enquanto conhecimento, e que alcança notoriedade como interpretação dominante. O poder procura o conhecimento que (melhor) sustenta os seus próprios desígnios, ao mesmo tempo que ignora, ou suprime mesmo, o conhecimento que não o serve...” (Fainstein, 1999: 254).

surto dos qualificativos, continua a registar profundas transformações na sua natureza.

Os limites desta estratégia encontram-se em primeiro lugar na excessiva casuística e na moda de um extremo relativismo analítico. Mas por outro lado, esta proposta resulta em desenfreada argumentação retórica hiperbólica a que se entregam muitos estudiosos, como foi demonstrado recentemente (Beauregard, 2003; Barreira, 2006). O novo estilo retórico toma uma cidade particular como objecto e expõe de seguida uma enunciação laudatória,⁶ que fomenta o excepcionalismo urbano e torna as cidades incomensuráveis (Beauregard, 2003). A linguagem superlativa e o excesso de adjectivação das cidades é hoje uma marca da sociologia americana das cidades e pode ser compreendida enquanto estratégia de *city branding* e de promoção agressiva de lugares, no quadro das modernas formas de competição entre territórios (Caldwell e Freire, 2004).

Daqui resulta que a análise sociológica contemporânea da cidade corre o risco de se converter em arrogante discursividade que reconhece e legitima apenas o poder das cidades vencedoras, ou destaque os modernos espaços (pós-urbanos) de sucesso como centros comerciais, aeroportos ou parques temáticos, como é típico da literatura pós-moderna sobre a cidade e a metrópole. Em contraste com isto, as cidades em retração, ou as que pouco crescem ou modernizam, como muitos dos lugares históricos e públicos urbanos, não atraem os exuberantes relatos dispensados aos seus virtuosos pares e acabam, assim, subalternizadas e excluídas do novo e hegemónico “paradigma” dos estudos urbanos e dos novos léxicos em construção.⁷

Apesar da muito difícil morte das cidades, esta abusiva eliminação de inúmeras cidades perdedoras – a generalidade das “cidades normais” do mundo “em desenvolvimento” – e de espaços socialmente marginalizados do âmbito da reflexão teórica constitui um manifesto obstáculo imposto à tentativa de ajuizar a natureza da actual condição urbana mundial. Por isso se mostra necessária uma profunda revisão crítica do cânone sociológico ocidental dos estudos urbanos. A tal ponto, poderia dizer-se, que a atitude crítica da

⁶ Este discurso laudatório tanta destaca traços “positivos” (a cidade “mais dinâmica”, ou “mais empreendedora”, ou “mais antiga”) como traços “negativos” (a cidade “menos poluída”, ou “menos perigosa”, ou “com menor desemprego”).

⁷ Chega-se mesmo ao ponto de, em alguns estudos, ser difícil aos autores reconhecerem a dimensão de cidade a grandes aglomerados urbanos (como por exemplo R. Koolhaas à capital da Nigéria – Lagos – (Robinson, 2004).

sociologia das cidades passará por revelar estas outras “cidades normais”, do mesmo modo que reclama pela valorização da reflexão sobre os espaços urbanos em retracção ou subalternizados, como são as paisagens históricas-monumentais, os espaços decadentes e em ruína, os bairros, as zonas marginais e os vazios urbanos e a generalidade das paisagens (sub)urbanas do que se convencionou chamar a “não-cidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Ash e Stephen Graham (1997), "The ordinary city". *Transactions of the Institute of British Geographers*, 22, 411-29.
- ARANTES, Antonio A. (2001), "A guerra dos lugares". In Fortuna, Carlos (org.). *Cidade, Cultura e Globalização*. 2ª ed. Oeiras: Celta, 259-70.
- BARREIRA, Irllys (2006), "A cidade que se conta: narrativas e rituais de apresentação em Lyon" in Miranda, Júlia et al. (orgs.), *Imaginários sociais em movimento: Oralidade e escrita em contextos multiculturais*. Campinas: Pontes Editora.
- BEAUREGARD, Robert (2003), "City of superlatives". *City & Community*, vol. 2, n. 3, 183-99.
- BERNIÉ-BOISSARD, Catherine (2008), *Des mots qui font la ville*. Paris, La Dispute.
- BISHOP, Ryan; J. Phillips e W. Yeo (eds.) (2003), *Postcolonial urbanism: Southeastern Asian cities and global processes*. Londres: Routledge.
- CALDWELL, Niall e João R. Freire (2004), "The differences between branding a country, a region and a city: Applying the Brand Box Model", *Journal of Brand Management*, 12, 50-61.
- ÇELİK, Zeynep (2000), "Colonialism, orientalism and the canon", in Border, Iain e Jane Rendell (eds.), *InterSections: Architectural histories and critical theories*. Londres: Routledge, 161-9.
- CLOUGH, Patricia e Jean Halley (eds.) (2007), *The affective turn: Theorizing the social*. Durham e Londres: Duke University Press.
- DEAR, Michael (2000), *The postmodern urban condition*. Oxford: Blackwell.
- DEAR, Michael (2001), "The irresistible rise of the L. A. School", in *idem* (ed.), *From Chicago to LA: Making sense of urban theory*. Thousand Oaks e Londres: Sage, 3-16.
- FAINSTEIN, Susan (1999), "Can we make the cities we want?", in Beauregard, Robert e Sophie Body-Gendrot (eds.), *The urban moment: Cosmopolitan essays on the late 20th century city*. Thousand Oaks e Londres: Sage, 249-72.
- FORTUNA, Carlos (1999), "Paisagens sonoras: Sonoridades e ambientes sociais urbanos", in *idem*, *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta, 103-17.
- FORTUNA, Carlos (2007), "A Cidade como comunidade? A precária resposta da teoria sociológica urbana", in Tostões, Ana et al. (orgs.), *Encontro de Saberes*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 127-47.
- FORTUNA, Carlos (org.) (1997), *Cidade, cultura e globalização: Ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta.
- FOUCAULT, Michel (1986), "Other spaces: The principles of heterotopia", *Lotus International*, 48-49, 9-17.
- FRÚGOLI JR., Heitor (2007), *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- GORELIK, Adrián (2005), *Das vanguardas a Brasília: Cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG.
- GWIAZDZINSKI, Luc e Théodore Zeldin (2003), *La ville 24 heures sur 24: Regards croisés sur la société en continu*. Paris: Aube.
- HALL, Peter e Ulrich Pfeiffer (eds.) (2000), *Urban futures 21: A global agenda for twenty-first century cities*. Londres/Nova Iorque: Spon.
- HARVEY, David (2005) [2000], *Espaços de esperança*. S. Paulo: Loyola.
- HAYDN, Florian e Robert Temel (2006), *Temporary urban spaces: Concepts for the use of city spaces*. Basel: Birkhäuser Verlag.
- HUYSEN, Andreas (ed.) (2008), *Other cities, other worlds. Urban imaginaries in a globalizing age*. Durham e Londres: Duke University Press.
- INDOVINA, Francesco, Laura Fregolent e Michelangelo Savino (orgs.) (2006), *Nuovo lessico urbano*. Milão: FrancoAngeli.
- JACOBS, Jane (2000) [1961], *The death and life of great American cities*. Londres: Pimlico.
- LEFEBVRE, Henri (1992), *Éléments de rythmanalyse. Introduction à la connaissance des rythmes*. Paris: Syllepse.
- LEFEBVRE, Henri (2009) [1968], *Le droit à la ville*. Paris: Economica.
- LEITE, Rogerio Proença (2004), *Contra-usos da cidade*. Campinas/Aracaju: Editora da Unicamp/Editora UFS.
- MELBIN, Murray (1987), *Night as frontier: Colonizing the world after dark*. Nova Iorque: The Free Press; Londres: Collier Macmillan Publishers.
- NAVIA, Patricio e Marc Zimmerman (2004), *Las ciudades latinoamericanas en el nuevo (des) orden mundial*. México: Siglo Veintiuno Editores.
- PAQUOT, Thierry (2006), *Terre urbaine*. Paris: La Découverte.
- PAQUOT, Thierry, Michel Lussault e Sophie Body-Gedrot (orgs.) (2000), *La ville et l'urbain: L'état des savoirs*. Paris: La Découverte.
- PARK, Robert (1992) [1925], "Community organization and juvenile delinquency", in Park, Robert e Ernest Burgess, *The city: Suggestions for investigation of human behaviour in the urban environment*. Chicago: Chicago University Press.
- ROBINSON, Jennifer (2004), "A world of cities". *British Journal of Sociology*, vol. 55, n. 4.
- ROBINSON, Jennifer (2006), *Ordinary cities: Between modernity and development*. Londres: Routledge.
- SANDERCOCK, Leonie (1998), *Towards cosmopolis: Planning for multicultural cities*. Chichester, Nova Iorque: John Wiley.
- SCHLÖR, Jaochin (1998), *Nights in the big city: Paris, Berlin, London, 1840-1930*. Londres: Reaktion Books.
- SENNETT, Richard (1970), *The uses of disorder: Personal identity and city life*. Harmondsworth: Penguin.

- SENNETT, Richard (1985), *Families against the city: Middle class homes of industrial Chicago, 1872-90*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- STEWART, Kathleen (2007), *Ordinary affects*. Durham e Londres: Duke University Press.
- STREN, Richard e Judith K. Bell (eds.) (1995), *Urban research in the developing world – Perspectives on the city*. Toronto: Centre for Urban and Community Studies.
- TOPALOV, Christian (org.) (2002), *Les divisions de la ville*. Paris: UNESCO/Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme.
- UNITED NATIONS (2008), *World urbanization prospects: The 2007 revision*. Nova Iorque: UN-DESA (<http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007wup.htm>).
- WEINSTEIN, Deena e Michael Weinstein (eds.) (1993), *Postmodern(ized) Simmel*. Londres: Routledge.
- WHITE, Morton e Lucia White (1964), *The intellectual versus the city*. Nova Iorque: Mentor Books.
- WIRTH, Louis (1997) [1938], “O urbanismo como modo de vida”, in Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização: Ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 45-65.

SECÇÃO II

Artes de usar a cidade

7. ETNOGRAFIA URBANA

José Guilherme Cantor Magnani

Introdução

Poder-se-ia começar com a observação de que o qualificativo “urbano” está demais: ou é etnografia, ou não é, seja na cidade, no campo, na aldeia. No entanto, para a exposição do argumento convém admitir que a variável “cidade” é, sim, relevante e traz diferenças para o entendimento e a prática da etnografia, ainda que elas sejam de grau e não de natureza com relação a outros contextos. Dada, porém, a extensão dos domínios a que atualmente se aplica o termo, vale a pena começar com alguma classificação e a escolha, entre muitas alternativas, é pela conhecida tipologia feita por Lévi-Strauss, que distingue entre Etnografia, Etnologia, Antropologia, após análise dos variados usos desses termos em distintas tradições acadêmicas nacionais. A primeira corresponderia aos estágios iniciais da pesquisa – observação e descrição – enquanto a seguinte apontaria para uma primeira síntese dos resultados e a última para a etapa final, comparativa, num plano mais geral, englobando as anteriores. Apesar da ressalva de que “não constituem três disciplinas diferentes ou três concepções diferentes dos mesmos estudos”, são consideradas pelo autor como três etapas ou três momentos de uma mesma pesquisa (Lévi-Strauss, 1991: 394-6).

Atualmente o conceito de etnografia, em função de críticas e releituras principalmente por parte de alguns autores da chamada tendência pós-moderna, é mais amplo, porém menos preciso (Marcus e Clifford, 1986). Em alguns casos ela é identificada com o trabalho de campo: supõe estratégias de inserção junto ao grupo estudado e designa a rotina do trabalho; em outros, é o texto final: a representação, no suporte impresso, imagético ou fonográfico dos resultados da pesquisa, por meio de estratégias retóricas e recursos técnicos específicos; ou então designa uma determinada postura ou atitude intelectual.

Primeiras aproximações

Talvez exagerando um pouco, pode-se dizer que cada antropólogo tem sua própria leitura sobre o que seja etnografia, qual seu papel e seu alcance, questões expressas habitualmente nas introduções das monografias. Mesmo

assim, é possível agrupar algumas dessas versões partindo, inicialmente, do que não é etnografia: para tanto é conveniente repassar alguns estereótipos. O mais freqüente é o detalhismo, isto é, a busca obsessiva dos pormenores na descrição das situações de campo; em outros casos, a etnografia é identificada com a atitude de porta-voz da população estudada, principalmente quando esta é caracterizada como grupo excluído ou uma minoria; em algumas ocasiões, é identificada com a reprodução do discurso nativo, através da transcrição de trechos de entrevistas nos quais, para melhor efeito de verosimilhança, são cuidadosamente preservadas algumas formas de concordância, regência ou sintaxe que se afastam da norma culta da língua. Finalmente, para enumerar mais alguns mal-entendidos, a etnografia é vista como um esforço em transmitir o ponto de vista do nativo em sua suposta autenticidade não contaminada com visões externas, ou como o conjunto das técnicas para fazer a pesquisa.

Descartadas essas visões, o que seria então, a etnografia? Convém recorrer a alguns autores para tentar cercar essa questão; Lévi-Strauss assim se refere ao que classifica como “experiência de campo”:

É por uma razão muito profunda, que se prende à própria natureza da disciplina e ao caráter distintivo de seu objeto, que o antropólogo necessita da experiência do campo. Para ele, ela não é nem um objetivo de sua profissão, nem um remate de sua cultura, nem uma aprendizagem técnica. Representa um momento crucial de sua educação, antes do qual ele poderá possuir conhecimentos descontínuos que jamais formarão um todo, e após o qual, somente, estes conhecimentos se “prenderão” num conjunto orgânico e adquirirão um sentido que lhes faltava anteriormente.

(Lévi-Strauss, 1991: 415-6).

Outro autor é Clifford Geertz: numa passagem bastante conhecida do livro *A Interpretação das Culturas*, afirma que, segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante. Mas não são estas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é um tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa (Geertz, 1978: 15).

E, finalmente, Merleau-Ponty: no texto “De Mauss a Claude Lévi-Strauss” (1984), afirma que “o emparelhamento da análise objetiva com o vivido talvez

seja a tarefa mais específica da antropologia, distinguindo-a de outras ciências sociais como a ciência econômica e a demografia”. E prossegue, tirando uma conseqüência surpreendente:

Claro que não é possível, nem necessário, que o mesmo homem conheça por experiência todas as verdades de que fala. Basta que tenha, algumas vezes e bem longamente, aprendido a deixar-se ensinar por uma outra cultura pois, doravante, possui um novo órgão de conhecimento, voltou a se apoderar da região selvagem de si mesmo, que não é investida por sua própria cultura e por onde se comunica com as outras.

(Merleau-Ponty, 1984: 199-200).

Sua referência a “deixar-se ensinar por outra cultura” evoca outro autor, Roy Wagner (1981), para quem aprender ou conhecer outra cultura pressupõe que isto que se chama “cultura” é uma invenção, e de mão dupla, tanto por parte do etnógrafo como do povo por ele estudado: o choque experimentado pelo encontro entre ambos leva, no caso do antropólogo, a objetivar alguns aspectos dessa experiência – o que lhe permite não só lidar com eles, mas também controlar sua experiência em campo.

Já temos, então, algumas aproximações ao tema: etnografia como uma experiência, como determinado esforço intelectual, como processo de invenção e até como um novo órgão de conhecimento! Vejamos agora a contribuição de alguns (entre muitos outros) autores da tradição brasileira, começando por Roberto Da Matta, (1974) e sua observação sobre as relações de transformação entre os pólos “exótico” e “familiar”. Gilberto Velho, por sua vez, discute essa oposição: “O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido” (Velho, 1981: 126). Marisa Peirano (1995), no livro *A Favor da Etnografia*, fala em “resíduos” – certos fatos que resistem às explicações habituais e só vêm à luz em virtude do confronto entre a teoria do pesquisador e as idéias nativas. Vagner Gonçalves da Silva (2000) recupera uma indagação de Malinowski e Lévi-Strauss e também se pergunta no livro *O Antropólogo e Sua Magia* do que é feita a “eficácia da magia” do etnógrafo; finalmente, Márcio Goldman (2003), no texto “Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia”, refere-se à possibilidade de buscar, através de uma espécie de “desvio etnográfico”, um ponto de vista descentrado.

À sua maneira – com ênfases diferentes – cada uma dessas expressões e paráfrases deixa entrever alguns núcleos de significado recorrentes: o primeiro é que o pesquisador não apenas se depara com o significado do arranjo do outro, mas ao perceber esse significado e conseguir descrevê-lo, agora nos seus termos, é capaz de apreender uma outra lógica e apreciá-la de forma contrastiva com os padrões de seu próprio aparato intelectual e sistema de valores. O segundo é uma atitude de estranhamento em relação ao objeto e/ou povo estudado, a qual provém da presença de experiências anteriores e esquemas conceituais de que o pesquisador está imbuído e que não são descartados pelo fato de estar em contato com outra cultura e suas explicações, as chamadas teorias nativas. Na verdade, essa co-presença, a atenção em ambas é que acaba provocando a possibilidade de uma solução não prevista, um olhar descentrado, uma saída inesperada. Ademais, esse contraste tem efeitos no pesquisador: ele o “afeta” (Favret-Saada, 1990); o “transforma” (Merleau-Ponty, 1984), provoca *anthropological blues* (Da Matta, 1981), produz-se “nele” e, no limite, o “converte” (Peirano, 1995; Silva, 2000).

Com base nas observações desses autores e de muitos outros antropólogos que sempre refletiram sobre seu trabalho de campo, é possível chegar a uma primeira aproximação, ainda geral, do que seja a etnografia: uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para explicar ou interpretar a lógica de sua visão de mundo, mas para segui-los até onde seja possível (Latour, 2005: 48) e, numa relação de troca, contrastar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente.

Essa é a forma de operar da abordagem etnográfica que, tendo como pressuposto a relação de alteridade (e não a natureza do objeto – primitivo, exótico), produz um conhecimento diferente do obtido por intermédio de outras abordagens. Trata-se de uma empreitada que supõe trabalho paciente e continuado, ao cabo do qual ou em algum momento, como afirmou Lévi-Strauss, os fragmentos se ordenam, perfazendo um significado até mesmo inesperado.

Dessa discussão emerge uma primeira conclusão: há que distinguir entre “prática etnográfica” e “experiência etnográfica”: enquanto a prática é programada, contínua, a experiência é descontínua, imprevista. No entanto, elas se re-alimentam, uma induz à outra e a potencializa.

Segunda conclusão: podemos assumir que a etnografia é o método próprio de trabalho da antropologia em sentido amplo, não restrito (como técnica) ou excludente (seja como determinada atitude, experiência, atividade de campo ou como monografia). Entendido como método em sentido amplo, engloba as estratégias de contato e inserção no campo, condições tanto para a prática continuada como para a experiência etnográfica e que levam à escrita final. Condição necessária para seu exercício pleno é a vinculação a escolhas teóricas, o que implica não poder ser destacada como conjunto de técnicas (observação participante, aplicação de entrevistas, etc.) empregadas independentemente de uma discussão conceitual. Mariza Peirano (2006) em texto mais recente refere-se a esse aspecto como “teoria vivida”.

Portanto, como método que tem como primeiros passos a aproximação, inserção e a rotina de trabalho de campo, desenvolve estratégias que variam de acordo com a natureza do recorte ou características do objeto a ser pesquisado, assegurando, assim, condições objetivas tanto para a experiência etnográfica como para a prática etnográfica continuada e seus resultados.

Etnografia no contexto urbano

Ao tomar como objeto de pesquisa a cidade, ou de situar aí seus recortes de estudo, a Antropologia Urbana não deixa de ser antropologia e portanto tem de encarar um desafio: manter-se fiel ao patrimônio teórico e metodológico da disciplina, ao mesmo tempo em que é obrigada a trabalhar num contexto com determinadas características, entre as quais as escalas de suas unidades de análise. E aqui surge o primeiro problema: o de tentar reproduzir, principalmente no cenário das grandes metrópoles, aquelas condições tidas como clássicas na pesquisa antropológica: a dimensão da aldeia, da comunidade, do pequeno grupo.

Cabe notar que, se tais condições já não se verificam nem mesmo nas próprias pesquisas com povos indígenas, continuam presentes, no imaginário, como as características ideais da abordagem etnográfica. Em outro texto denominei essa transposição de “a tentação da aldeia”, ou seja, a tentativa de reproduzir, no contexto bastante diversificado, heterogêneo e interconectado das metrópoles, aquele lugar ideal onde supostamente se poderia aplicar, com mais acerto, o método etnográfico (Magnani e Torres, 2000).

Para continuar a discussão, proponho o seguinte: a antropologia tem uma contribuição específica para a compreensão do fenômeno urbano, mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas cidades contemporâneas e, para cumprir esse objetivo, tem à sua

disposição um legado teórico-metodológico que, não obstante as inúmeras releituras e revisões, constitui um repertório capaz de dotá-la dos instrumentos necessários para enfrentar novos objetos de estudo e questões atuais. Como acionar esse legado?

Se o que está em pauta é o contexto urbano, é preciso levar em consideração dois fatores: a paisagem (entendida como o conjunto de espaços, equipamentos e instituições urbanas) e os atores sociais. Não se trata, contudo, de um cenário já dado onde os atores desenvolvem suas práticas. Na verdade a paisagem urbana é o resultado dessas práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos, etc.) em sua complexa rede de trocas. Esse resultado, sempre em processo, constitui, por sua vez, um repertório de possibilidades que, ou compõem o leque para novos arranjos ou, ao contrário, surgem como obstáculos. A ênfase num ou outro termo da relação – paisagem ou atores – caracteriza o enfoque de outras disciplinas (geografia, urbanismo, sociologia, demografia), enquanto a antropologia urbana trabalha com e na intersecção de ambos e à etnografia cabe captar esse duplo movimento.

Em segundo lugar, é preciso ajustar o foco da observação, para o que proponho a perspectiva “de perto e de dentro” como característica da primeira aproximação etnográfica em campo (Magnani, 2002). Essa escolha de foco tem a vantagem de evitar aquela dicotomia que opõe, no cenário das grandes metrópoles contemporâneas, o indivíduo e as mega-estruturas urbanas. Tal polarização pontua muitas análises e diagnósticos sobre a cidade contemporânea e pode ser identificada mais claramente nos conhecidos discursos sobre despersonalização, massificação, fragmentação etc., motes muito difundidos e sempre à mão quando se quer discorrer sobre os problemas dos grandes centros urbanos.

É neste plano que entra a perspectiva “de perto e de dentro”, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos.

Se a perspectiva que classifico “de perto e de dentro” está associada à etnografia, não é toda proposta de pesquisa com base na antropologia ou referida ao método etnográfico que produz esse tipo de conhecimento. Existe, por exemplo, uma modalidade que caracterizo como “de passagem”: ela consiste em percorrer a cidade e seus meandros observando espaços, equipamentos e personagens típicos com seus hábitos, conflitos e expedientes, deixando-

se imbuir pela fragmentação que a sucessão de imagens e situações produz. O relato final, geralmente na forma de ensaio, termina por expressar essa experiência por meio do uso de metáforas que serão tanto mais sugestivas quanto maior a criatividade do analista. A profusão terminológica presa ao plano das metáforas termina reproduzindo, no texto, a heterogeneidade percebida na experiência pessoal¹ ou a fragmentação pela qual as grandes metrópoles são muitas vezes representadas na mídia, nas artes plásticas, na fotografia e em intervenções artísticas no espaço público. Isso não significa, contudo, que a caminhada como tal deva ser descartada como técnica para o recolhimento de um determinado tipo de dados; ao contrário, ela constitui valioso recurso para um primeiro levantamento da paisagem e do entorno no quais o objeto de estudo está inserido e com os quais mantém vínculos.

Diferente é o caso da perspectiva proposta por George Marcus (1995), com a expressão “pesquisa multi-localizada”: em vez de circunscrever-se aos recortes convencionais, pontualmente situados e contextualizados em termos de ordens sociais mais amplas como o sistema capitalista, esta perspectiva, interdisciplinar, se volta para múltiplos espaços onde a observação atravessa dicotomias como o “local” e o “global”, “modo de vida” e “sistema”, etc.: as etnografias resultantes dessa estratégia, são, segundo o autor, simultaneamente do e no sistema mundial.

O pressuposto da totalidade

Cabe agora definir, na estratégia proposta, qual a unidade de análise: a cidade em seu conjunto ou cada prática cultural em particular? Ou, nos termos de uma dicotomia mais conhecida, trata-se de antropologia da cidade ou na cidade? Para introduzir essa questão proponho considerar os atores sociais não como elementos isolados, dispersos e submetidos a uma inevitável massificação, mas que, por meio do uso vernacular da cidade (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura, política, vida associativa, estratégias de sobrevivência, são os responsáveis por sua dinâmica cotidiana. Postulo partir dos atores sociais em seus múltiplos, diferentes e criativos arranjos coletivos, isto é, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, uti-

¹ Ver, a propósito, a análise de Ulf Hannerz (1997) sobre três metáforas – fluxos, fronteiras e híbridos – na antropologia que denomina de “transnacional”, voltada para os estudos sobre a globalização. Para uma polarização de dois estilos de etnografia, ver a contraposição feita por Geertz (2001) entre Pierre Clastres e James Clifford.

lizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas, através de comportamentos que não são erráticos mas apresentam padrões discerníveis.

Partir das regularidades, dos padrões e não das dissonâncias ou desencontros como condição da pesquisa supõe uma contrapartida no plano teórico: alguma idéia de totalidade como pressuposto. Não se trata, evidentemente, daquela totalidade que evoca um todo orgânico, funcional, sem conflitos e tampouco se trata de uma totalidade que coincide, no caso da cidade, com os seus limites político-administrativos. No entanto, renunciar a esses tipos de totalidade não significa embarcar no extremo oposto: um mergulho na fragmentação, pois, se não se pode delimitar uma única ordem, isso não significa que não haja nenhuma. A questão da totalidade coloca-se, dessa maneira, em múltiplos planos e escalas.

Uma característica da totalidade como pressuposto da etnografia diz respeito à dupla face que apresenta: de um lado, a forma como é vivida pelos atores sociais e, de outro, como é percebida e descrita pelo investigador. Numa conhecida passagem da “Introdução à obra de Marcel Mauss”, em que Lévi-Strauss mostra de que maneira elementos de natureza muito diferente podem chegar a se articular num fato social, e que só sob esta forma podem ter uma significação global, transformando-se numa totalidade, o autor afirma que a garantia de que tal fato “corresponda à realidade e não seja uma simples acumulação arbitrária de detalhes mais ou menos certos” é que seja conhecido no interior de uma experiência concreta, desde um plano mais social, localizada no tempo e no espaço, até o plano do indivíduo (Lévi-Strauss, 1971: 24).

Para ficar com algumas temáticas recorrentes no campo da antropologia urbana, quem já estudou terreiros de candomblé, grupos de jovens, escolas de samba, torcidas organizadas de futebol, práticas de lazer, associações de bairro, grupos de imigrantes, moradores de rua, etc., sabe muito bem que nestes e em outros casos análogos há uma totalidade que é vivamente experimentada tanto como recorte de fronteira quanto como código de pertencimento pelos integrantes do grupo. Tomando como exemplo a categoria de pedaço que expus em outros trabalhos (Magnani, 1998; Magnani e Torres, 2002; Magnani e Mantese, 2007), é também evidente, por parte de seus integrantes, uma percepção imediata, clara, sem nuances ou ambigüidades a respeito de quem é ou quem não é do pedaço: é uma experiência concreta e compartilhada. O analista, por sua vez, também percebe tal experiência e a descreve: essa modalidade particular de encontro, troca e sociabilidade supõe

a presença de elementos mínimos estruturantes que a tornam reconhecível em outros contextos.

Assim, uma totalidade consistente em termos da etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em termos categoriais: se para aqueles é primeiramente o contexto da experiência diária, para o segundo pode também se transformar em chave de inteligibilidade. Posto que não se pode contar com uma totalidade dada, postula-se uma, nunca fixa, a ser construída a partir da experiência dos atores e com a ajuda de hipóteses de trabalho e escolhas teóricas, como condição para que se possa dizer algo mais do que generalidades a respeito do objeto de estudo.

Portanto, aqueles dois planos a que se fez alusão anteriormente – da ou na cidade – devem ser considerados como dois pólos de uma relação que circunscrevem, determinam e possibilitam a dinâmica que se está estudando. Para captar essa dinâmica, por conseguinte, é preciso situar o foco nem tão de perto que se confunda com a perspectiva particularista de cada usuário e nem tão de longe a ponto de distinguir um recorte abrangente, mas indecifrável e desprovido de sentido. Em outros termos, nem no nível das grandes estruturas físicas, econômicas, institucionais etc., da cidade, nem no das escolhas individuais: há planos intermediários onde se pode distinguir a presença de padrões, de regularidades. E para identificar essas regularidades e poder construir, como referência, algum tipo de totalidade no interior da qual seu significado possa ser apreciado, é preciso contar com alguns instrumentos, algumas categorias de análise, como será discutido a seguir.

A família de categorias

Essas totalidades são identificadas e descritas por categorias que apresentam, conforme já afirmado, um duplo estatuto: surgem a partir do reconhecimento de sua presença empírica, na forma de arranjos concretos e efetivos e podem também ser descritas num plano mais abstrato. Neste caso, constituem uma espécie de modelos, capazes de serem aplicados a contextos distintos daquele em que foram inicialmente identificados. São, portanto, resultado do próprio trabalho etnográfico, que reconhece os arranjos nativos, descreve-os e os trabalha num plano mais geral, identificando seus termos e articulando-os em sistemas de relações. A seguir apresento, a título de exemplo, um conjunto de categorias que desenvolvi nessa linha, ao longo de alguns estudos, e que terminaram conformando uma “família” terminológica – pedaço, trajeto, mancha, pórtico, circuito.

Pedaço designa aquele domínio intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que relações formais ou individualizadas que se estabelecem no espaço público. Manchas são áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. Se a qualquer momento os membros de um pedaço podem eleger outro espaço como ponto de referência e lugar de encontro, a mancha, ao contrário, resultado da relação que diversos estabelecimentos e equipamentos guardam entre si, está mais ancorada na paisagem do que nos eventuais freqüentadores. Assim, é mais aberta, acolhe um número maior e mais diversificado de usuários e oferece a eles não um acolhimento de pertencimento e sim possibilidades de encontro. Em vez da certeza, a mancha acena com o imprevisto, pois não se sabe ao certo o que ou quem vai se encontrar, ainda que se saiba qual o padrão de gosto ou pauta de consumo dos freqüentadores.

Trajetos, diferentemente de pedaço – ponto de referência que, no caso da vida no bairro, evoca a permanência de laços de família, vizinhança, origem e outros – aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas. É a extensão e, principalmente, a diversidade do espaço urbano para além do bairro que colocam a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas. Os trajetos levam de um ponto a outro através dos pórticos. Trata-se de espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram passagens pois já não pertencem ao pedaço ou mancha de cá, mas ainda não se situam nos de lá; escapam aos sistemas de classificação de um e outra e, como tal, apresentam a “maldição dos vazios fronteiriços”.² Finalmente, circuito designa o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, espaços e equipamentos que não mantêm entre si uma relação de contigüidade espacial. Assim, a sociabilidade que possibilita por meio de encontros, comunicação e manejo de códigos é mais diversificada e ampla que na mancha ou pedaço que apresentam fronteiras ou localizações bem delimitadas.

² Cf. Santos e Vogel (1985: 103), aludindo à expressão *the curse of border vacuums*, título de um dos capítulos de Jacobs (1992: 257).

Conclusão

Daqueles três termos da tipologia desenvolvida por Lévi-Strauss permaneceram, ao longo deste artigo, dois: antropologia e etnografia. Entre eles pode-se estabelecer: (i) uma relação metonímica, em que etnografia, de início uma parte, terminou por representar o todo, antropologia; (ii) uma relação de englobamento, em que antropologia, o termo mais abrangente, inclui a etnografia, na posição de método. E com relação ao terceiro dos termos, etnologia – ao menos no caso brasileiro – teve seu uso aplicado de forma designativa aos estudos de populações indígenas, formando a expressão “etnologia indígena” como uma escolha temática tal como antropologia urbana, rural, de gênero, etc., mas sem substituir os anteriores, antropologia e etnografia.

Retomando, para finalizar, a postura “de perto e de dentro”, proposta para caracterizar o olhar etnográfico, cabe reafirmar, entretanto, que este só se completa quando orientado por um olhar distanciado, em direção, aí sim, a uma antropologia da cidade, procurando desvelar a presença de princípios mais abrangentes e estruturas de mais longa duração. É somente por referência a planos e modelos mais amplos que se pode transcender, incorporando-o, o domínio em que se movem os atores sociais, imersos em seus próprios arranjos, ainda que coletivos, na paisagem urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DA MATTA, Roberto (1974), "O ofício do etnólogo, ou como ter 'anthropological blues'", *Cadernos do PPGAS*, Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- FAVRET-SAADA, Jeanne (1990), "Être affecté", *Gradhiva*, n° 8, 3-10.
- GEERTZ, Clifford (1978), *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GEERTZ, Clifford (2001), *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GOLDMAN, Marcio (2003), "Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia", *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, Vol. 46, N° 2, 423-44.
- HANNERZ, Ulf (1997), "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras chave da antropologia transnacional", *Mana*, 3 (1).
- JACOBS, Jane (1992), *The death and life of great American cities*. Nova York: Vintage Books.
- LATOUR, Bruno (2005), *Reassembling the social*. New York: Oxford University Press.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1971), "Introducción a la obra de Marcel Mauss", in Marcel Mauss, *Sociología y antropología*. Madrid: Tecnos.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1991) [1958], *Anthropologie structurale*. Paris: Plon.
- MAGNANI, J. Guilherme Cantor (1998), *Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec (3ª edição).
- MAGNANI, J. Guilherme Cantor (2002), "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, Vol. 17, N° 49.
- MAGNANI, J. Guilherme Cantor; MANTESE, Bruna (2007), *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- MAGNANI, J. Guilherme Cantor; TORRES, Lilian (2000), *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1976), *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural.
- MARCUS, George (1995), "Ethnography In/Of the World System: the Emergence of Multi-Sited Ethnography", "Ethnography", *Annual Review of Anthropology*, Vol. 24, 95-117.
- MARCUS, George; CLIFFORD, James (1986), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1984), "De Mauss a Claude Lévi-Strauss", in *Textos Seleccionados*. São Paulo: Abril Cultural.
- PEIRANO, Mariza (1995), *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- PEIRANO, Mariza (2006), *A teoria vivida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SANTOS, Carlos Nelso; VOGEL, Arno (coord.) (1985), *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro: Ibam/Finep.

SILVA, Vagner Gonçalves (2000), *O antropólogo e sua magia*. São Paulo: Edusp.

VELHO, Gilberto (1981), *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

WAGNER, Roy (1981) [1975], *The invention of culture*. Chicago: The University of Chicago Press.

8. SEGREGAÇÕES URBANAS

Lucia Maria Machado Bógus

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada

HENRI LEFEBVRE, *Le droit à la Ville*.

O tema da segregação sócio-espacial vem ocupando posição de destaque na área dos estudos urbanos há quase um século. A própria palavra segregação remete à idéia de separação de determinados grupos sociais no espaço das sociedades, como um reflexo ou manifestação das relações sociais que se estabelecem a partir da estrutura e da estratificação sociais, das normas e códigos de conduta vigentes. No caso da segregação residencial importa, também, a possibilidade de acesso à terra em suas diferentes localizações e com preços diferenciais.

À primeira vista o termo segregação parece referir-se a fenômeno auto-explicativo que dispensa definições, uma vez que a divisão social do território está presente em todas as cidades e vilas desde épocas historicamente remotas. Entretanto, um olhar mais acurado permitirá notar que toda a divisão social do espaço exprime formas de segregação e que a utilização do termo segregação, como conceito, depende da visão teórica que adotemos para explicar o fenômeno.

Ao longo dos últimos cem anos, as reflexões acerca da segregação se deslocaram por pressupostos teóricos múltiplos, passando: pela sociologia da Escola de Chicago, nas primeiras décadas do século XX (Park e Burgess, 1921); pela Sociologia Urbana Marxista, nos anos 1960 e 1970 (Lojkin, 1979; Harvey, 1973, Castells, 1977); por abordagem mais recente fundada no paradigma das cidades globais, que teriam como uma das principais características a dualidade social e espacial (Sassen, 1991; Marcuse, 2004; Sabatini e Sierralta, 2006; Ribeiro, 2003).

Nos primeiros anos do século XX, a análise social do espaço foi desenvolvida pela chamada Escola de Chicago, principalmente a partir dos estudos de

Robert Park e Ernest Burgess, que trabalharam a hipótese da ecologia social para explicar a distribuição da população nas cidades. Partiram da idéia da existência de “áreas naturais”, a partir das quais se constituíam comunidades homogêneas, com sistemas de valores próprios e relações simbólicas específicas. Segundo Park (1926), essas “áreas naturais” eram encontradas em todas as cidades americanas “de certo tamanho” e o modelo da ecologia seria a principal característica das cidades, organizadas por círculos concêntricos, por onde se distribuíam as atividades administrativas, comerciais, industriais e residenciais. A existência de um “modo de vida urbano” (Wirth, 1928) seria decorrência dessa morfologia espacial, que permitia identificar as comunidades que viviam nas cidades, constituindo unidades de vizinhança com suas redes de ajuda mútua e relações sociais fundadas na reciprocidade.

Em suas análises, Wirth retoma uma série de questões discutidas por Georg Simmel, de quem sofreu forte influência, acrescentando contribuições novas e muito relevantes. A principal delas referia-se à superação da dicotomia rural-urbano, na medida em que apresentava o rural e o urbano não como mundos opostos, caracterizados por espaços e, sobretudo, modos de vida distintos, mas como mundos em contato permanente e cada vez mais interpenetrados.

Apresentou o processo de urbanização e o “urbanismo” como um modo de vida que transpõe as fronteiras das cidades, uma vez que a influências do rural chegariam até as cidades trazidas pelos migrantes, pelos habitantes de origem rural, com seus valores e comportamentos que se fundiriam àqueles presentes na cidade.

Da mesma forma que G. Simmel (1987), Louis Wirth compreende a cidade em sua abrangência físico-social, como uma realidade “sui generis” que produz um modo distinto de vida dos agrupamentos humanos. Na cidade emergem as individualidades com enfraquecimento de vínculos aos grupos sociais, mas é também nela que se constituem forças contraditórias em que a participação na vida coletiva é dificultada pela multiplicidade de papéis sociais assumidos pelos indivíduos. Nesse sentido, surge a necessidade do associativismo para o atendimento de interesses específicos, que individualmente não poderiam ser alcançados.

No que concerne ao paradigma teórico de base, as explicações analíticas da Escola de Chicago remetem às concepções durkheimianas de comunidade e sociedade, baseadas na divisão social do trabalho como fundadora da divisão social do espaço, das relações sociais e das diferentes formas de sociabilidade (Durkheim, 1960). A partir dessa concepção, a segregação é entendida como a localização específica de determinado grupo social em relação a outros, daí

decorrendo a idéia de distância espacial como expressão da distância social. Disso resultaria a busca pelos indivíduos de se agruparem por afinidades raciais, étnicas e por posição social como forma de proteção aos efeitos fragmentadores da individualização, gerados pela vida na cidade. Nesse sentido, a segregação residencial seria produto de lógicas individuais, isto é, efeito de escolhas individuais (Park, 1926).

Os estudos iniciados pela Escola de Chicago inspiraram, nas décadas de 1960 e 1970, outros importantes trabalhos, que a partir de uma revisão crítica, sobretudo de base marxista, influenciaram profundamente a Sociologia Urbana, a Geografia e a Economia Política, instaurando o debate interdisciplinar no estudo do espaço urbano.

De acordo com as concepções de base marxista, a segregação é a expressão das desigualdades sociais circunscritas ao território das cidades como manifestação da apropriação desigual de terras, bens e serviços pelas diferentes classes sociais. Nesse sentido, a segregação residencial assumiria características específicas nas sociedades capitalistas, como fruto da luta de classes, responsável pela apropriação desigual do território, dos bens de consumo, da habitação em suas diferentes formas. De entre as principais contribuições, cabe destacar a influência de Henry Lefèbvre, que em sua obra *Le Droit à la Ville* (1968), amplia o escopo do debate, apontando para as continuidades e descontinuidades dos estudos urbanos, com seu avanços teóricos e desafios metodológicos e políticos.

Contrapondo-se às colocações neo-clássicas que colocam nas capacidades e nas escolhas individuais as possibilidades de localização no território das cidades (Richardson, 1977), a Sociologia Urbana enfatiza o papel do Estado como um dos agentes sociais que mais contribuem para a estruturação urbana. Os autores marxistas propõem que o Estado não pode ser considerado apenas como um agente que atua de maneira técnica, mas cujas ações se orientam por imperativos ideológicos. Essa corrente atribui ao Estado um papel central na divisão social do espaço nas cidades, que vai desde a identificação do Estado como representante dos interesses da classe dominante, até análises onde o Estado aparece como uma arena onde se desenvolvem as lutas de classes e onde se reproduzem as contradições presentes na sociedade capitalista (Harvey, 1973; Castells, 1977; Lojkine, 1979).

Incorporando os debates anteriores, trabalhos mais recentes analisam o aumento da segregação residencial à luz dos impactos da globalização sobre as cidades. Segundo Ribeiro (2003), são três os mecanismos frequentemente apontados como causas do fenômeno da segregação residencial:

- em primeiro lugar, a globalização, ao difundir idéias liberais por todo o planeta, gerou mudanças nos modelos regulatórios das políticas urbanas contribuindo para a liberalização do mercado de terras;
- como decorrência, os preços imobiliários tornaram-se um dos mecanismos mais importantes para a distribuição e a localização da população no território da cidade, reforçando a importância das desigualdades de renda na apropriação do espaço urbano;¹
- um terceiro ponto a ser assinalado diz respeito à privatização dos serviços urbanos, aumentando a desigualdade de acesso aos serviços públicos e equipamentos coletivos, sobretudo no que diz respeito à qualidade desses serviços.

Todos esses fatores contribuiriam para a dualização social, efeito da reestruturação produtiva e das transformações ocasionadas no espaço das cidades num contexto de globalização.

De um modo geral, os estudos recentes sobre segregação e desigualdade sócio-espacial levam em conta que as transformações espaciais nas grandes cidades têm origens distintas, variando conforme a matriz sócio-histórica de cada país, o que implica a necessidade de aprofundar as reflexões já realizadas. Conforme Sabatini e Sierralta (2006: 171), “a segregação residencial consiste em relação espacial: a de separação ou proximidade territorial entre pessoas ou famílias que pertencem ao mesmo grupo social, seja qual for a sua definição”. Desse modo, embora a segregação residencial esteja relacionada à renda e às diferenças sociais, e possa influenciá-las, aumentando ou diminuindo as desigualdades pelo contato entre diferentes grupos sociais, o conceito refere-se a um fenômeno de caráter essencialmente espacial.

Cabe lembrar aqui a diferença entre a segregação geográfica (espacial) e a segregação sociológica, havendo casos em que se registram grandes distâncias sociais em contextos de proximidade geográfica (White, 1983). Podem-se mencionar como exemplos paradigmáticos os sistemas de castas na Índia e, no caso das cidades litorâneas brasileiras, a possibilidade de convivência de diferentes classes e grupos sociais nas praias, consideradas espaços democráticos de sociabilidade e lazer. Também a proximidade das favelas e de áreas

¹ A esse respeito são ilustrativos os trabalhos de Martin Smolka que, a partir de estudos empíricos, afirma ser “possível inferir que a dinâmica dos agentes imobiliários (incorporadores) é responsável por parcela não negligenciável da reestruturação intra-urbana (...) e do processo de segregação residencial em particular.” (Smolka, 1991: 14).

de residência de população de alta renda (inclusive de condomínios fechados de luxo) em várias cidades latino-americanas são exemplos de situações que combinam a proximidade física com a distância social (Bógus e Pasternak, 2003).

Outro aspecto importante para as análises sobre a segregação refere-se à formação de espaços com alto grau de homogeneidade social, tanto em áreas ricas e prestigiadas da cidade, como em locais deteriorados, com grande concentração de pobres.

A formação dessas áreas favorece o surgimento de formas de percepção subjetivas sobre os locais de residência altamente segregados. Tais percepções podem ser positivas, em termos do prestígio que algumas áreas exclusivas transmitem aos seus habitantes e/ou freqüentadores habituais, como negativas, no caso de áreas urbanas deterioradas e dotadas de certa “malignidade”, que constituem um estigma para os que nela residem.

Esses bairros deteriorados são encontrados em grande parte das cidades capitalistas contemporâneas, podendo assumir, como ocorre no caso de grandes cidades norte-americanas, o formato de verdadeiros guetos, também marcados por aspectos étnicos, conforme assinala Wilson (1987).

No caso das áreas segregadas de baixo prestígio, a exclusão social é também apontada por vários autores como um fenômeno intimamente ligado à segregação residencial, com a ocorrência de processos que se alimentam mutuamente, criando um círculo vicioso de difícil superação. Conforme afirma Wilson, a população negra residente nos bairros centrais deteriorados da cidade de Chicago teve sua exclusão social aumentada e suas condições de vida pioradas ao longo dos últimos 20 anos. Nessas áreas da cidade os índices de desemprego alcançaram níveis altíssimos, especialmente entre os jovens, além de apresentarem um quadro acentuado de desagregação familiar, de consumo de drogas e de criminalidade.

Duas ordens de fatores são apontadas como responsáveis por essa situação. A primeira refere-se a mudanças ligadas à reestruturação produtiva e ao aumento da competitividade entre os mercados, geradas pelos mecanismos da globalização. Tais mudanças causaram a eliminação de postos de trabalho, o estabelecimento de cadeias produtivas multinacionais, o desmonte do sistema de proteção previdenciária e dos contratos coletivos de trabalho e o aumento da informalidade.

A segunda ordem de mudanças, internas à metrópole e de caráter marcadamente espacial, vincula-se a fatores ligados à condição de classe e à ruptura de barreiras discriminatórias, que possibilitou a fuga, para outras áreas

da cidade, dos grupos negros de maior renda. Permaneceram assim, nas áreas centrais deterioradas, apenas os indivíduos marcados pela exclusão, num processo de segregação fundado não só na etnia, mas sobretudo na pobreza (Lopez, 2005).

No caso de muitas metrópoles brasileiras, as áreas urbanas fortemente marcadas pelos traços da exclusão apresentam um quadro de superposição de carências. Nessas áreas, situadas nos centros deteriorados ou nas periferias metropolitanas, a segregação se manifesta pelo isolamento espacial e social, pela distância em relação aos territórios bem equipados, tanto em termos de serviços urbanos como de equipamentos culturais. Nelas é também maior a desagregação familiar e a desqualificação social, já apontadas por Castel (1995) e Paugam (1991) como fenômenos crescentes nas cidades européias. Depreende-se daí o alcance das conseqüências deletérias da globalização, reproduzindo em diferentes contextos nacionais situações semelhantes de exclusão e, como decorrência, de novas formas de segregação no espaço das cidades.

Outro ponto a ser considerado, quando se analisa o fenômeno da segregação espacial urbana é a necessidade de ampliar os esforços no sentido de compreender tanto a abrangência do conceito de segregação, como seu poder de explicação. Entende-se aqui por segregação a alta concentração de camadas sociais em determinada parcela do espaço urbano, apontando para uma forma de organização da cidade em zonas hierarquizadas com grande homogeneidade interna e forte disparidade social em relação a outras. Essa mesma concepção já foi apresentada por Villaça (1999), reforçando a contribuição de Castells (1977), que coloca a segregação como uma tendência que só uma análise histórica, de longo prazo, permitirá identificar e analisar.

Assim, é importante considerar o alcance e os limites da segregação residencial como conceito operativo, devendo-se levar em conta a dimensão temporal, o caráter processual e a dimensão territorial das realidades em estudo. Na maioria dos casos, seja nos contextos europeus, norte-americanos ou latino-americanos, o acesso desigual e/ou polarizado à estrutura de oportunidades da sociedade, no âmbito da cidade, reforça e é reforçado pela segregação espacial dos diferentes grupos sociais.

A segregação produz aí dois tipos de conseqüências, ampliando, por um lado, as oportunidades nos setores elitizados das cidades e bloqueando, por outro, as oportunidades de acesso nas áreas mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social. Conforme afirma Katzman (1999), o “efeito vizinhança” (mais forte quanto maior for a segregação espacial) pode ocasionar tanto a

ampliação como o bloqueio das oportunidades de trabalho, emprego e acesso à educação formal, alavancando ou travando a mobilidade social.

Os estudos sobre segregação residencial nos ajudam a entender os processos sócio-espaciais responsáveis pela estruturação das cidades e a compreender os mecanismos produtores de relações de interação e sociabilidade entre diferentes grupos e classes sociais. Nesse sentido, torna-se essencial considerar a importância das políticas urbanas de caráter territorial, que permitem combater os mecanismos produtores da segregação residencial urbana e/ou minimizar seus efeitos, tendo em vista a busca de soluções que promovam uma maior mistura social nas cidades, o maior acesso aos serviços urbanos e a conseqüente diminuição das desigualdades sócio-espaciais (Marques e Torres, 2004). Outros estudos (Villaça, 1999) referem-se à segregação espacial como processo necessário ao exercício de dominação política e à desigual apropriação dos recursos do espaço enquanto produto do trabalho, apontando para as relações dialéticas entre espaço e sociedade.

Cabe, finalmente, tecer algumas considerações acerca das escalas da segregação espacial e das formas de mensuração desse fenômeno, tendo em vista tanto o subsídio à elaboração de instrumentos de intervenção, como à realização de análises comparativas em âmbito nacional e internacional. Nas Ciências Sociais, os procedimentos para medir a distribuição desigual dos grupos sociais no espaço das cidades têm sido discutidos por geógrafos, urbanistas, sociólogos e economistas. A partir de meados do século XX surgiram vários trabalhos propondo uma série de indicadores quantitativos de segregação residencial. De entre eles merecem destaque os trabalhos sobre os índices de interação (Bell, 1954), os índices de dissimilaridade propostos por Duncan e Duncan (1955) e os trabalhos de Massey e Denton (1988).

Segundo Sabatini e Sierralta (2006), o grau de concentração e de dispersão territorial de diferentes grupos sociais e a maior ou menor homogeneidade social de cada área da cidade, considerados como as duas dimensões “objetivas” da segregação, têm sido estudados principalmente por meio de índices que se referem à composição, por grupos, da população residente na cidade. Os principais métodos estatísticos utilizados para medir essas duas dimensões são os índices de dissimilaridade – que expressam a concentração espacial de um grupo – e os índices de exposição – que permitem mensurar o grau de isolamento social do grupo.

As limitações e o alcance explicativo desses dois métodos estatísticos são detalhadamente discutidos por Sabatini e Sierralta (2006: 174-190). Ao mesmo tempo, os autores ressaltam a importância da realização de traba-

lhos empíricos de cunho quantitativo, que possibilitem aperfeiçoar as técnicas de mensuração, aliando-os a estudos de caso, de caráter qualitativo, que permitam apreender as dimensões subjetivas da segregação. A esse respeito é também importante a contribuição de Preteceille (2004: 16), que aponta como uma das desvantagens do uso desses índices o fato deles dificilmente poderem ser utilizados para responder se uma cidade é mais segregada do que outra, questão que se agudiza no caso da comparação de cidades situadas em países distintos.

Outro tipo de abordagem atualmente bastante utilizada é o das análises tipológicas. Tais análises permitem agrupar as unidades espaciais estudadas em “tipos”, “classes” ou “clusters” definidos pela semelhança dos perfis de distribuição de determinadas categorias sociais presentes em cada uma das unidades espaciais consideradas. Com o uso de análises fatoriais, tais análises tipológicas podem apreender as estruturas sócio-espaciais em sua complexidade, superando a consideração de oposições binárias entre categorias das análises por dissimilaridade. As análises quantitativas, com emprego de métodos e técnicas estatísticas, desenvolveram-se inicialmente nos Estados Unidos, nos estudos de ecologia fatorial (Rhein, 1994). Na França, os primeiros trabalhos desse tipo datam do início dos anos setenta, destacando-se os estudos de N. Tabard (1993) e de E. Preteceille (1992). Essas análises tipológicas possibilitam apreender a maior ou menor mistura social nos diferentes espaços de uma cidade, possibilitando, também, a realização de estudos comparativos, quando empregados os mesmos critérios na construção dos tipos, utilizando as mesmas variáveis e, principalmente, fontes de dados compatíveis.² Outras vantagens podem ser apontadas em relação à realização desses estudos, já que eles consideram as estruturas sócio-espaciais em sua com-

² No caso do Brasil, a incorporação dessa metodologia possibilitou a realização de pesquisa em rede, de caráter comparativo, sobre o comportamento da segregação e dos padrões de desigualdade sócio-espacial em 11 regiões metropolitanas e um aglomerado urbano, nos últimos 25 anos. No caso desse estudo, as variáveis selecionadas para composição dos tipos foram a renda, a escolaridade e a ocupação da população residente nas diferentes áreas das cidades em estudo, variáveis que, combinadas, constituíram um índice, a categoria sócio-ocupacional. As áreas homogêneas foram construídas a partir do uso de análises fatoriais. O uso da mesma fonte de dados, os censos demográficos, e da mesma metodologia garantem a comparabilidade dos estudos, que são complementados por análises de caráter qualitativo, tendo em vista apreender a dimensão “subjetiva” dos fenômenos ligados à segregação espacial, por meio de estudos de caso (veja-se a respeito Ribeiro, 2005; Preteceille e Ribeiro, 1999; Taschner e Bógus, 1999).

plexidade, funcionando como uma “proxy” da estrutura social. Além disso, definem tipos de espaços que podem ser analisados segundo várias dimensões e cujas transformações podem ser estudadas de modo longitudinal, considerando a incidência de fenômenos conjunturais, de entre os quais os efeitos de políticas públicas. É possível, no entanto, que a principal vantagem desses estudos resida na possibilidade de analisar as mudanças nos padrões de segregação sócio-espacial, ao longo do tempo e nos diferentes contextos comparados.

A título de conclusão, cabe assinalar que, mesmo quando partem de referenciais teóricos distintos, os estudos sobre segregação espacial acabam invariavelmente apontando para as conseqüências negativas do isolamento involuntário de grupos sociais em determinados espaços das cidades, quaisquer que sejam as causas desse tipo de isolamento. Mesmo nos casos de isolamento voluntário dos grupos de alta renda em condomínios residenciais, as desvantagens podem ser apontadas em relação às limitações impostas às formas de sociabilidade, que em muitos casos se restringem às áreas intramuros (Caldeira, 2000) ou a elas contíguas, como reação de defesa a outro tipo de sociabilidade que vem se instalando nas cidades do terceiro mundo, a sociabilidade violenta, maior em áreas segregadas de baixa renda, que se apresenta como uma ameaça aos habitantes dessas cidades, como um todo. O conhecimento aprofundado da segregação espacial e de suas manifestações nas cidades constitui um importante instrumento para subsidiar políticas públicas que tenham por objetivo combater a expansão desse fenômeno e dos processos sócio-espaciais a ele associados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELL, Wendell (1954), "A Probability Model for the Measurement of Ecological Segregation", *American Sociological Review*, 32, 357-64.
- BÓGUS, Lucia M. Machado; PASTERNAK, Suzana (2003), "A cidade dos extremos", *Cidades, Comunidades e Territórios*, 6, 51-71.
- CALDEIRA, Teresa (2000), *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Editora 34.
- CASTEL, Robert (1995), *Les metamorphoses de la question sociale*. Paris: Libs. Arthème Fayard.
- CASTELLS, Manuel (1977), *La cuestión urbana*. México: Siglo XXI.
- DUNCAN, Otis D.; DUNCAN, Beverly (1955), "A Methodological Analysis of Segregation Indexes", *American Sociological Review*, 20, 210-17.
- DURKHEIM, Emile (1960), *De la division du travail social*. Paris: Presses Universitaires de France.
- HARVEY, David (1973), *Social Justice and the City*. Londres: Edward Arnold.
- KATZMAN, Ruben (1999), *Activos y estructuras de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay*. Montevideo: PNUD-CEPAL.
- LEFÈBVRE, Henry (1968), *Le droit a la ville*. Paris: Éditions Anthropos.
- LOJKINE, Jean (1979), *El marxismo, el Estado y la cuestión urbana*. México: Siglo XXI.
- LOPEZ, Juares R. B. (2005), "A Escola de Chicago ontem e hoje, um depoimento pessoal", in Valladares, Licia do Prado (org.), *A Escola de Chiicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 23-52.
- MARCUSE, Peter (2004), "Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado", *Espaços & Debate, Segregações Urbanas. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, 24 (45), 24-33, jan/jul.
- MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (org.) (2004), *São Paulo, 2000: segregação, pobreza urbana e desigualdade social*. São Paulo: Cebrap.
- MASSEY, Douglas; DENTON, Nancy (1988), "The Dimensions of Residential Segregation", *Social Forces*, 67 (2).
- PARK, Robert Ezra (1926), "The Urban Community as a Spatial Pattern and Moral Order", in Burgess, E. Watson (org.), *Urban Community*. Chicago: University of Chicago Press.
- PARK, Robert Ezra; BURGUESS, Ernest Watson (1921), *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago: University of Chicago Press.
- PAUGAM, Serge (1991), *La disqualification sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.

- PRETECEILLE, Edmond (2004), “A construção social da segregação urbana: convergências e divergências”, *Espaços & Debate, Segregações Urbanas. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, 24 (45), 11-23, jan/jul.
- PRETECEILLE, Edmond (ed.) (1992), *La ségrégation sociale dans les grandes villes*. Paris: La Documentation Française.
- PRETECEILLE, Edmond; RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz (1999), “Tendências da segregação em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos Anos 80”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14, 134-62.
- RHEIN, Catherine (1994), “La ségrégation et ses mesures”, in Brun, Jacques; Rhein, Catherine, *La ségrégation dans la ville*. Paris: L’Harmattan, 121-61.
- RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz (2003), “Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço da cidade na gestão do território”, in Rassi, Neto; Bógus, Cláudia Maria (org.), *Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada*. Brasília: OPAS, série técnica 3, 155-82.
- RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz (coord.) (2005), *Observatório das metrópoles: território, coesão social e governança urbana. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá*. Projeto de Pesquisa, Institutos do Milênio CNPq.
- RICHARDSON, Harry (1977), *The New Urban Economics and Alternatives*. Londres: Pion.
- SABATINI, Francisco; SIERRALTA, Carlos (2006), “Mediação da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana”, in Cunha, José M. Pinto (org.), *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População–NEPO/Unicamp, 1ª ed., 169-95.
- SASSEN, Saskia (1991), *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.
- SIMMEL, Georg (1987), “A metrópole e a vida social”, in Velho, Otávio G., *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- SMOLKA, Martin (1991), “Expulsando os pobres e redistribuindo os ricos: «dinâmica imobiliária» e segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro”, in *Anais do XV Encontro Nacional da ANPOCS*. Caxambu/Minas Gerais, 3-21.
- TABARD, Nicole (1993), *Représentation socio-économique du territoire. Typologie des quartiers et communes selon la profession et l’activité économique de leurs habitants*. Paris: INSEE.
- TASCHNER, Suzana; Bógus, Lucia M. Machado (1999), “São Paulo como patchwork: unindo fragmentos de uma cidade segregada”, in Bógus, Lucia M. Machado; Ribeiro, Luiz Cesar Queiroz (orgs.), *Cadernos Metrópole: Desigualdade e Governança*. São Paulo: EDUC/Fapesp, n.1, 13-42.

VILLAÇA, Flávio (1999), “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil”, in Deák, Csaba; Schiffer, Sueli Ramos (org.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 169-243

WHITE, Michel (1983), “The Measurement of Spatial Segregation”, *American Journal of Sociology*, 88 (5).

WILSON, William J. (1987), *The Truly Disadvantaged: the Inner City, the Underclass, and Public Policy*. Chicago: University of Chicago Press.

WIRTH, Louis (1928), *The Ghetto*. Chicago: University of Chicago Press.

9. ESPAÇOS E VAZIOS URBANOS

Cristina Meneguello

O Homem se admira de si mesmo por não poder aprender a esquecer e por sempre se ver novamente preso ao que passou: por mais longe e rápido que ele corra, a corrente corre junto. (...) Incessantemente uma folha se destaca da roldana do tempo, cai e é carregada pelo vento – e, de repente, é trazida de volta para o colo do homem. Então, o homem diz: “Eu me lembro”

F. NIETZSCHE, *Segunda Consideração Intempestiva sobre a História*

O tema do espaço urbano é vasto, talvez tanto quanto o seu próprio objeto. Proponho aqui falar dos espaços urbanos especificamente em sua relação com os vazios urbanos, dirimindo desde já uma impressão que se prova errada: o vazio urbano não é o oposto, nem o outro, do espaço urbano. Espaço e vazio são contínuos, indissociáveis e incompreensíveis um sem o outro.

Cidade: uma multidão de casas, divididas por ruas. Assim corria a definição do *Diccionario Portuguez-francez e Latino* editado em Lisboa em 1794. A essa definição quase ingênua, em que sobressai apenas o aglomerado populacional, rapidamente aprendemos a associar a idéia de espaço urbano como o da associação de cidadãos que decidem viver no mesmo lugar, sob as mesmas leis e governo. Espaço de negociações, de transformações urbanas, que podemos ou não associar ao espaço público como lugar dotado de significações. Assim, seja ganhando corpo nos edifícios de poder, privados ou públicos, nas formas de morar, na ocupação dos espaços de manifestação e de sociabilidade, como praças públicas e grandes avenidas, o espaço urbano parece se associar a um grupo de sentidos que alia as camadas históricas e os usos e os sentidos associados a esses usos.¹

Paul Ricouer nos apontou para o fato de que a cidade é uma irmã da narrativa. A narrativa e a edificação

¹ Para a caracterização das diferentes aproximações ao estudo urbano, ver o intrigante “As sete portas da cidade” de Bresciani (2001).

operam um mesmo tipo de inscrição, uma na duração, a outra na dureza do material. Cada novo edifício inscreve-se no espaço urbano como uma narrativa em um meio de intertextualidade (...) é na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela (...) estreitamente associados do que no edifício isolado. A cidade também suscita paixões mais complexas (...), na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximação e de distanciamento (...)

(Ricouer, 2008:159).

Para além de usos e sentidos, o espaço urbano constitui-se de imagens e construções mentais a ele associadas. A ele associamos nossa idéia de urbanidade e de civilidade, ou seja, de que o espaço urbano é definido pelas vivências associadas à vida cidadina. O urbano é, ao mesmo tempo, espaço da liberdade e possibilidade do vício. A atitude blasé simmeliana, ao mesmo tempo em que reage às preocupações comezinhas da vida no campo, permite o cosmopolitismo e gera novas relações, não mais somente entre homem e natureza. O urbano, aqui, é um fato estético. Ainda historicamente, o espaço urbano pode vir definido em função do espaço que não é urbano – o fora dos limites – a floresta é o outro da cidade medieval, o campo, o outro da cidade industrial (Le Goff, 1992 e 1998; Williams, 1989)

Mas, e se o outro do espaço urbano, nas cidades contemporâneas, estiver dentro da própria trama das cidades? Se a cada vez mais o binômio espaço-vazio mostrar-se sem força conceitual ou metodológica para explicar as relações atuais, não pode esse “outro” contra o qual o urbano se define existir contíguo a ele? Localizemos a tensão, na cidade contemporânea, não mais entre o construído e o não construído, a cidade e a natureza, ou a cidade e o *wilderness*. Talvez devêssemos falar da tensão entre o construído e o desconstruído.

Assim, nessas breves reflexões, vou me basear aqui nas duas categorias fundamentais para a história – a memória e o esquecimento – para tentar compreender a natureza do vazio urbano.

O que é esse vazio urbano? Do que estamos a falar quando falamos dos espaços sem uso, de abandono, desagregação, em estado de ruína?

Em primeiro lugar, o vazio urbano é associado aos processos de desindustrialização. Devido a transformações na indústria, na ocupação do espaço e na alteração das formas de produção, vastas áreas anteriormente voltadas à pro-

dução (moinhos, fábricas) ou ao escoamento da produção (rede ferroviária ou mesmo a área portuária) transformam-se em amplos espaços que, privados de seus usos anteriores, não engendram novos usos do mesmo porte.

Assim, os vazios urbanos estendem-se não apenas pelas antigas indústrias, pelos galpões desativados, minas abandonadas, lixões ou de depósito de resíduos, e todo tipo de infra-estrutura de transporte como ferrovias e antigos portos. Estendem-se pelos empreendimentos que um dia foram desativados, sofreram a ação do tempo e, com a conseqüente degradação natural, transformaram-se em zonas consideradas mortas. Com o avançar do século XX, essa é uma realidade das grandes cidades. Para citar o caso de São Paulo, o processo de “desconcentração concentrada” é acelerado pelas novas malhas de transporte e pela especulação imobiliária. A desconcentração industrial – fenômeno marcante na metrópole paulistana – caracteriza-se pela transferência das unidades produtivas da capital em direção ao interior. Em todo Brasil, de forma geral, a formação desses vazios está ligada à desconcentração e à reestruturação industrial, ao declínio dos ciclos econômicos e a exurbanização das atividades industriais.

O próprio léxico desses vazios nos permite pensar na constituição desses espaços: *brownfields*, *terrain vague*, vazios urbanos. A definição de *brownfields* é encontrada na lei pública norte americana – a *Brownfields Revitalization Act* de 11 de Janeiro de 2002,² mas desde 1980 a palavra aparecia em lei federal, embora associada a regiões contaminadas. As *brownfields* eram definidas como “instalações industriais ou comerciais abandonadas, ociosas e subutilizadas cujo redesenvolvimento é dificultado por contaminação real ou percebida, mas que possuem um potencial ativo para reuso” (Vasques, 2006). Em situação de sinônimos, encontramos as *friches (urbaines et industrielles)* na França; a *derelectland* no Reino Unido; *baldíos industriales y urbanos* ou o *vaciado industrial* em castelhano. Ainda, em alemão, temos a interessante confluência dos termos *altstandorte* (antigos sítios industriais) e *atbastein* (peso ou herança do passado).

Observemos que na expressão francesa “*friche*” ou “*terrain vague*”, prevalece a idéia de espaço residual; e a expressão é suficientemente ambígua para abranger e expressar a complexidade dos lugares e estruturas que participam desta categoria. *Vague* é aquilo que não está preenchido – vazio, devo-

² *Public Law 107-118 (H.R. 2869) – “Small Business Liability Relief and Brownfields Revitalization Act”*. Cf. também Vasques, 2006.

luto, improdutivo, obsoleto. Por outro lado, *vague* também assume o sentido daquilo que é impreciso, sem limites definidos, instável, mutante.

A idéia de “espaços vazios” reafirma a instabilidade desses limites. Basta lembrar que esse foi o tema da Trienal de Arquitetura de Lisboa – Vazios Urbanos –, e que todos os textos, sejam os do catálogo da exposição, sejam os produzidos quando do evento, na página oficial, insistiam na idéia de que todas as cidades geram essas “interrupções”, esses “distúrbios de espaço” em sua malha, e de que se devia forçosamente atuar sobre eles. Nos textos da trienal, em que os vazios surgiam como um convite para a experimentação urbanística e artística, essas áreas urbanas constituíam uma oportunidade para requalificações, reconversões, novos usos. Jamais eram entendidas como um lugar. São, para usar a expressão de um desses textos, “palco de operações.”

É tal a necessidade de espaço nos núcleos urbanos, que os poucos lugares vazios, convertem-se em objectos desejados por especuladores imobiliários, ou noutro caso por pessoas sem alojamento com pretensões ocupas. Isto leva-nos a concluir que os vazios urbanos têm apenas dois destinos: ou a construção de um objecto arquitectónico, preenchendo assim o vazio; ou a sua ocupação indesejável traduzindo-se em deterioração e insegurança. (...)A dinâmica urbana actual, impede-nos de ver (sobretudo aos arquitectos) que a cidade se pode construir de uma maneira diferente, passando o vazio urbano a desempenhar um papel fundamental. Neste caso, é o vazio que constrói a cidade dando lugar a um “evento”, deixando de ser um espaço para simplesmente ser edificado

(Reis et alii, 2007).

Encontramos um raciocínio semelhante, ainda que mais “moral”, alguns anos antes nas palavras do então presidente nacional do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB):

O que são vazios urbanos? São áreas ociosas, vazias, de todo tamanho. Representam desde grandes glebas até pequenos lotes, ou mesmo ainda prédios construídos ociosos – galpões abandonados ou em centros metropolitanos como São Paulo (...) A existência desses vazios inaproveitados não constitui somente um problema social, de mau aproveitamento do capital investido e de desprezo do patrimônio construído. Constitui um crime ambiental, já que esses deixam de usar uma infra-estrutura projetada e calculada para sua plena utilização, fazendo a cidade buscar novos terrenos, novos territórios para crescer, territórios para urbanizar (...)

A cidade, então, é obrigada, através de entes públicos e/ou privados, a investir em infra-estrutura para transformar terrenos antes rurais em urbanos

(Anastassakis, 2004).

Evitando multiplicar as citações, podemos observar que todas as definições compartilham um ponto em comum: que a existência de tais espaços é uma doença a ser sanada, um erro a ser corrigido, um dano urbano. Todos criticam o sub-aproveitamento do espaço urbano, e propõem grandes “gestos” que re-simbolizem esses lugares. São áreas de oportunidade de desenvolvimento econômico, de reestruturação urbana, de transformação da imagem da cidade, de locais possíveis para investimentos. Estão disponíveis. O ícone, já envelhecido, continua ativo: o Guggenheim em Bilbao, que aparentemente criou valor no deserto.

Ora, esse *part-pris* pressupõe que cada objeto, cada valor, cada lugar considerado vazio deve ter um valor a ele atribuído. Mas estavam de fato essas áreas esvaziadas de sentido?

Diagnostica-se a resistência em se reconhecer a forte memória urbana associada a esses espaços, uma outra memória, não discursiva, desorganizada e lacunar. É essa a reflexão que proponho: pode qualquer valor ser atribuído a esses lugares? São eles de fato desprovidos de valores e sentidos, ou devem necessariamente esses sentidos serem considerados como vagos, negativos, depreciados? A partir de que lugar vem essa apreciação “moral” aos usos de um espaço, e a partir de que lógica delimitamos espaços positivos ou negativos numa cidade? Dificilmente as lógicas das economias e dos usos deixa espaço para as dimensões da memória e da rememoração. Mais ainda: dificilmente essas lógicas do espaço “positivado” podem aceitar a necessidade do vazio, a necessidade do indefinido, da fratura e do desconfortável dentro da cidade.

Dois dos conceitos fundamentais da reflexão historiográfica – a memória e o esquecimento – nos oferecem uma possibilidade para espelhar a relação espaço urbano-vazio urbano. Memória-esquecimento. A memória não é o oposto ao esquecimento, ou sua correção. Para conseguir lembrar, é preciso esquecer.

Santo Agostinho, quando analisou a natureza da memória, no Livro X do *Confissões*, desvendou essa operação indissociável entre memória e esquecimento. No capítulo VIII, denominado *O milagre da memória*, ele chega à metáfora arrebatadora, que busca nos gregos, da memória como uma construção

arquitetônica – os palácios da memória – onde todas as informações necessárias ao entendimento ficam gravadas na alma. Diz Santo Agostinho:

Chegarei assim diante dos campos, dos vastos palácios da memória, onde estão os tesouros de inúmeras imagens trazidas por percepções de toda espécie. Lá também estão armazenados todos os nossos pensamentos (...) e tudo o que aí depositamos, se ainda não foi sepultado ou absorvido no esquecimento. Quando ali penetro, convoco todas as lembranças que quero. Algumas se apresentam de imediato, outras só após uma busca mais demorada, como se devessem ser extraídas de receptáculos mais recônditos. Outras irrompem em turbilhão e, quando se procura outra coisa, se interpõem como a dizer: “Não seremos nós que procuras?” Eu as afasto com a mão do espírito da frente da memória, até que se esclareça o que quero, surgindo do esconderijo para a vista.

Há imagens que acodem à mente facilmente e em seqüência ordenada à medida que são chamadas, as primeiras cedendo lugar às seguintes, e desaparecem, para se apresentarem novamente quando eu o quiser. É o que sucede quando conto alguma coisa de memória.

Ali se conservam também, distintas em espécies, as sensações que aí penetram cada qual por sua porta: a luz, as cores, as formas dos corpos, pelos olhos; toda espécie de sons, pelos ouvidos; todos os odores, pelas narinas; todos os sabores, pela boca; enfim, pelo tato de todo o corpo, o duro e o brando, o quente e o frio, o suave e o áspero, o pesado e o leve, quer extrínseco, como intrínseco ao corpo. A memória armazena tudo isso em seus vastos recessos, em suas secretas e inefáveis sinuosidades, para lembrá-lo e trazê-lo à luz conforme a necessidade.

Tudo isto realizo interiormente, no imenso palácio da memória. Ali eu tenho às minhas ordens o céu, a terra, o mar, com tudo o que neles pude perceber, com exceção do que já me esqueci. Ali encontro a mim mesmo, recorro de mim e de minhas ações, de seu tempo e lugar, e dos sentimentos que me dominavam ao praticá-las. Ali encontro a mim mesmo, recorro de mim e de minhas ações, de seu tempo e lugar, e dos sentimentos que me dominavam ao praticá-las. Ali estão todas as lembranças do que aprendi, quer pelo testemunho alheio, quer pela experiência. Esta idéia me provoca grande admiração, e me enche de espanto

Santo Agostinho, *Confissões*, Livro X, Capítulo VIII, § 12-14.

Mas para Santo Agostinho, a memória não está apenas na capacidade de chamar ao presente o que se armazenou no espírito. Como então compreender a natureza do esquecimento? Ele cunha a enigmática solução da memória do esquecimento.

E quando falo do esquecimento, e reconheço de que falo, como poderia eu reconhecê-lo se dele não lembrasse? Não falo do som da palavra, mas da realidade que ela exprime. Se eu a tivesse esquecido, não seria capaz de reconhecer o significado de tal som. (...) Quando me lembro do esquecimento, este e a memória estão presentes simultaneamente: a memória, com que me recordo, e o esquecimento, de que me recordo.

(...) A memória é a que retém o esquecimento. Ele está na memória, pois do contrário, nós o esqueceríamos; mas, ele presente, nós nos esquecemos.

idem, Capítulo XVI, § 25.

E conclui:

(...) Seja qual for o mecanismo desse fenômeno, e por mais incompreensível e inexplicável que seja, estou certo de que me lembro do esquecimento, que apaga da memória, todas as nossas lembranças.³

Eis a chave para trabalhar o conceito de memória de uma forma que foge ao dever moral e ao dever de identidade: é o esquecimento que nos faz lembrar.

Há esquecimento onde houve rastro. O esquecimento não é apenas o inimigo da memória – ou da história: ele é emblemático da vulnerabilidade de toda a condição histórica (Ricouer, 2008: 300). É preciso aprender a esquecer para se continuar vivo, pela necessidade da vida e da ação, como queria Nietzsche em sua Segunda Consideração Intempestiva (ou Extemporânea).

³ “Que direi então, desde que tenho a certeza que lembro do esquecimento? Diria talvez que não está em minha memória o que recordo? Ou talvez direi que o esquecimento está em minha memória, para que não o esqueça? Ambas hipóteses são grandes absurdos. Vejamos uma terceira hipótese: poderei eu afirmar que minha memória retém a imagem do esquecimento, e não o esquecimento em si, quando dele me lembro? Com que fundamento, pois, poderei dizê-lo, se para que se grave na memória a imagem de um objeto, é necessário que este esteja presente antes, de onde emana a imagem a ser gravada? É assim que lembro de Cartago, e assim de todos os outros lugares por que passei; assim me lembro do rosto dos homens que vi e das coisas que meus sentidos me deram a conhecer; assim me lembro ainda da dor física, coisas cujas imagens a memória fixou quando estavam presentes, para que eu as pudesse contemplar e repassar em espírito, quando eu as evocasse na sua ausência.

Se, pois, é a imagem do esquecimento que está na memória, e não ele mesmo, é evidente que nalgum momento esteve presente para que sua imagem fosse fixada. Mas, se estava presente, como podia gravar na memória sua imagem, se o esquecimento apaga com sua presença tudo o que lá está impresso?” (*idem*, Capítulo XVI, § 24).

Assim, os vazios urbanos não são a memória monumental, da celebração de eventos ou feitos, das glórias nacionais; ou a memória dos vencidos. Os vazios urbanos são a memória difusa, quase anônima. Os vazios urbanos são a memória difícil.

Não são o inurbano, ou o anti-urbano: são igualmente o tecido da metrópole. Os vazios urbanos são, dentro do conceito de memória difícil, vazios urbanos como dores ainda por se resolver.⁴

Para Solà-Morales, os vazios urbanos são lugares que se qualificam em seu próprio sentido de ausência e vazio, e portanto, passíveis de serem mantidos assim, preservados como elementos também formais e simbólicos do urbano e que não padecem de uma integração maior com a “trama eficiente e produtiva da cidade”. Nas palavras de Perez-Lopes, os vazios urbanos, enquanto lugar da ausência, do vago/vacante, podem colocar-se à salvo do avassalador desenvolvimento tecnológico que marca a cidade contemporânea; escapando, assim, de sua hegemônica “dominação panóptica”.

Sabemos que o século XIX redescobriu, na análise das ruínas urbanas, a possibilidade de preservação do patrimônio e de veneração do passado. Descobriu, também a possibilidade das ruínas de testemunhar por marcas no presente a decadência.

Hoje é um dado comum venerar ruínas do passado, e até associar a decadência da civilização industrial e de antigos modos de produção fabril como registros de modos de fazer e de produzir do passado. Vale questionar quais seriam as possibilidades abertas se atribuíssemos a essas mesmas ruínas o sentido de veneração ao passado e a relações e formas de ocupar o espaço do mesmo modo como concedemos essa mesma veneração aos edifícios dos séculos passados.

São essas formas e esses objetos que visualizamos diariamente em nossos trajetos: restos de demolição, janelas amordaçadas por novas camadas de tijolos, estruturas escondidas por tapumes e outdoors, vidros partidos, paredes cobertas por grafites, imensas estruturas cujos usos passados caem no esquecimento, ferragens retorcidas, máquinas tornadas obsoletas.

⁴ Ricoeur defende que a operação historiográfica é, num certo sentido, a operação arquitetônica. O discurso histórico deve ser construído em forma de obra; cada obra se insere num ambiente já edificado; as releituras do passado são outras tantas reconstruções, às vezes ao preço de custosas demolições: construir, desconstruir, reconstruir são gestos familiares para o historiador (Ricoeur, 2008: 222).

A exploração dos interiores desses edifícios também revela mundos quase extra-terrestres, em que há marcas de passagem humana, às vezes muito recente, mas que os usos e as formas de produção parecem incompreensíveis. Um cenário associado a grandes catástrofes naturais ou militares ocupa assim, sem ser gerado por essas forças, um lugar silencioso nas cidades.

São ruínas também na forma como a natureza rapidamente as recobre de musgo, raízes e novas árvores arrebentam suas rachaduras e se estabelecem simbióticas e triunfantes. Nos detritos e cacos de vidro vistos de perto, nas solitárias chaminés vistas ao longe, esses terrenos não estão vagos, sequer são terrenos.

O quanto precisamos desses espaços para compreender as cidades? O quanto temos o dever de reinterpretá-los, e onde reside nosso direito de não reinterpretá-los?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTASSAKIS, Demetre (2004), “Sustentabilidade das cidades”. *Revista do CONFEA: Conselho federal de Engenharia, Agricultura e Agronomia*, outubro.
- BRESCIANI, Maria Stella (2001), “As sete portas da cidade”. *Espaço e Debates* v. 34.
- COWIE, Jefferson e Heathcott, Joseph (eds.) (2003), *Beyond the Ruins. The meanings of deindustrialization*. Ithaca/London: Cornell University Press
- DIAS, Fabiano (2002), “Vitória: a cidade, seus vazios, seus significados”. *Minha Cidade. Vitruvius*, novembro (<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc058/mc058.asp>).
- FONSECA, Maria João e Quintino, Maria (2007), “A Cidade como teatro de espetáculos; o vazio como palco de operações” (<http://trienal.blogs.sapo.pt>).
- FORTUNA, Carlos (2003), “Simmel e as cidades histórias italianas”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 67.
- HIGH, Steven; Lewis, David. (2007), *Corporate Wasteland: the landscape and memory of deindustrialization*. Ithaca/London: Cornell University Press.
- LE GOFF, Jacques (1992), *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes.
- LE GOFF, Jacques (1998), *Por amor às cidades*, São Paulo: Ed. Unesp.
- LEITE, Carlos (2004), “Projetos urbanos: operando nas bordas”. *Arquitextos Vitruvius*, Janeiro (http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq044/arq044_01.asp).
- LENCIONE, Sandra (1998), “Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada”. In Santos, M.; Souza, M. A. A., Silveira, M. L. (orgs.), *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR.
- MENEGUELLO, Cristina (2008), *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- NIETZSCHE, Friedrich (2003), *Segunda consideração intempestiva sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- PEREZ-GÓMEZ, Alberto (1996), *Espacios intermedios*. Catálogo do XIX Congresso da União Internacional de Arquitetos UIA Barcelona 96. Presentes y futuros. *Arquitectura en las ciudades*. Comité d’Organització del Congrés UIA Barcelona 96 et. all. Barcelona.
- REIS, Rodolfo; Abondano, David; Yamashita, Kenzo (2007). “Arquitectura de Ausência” (<http://trienal.blogs.sapo.pt>).
- RICOUER, Paul (2008), *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1999), *Emílio, ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes
- SÁ, Joaquim José da Costa (1794), *Diccionario Portuguez-francez e latino novamente compilado [...]*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.
- SANTO AGOSTINHO (1984), *Confissões*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural.

- SIMMEL, Georg (2005), “As grandes cidades e a vida do espírito”. *Maná*. vol.11, n.2 Rio de Janeiro.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi (1996), *Presente y Futuros: Arquitectura en las Ciudades*. Barcelona: Comité d’Organització del Congrés UIA Barcelona 96: ACTAR.
- SOUTHWORTH, Michael (2001), “Wastelands in the Evolving Metropolis”. Working Paper 01. Institute of Urban and Regional Development. University of California at Berkeley.
- VASQUES, Amanda Ramalho (2006), “Considerações sobre estudos de caso de brown-fields: exemplos no Brasil e no mundo”. *Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona, Vol. XI, nº 648.
- VILLAÇA, Flávio (1998), *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP.
- WILLIAMS, Raymond (1989), *O Campo e a Cidade*. São Paulo, Companhia das Letras.

10. SONORIDADES E CIDADE

Luciana F. Moura Mendonça

Em cima dos telhados as antenas de TV tocam música urbana, Nas ruas os mendigos com esparadrapos podres cantam música urbana, Motocicletas querendo atenção às três da manhã – É só música urbana.

Renato Russo “Música urbana 2”

Introdução

Como se define a “música urbana”? Que elementos a caracterizam e a compõem? O que nos pode ela dizer ou ajudar a desvelar sobre as cidades e as sociabilidades que nelas se desenvolvem? Estas são algumas perguntas que emergem do desafio de relacionar sonoridades e cidade ou, dito de outro modo, de reflectir acerca das possibilidades de “audição da vida social” (Fortuna, 2007; Hijiki, 2005) como forma de compreensão das dinâmicas urbanas e de vários aspectos das relações sociais nas cidades.

Ao registar diversos ruídos dos meios de comunicação, das vozes humanas (diga-se de passagem, de indivíduos pouco ouvidos e muito audíveis no quotidiano), dos veículos, como parte do que nomeiam como “música urbana”, a canção em epígrafe – interpretada, nos anos 1980, pela banda de rock brasileira Legião Urbana – aponta para a atenção crescente que se tem verificado em relação à combinação de diversos eventos sonoros enquanto forma de expressão da cidade como um todo ou do conjunto das relações e contradições que nela têm lugar.

A tematização dos ruídos urbanos ou mesmo a sua utilização na composição e performance musicais (que teve em John Cage um pioneiro nos anos 20 do século XX)¹ sinaliza uma mudança na percepção dos sons como consequência, por um lado, do aumento do volume e diversidade dos ruídos urbanos e, por outro, pelo carácter repetitivo da música veiculada pelos meios de comu-

¹ Em 1937, John Cage já dizia que: “...enquanto no passado o ponto de discórdia estava entre a dissonância e a consonância, no futuro próximo ele estará entre o ruído e os assim chamados sons musicais” (Cage, 1985, *apud* Campos, 1985: xi-xii).

nicação de massas. Neste sentido, no terreno das sonoridades, vê-se esboçada uma das temáticas discutidas na sociologia urbana: a do contraste entre as pequenas cidades – que, como o campo, possuem um número limitado e mais facilmente identificável de fontes sonoras, destacando-se a centralidade, nas cidades Ocidentais, do sino da Igreja como marcador dos eventos repetitivos ou excepcionais, como analisou Alain Corbin (2003) – e as cidades de grande ou médio porte, marcadas por excessos, contrastes, transbordamentos e, por vezes, a co-presença dessas mesmas sonoridades “tradicionais”.

Delimitando o tema pela negativa, não me proponho discutir os diversos modos como a música foi tomada pelas ciências sociais, seja nas circunstâncias em que foi considerada como objecto central de análise, seja naquelas em que foi tomada como “termómetro” do desenvolvimento ou do estado actual da sociedade Ocidental – situações nas quais poderíamos citar desde o trabalho de Max Weber (1995) e de Jacques Attali (1985) sobre a relação ou o paralelismo entre o desenvolvimento da sociedade moderna e da música, com destaque para o seu carácter enunciatório ou premonitório, bem como diversas obras de Adorno (1980, 1994a e 1994b) com as suas reflexões sobre produção e recepção musical na sociedade administrada e as (im)possibilidades de emancipação, chegando até aos diversos estudos sobre música popular no quadro dos estudos culturais britânicos (Willis, 1978; Frith, 1981).

Em antropologia, bem como em outras ciências humanas, a música tem sido tomada, por um lado, como metáfora explicativa de outros objectos, caso em que as várias obras de Lévi-Strauss sobre os mitos são um bom exemplo. Em especial, toda a série das *Mitológicas* toma metáforas musicais como parâmetros estruturais de análise dos mitos. Em *O cru e o cozido* (Lévi-Strauss, 1991), a sinfonia e a fuga, duas formas de composição da música clássica ocidental, atravessam toda a análise e são consideradas análogas aos mitos em termos de estrutura. Por outro lado, também se tem aprofundado a discussão sobre os desafios e perspectivas de uma antropologia sonora (Pinto, 2001; Rocha e Vedana, 2007).

O que se propõe aqui está mais em sintonia com o projecto de uma antropologia sonora da cidade. Tenciona-se tratar de uma perspectiva possível de convergência entre a sociologia e a antropologia urbanas quanto à análise da vida social por meio das sonoridades – conjunto de sons, ruídos e silêncios socialmente organizados, que inclui a música, mas não se restringe a ela. Nesta convergência de horizontes, o conceito de *vida quotidiana* (Lefebvre, 1992 e 2008) é particularmente interessante para situar os espaços urbanos de audição e o seu carácter problemático, contraditório, ao mesmo tempo

subjectivo e objectivo, contribuindo para conferir coerência à apreensão empírica das sociabilidades.

Começo com uma breve reflexão sobre o lugar da escuta no estudo das cidades, passando em seguida a algumas considerações sobre a noção de *paisagem sonora*, que funciona como instrumento para a organização e análise do conjunto de percepções auditivas, e finalizo discutindo a situação do pesquisador-ouvinte em campo no contexto urbano contemporâneo, sob inspiração das reflexões de Henri Lefebvre sobre a *ritmanálise*.

A escuta e o estudo das cidades

Na pesquisa e na reflexão teórica das ciências sociais, ainda se encontra uma forte hierarquização dos sentidos, com nítida predominância da visão. Em antropologia, proliferam metáforas visuais quando se reflecte sobre o trabalho de campo ou sobre a escrita etnográfica. O nosso léxico tem sido prioritariamente o da visualidade: buscamos um *olhar* (“de perto e de dentro”, como diz Magnani, 2002 e capítulo 7 neste volume), que nos permita *observar* e reconstruir, a partir de várias *perspectivas*, o *ponto de vista* dos agentes sociais, a sua *visão de mundo*.

Fora dos quadros minoritários de uma antropologia sonora, quando se tematiza o “ouvido etnográfico” (Clifford, 1982: 12), as questões levantadas dizem respeito, na maioria das vezes, à atenção às diferentes vozes dos actores sociais e à sua presença na etnografia, dentro de um paradigma interpretativo. A essas vozes – melhor definidas como narrativas proferidas a partir de pontos de vista particulares e “lidas” por quem as interpreta – também podem ser aplicadas metáforas sonoras, como a de polifonia, utilizada por Canevacci (1993) ao analisar o contexto urbano. Assim utilizada, a polifonia nada tem a ver com a *audição* de melodias ou temas simultâneos.

Ainda no campo da antropologia ou da etnomusicologia, embora se possa falar de um crescente interesse pela pesquisa dos sons em meio urbano, a música e as sonoridades foram muito mais amplamente utilizadas como meio de investigação dos sistemas de significados e das relações sociais em sociedades não-ocidentais. Verifica-se ainda uma lacuna quanto à sua aplicação aos estudos das dinâmicas culturais das cidades (Schramm, 1992; Cruces, 2004).

No campo da sociologia, a música tem sido pouco analisada no conjunto das sonoridades postas em movimento nas cidades e tem sido tomada como objecto, muito mais frequentemente, na sua forma estética (estilos, géneros) e de mercadoria na sociedade contemporânea, incluindo aqui os aspectos relacionados com a indústria cultural, a ideologia, a recepção e a constituição

das identidades e estilos de vida, sobretudo juvenis, dentro de diversas linhas teóricas, algumas delas referidas acima.

As contribuições mais interessantes de uma exploração mais integral das sonoridades como reveladoras de elementos fundamentais da vivência urbana partem de aproximações em relação à sociologia da vida quotidiana e buscam uma abordagem dos usos e sentidos específicos das formas sonoras como elementos ressignificadores ou construtores das relações sociais e das identidades, como bem exemplificam os trabalhos de Bull (2000), DeNora (2000) e Frith (1996).

Entretanto, durante muito tempo, as sonoridades ou audibilidades foram deixadas de lado ou foram fracamente elaboradas do ponto de vista teórico. Nos quadros da cultura escrita, que é também predominantemente visual, a exploração acerca das possibilidades de mobilizar outros sentidos na investigação social foi claramente marginalizada. Como afirma Carlos Fortuna,

o reconhecimento da importância do olhar e da cultura visual na conformação e nos modos de representação da sociedade, ao mesmo tempo que contraria o objetivismo epistemológico dominante nas Ciências Sociais, corrobora esta estratégia de marginalização da sonoridade enquanto ingrediente cultural de pertinência social

(Fortuna, 2007: 31).

Considerando alguns autores de referência transversal no campo dos estudos urbanos, não se pode negar a predominância do sentido da visão. Clássicos, como Georg Simmel (1981; 1983) ou Walter Benjamin (1989), valorizaram os sentidos como instrumentos de abordagem da realidade social e contribuíram para a consolidação de um paradigma de análise das cidades fortemente baseado em apreensões sensíveis, mas, ainda assim, relegaram a escuta a um segundo plano. O deambular e o olhar são planos fundamentais da observação destes autores. A dimensão auditiva, mais até do que outras dimensões sensíveis, foi considerada em descrições da vida urbana. Mas, ainda assim, ressalta a predominância do sentido da visão como forma de exploração das sociabilidades urbanas. Mesmo as releituras desses autores frequentemente deram mais ênfase aos aspectos visuais das suas análises (Bull, 2000).

Aos poucos, o léxico das ciências sociais vai passando a incorporar a polifonia e a polirritmia, os ruídos e os silêncios da vida social, mas agora esses termos começam a referir-se a uma esfera de integração da audição num quadro de complementaridade entre os sentidos na investigação sócio-antropo-

lógica. A reflexão teórica sobre a escuta do quotidiano urbano vem também se alimentando das percepções quanto ao crescente envolvimento dos sons nos processos de (re)elaboração de identidades e de demarcação ou de quebra de barreiras entre espaços públicos e privados, étnicos e não-étnicos (Connel e Gibson, 2003).

Como se vem apontando, as sonoridades e ritmos, de uma maneira geral, não só vêm se transformando desde o estabelecimento da sociedade urbano-industrial, como são marcadores das diferenças sócio-espaciais e culturais que se estabelecem dentro e nas fronteiras das cidades, apontando também para os entrecruzamentos entre o local e o global. Certos sons – como o dos aparelhos electrónicos (celular, *walkman*), do ruído urbano de automóveis e sirenes, do movimento dos aeroportos, das máquinas de cartão de crédito – globalizaram-se (Fortuna, 2007) tanto quanto certos géneros musicais, como o *rock*, o *pop* e o *rap*. Outros sons, como os pregões de rua e as canções dos músicos ambulantes (Tinhorão, 2005), ou mesmo os ritmos da fala, a disposição (quantidade e qualidade) dos ruídos urbanos e as sonoridades musicais típicas de determinadas regiões podem ser analisados como marcas sociais do local e como indicadores da co-presença de múltiplas temporalidades e identidades.

Paisagens sonoras

Apesar da distinção que se fez acima entre os elementos sonoros que sinalizam as relações sociais mais globalizadas ou mais localizadas, quando *auscultamos* uma determinada cidade, ouvimo-la, num primeiro momento, como um conjunto indiferenciado, como cacofonia, produto da imbricação de vários eventos sonoros, produzidos por uma diversidade de fontes, que vão e vêm de acordo com os ritmos sociais e naturais (o trabalho e o descanso, o dia e a noite, etc.). É esse conjunto aparentemente caótico que a noção de *paisagem sonora* pode ajudar a descrever e analisar.

R. Murray Schafer, músico e teórico canadense, começou a desenvolver a partir de finais dos anos 1960 um enorme projecto de registo sonoro dentro de uma perspectiva ecológica (o *World Soundscape Project*) e elaborou uma definição de paisagem sonora nos anos 1970, criando uma noção operacional para a pesquisa empírica. Em sua concepção, a noção refere-se a um “campo de interações” e de estudo, que pode ser delimitado pelo pesquisador. Uma peça musical, um programa de rádio, um recinto fechado ou mesmo um ambiente acústico tão extenso como as metrópoles podem ser abordados por meio da noção de *paisagem sonora* (Schafer, 2001).

Contudo, na perspectiva de estudo das sonoridades da/na cidade, cabe alguma ressalva à forma como Schafer qualifica as *paisagens sonoras urbanas*. Em sua análise, Schafer diferencia as paisagens urbanas das rurais, sobretudo medindo o nível de ruído, o que o leva a qualificar as primeiras como *Low-fi* (de baixa fidelidade) e as segundas como *Hi-fi* (de alta fidelidade). A diversidade e a intensidade dos ruídos urbanos são tratadas como “poluição sonora”; caberia, então, na perspectiva ecológica que o autor professa, “limpar” o ambiente e “preservar” ou “resgatar” certos sons, eliminando outros. As cidades e os meios tecnológicos de reprodução sonora criariam “paredes sonoras”, que isolariam os indivíduos do seu próprio ambiente. Bull (2000) dá um exemplo interessante acerca de como os ruídos naturais podem ser vistos como “poluição” em determinadas circunstâncias: o barulho das ondas do mar a perturbar uma conversa ao telemóvel a partir de um convés de navio. Mas, a crítica mais pertinente à formulação de Schafer diz respeito à própria noção de cidade que estaria por trás da sua concepção, descolada do conjunto das práticas culturais que constituem a paisagem sonora urbana (Arkett, 2004).

A perspectiva de Schafer levaria, portanto, a ignorar uma questão importante para o tipo de análise aqui proposto: a da possibilidade da escuta das sonoridades existentes no contexto urbano nos ajudar a compreender as relações entre os diferentes grupos étnicos, nacionais, geracionais e classes sociais que habitam e transitam na cidade. Assim, ao retomarmos a noção de *paisagem sonora*, devemos reter essas críticas e desvencilhá-la da hierarquização *a priori* entre as paisagens urbanas e rurais, baseada nas características físico-acústicas dos sons, em favor de uma análise contextual, que valorize os seus significados no conjunto das relações sonoras em sociedade. Apesar dessas ressalvas, cabe valorizar o pioneirismo de Schafer por ter criado uma terminologia precisa para definir um campo de estudos em construção, abrindo novos horizontes para os pesquisadores das sonoridades. A ausência de fronteiras no espaço auditivo estimula o questionamento sobre o recorte dos objectos, a inserção multilocal das etnografias urbanas ou sobre a permeabilidade entre os espaços. Como sugerem Rocha e Vedana,

a noção de paisagem sonora também pode ser pensada pelo viés da sociologia... Paisagens sonoras são interpretadas a partir de uma unidade perceptível que reúne, ao mesmo tempo, os sons e as formas da vida coletiva desde os pontos de escuta do antropólogo no interior do próprio acontecimento a ser etnografado

(Rocha e Vedana, 2007: 9).

Um aspecto interessante evocado pela noção de *paisagem* é que, por meio dela, se podem qualificar os cenários nos quais se desenrolam os processos de mundialização, como faz Appadurai (2004). O autor destaca cinco cenários fundamentais, definidos a partir da metáfora, para compreender as interações transnacionais: etnopaisagens, mediapaisagens, tecnopaisagens, financiopaisagens e ideopaisagens. Em especial as mediapaisagens e etnopaisagens têm nas sonoridades fortes elementos da sua caracterização: as primeiras, com a ampla divulgação do *pop mainstream*; e as segundas, com a forte presença da música na “bagagem” da diáspora. Poder-se-ia dizer também que mediapaisagens e etnopaisagens se cruzam no campo da *world music*.

Outro aspecto interessante é que, nos casos em que as cidades têm elementos musicais expressivos da identidade urbana ou géneros caracterizadores, a noção de *paisagem sonora* permite articular o tratamento desses patrimónios imateriais como marcas ou imagens da cidade, como já demonstrou Fortuna (2007) para o caso de Coimbra, com a sua forma de canção específica, ou esta autora, em momento anterior, para o caso do Recife (Mendonça, 2004), com a sua marca de diversidade cultural e sonora, que recombina as tradições locais (do frevo, do maracatu, da embolada, entre outros géneros) com géneros mundializados. Outras cidades brasileiras ou portuguesas poderiam ser citadas como possuidoras de uma imagem sonora de marca forte. Para citar apenas dois exemplos, um de cada país, Salvador está marcada pelo samba *reggae* ou pela dita *axé music*, e Lisboa, pelo fado.

Em síntese, a noção de *paisagem sonora* permite apreender e organizar os múltiplos fluxos culturais que atravessam as cidades e perceber continuidades e descontinuidades em relação às diversas vivências urbanas. Ao evocar tempo e espaço, pode incorporar a diversidade de temporalidades e de localidades dos conteúdos que se encontram dispostos num contexto urbano específico, a ocorrência simultânea e sucessiva de diversos eventos sonoros, permitindo explorar a dimensão sensível, consciente e inconsciente, das relações estabelecidas na cidade.

Nas trilhas (sonoras) de Lefebvre

Tem-se tratado aqui da integração da audição (e não da exclusão da visão) na exploração do quotidiano das cidades. Um dos pensadores do urbano que foi pioneiro na proposta de um programa de pesquisas baseado na integração dos dois sentidos foi Henri Lefebvre com a sua proposta da *ritmanálise*, lançada no final do terceiro volume da *Crítica da vida quotidiana* (Lefebvre, 2008) e desenvolvida em livro (1992), que só foi publicado depois da sua morte.

Do rico conjunto das suas reflexões sobre o tema, gostaria de destacar apenas dois aspectos.

O primeiro deles diz respeito às suas reflexões acerca da *ritmanálise* como perspectiva transdisciplinar, situando o pesquisador – o *ritmanalista* – entre o cientista e o poeta. É a sua *presença* física, a vivência, a corporalidade do ritmanalista que garantem a dialética entre proximidade e distância, que o situam como observador-participante, de alguma maneira comparável ao antropólogo urbano – a centralidade da experiência como fonte de conhecimento da vida urbana colocam-nos lado a lado, bem como as dinâmicas entre proximidade e distanciamento, identidade e alteridade. Como afirmam Rocha e Vedana (2007: 14):

A realização de etnografias sonoras na cidade atribui, assim, importância considerável de outras práticas etnográficas no interior da Antropologia Urbana e que geralmente foram por muito tempo excluídas de seu campo de preocupações, ou seja, ao papel das emoções, dos afetos, das sensações, do imaginal como partícipe da construção da representação etnográfica das modernas cidades urbano-industriais

(Rocha e Vedana, 2007: 14).

A importância da *presença* para a *ritmanálise* permite equilibrar o uso dos sentidos, dando relevância à audição (para além das *vozes* dos sujeitos sociais, tão presentes na antropologia dita pós-moderna) e combiná-la com o olhar, coordenando o tempo e o espaço, a sincronia e a diacronia, na percepção da concomitância ou da alternância dos ritmos cíclicos e lineares. E é nos ritmos que Lefebvre vai situar as possibilidades de explorar as fracturas do quotidiano e de encontrar a genuína “música urbana”:

Ritmos. Ritmos. Eles revelam e eles escondem. Muito mais diversos que na música, ou no dito código civil das sucessões, textos relativamente simples em relação à cidade. Ritmos: música da Cidade, uma cena que se escuta a si própria, imagem no presente de uma soma descontínua. Ritmos percebidos a partir da invisível janela, pecebidos à beira do muro da sacada... Mas atrás de outras janelas, há também ritmos que lhes escapam

(Lefebvre, 1992: 52. Tradução própria).

Como o etnógrafo urbano nas grandes metrópoles, há sempre algo que escapa da multiplicidade de percepções. Em certo sentido, a figura do ritmanalista

também poderia ser comparada com as do *flanêur* (trabalhada por Benjamin) ou do *estrangeiro* (como o define Simmel) que configuram posições privilegiadas de observação da paisagem da cidade, embora dominadas pelo sentido da visão. Mas, o *flanêur* e o *estrangeiro* distanciar-se-iam tanto do etnógrafo quanto do ritmanalista por realizarem uma antropologia que se caracterizaria mais como “de passagem”, como define Magnani (2002; cf. também cap. 7 deste volume).

Um ponto de partida para a observação da “música urbana” a que se refere Lefebvre, além dos muitos que o autor sugere ao longo do livro, poderia ser a atenção às diferenças na ocupação dos espaços públicos associados às distinções de classe social. A ocupação “popular”, em especial no Brasil, é extremamente ruidosa, marcada pelos pregões dos vendedores ambulantes ou camelôs, pelos alto-falantes que literalmente gritam anúncios e sucessos das rádios, pelas vozes que se levantam sem preocupação, contrastando com uma ocupação mais “bem comportada” dos espaços públicos por parte de classes médias e altas.²

O segundo e último ponto a levantar a partir da discussão de Lefebvre sobre a ritmanálise diz respeito ao seu questionamento acerca do estudo dos ritmos musicais. Ele pergunta se os ritmos não estariam ainda pouco explorados nos estudos do tempo musical. Lefebvre lembra que uma das características da música dita “moderna” tem como uma das suas principais referências a presença intensa de ritmos “exóticos”. Autores situados em outras perspectivas disciplinares (Wisnik, 1989; Attali, 1985) falam sobre o domínio do pulso, ou seja, do ritmo na música contemporânea. Lefebvre (1992: 89) afirma um ponto que considera central: “é através e pelo ritmo que a música se mundializa”, considerando que o ritmo tem uma importância superior à da melodia ou da harmonia. Assim, dentro do programa de pesquisa que a *ritmanálise* propõe, encontramos também uma pista para explicar a presença cada vez mais constante da música brasileira (refiro-me sobretudo às formas percussivas – o samba, a música afro-baiana ou a música de capoeira) em Portugal e em outros contextos internacionais.

² Agradeço a Verónica Sales Pereira por ter me chamado atenção para este ponto e pela leitura crítica do presente texto.

Conclusão

Finalizo esse percurso de exploração das sonoridades e da audição, como meio de conhecimento da vida urbana, sintetizando três pontos fundamentais que espero ter fundamentado ao longo do texto. O primeiro deles diz respeito às aberturas e possibilidades fornecidas pelo engajamento mais consistente e reflexivo da audição na exploração do quotidiano urbano. Ao estabelecerem uma relação com o espaço completamente diferente das barreiras visuais, as barreiras ou permeabilidades sonoras permitem explorar outros tipos de relações entre lugares ou entre identidades colectivas. Por esse motivo, as sonoridades podem constituir-se num meio complementar e que traz outros aportes para a exploração da cidade como “rede das redes” (Hannerz, 1980) e como ambiente de vivências das desigualdades sociais e diferenças culturais.

O segundo ponto relaciona-se com a noção de *paisagem sonora* e a forma como ela contribui para organizar a observação dos ambientes sonoros urbanos, ajudando a articular também as dimensões musical e não-musical (e os entrelaçamentos entre elas) da audição da cidade. Mencionaram-se acima alguns exemplos de cidades que possuem uma imagem musical própria. E o que dizer das cidades que, do ponto de vista das vozes ou da combinação de sons, apresentam características bastante singulares, mas que não possuem uma imagem marcante? Que factores sociais e históricos contribuem para a singularização ou não de determinadas urbes a partir da sua auscultação? Essas são perguntas que ficam no ar, à espera de investigações futuras.

O terceiro ponto diz respeito ao programa da *ritmanálise* estabelecido por Lefebvre. Ainda pouco explorado, ele permite reflectir sobre a *presença* – corporal, integral, mobilizando todos os sentidos – do pesquisador em campo. E, além disso, permite incorporar, de forma mais clara do que nos quadros do que se vem propondo para a antropologia sonora, uma reflexão sobre o poder, a dominação, a reprodução ou as possibilidades de emancipação no quotidiano urbano. Resta, então, o convite para explorarmos novos terrenos com os ouvidos atentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. W. (1980), “O Fetichismo na música e a regressão da audição”. In: *Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas* (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural.
- ADORNO, Theodor. W. (1994a), “Sobre a música popular”. In Cohn, Gabriel (org.). *Theodor W. Adorno: Sociologia*. São Paulo: Ática.
- ADORNO, Theodor. W. (1994b), “A indústria cultural”. In Cohn, Gabriel (org.). *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática.
- APPADURAI, Arjun (2004), *Dimensões culturais da globalização. A modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema.
- ARKETTE, Sophie (2004), “Sounds like city”, *Theory, Culture & Society*, vol. 21 (1), 159-68.
- ATTALI, Jacques (1985), *Noise. The political economy of music*. Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press.
- BAILY, John e Collyer, Michael (2006), “Introduction: music and migration”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 32 (2), 167-82.
- BENJAMIN, Walter (1989), *Charles Baudelaire: Um lírico no auge do capitalismo (Obras escolhidas, v. 3)*. São Paulo: Brasiliense.
- BULL, Michael (2000), *Sounding out the city: Personal stereos and the management of everyday life*. New York: Berg.
- BULL, Michael e Back, Les (2003), *Introduction: into sound*. In: Michael Bull e Les Backs (ed.), *The auditory culture reader*. New York: Berg, 1-18.
- CAGE, John (1985), *De segunda a um ano*. São Paulo: Hucitec.
- CANEVACCI, Massimo (1993), *A cidade polifônica: Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel.
- CLIFFORD, James (1986), *Introduction: partial truths*. In: James Clifford e Marcus James (ed.), *Writing cultures. The poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1-26.
- CONNELL, John e Gibson, Chris (2003), *Sound tracks: Popular music, identity, and place*. Londres: Routledge.
- CORBIN, Alain (2003), “The auditory markers of the village”. In: Michael Bull e Les Backs (ed.), *The auditory culture reader*. New York: Berg, 117-25.
- CRUCES, Francisco (2004), “Música y ciudad: definiciones, procesos y prospectivas”. *Revista Transcultural de Música*, nº 8. (Disponível em <http://www.sibetrans.com/trans/trans8/cruces.htm>, acessado em 28/7/07).
- DENORA, Tia, 2000. *Music in everyday life*. Cambridge: Cambridge University Press.

- FORTUNA, Carlos (2007), "Paisagens sonoras. Sonoridades e ambientes sociais urbanos". In: Sérgio Braga (org.), *Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 29-53.
- FRITH, Simon (1981), *Sound effects: Youth, leisure, and the politics of rock'n'roll*. New York: Pantheon.
- FRITH, Simon (1996), Music and identity. In: Stuart Hall e Paul du Gay (ed.). *Questions of cultural identity*. Londres: Sage, 108-27.
- HANNERZ, Ulf (1980), *Exploring the city. Inquires toward an urban anthropology*. New York: Columbia University Press.
- HIKIJ, Rose S. D. (2005), Possibilidades de uma audição da vida social. In: José de Souza Martins et al. (org.), *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 271-94.
- LEFEBVRE, Henri (1992), *Éléments de rythmanalyse. Introduction à la connaissance des rythmes*. Paris: Syllepse.
- LEFEBVRE, Henri (2008), *Critique of everyday life, Volume III. From modernity to modernism (Towards a metaphilosophy of daily life)*. Londres: Verso, 2ª ed..
- LÉVI-STAUSS, Claude (1991), *O cru e o cozido*. São Paulo: Brasiliense.
- PINTO, Tiago de Oliveira (2001), "Som e música. Questões para uma antropologia sonora". *Revista de Antropologia*, 44 (1), 221-86.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da e Vedana, Viviane (2007), "A representação imaginal, os dados sensíveis e os jogos da memória: os desafios do campo de uma etnografia sonora. VII Congresso de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre. (Mimeo).
- SIMMEL, Georg (1997), "A metrópole e a vida do espírito". In: Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta, 31-43.
- SIMMEL, Georg (1981), "Essai sur la sociologie des sens". In: *Sociologie et épistémologie*. Paris: PUF, 223-38.
- SIMMEL, Georg (1983), "O estrangeiro". In: Evaristo de Moraes Filho (org.), *Simmel*. São Paulo: Ática, 182-8.
- SCHAFER, R. Murray (2001), *A afinação do mundo*. São Paulo: Editora da Unesp.
- SCHRAMM, Adelaida Reyes (1992), "Ethnic music, the urban area, and ethnomusicology". In: Kay K. Shelemay (ed.), *Ethnomusicology. History, definitions, and scope*. New York/Londres: Garland, 297-317.
- TINHORÃO, José Ramos (2005), *Os sons que vêm da rua*. São Paulo: Editora 34.
- WEBER, Max (1995), *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: Edusp.
- WILLIS, Paul (1978), *Profane culture*. Londres: Routledge.
- WISNIK, José Miguel (1989), *O som e o sentido. Uma outra história das músicas*. São Paulo: Companhia das Letras.

11. USOS DA RUA

Fraya Frehse

Trata-se de uma expressão para a qual não existe uma definição unívoca, nos estudos urbanos. Mais usuais são referências ao “usuário” – da cidade, de suas moradias, de seus serviços e equipamentos coletivos. Tais abordagens, comuns em particular no cenário francês (Lefebvre, 1981: 89ss; Pinson, 1993, 2000; Paquot, 2006), destacam uma personagem definida como tal pelas atividades que realiza na cidade. Quanto aos usos das ruas, uma primeira possibilidade é associá-los às relações dos indivíduos com tais locais. Caracterização vaga, mas que serve como ponto de partida para a reflexão sobre os significados dessa expressão nos estudos urbanos.

É que as relações em questão não são aleatórias. Bases bibliográficas brasileiras, portuguesas, francesas e anglo-saxônicas das ciências sociais, da geografia, da história e do urbanismo referidos à cidade e ao urbano no século XX e neste início do XXI, revelam uma característica urbanística e outra normativa definidas, nas ruas referenciadas pela expressão. “Rua” remete a passagens, becos, largos e mesmo praças fisicamente abertos, isto é, não cercados, nas cidades, e cujo acesso legal é irrestrito em qualquer horário. Os dois atributos são utilizados para discernir esses locais urbanos de outros por referência a um processo histórico que se difundiu pelo mundo afora a partir das urbes europeias engolfadas pela Revolução Industrial de fins do século XVIII. Mudanças socioeconômicas e culturais, político-administrativas e urbanísticas ligadas à industrialização tornaram essas mesmas cidades formas de povoamento humano que se distinguem, nos estudos urbanos, pelo adjetivo “moderno”. As urbes “modernas” caracterizam-se pela possibilidade histórica de que suas ruas sejam locais fisicamente abertos e legalmente irrestritos. O que, com a expansão internacional do capitalismo a partir do século XIX, tende a aplicar-se a um número crescente de cidades – em meio às contradições que marcam a modernidade, como realidade social e cultural que acompanha o processo (Martins, 2008). Como a relação dos seres humanos com o espaço é mediada simbolicamente (Lefebvre, 2000: 49), há como denominar as ruas dessas cidades lugares públicos. A noção alude a fragmentos de espaço que, em virtude dos atributos acima, são socialmente significados como virtualmente “de todos”.

Refletir sobre os significados de “usos da rua” nos estudos urbanos acarreta pois, em primeira instância, considerar que estão em foco os vínculos dos indivíduos com os locais das cidades modernas potencialmente mais receptivos à diversidade humana. Essa diversidade social e cultural constitui o referente básico dos significados socialmente compartilhados (e disputados) acerca desses lugares. Portanto, interferirá nas relações dos indivíduos com tais locais e, especificamente, nos usos das ruas.

Forjados nessa base sócio-histórica comum, os vínculos com o espaço conotados pela expressão são públicos, passíveis de apreensão por qualquer outro indivíduo na rua (e fora dela). Henri Lefebvre (1970: 29) fornece uma, a meu ver, poética síntese desse atributo das relações dos indivíduos com a rua nas cidades modernas, ao associá-la a um “teatro espontâneo, no qual eu me torno espetáculo e espectador, às vezes ator”.¹

Se essas ponderações deixam entrever o caráter historicamente datado das ruas referidas pela expressão “usos da rua” nos estudos urbanos, a caracterização permanece imprecisa. Deixa em aberto qual o sentido de a bibliografia remeter especificamente a usos, dentre as várias relações possíveis dos indivíduos com esse lugar público.

Assim, chego ao objetivo específico deste texto. Cabe mostrar que o uso de “usos” não é gratuito. Se explanações descritivas permitem determinar “sistemas fechados de referência empírica”, e as interpretativas se baseiam nas relações das evidências empíricas com referenciais teóricos que permitem estabelecer “regularidades inerentes às condições de manifestação” dos fenômenos (Fernandes, 1959: 31-2), “usos da rua” aparece nas investigações, por um lado, com uma acepção descritiva, por outro, com uma acepção interpretativa de condutas corporais e de relacionamentos sociais nas ruas das cidades alcançadas pela modernidade. Em especial a dimensão interpretativa se viabiliza metodologicamente através do emprego, pelos autores, de três chaves analíticas. Estas retiram as condutas e relacionamentos de sua aparente superficialidade empírica, revelando um insuspeitado debate intelectual sobre os usos da rua.

¹ São de minha autoria todas as traduções de línguas estrangeiras cujos autores não aparecem referenciados na Bibliografia.

Abordagens descritivas

No universo lingüístico luso-brasileiro atual, “uso” referencia relações de indivíduos com objetos, com grupos sociais ou com espaços. No primeiro caso, a conotação mais imediata é a de utilidade, o que remete a uma discussão, longa no pensamento social, sobre o valor dos objetos. Pioneiro nesse sentido foi Karl Marx (1983:18), que associou o valor de uso de um objeto a uma utilidade essencialmente qualitativa. Décadas depois, Georg Simmel (1994: 75) desafiou a tese preferindo a utilidade à deseabilidade.² No segundo caso, a palavra aparece em geral no plural e acompanhada de “costumes”, díade comum no debate europeu no mínimo desde as reflexões oitocentistas sobre a moral e o folclore. O termo “uso” conota hábitos comuns mais ou menos normativos, tratados sociologicamente de modo precursor por Émile Durkheim (1887:29) e, numa outra chave, por Max Weber (1980: 15). Já quanto aos usos do espaço, a associação mais imediata é a – vaga – de “relação dos indivíduos” com ele. As acepções referidas a vínculos com objetos e grupos sociais não se aplicam. O que, aliás, faz sentido, como o espaço não é nem objeto nem representação: “efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou interdita” (Lefebvre, 2000: 89).

Esta formulação sugere que os usos aqui em tela envolvem “ações”. Mas quais?

Na bibliografia especializada, “usos da rua” são evocados em descrições mais ou menos densamente etnográficas da coexistência física e social dos pedestres nas ruas. Especificamente, a expressão é empregada – e, a partir de agora, o será também neste estudo – para sintetizar comportamentos corporais e formas de sociabilidade ali.

Penso, por um lado, em modos como os indivíduos sabem servir-se de seus corpos em ritmos específicos. Isto é, são técnicas corporais (Mauss, 1997) repetidas no espaço de forma temporalmente cíclica ou linear (Lefebvre, 1992: 14-6). Vem daí a noção de comportamentos corporais: nas ruas, envolvem a passagem, a permanência ou o ajuntamento de indivíduos ali em ritmo regular, esporádico ou excepcional (Frehse, 2004). Com tal conotação, a expressão “usos da rua” remete à movimentação física, ali, de tipos urbanos vários – com destaque, nas últimas décadas, para transeuntes, multidões, comerciantes de rua e andarilhos que aí vivem dia a dia (*idem*: 19-21).

² No original, “*Begehrtheit*”.

Refiro-me, por outro lado, aos vínculos dos indivíduos em co-presença que são nutridos por “interações”, “efeitos recíprocos”³ implícitos nessa convivência, em meio aos comportamentos corporais. Elas são mediadas por “eventos” que não se dão fora da “situação”, ambiente espacial de co-presença face a face (Goffman, 1963: 21; 18); porém também por fatores sociais, culturais e históricos mais amplos (Frehse, 2004: 174). Essas duas dimensões da sociabilidade aparecem nos estudos urbanos junto com outras (Frúgoli Jr., 2007: 23-36), alargando o escopo da noção pioneira de sociabilidade de Simmel (1968: 484; 2006: 63-82). Tais formas de sociabilidade implicam relações com o espaço, pois ali e pela mediação dali ocorrem. Nas abordagens, essa acepção de “usos da rua” costuma remeter a padrões de relacionamento nas ruas, a conjuntos de regras de sociabilidade como a impessoalidade e o anonimato, em meio a comportamentos corporais, ou a padrões de comportamento corporal, específicos (Frehse, 2004: 21-4).

Enfatize-se, por fim, que às vezes “usos da rua” conotam, nas descrições, uma conjugação recorrente de comportamentos corporais e formas de sociabilidade que acaba por constituir, do ponto de vista fenomênico, aquilo que tenho chamado de atividades sociais, nesses lugares públicos (Frehse, 2005: 31). Nesses casos, a expressão subsume, por exemplo, o comércio ambulante e a mendicância.

Esse equacionamento sugere que, ao descreverem as relações dos indivíduos com as ruas, os estudiosos se movem na seara teórica das condutas corporais e da sociabilidade, e não tanto naquela das representações. E isso, mesmo que não ignorem que representações integram práticas – portanto, inclusive comportamentos e interações –, sendo distinguidas apenas na análise (Lefebvre, 1980: 25). De fato, quando as abordagens privilegiam as mediações simbólicas incidentes sobre as ruas, recorrem antes às noções de “representação” ou outras afins (“imaginário”, “concepções”, “valores”) do que às de “uso” ou afins (“comportamento”, “interação”).

Essa constatação sinaliza a seu modo a prevalência, nos estudos urbanos, de uma conotação eminentemente descritiva para “usos da rua”. O termo sintetiza caracterizações de “sistemas fechados de referência empírica” relativos a comportamentos e formas de sociabilidade nesses lugares públicos.

³ Em alemão “*Wechselwirkungen*”, de longa história no pensamento alemão (Waizbord, 2001: 97).

Porém isso não é tudo. A vertente descritiva coexiste com uma segunda, interpretativa, embora esta não seja explicitada, nas abordagens. Nestes casos, os usos da rua, subsumidos ou não na noção “usos da rua”, são submetidos a tratamentos teórico-metodológicos que abrem espaço a teorias e, assim, a um “conhecimento generalizador” (Fernandes, 1959: 32) sobre o fenômeno social que são os usos da rua.

Abordagens interpretativas

Dados empíricos relativos aos comportamentos corporais e às formas de sociabilidade nas ruas têm sido conectados a referenciais teóricos variados, mas que convergem entre si em torno dos recortes analíticos utilizados para interpretar os usos das ruas nas cidades sobre as quais os autores se debruçam. A gama de orientações teóricas se traduz em três chaves analíticas – se a análise visa “converter os dados imediatos da experiência [...] em dados manipuláveis pelo raciocínio científico” (*idem*: 27). Penso em interação, em função e em contexto. São objetos de interpretação desenvolvidos teoricamente pelo pensamento social sobre a vida urbana a partir de finais do século XIX. Contemplados conjunta e retrospectivamente, eles portam dimensões semânticas que, se lhes foram incorporadas no decurso do debate acadêmico internacional do século XX, constituem referências significativas para a interpretação de condutas corporais e relacionamentos nas ruas nos estudos urbanos ainda hoje.

Chave analítica I: interação

As abordagens que se centram, em termos analíticos, nas interações envolvidas nos usos da rua investigam os efeitos recíprocos que a dimensão situacional da co-presença física e/ou social dos indivíduos nesses lugares públicos acarreta para os comportamentos corporais e/ou a sociabilidade deles ali. São reflexões em geral microssociológicas sobre a negociação de sentidos nas interações sociais nas ruas.

Cabe, entretanto, ressaltar que dimensões semânticas específicas da noção de “interação” têm balizado os estudos em questão. Penso em três, que foram introduzidas no debate respectivamente por Simmel, Robert Park e Erving Goffman.

Alçando a noção de “interação” a parâmetro metodológico central para a compreensão dos comportamentos humanos e dos relacionamentos sociais na cidade, Simmel sublinha a distância nas relações dos indivíduos não somente com objetos e outros indivíduos (Simmel, 1994: 49), mas com o

espaço. Parte da definição kantiana do espaço como “possibilidade do estar junto”, portanto como construto das interações sociais, para atribuir às distâncias psicológicas e sociais um papel decisivo nas reações físicas e na convivência social na cidade moderna (Simmel, 1903a: 3; 1968: 462) – e um cenário empírico referencial é a rua, insinuada através de alusões ao “burburinho [Gewühl] da cidade grande” (Simmel, 1903b: 8). Até os sentidos humanos (olhar, olfato e audição) são analisados conforme as distâncias psicológicas e sociais que viabilizariam no espaço urbano (Simmel, 1968: 483-93). Não surpreende, pois, que, quando a questão se torna a “alma” da cultura objetiva constituída pelas grandes cidades (Simmel, 1903b: 5-9), a distância psicológica seja tida como crucial para assegurar a integridade da “vida anímica” em meio à “intensificação da vida nervosa” ali. No plano das reações físicas, a “distância espiritual” se implementaria através do “caráter blasé”. No plano das interações, um crucial elemento adaptativo seria a “reserva”.

A reflexão faculta no mínimo duas perguntas: como interações marcadas por tal dinâmica de distâncias se espacializariam na rua? E qual sua estrutura normativa?

A primeira questão foi tratada de forma pioneira por Park, ex-aluno de Simmel, em sua reflexão sobre as “regiões morais”, lugares de encontro da população segundo temperamentos e gostos (1967: 40-3). Orientado teoricamente pela chamada “ecologia humana”, que discerne formas de organização social a partir das relações ecológicas dos indivíduos com e no espaço (*idem*: 1-2), o autor preconiza que a “mobilidade do homem individual na cidade” – o que implica distâncias físicas maiores ou menores – sofre influências não apenas de transporte e de comunicação, mas de “processos de segregação que estabelecem distâncias morais” (*idem*: 40; grifo meu). Indissociáveis de aproximação e afastamento físicos derivados de interesses, gostos e temperamentos (*idem*: 43), é através dessas distâncias que se constituem as regiões morais.

Desse modo, a reflexão acerca da influência que as interações implícitas nos comportamentos e formas de sociabilidade nas ruas exercem sobre tais usos ganha uma nova dimensão semântica: espaço. Os efeitos sociais recíprocos se espacializam na cidade. E definem-se lugares de convivência marcados por distâncias morais variadas.

Mas há mais. As interações tributárias dos usos contam com uma estrutura normativa própria. É o que argumenta Goffman, introduzindo no pensamento social a chamada “ordem da interação”, estrutura de regras das interações face a face que dialoga com a ênfase simmeliana nas distâncias sociais

(Frehse, no prelo). Se não há nesse autor uma reflexão sistemática sobre os comportamentos e interações nas ruas (Lofland, 1985: 19,21n), ele argumenta que a co-presença física no espaço envolve, sob o prisma da “situação”, a ocorrência de no mínimo três mecanismos normativos: o manejo das impressões do self, imagem que o indivíduo tem de si a partir da imagem que outros têm dele (Goffman, 1959); a adoção de uma seqüência densamente simbólica de gestos e posturas, de cunho ritual (Goffman, 1967); a transmissão corporal de mensagens sobre os sentidos das interações através do chamado “ídioma corporal” (Goffman, 1963), e/ou através da delimitação de (etológicos) territórios (Goffman, 1971). Nesses casos todos, um efeito recíproco contundente é o estabelecimento de distâncias – simbólicas, sociais, físicas e, sobretudo, interacionais (Frehse, no prelo). Dotadas de muitas minúcias etnográficas, as ponderações de Goffman sobre a mecânica fina das interações sugerem, para abordagens dos usos das ruas, que, embora abrigadas em detalhes dos comportamentos corporais e do intercurso social, as interações não são mesmo aleatórias. E contribuem decisivamente para a vigência de determinados padrões e movimentação corporal e de sociabilidade nas ruas.

Pautadas em distâncias de natureza espacial e normativa variável, as interações de Simmel, de Park e de Goffman têm sido recuperadas por estudos urbanos em contextos acadêmicos distintos, no século XX e neste início de XXI. Se a perspectiva do primeiro frutificou sobretudo na Universidade de Chicago entre as décadas de 1910 e 1930, a “microanálise” goffmaniana tem contado com desenvolvimentos variados em relação às ruas a partir dos anos de 1970. No cenário acadêmico norte-americano, uma ex-aluna do autor, Lyn Lofland (1985, 1998) produziu investigações pioneiras sobre a lógica situacional das interações de “estranhos” nos lugares públicos. Na esteira desse trabalho, outros têm ampliado o inventário das regras de conduta implícitas nas interações de transeuntes nos lugares públicos urbanos (cf. a respeito Frehse, 2004: 24,109n). Já na França, traduções dos textos de Goffman e de outros autores de Chicago acompanharam estudos sobre as relações dos “cidadinos” com o espaço urbano (Joseph, 1984, 1998). No mundo britânico, mais recentemente (Urry, 2007), Simmel tem sido recuperado como precursor do “paradigma da mobilidade”, que problematiza o papel dos movimentos de pessoas, idéias, objetos e informações, na vida social. O que não se fez sem evocar também, embora secundariamente, a tradição de Chicago e o método goffmaniano de observação dos movimentos dos indivíduos (*idem*: 20-6;40). Enfim, no cenário luso-brasileiro, etnografias dos usos das ruas em bairros populares apóiam-se nas distâncias sociais simmelianas face ao “estranho”

(Santos et alii, 1985), enquanto outros trabalhos se pautam na reflexão do autor sobre sentidos (olfativos e auditivos) para avaliar o papel das distâncias em percursos urbanos (Fortuna, 1999). Referências teórico-metodológicas goffmanianas, por sua vez, têm orientado análises de comportamentos e da sociabilidade em ruas do passado (Pais, 1986; Frehse, 2004).

Porém não só de interações se nutrem as interpretações dos usos da rua. Enquanto Simmel refletia sobre as relações entre os indivíduos e o espaço urbano, outras perspectivas a respeito se difundiam. Só que agora, na arquitetura.

Chave analítica II: função

Relacionam-se comportamentos corporais e interações às necessidades a que respondem, nas ruas, e são elas que asseguram funções a tais usos. Em cena, a dimensão semântica de utilidade, que, como vimos, também está implícita na palavra “uso”.

Nesses estudos as necessidades costumam ser atividades sociais ou comportamentos corporais mais ou menos distantes das chamadas “funções chaves” do urbanismo de Le Corbusier (1957: §77): “habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular”. O que se compreende considerando uma tradição intelectual antiga, da Roma de Vitruvius. É a ênfase em que a forma arquitetônica – e espacial – derive do uso para ela visado (Blake & Lapugnani, 1986: 113; Querrien, 1996: 299). No século XIX essa concepção foi reformulada face à relevância política crescente, no pensamento científico e político oitocentista, de uma “ideologia da ‘necessidade’” (Pinson, 2000: 237) que incidiu também sobre a arquitetura. Esta busca adaptar-se aos usos da sociedade (Pinson, 1993). Assim, entende-se por que se, no pensamento social, a noção de função costuma ser historicamente associada ao uso analítico que dela fizeram Herbert Spencer e Durkheim, transpondo-a da biologia para a explicação respectivamente dos objetivos de instituições, grupos e estruturas sociais, e das necessidades sociais a que determinados fenômenos sociais respondem (Fernandes, 1959: 200-5), houve outras releituras da categoria biológica no pensamento arquitetônico norte-americano da época. Em 1896 Louis H. Sullivan (2008: 5) afirmou que “a forma sempre segue a função”, concebendo que a arquitetura depende de “necessidades” tributárias da “lei” natural das “coisas orgânicas e inorgânicas, físicas e metafísicas, humanas e super-humanas”. Essa associação entre forma espacial e uma suposta função natural é historicamente anterior àquela, forjada na Europa do início do século XX, entre forma espacial e sua suposta função social, econômica e política na cidade:

algo que chamarei aqui, para fins heurísticos, de função urbana. Os defensores de tal concepção preconizam as potencialidades políticas da arquitetura, concebida como “fator de organização dos processos de estruturação social” (Velloso, 2007:2). As necessidades a que a forma arquitetônica deve responder passam a ser modos adequados de viver na cidade. E “função” expressa o uso em termos técnico-sociais (Pinson, 1993: 8).

A perspectiva coloca em questão os usos do espaço urbano e, em particular, das ruas. Nos congressos internacionais de arquitetura moderna, entre os anos de 1920 e de 1950, difundiram-se associações entre usos do espaço urbano e funções urbanas cuja síntese mais completa se encontra na “Carta de Atenas” (1933). Distinguem-se ali “usos e costumes comuns”, a serem modificados pela intervenção arquitetônica e urbanística, dos usos a serem incentivados, já que correspondentes a formas espaciais derivadas das “necessidades vitais” do indivíduo e da coletividade relacionadas às quatro “funções” do urbanismo (Le Corbusier, 1957: §77). A arquitetura e o urbanismo modernos deveriam construir, respectivamente, moradias saudáveis, locais para o trabalho como “atividade humana natural”, instalações para horas livres “benéficas e fecundas” e uma rede de circulações para intercâmbios autônomos entre moradia, local de trabalho e de lazer. Advém daí a defesa a circulação como único uso da rua aceitável na cidade. A rede viária do passado, “tempo dos pedestres e dos coches”, seria execrável (*idem*: §57).

Os autores que balizam sua compreensão de comportamentos corporais e formas de sociabilidade nas ruas pelas funções urbanas de tais usos inevitavelmente se movem numa seara teórica de cunho normativo, dominada por essa dimensão utilitária da noção de uso. E isso, embora o objetivo seja opor-se a ela – como nos estudos que enaltecem usos alternativos, não arquitetonicamente “modernos”, das ruas. Tais casos remetem a uma segunda conotação de “uso”: a de “hábitos arraigados”, próprios de “usos e costumes”, mas que são evocados por referência à mesma dimensão utilitária dos usos.

Um trabalho pioneiro nesse sentido é o libelo da jornalista Jane Jacobs (2003) contra a proposta da arquitetura moderna de “morte à rua” da não-circulação de automóveis. Apenas a presença de usuários e espectadores seria suficiente para assegurar a “vida” da rua (*idem*: 38, 52-3). Longe de ser, por causa dessa movimentação humana, desordeiro e inseguro, tal lugar abrigaria uma ordem garantidora da “manutenção da segurança e [d]a liberdade”. Essa ordem se insinuaria através dos usos das calçadas pelos pedestres, envolvidos, com seus movimentos físicos, num “complexo ballet”. Em face de tal “ordem”, Jacobs advoga (*idem*: 167-95) pela “combinação” entre o que chama

de “usos principais” da rua (escritórios, fábricas, moradias e certos locais de diversão, educação, recreação e arte) e os “usos de conveniência”. A argumentação sugere uma abordagem dos usos da rua cuja chave de inteligibilidade é a função urbana mais ou menos “libertadora” de movimentos corporais e interações sociais alternativos à circulação. O que revela um sistema teórico informado pela conceituação da arquitetura moderna, mesmo que Jacobs sublinhe a relevância social e política justamente de usos ignorados por esse ideário.

Girando em torno das funções urbanas de usos da rua, os trabalhos de Le Corbusier e Jacobs têm um explícito caráter político. Está em causa a utilidade dos usos, sendo uns ou outros relacionados a funções mais ou menos “libertadoras” da vida urbana – dependendo da posição ideológica do autor frente à arquitetura moderna.

Essa chave analítica perpassa, ao que parece – e mereceria ser mais explorado –, também reflexões arquitetônicas e urbanísticas contemporâneas sobre as ruas, contribuindo para que nelas “circulação” figure quase como uma metonímia da rua. Fica oculto, assim, o caráter ideológico da associação, dificultando teorizações alternativas sobre os “usos da rua”. Se estes parecem unívocos, por que ponderar a seu respeito?...

Já o pensamento social sobre a cidade tem sido menos condescendente com os “usos da rua” da arquitetura moderna. Não surpreende que uma inspiração recorrente dos autores seja Jacobs. Esta é referenciada, por exemplo, por Lefebvre (1970: 30) em contraste com Le Corbusier, quando o sociólogo aborda as contradições da rua nas cidades modernas do Pós-Guerra. Sob outro prisma, o “balé das calçadas” estimulou Lofland (1998: 2-4) a investigar o ambiente sócio-psicológico dos lugares públicos urbanos. No universo britânico, geógrafos têm assumido Le Corbusier e Jacobs como contrapon-tos teóricos e metodológicos para interpretações alternativas das relações de práticas e identidades sociais com significados definidos da rua (Fyfe, 1998: 73-221). Já no cenário brasileiro, o “microcosmo [social] real” das ruas de Jacobs perpassa etnografias dos usos que moradores fazem das ruas de seus bairros (Santos et alii, 1985: 24), e das concepções dos pedestres sobre o espaço urbano, em andanças pela metrópole (Magnani, 1996: 45).

Aparentemente, quando o assunto são as funções dos usos da rua nos estudos urbanos, conceituações arquitetônicas do termo são consideradas mais palatáveis do que aquelas forjadas nas ciências sociais. Talvez uma razão para tal seja o descrédito vivido pelo funcionalismo no pensamento social depois dos anos de 1960.

Já “estrutura”, termo que fez par com “função” nos primórdios da sociologia, é freqüente na sociologia urbana francesa devotada à “morfologia social”, na esteira de Durkheim, Mauss e Maurice Halbwachs (Chombart de Lauwe e Couvreur, 1955: 9,13-4; Pinson, 2000: 235; Topalov, 2001: 11-7). Porém, notadamente nos estudos sobre os usos da rua, “estrutura” remete não tanto à combinação integrada de população, salários, atitudes, comportamentos, instituições e equipamentos urbanos, que perpassa as abordagens morfológicas, quanto a referências sociais, políticas e econômicas abrangentes em mudança. O que abre espaço para os processos sociais que envolvem os usos das ruas; e, assim, para análises do contexto dos usos.

Chave analítica III: contexto

É um universo analítico diverso não só daquele concentrado em funções, mas em interações. A interpretação envolve a vinculação analítica dos usos a contextos mais amplos, isto é, a conjuntos de circunstâncias e processos sócio-históricos mais abrangentes. A referência são menos as situações, ambientes espaço-temporais restritos das interações sociais face a face.

Definido nesses termos, “contexto” é perpassado por duas dimensões semânticas. Nos estudos pautados metodologicamente na dialética marxiana, o termo remete a processos sócio-históricos mais amplos. Quando a orientação é polemológica, “contexto” insinua poder mais amplo, relações de força vigentes onde se dão os usos.

Pode-se identificar a primeira dimensão semântica de modo pioneiro, embora a partir de orientações diversas, em Walter Benjamin e em Henri Lefebvre. Ambos dialogam com o Marx (1983) dos valores de uso e de troca das mercadorias no mundo capitalista, dentre as quais a força de trabalho, alienadora de comportamentos e relações sociais.

Em Benjamin (1991a, 1991b) a movimentação física e social de literatos pelas ruas da Paris do Segundo Império é objeto de uma interpretação que liga tais comportamentos e interações aos processos sócio-históricos em que se fundamentaria a situação política na Alemanha de Hitler. A tese é de que tais lugares foram berços históricos de modos de se comportar e de relacionar-se socialmente que se tornaram politicamente decisivos nos anos de 1930. A referência metodológica para tanto é o flâneur, personagem da literatura parisiense de meados do século XIX e porta-voz de como escritores como Charles Baudelaire podem ter se comportado e relacionado socialmente nas ruas. É uma personagem entre dois mundos, o pré-moderno, dos valores de uso, e o moderno da mercadoria, dos valores de troca. Seguindo o rastro do

flâneur pelas ruas, Benjamin frisa os comportamentos alienados e alienantes da multidão, forjada na circulação capitalista de mercadorias, e cujo futuro seria o da massa politicamente manipulável.

Inseridos nesse esquema de inteligibilidade, os usos das ruas parisienses se tornam instrumentos metodológicos para uma compreensão sócio-histórica ampla da modernidade. Permitem pensar espaços e tempos não só parisienses e oitocentistas.

Já recuperar o método dialético marxiano para uma crítica sociológica da vida cotidiana na França do Pós-Guerra levou Lefebvre a inquirir analiticamente as contradições da praxis – “ato; relação dialética entre a natureza e o homem, as coisas e a consciência” (1966: 43) –, simultaneamente produtora e produto de processos sócio-históricos pela mediação dos quais contribui para o que vem a ser a modernidade no século XX. Advém daí o argumento de que o espaço é mediação crucial da praxis, prática social (Lefebvre, 2000: 41-50). O que traz para o primeiro plano a noção de “prática espacial”, “usos do corpo” que fundamentam o “espaço percebido”. Ela seria indissociável de “representações do espaço” (concebidas por urbanistas e tecnocratas) e de “espaços de representação” (vividos simbolicamente por habitantes, usuários, artistas e intelectuais). O uso – corporal – do espaço seria mediado, portanto, pelo vigor (dialético) do espaço vivido pelo “corpo vivido”, e pelas pressões do espaço concebido conforme “representações do corpo”. A formulação implica diferenciar “usuários” (ou “habitantes”) de “utilizadores” do espaço (*idem*: 415; 418). Os primeiros usam o espaço (“vivido”) improdutivamente, pois consomem produtivamente seus atrativos; os segundos usam o espaço (“concebido”) consumindo produtivamente sua mais-valia.

Assim, a crítica ao usuário, como “figura do cotidiano” que substitui a “figura política do cidadão” (Lefebvre, 1981: 80), ganha em complexidade. Por meio de uma teorização especificamente dos usos do espaço urbano, Lefebvre contempla os usuários sob o prisma das contradições históricas que imbuem seus atos cotidianos ali. Logo, eles diferem daqueles que povoam o senso comum do mundo moderno: usuários que usam os serviços públicos e privados que gerem a vida urbana. Importa ligar usos particulares a processos sociais e políticos vastos, visando “compreender [...] o que sustenta e mantém a hierarquia dos grandes e pequenos, das estratégias e táticas, das redes e lugares” (Lefebvre, 2000: 105). Há, então, poder (do “concebido”) em jogo. Mas de seu âmagô brota dialeticamente a irredutibilidade dos usos, dada a criatividade do vivido.

Ressalte-se, contudo, que “poder” carrega uma segunda acepção nas interpretações sobre os usos da rua – o que conduz à dimensão semântica “relações de força mais amplas”. Pioneira nesse sentido é a reflexão de Michel de Certeau (1994) sobre o cotidiano no mundo contemporâneo, para a qual o Lefebvre da vida cotidiana foi uma “fonte fundamental” (*idem*: 42; 5n). Partindo de práticas culturais de consumo e recepção, o autor as concebe como “maneiras de fazer” entre outras, ou seja, como “práticas” cotidianas inventivas e regradas, por envolverem “usos”, isto é, ações dotadas de criatividade e formalidade (*idem*: 39-42). Abre-se assim espaço para análises do “uso por si mesmo” (*idem*: 96-102). Concebendo práticas como enunciados, o autor se interessa explicitamente pelos seus “contextos de uso”. Para tanto, haver-se-ia que considerar, nos termos da polemologia, as “relações de força” implícitas nessas práticas. Importa distinguir, nos usos, “estratégias” (cálculos das relações de força definidos pela postulação de um lugar capaz de ser circunscrito como próprio) de “táticas” (cálculos definidos pela impossibilidade da postulação desse lugar próprio) (*idem*: 46-7).

A perspectiva permite a Certeau (*idem*: 169-91) equacionar teoricamente conflitos de poder implícitos nas “caminhadas” de transeuntes pelas ruas. Este comportamento corporal aparece como portador de uma formalidade e inventividade que, transgressoras das estratégias em meio às quais ele transcorre, seriam próprias das táticas, que, por sua vez, contribuiriam para fazer da rua um espaço, lugar praticado.

Benjamin, Lefebvre e Certeau têm influenciado estudiosos dos usos das ruas em diferentes tradições acadêmicas. O primeiro tem reverberado sobretudo no debate anglo-saxônico, desde os anos de 1990. Referenciado metodologicamente pelo flâneur, Mike Featherstone (2000), por exemplo, refletiu sobre as potencialidades políticas dos espaços públicos na vida pública contemporânea. Já outros autores encontraram em ruas do passado experiências alternativas, femininas, dos espaços públicos (Wilson, 1992; Tester, 1994: 22-42; 111-57). Mais recentemente, a mobilidade de todas essas personagens tem vindo para o primeiro plano (Urry, 2007).

As reflexões de Lefebvre adentraram em especial a geografia marxista anglo-saxônica a partir da década de 1970. Resultam daí as “práticas espaciais” de David Harvey (1992) e a “espacialidade” de Edward Soja (1989; 1990). Estas teorizações influenciaram autores como Sharon Zukin (1991), que reconhece em “paisagens de poder” urbanas conversões do “vernacular” das identidades espaciais tradicionais.

A linhagem que vai de Lefebvre a Zukin passando por Harvey e Soja vem repercutindo no cenário acadêmico luso-brasileiro desde os anos de 1990. Tematicamente tais trabalhos são próximos de Zukin: enfocam o vínculo entre práticas culturais nos lugares públicos e a participação dos cidadãos na vida pública (Fortuna, 1999; 2002; Arantes, 2000; 2001; Leite, 2004). Harvey e Soja ajudam a conceituar as dinâmicas sócio-espaciais recentes do capitalismo pós-fordista; Lefebvre, a apreender o espaço como produto social. Este autor inspira também a geografia do cotidiano urbano (Carlos, 2001; Seabra, 2007). Já o Lefebvre dos usos historicamente contraditórios do espaço tem conduzido a abordagens sobre a coexistência de tempos históricos distintos nas ruas do passado e do presente (Martins, 1992, 2008; Frehse, 2004, 2005).

De Certeau tem perpassado estudos antropológicos e sociológicos dos usos de lugares no contexto da chamada “globalização”. Na França, o “não-lugar” e a “prática do espaço” ajudaram a ressaltar as relações sociais solitárias ali (Augé, 1994). Na Grã-Bretanha, a diferenciação entre “táticas” e “estratégias” das caminhadas têm permitido discernir práticas de mobilidade (Urry, 2007). No Brasil, acoplar essa díade ao par “paisagem”-“vernacular”, de Zukin, fez notar, em “contra-usos” de ruas “enobrecidas”, sentidos políticos (re)criadores da rua como espaço público (Leite, 2004).

Em tais orientações, os usos da rua são indissociáveis dos processos socioeconômicos e políticos mais amplos que também os constituem. A marca dessa equação dialética é o imponderável de conflitos sociais que se insinua pela mediação dos mais fugazes gestos, posturas e interações, nas ruas.

O que as descrições e interpretações revelam

Gestadas a partir da interlocução de autores diversos com perspectivas teórico-metodológicas que se consolidaram no pensamento social sobre a vida urbana a partir de finais do século XIX, as descrições e interpretações acima apresentadas revelam a existência efetiva, nos estudos urbanos, de um longo debate intelectual sobre os “usos da rua”. E isso, embora seja um debate fragmentado e, não raro, tácito.

A persistência temporal de descrições mais ou menos etnográficas de comportamentos corporais e formas de sociabilidade nas ruas fornece aos estudiosos uma pletora de dados empíricos passíveis de alimentar de modo diversificado as interpretações sobre os usos desses lugares públicos. Mas apenas dados não asseguram um debate. Para tanto, é necessário perseguir interesses teóricos e metodológicos mais profundos em relação a usos aparentemente superficiais – já que das ruas, socialmente valorizadas, na modernidade, como

lugares de passagem fugaz. É nesse contexto que ganham relevância as interpretações – e suas respectivas chaves analíticas.

Contempladas em conjunto, estas revelam vertentes teórico-metodológicas do pensamento social no século XX. Na chave interacional, cabe destaque às abordagens de cunho fenomenológico, centradas nas relações de sentido subjacentes a comportamentos corporais e a relacionamentos sociais. Já a acepção funcional de “uso” é indissociável de perspectivas de visada funcionalista, atentas à relação desses mesmos comportamentos e formas de sociabilidade com funções urbanas definidas a priori. Enfim, a preocupação de interpretar os usos da rua através referenciando-se por processos sócio-históricos e/ou políticos amplos perpassa abordagens norteadas pela dialética – em meio às conotações diversas do termo na sociologia (Gurvitch, 1962).

Marcadas por tais especificidades de cunho teórico-metodológico, as chaves analíticas remetem a dimensões dos comportamentos e interações nas ruas que são inconfundíveis entre si, por complementares que sejam. Refiro-me às situações em que os usos ocorrem, nas ruas, às suas funções, aos contextos em que se inserem. Mas, além de atributos dos usos, os recortes analíticos revelam usuários específicos. O enfoque interacional ressalta transeuntes e multidões. Se também o enfoque funcional abre espaço para tais tipos urbanos, ele engloba outros ainda, cujos usos da rua não estão entre os “principais” de Jacobs. Já as abordagens contextuais contemplam os usuários a partir de suas relações com outros. E eis que entram em cena conflito e poder.

Assim, os usos da rua são libertados de sua suposta insignificância teórica. Eles viabilizam reflexões sobre as implicações sociais, culturais e políticas de comportamentos e interações que, por se darem nas ruas, podem parecer inexpressivos.

Traçada, aqui, uma primeira genealogia desse debate, seria possível averiguar como nele se inserem as investigações descritivas existentes sobre os usos da rua. Ou rastrear os vínculos teóricos entre as três perspectivas interpretativas e noções de uso que não têm sido aplicadas especificamente às ruas: “usos do solo” urbano, “usos sociais”, “usos do espaço”, “usos dos prazeres”.⁴ São pretextos para outro texto...

O que há sim como explicitar aqui, por fim, à luz das descrições e interpretações, é o substrato empírico comum sobre o qual repousa a possibilidade

⁴ Cf. nesse sentido respectivamente os trabalhos pioneiros de Burgess (1967), de Bourdieu *et alii* (1965), de Giddens (2003), de Bourdieu (2003) e de Foucault (1998).

desse debate sobre os usos da rua. Trata-se do corpo. É ele que se move, que interage, que atua na rua, cumprindo ou não funções, produto e produtor de contexto. Subjaz, assim, às diferentes abordagens dos usos da rua. Mesmo que nem todos os autores se dêem conta disso.

É um detalhe que nos lembra que descrever e/ou interpretar usos da rua é sensibilizar-se com o cotidiano no mundo moderno. É através de corpos que se movimentam, entre outros, pela rua, referência espacial crucial da vida cotidiana com a modernidade, que o cotidiano se faz.

Provavelmente se situe nesse tempo e espaço, prenhe de contradições que nos transcendem e que, ao mesmo tempo, só então e ali se expõem em toda a sua dramaticidade, aquilo que une, à revelia, os diferentes estudiosos dos usos da rua, no passado e no presente, nos quatro cantos do mundo. Refiro-me ao nosso fascínio, sempre revigorado, pelas relações, sempre vigorosas, que o homem comum estabelece com esse lugar público através de seu corpo e de seus vínculos com outros homens, ali.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antonio A. (2000), *Paisagens Paulistanas*. Campinas: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial.
- ARANTES, Antonio A. (2001), “A guerra dos lugares”. In: Fortuna, Carlos (org.). *Cidade, cultura e globalização*. 2ª ed. Oeiras: Celta, 259-70.
- AUGÉ, Marc (1994), *Não-Lugares*. Trad. M.L. Pereira. Campinas: Papirus.
- BENJAMIN, Walter (1991a), “Charles Baudelaire. Ein Lyriker im Zeitalter des Hochkapitalismus”. In: Benjamin, Walter, *Abhandlungen*. [Vols. 1-2]. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 509-690.
- BENJAMIN, Walter (1991b), *Das Passagen-Werk*. 2 vols. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- BLAKE, Peter & Lampugnani, Vittorio M. (1986), “Functionalism”. In: Lampugnani, Vittorio M. (ed.). *The Thames and Hudson encyclopedia of 20th century architecture*. London: Thames and Hudson, 111-14.
- BOURDIEU, Pierre (2003), “Efeitos de lugar”. In: Bourdieu, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. 5ª ed. Trad. M.S.S. Azevedo et alii. Petrópolis: Vozes, 159-65.
- BOURDIEU, Pierre *et al.* (1965), *Un art moyen*. Paris: Minuit.
- BURGESS, Ernest W. (1967), “The growth of the city”. In: Park, Robert e Burgess, Ernest W (eds.). *The city*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 47-62.
- CARLOS, Ana F. A. (2001), *Espaço-tempo na vida cotidiana da metrópole*. São Paulo: Contexto.
- CERTEAU, Michel de (2005), *A invenção do cotidiano*. [Vol. 1]. 11ª ed. Trad. E. F. Alves. Petrópolis: Vozes.
- CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry e Couvreur, Louis (1955), “La sociologie urbaine en France”. *Current Sociology*, 4(1), 9-52.
- DURKHEIM, Émile (1887), “Lascience positive de la morale en Allemagne”. In: *Les classiques de sciences sociales*. http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/textes_1/textes_1_12/sc_positive_allemande.html. (Capturado em 22/02/2008).
- FEATHERSTONE, Mike (2000), “O flâneur, a cidade e a vida pública virtual”. Trad. P.M. Soares. In: Arantes, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 187-207.
- FERNANDES, Florestan (1959), *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FORTUNA, Carlos (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais*. Oeiras: Celta.
- FORTUNA, Carlos (2002), “Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 123-48.

- FOUCAULT, Michel (1998), *História da sexualidade* [Vol. 2]. 8ª ed. Trad. M.T. da C. Albuquerque; Rev. Técn. J. A. G. Albuquerque. São Paulo: Graal.
- FREHSE, Fraya (2004), *Vir a ser transeunte: Civilidade e modernidade nas ruas de São Paulo (entre o início do século XIX e início do século XX)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP.
- FREHSE, Fraya (2005), *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Edusp.
- FREHSE, Fraya, no prelo, "Erving Goffman, sociólogo do espaço". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (68).
- FRÚGOLI JR., Heitor (2007), *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FYFE, Nicholas R. (ed.) (1998), *Images of the Street: Planning, Identity, and Control in Public Space*. London/New York: Routledge.
- GIDDENS, Anthony (2003), *A constituição da sociedade*. 2ª ed. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes.
- GOFFMAN, Erving (1967), *Interaction ritual*. New York: Anchor Books.
- GOFFMAN, Erving (1959), *The presentation of self in everyday life*. New York: Anchor Books.
- GOFFMAN, Erving (1963), *Behavior in public places*. New York: Free Press.
- GOFFMAN, Erving (1971), *Relations in public*. New York: Basic Books.
- GURVITCH, Georges (1962), *Dialectique et sociologie*. Paris: Flammarion.
- HARVEY, David (1992), *A condição pós-moderna*. 5ª ed. Trad. A.U. Sobral & M.S. Gonçalves. São Paulo: Loyola.
- JACOBS, Jane (2003), *Morte e vida de grandes cidades*. Trad. C.S.M. Rosa & M.E.H. Cavalheiro; Rev. Técn. C. A. G. Bailão. São Paulo: Martins Fontes.
- JOSEPH, Isaac (1984), *Le passant considérable*. Paris: Meridiens.
- JOSEPH, Isaac (1998), *La ville sans qualités*. La Tour d'Aigues: L'Aube.
- LE CORBUSIER (1957), *La Carte d'Athènes*. Paris: Minuit.
- LEFEBVRE, Henri (1966), *Sociologie de Marx*. Paris: Puf.
- LEFEBVRE, Henri (1970), *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard.
- LEFEBVRE, Henri (1980), *La présence et l'absence*. Paris: Casterman.
- LEFEBVRE, Henri (1981), *Critique de la vie quotidienne* [Vol. 3]. Paris: L'Arche Éditeur.
- LEFEBVRE, Henri (1992), *Éléments de rythmanalyse*. Paris: Syllepse.
- LEFEBVRE, Henri (2000), *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- LEITE, Rogerio Proença (2004), *Contra-usos da cidade*. Campinas/Aracaju: Editora da Unicamp/Editora UFS.
- LOFLAND, Lyn H. (1985), *A world of strangers*. Prospect Heights: Waveland Press.
- LOFLAND, Lyn H. (1998), *The public realm*. New York: Aldine de Gruyter.

- MAGNANI, José Guilherme C. (1996), “Quando o campo é a cidade: Fazendo antropologia na metrópole”. In: Magnani, José Guilherme C e Torres, Lilian de L. (orgs.), *Na metrópole: Textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp, 12-53.
- MARTINS, José de S. (1992), *Subúrbio*. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul.
- MARTINS, José de S. (2008), *A sociabilidade do homem simples*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.
- MARX, Karl (1983), “Das Kapital. Vol. 1”. In: Marx, Karl & Engels, Friedrich, *Marx/Engels Gesamtausgabe*. Vol. 5. Berlin: Dietz.
- MAUSS, Marcel (1997), “Les techniques du corps”. In: Mauss, Marcel, *Sociologie et anthropologie*. Paris: Quadrige/Puf, 363-86.
- PAIS, José M. (1986), *As artes de amar da burguesia*. Lisboa: ICS.
- PAQUOT, Thierry (2006), “Usager”. In: Puman, Denise et alii (coord.). *Dictionnaire La ville et l'urbain*. Paris: Economica, 298-99.
- PARK, Robert E. (1967), “The city: Suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment”. In: Park, Robert E & Burgess, Ernest W. (eds.). *The City*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1-46.
- PINSON, Daniel (1993), *Usage et architecture*. Paris: L'Harmattan.
- PINSON, Daniel (2000), “L' 'usager' de la ville”. In: Pinson, Daniel et al. (coord.). *La ville et l'urbain*. Paris: Découverte, 233-43.
- QUERRIEN, Gwenaël (1996), “Fonctionnalisme”. In: Midant, Jean-Paul (coord.). *Dictionnaire de l'architecture du XXe siècle*. Paris: Hazan/Institut Français d'Architecture, 299-300.
- SANTOS, Nelson F. et alii (1985), *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro: Finep/Ibam/Projeto.
- SEABRA, Odette (2007), “Territoires de l'usage: quotidien et mode de vie”. *La somme et le reste*, 10, 10-25.
- SIMMEL, Georg (1994), *Philosophie des Geldes*. 3ª ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- SIMMEL, Georg (1903a), “Die Soziologie des Raumes”. In: *Sociology in Switzerland*. (<http://www.socio.ch/sim/rau03.htm>). (Capturado em 9/12/2007b).
- SIMMEL, Georg (1903b), “Die Grossstädte und das Geistesleben”. In: *Sociology in Switzerland*. (<http://www.socio.ch/sim/sta03.htm>). (Capturado em 19/09/2007).
- SIMMEL, Georg (1968), “Der Raum und die räumlichen Ordnungen der Gesellschaft”. In: Simmel, Georg, *Soziologie*. Berlin: Duncker & Humblot, 460-526.
- SIMMEL, Georg (2006), *Questões fundamentais da sociologia*. Trad. P. Caldas. Rio de Janeiro: Zahar.

- SOJA, Edward W. (1990), "The spatiality of social life: Towards a transformative retheorisation". In: Urry, John e Gregory, Derek (eds.). *Social relations and spatial structures*. London: Macmillan, 90-127.
- SOJA, Edward W. (1989), *Postmodern geographies*. London/New York: Verso.
- SULLIVAN, Louis H., 1896, "The tall office building artistically considered". In: *New Jersey's Science & Technology University*. (<http://www.njit.edu/v2/Library/archlib/pub-domain/sullivan-1896-tall-bldg.html>). (Capturado em 2/03/2008).
- TESTER, Keith (ed.) (1994), *The flâneur*. London: Routledge.
- TOPALOV, Christian (2001), "Maurice Halbwachs et les villes". In: Lepetit, Bernard e Topalov, Christian (coord.), *La ville des sciences sociales*. Paris: Belin, 11-45.
- URRY, John (1990), "Spatial relations, space and time". In: Gregory, Derek e Urry, John, (eds.), *Social relations and spatial structures*. Basingstoke/London: Macmillan, 20-48.
- URRY, John (2007), *Mobilities*. Cambridge/Malden: Polity Press.
- VELLOSO, Rita de Cássia Lucena (2007), "O fracasso da utilidade". In: *Portal Vitruvius*. <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp444.asp>. (Capturado em 4/12/2007).
- WAIZBORT, Leopoldo (2001), "Elias e Simmel". In: Waizbort, Leopoldo (org.). *Dossiê Norbert Elias*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 89-111.
- WEBER, Max (1980), *Wirtschaft und Gesellschaft*. 5ª ed. Tübingen: Mohr.
- WILSON, Elizabeth (1992), "The invisible flâneur". *New Left Review*, 191, 90-110.
- ZUKIN, Sharon (1991), *Landscapes of power*. Berkeley/Los Angeles/Oxford: University of California Press.

12. POLÍTICAS CULTURAIS URBANAS

João Teixeira Lopes

Exprimi por diversas vezes (Lopes, 2003) aquilo que, na minha perspectiva, não se consubstancia numa política cultural:

- um conjunto desarticulado de iniciativas dispersas no espaço e no tempo, sem obediência a um escopo de objectivos previamente definidos; uns, de carácter estratégico, outros, mais operativos;
- um punhado de acções espectaculares (*panis et circenses*) com forte impacto mediático, mas de cariz efémero, sem efeitos de meio transformadores;
- um “fontismo”¹¹ local à escala nacional, regional ou meramente local, obsessão pela infraestruturização sem um pensamento sobre o projecto e os usos potenciais de tais equipamentos;
- a tentativa de impor uma cultura oficial, isto é, o privilegiar de determinadas iniciativas que reforçam uma certa visão do mundo;
- o populismo demagógico, ancorado na máxima de “dar ao povo o que o povo quer”, sem qualquer discussão ou negociação sobre critérios explícitos e públicos de qualidade (ainda que provisórios e fruto, por vezes, de precários contratos intersubjectivos);
- o compartimentar das iniciativas culturais de acordo com o seu imaginado público-alvo (“cultura para o povo”, “cultura para as classes médias”, “cultura para as elites”).

Pelo contrário, uma política, mesmo antes de merecer o epíteto de cultural, requer uma intencionalidade, isto é, o accionar de recursos tendo em vista alcançar determinados objectivos, variando os recursos, necessariamente, com o grau de poder disponível e com a possibilidade de detectar variáveis-alteráveis, a partir das quais se geram processos de mudança. Contraria-se, assim, a ideia de fatalidade ou de destino pré-fabricado, caminho de sentido

¹ O “fontismo” é aqui utilizado como figura de estilo, uma vez que se refere à acção de Fontes Pereira de Melo, político português da monarquia constitucional (século XIX) que se destacou por uma vasta intervenção nas obras públicas e nas infraestruturas.

único, mecanicismo ou linearidade. Mesmo a mais conservadora das políticas depara-se com a inevitabilidade de fazer opções, de escolher caminhos dentro de um campo finito de possíveis.² António Firmino da Costa coloca o dedo na ferida ao referir que, no caso das políticas culturais, se combinam “nuclearmente e de forma explícita, duas dimensões fundamentais das relações sociais: a cultura e o poder. Cultura e poder, na concepção das ciências sociais, são dois pilares de organização das sociedades e dos processos que nelas ocorrem, dois ingredientes básicos do relacionamento humano, duas dimensões de todas as relações sociais (...) cultura e poder como que emergem do tecido geral, associando-se de modo específico num domínio institucional diferenciado” (Costa, 1997). Ainda de acordo com o mesmo autor, “as políticas culturais contemporâneas são no essencial políticas públicas”, o que acarreta, necessariamente, polémica e dialéctica no espaço público, em particular acerca do problema da legitimação.

Sempre afirmei que falar de políticas culturais públicas é falar de condições de liberdade e de cidadania em sociedades democráticas. Sem um mercado assistido, em boa parte subtraído ao cego funcionamento da oferta e da procura, sem uma sólida missão de serviço público, sem, enfim, a salvaguarda do carácter específico e excepcional dos bens culturais e simbólicos condenaríamos ao silêncio, isto é, à inexistência ou morte social, todas as formas de expressão cultural e artística que não asseguram retorno ou sustentabilidade do ponto de vista estritamente económico. Nunca será demais insistir neste ponto, já que, nesta atitude altamente disseminada e, por vezes, consubstanciada numa espécie de novo senso comum, de desconfiança da legitimidade e/ou utilidade das políticas culturais públicas, “está um preconceito ideológico”, facilmente detectável, de acordo com Augusto Santos Silva

quando se constata o elogio, que lhe é usual, ao mecenato cultural privado. A parte de financiamento público inerente ao apoio mecenático – o mecenas beneficia de dedução fiscal sobre o seu apoio, quer dizer, o Estado assume uma despesa fiscal – é quase sempre ignorada!

(Silva, 2005: 75)

² Ainda que seja difícil, como refere Alexandre Melo, “averiguar até que ponto um determinado objectivo de uma política cultural foi ou não atingido e com que nível de conseguimento e qual a eficácia específica de cada uma das medidas que visou atingi-lo” (Melo, 1997: 8). O que exige, necessariamente, o aperfeiçoamento de medidas de avaliação das políticas culturais.

Proponho-me desenvolver alguns dos princípios norteadores de uma política cultural pública orientada para a democracia cultural,³ por contraposição a políticas carismáticas (de apoio conspícuo às “celebridades”) e a políticas de mera democratização cultural.⁴

Em primeiro lugar, a defesa do papel interventivo e regulador do Estado. Desde a classificação de um imóvel, paisagem ou objecto como património cultural – impedindo a sua transacção –, à regulamentação anti-monopolista e anti-cartelista, à protecção de certos segmentos de mercado – como a lei do preço fixo do livro ou a imposição de quotas de difusão de música e de produção audiovisual nacional⁵ –, à formação de públicos, ao funcionamento de

³ Na sua versão transformadora, a animação sócio-cultural assume-se como processo político, defendendo a democracia cultural enquanto *empowerment* por parte das populações, auto-consciência dos constrangimentos holísticos a que estão submetidas e das possibilidades de emancipação, fundada, por isso, numa acção vivencial e comunitária atravessada por práticas culturais *comprometidas*. A acção cultural é doravante encarada *de baixo para cima e de dentro para fora*, a partir das necessidades e aspirações das populações. Multiplicam-se, por isso, os estudos de diagnóstico sócio-cultural, no esforço de implicar os destinatários na concepção das próprias políticas (plano estratégico) e projectos (plano operativo), defendendo-se, a jusante, o seu igual envolvimento na execução/intervenção e na avaliação de projectos e políticas. Desta forma, o *empowerment*, com clara ressonância marxista, pretende transformar os sujeitos em protagonistas activos da sua própria história sem perder, todavia, o enfoque privilegiado do quotidiano: das suas tensões, experiências e pulsões (clara influência da escola de Paulo Freire). A auto-consciência é um processo social indispensável para combater a dominação social e cultural, ambas íntima e finamente imbricadas. Mas, também, para vencer a tendência amplamente instalada de dissociação entre conhecimento e acção, saber e poder, bem como a habitual limitação a soluções parciais para problemas que exigem complexidade e totalidade.

⁴ António Firmino da Costa desenvolve um pouco mais esta tipologia, importada de Michel Bassand e Dominique Joye: “uma análise comparativa respeitante a vários países europeus chama a atenção para que as políticas carismáticas tendem a ser, na Europa, sobretudo características de partidos de direita, as políticas de democratização cultural a ser desenvolvidas mais por partidos de esquerda, e as políticas de democracia cultural a remeter para a influência dos novos movimentos sociais” (Costa, 1997: 14). Em meu entender, a democratização cultural pressupõe uma concepção *descendente, paternalista, hierarquizada e arbitrária* da transmissão cultural, próxima dos dispositivos da *difusão*, o que implica, necessariamente, que se parta do património cultural e/ou da criação artística, pertencente a uma minoria de especialistas altamente consagrados e nobilitados, em ambos os casos levando o espírito dos grandes *templos culturais* às mais anódinas e descentralizadas «casas da cultura».

⁵ Medidas aprovadas na *Convenção para a Diversidade Cultural* da Unesco.

instituições culturais nacionais (Teatros Nacionais, por exemplo), ao suporte à criação (bolsas, concursos, prémios...), à política fiscal (que protege os direitos de autor ou as deduções fiscais concedidas aos mecenas) e, também, à própria assistência ao mercado (compra de obras de artes plásticas a galerias e colecionadores, compra de um determinado número de exemplares, a serem distribuídos pelas bibliotecas da rede pública e escolar, apoio à edição, etc.).⁶ A este respeito, também Maria de Lourdes Lima dos Santos refere a acção compensatória do Estado face à debilidade endémica dos mercados nacionais no sector da cultura, o que, sem dúvida, retira ainda mais legitimidade ao ataque liberal sobre o papel do Estado na definição de um serviço público de cultura (Santos, 2001: 10).

Luís Serpa, galerista, embora critique a “subsidiodependência”, por clientelar e casuística, não deixa de fazer apelo a uma “política cultural sustentada” e “estruturante”, assente, precisamente, num “desenvolvimento integrado das indústrias culturais” através do “accionamento de recursos a mercados culturais assistidos ou a regulamentação própria” (Serpa, 2005). É, pois, o próprio sector privado quem directamente interpela o Estado, entrando sem quaisquer complexos no debate sobre orientações, opções e prioridades.

Em segundo lugar, o princípio da dupla recusa: nem uma política cultural cega às falhas do mercado, nem uma intervenção estatista, própria de uma cultura administrada e tutelada, defendendo, como faz Madureira Pinto, que a intervenção e regulação estatais, sendo insubstituíveis, têm, elas próprias, de prever mecanismos de auto e hetero-vigilância, “com base em fórmulas institucionais e organizativas que, valorizando a autonomia dos criadores, consiga ao mesmo tempo contrariar propensões para alguma centripetação e auto-consagração estética, inibidoras, ao limite, de uma efectiva participação em processos de democratização cultural” (Pinto, 1997: 4).

Em terceiro lugar e como corolário do anterior princípio, importa desenvolver toda uma estratégia de suporte à participação cultural, bem além dos fechados circuitos da consagração, a par do desenvolvimento de parcerias e partenariados com o terceiro sector ou sector social da cultura, nas “combinações multifórmes de agentes, estatais e empresariais, municipais e autárquicos, associativos e outros” (Costa, 1997: 13). Este trabalho em rede, aliás, pode fazer surgir – e este é o quarto princípio – um sistema de controlos cruzados que limite (não tenho ilusões de que a possa eliminar...) a tentação do

⁶ Questões desenvolvidas exaustivamente por Augusto Santos Silva (2005).

poder político de utilizar o sector da cultura como adorno, aparato simbólico, *passerelle* de celebridades que reforçam o seu capital simbólico ao mesmo tempo que reforçam o capital simbólico do próprio poder instituído, num circuito auto-referencial de mútua alimentação. Foi essa a grande reviravolta da política cultural francesa com Jack Lang e François Mitterrand e a íntima associação com os artistas consagrados, a mediatização e as “grandes obras do regime”. A esse respeito, observa criticamente Philippe Urfalino: “A duplicação do orçamento e a multiplicação das políticas públicas da cultura que daí resultaram colocaram em evidência a prevalência dos meios, dos repertórios de acções e de grupos de interesses sobre uma orientação guiada pelos fins” (Urfalino, 1996: 326). Meios e fins; instrumentalização ou valores intrínsecos: o debate do Príncipe, de Maquiavel, ou a forte lembrança de que a cultura frequenta os salões, as cortes, os gabinetes, em particular quando os campos culturais são débeis e se procura a consagração no seu exterior (como Bourdieu tão bem demonstrou). Talvez neste contexto se compreenda o desabafo hiperbólico de Robert Planchon:

A palavra cultura que foi útil durante um tempo para nos fazer entender o poder, deve hoje ser abandonada. Ela justificou demasiadas empresas duvidosas que nada tinham de artístico...

(Planchon, 1981).

Em Portugal, Augusto Santos Silva, sociólogo, ex-ministro da cultura e actual governante, alinha pelo mesmo diapasão de desocultação/enunciação dos usos políticos da cultura, ou, se preferirmos, da construção de uma política cultura pública que serve, antes de mais, ou sobretudo, os interesses de quem a produz: “Em todos os órgãos de poder, nacionais, regionais, locais ou internacionais, e em todas as famílias político-ideológicas, das direitas e das esquerdas, como em todas as filiações culturais, mais clássicas ou mais modernas, mais nacionalistas ou mais cosmopolitas, se documentariam intervenções orientadas, principal ou acessoriamente, por ganhos políticos, que se servem instrumentalmente da cultura” (Silva, 2005: 86).

Relembro, então, a aproximação proposta por António Firmino da Costa: nas políticas culturais cruzam-se política e poder. Diria mesmo: intersecta-se a sociologia política com a sociologia da cultura. E exige-se uma história social e ideológica dos modelos múltiplos de política cultural e sua incrustação em espaços-tempos concretos. A história do poder, da sua constituição e dos seus usos é, também, a história da invenção da política cultural. Se há pouco referi

a debilidade dos campos culturais e a sua conflitualidade para acentuar esta intersecção, importará também referir que, paradoxalmente, ela será tão mais sentida quanto os campos culturais se autonomizarem e especializarem.

Daí que retome a já referida necessidade de controlos cruzados que a lógica de rede, parceria e partenariado exige, bem como as cada vez mais dinâmicas regulações territoriais. É extremamente significativo que, nas despesas do Estado com a cultura, o investimento das autarquias tenha, em Portugal, suplantado claramente o do Estado central (Neves: 2000). Esta tendência liga-se a uma cada vez maior importância dos aspectos simbólicos e mesmo especificamente culturais na criação de uma determinada imagem regional a que o *marketing* territorial não será alheio, mas reflecte, também, o real impacte dos sectores culturais, contribuindo para colocar no mapa territórios esquecidos (até pelo processo de globalização), marginalizados ou com dificuldades na cada vez maior competitividade inter-regional (Lopes, 2000; Costa, 2004).

Em quinto lugar, outra forma de evitar os usos instrumentais da cultura passa pela incorporação, no núcleo duro das próprias políticas culturais, de um princípio de respostas activas, sistemáticas e concertadas a projectos, propostas e, claro, interesses, de profissionais, de associações, de instituições – públicas e privadas –, de públicos. Que fique claro que não defendo a abdição de uma orientação geral – a tal que permite a superação de um mero somatório de avulsas actividades, transcendência que é o acto iniciático de qualquer política cultural. Mas o princípio – ou mesmo o primado – da resposta activa a solicitações legítimas assenta na prestação de uma missão de serviço público que, outorgando margens de poder a outros actores, se auto-limita. Como refere Madureira Pinto: “A malha de instituições e de cruzamento de instituições que aqui propusemos para a área cultural pode e deve actuar, de facto, na vida social concreta, como uma instância crítica face a todos os poderes estabelecidos, constituindo-se numa espécie de Alta Autoridade Cívica, difusa e omnipresente, que não precise de tomar posse nem de emitir comunicados mais ou menos solenes para cumprir o seu papel de activa guardiã da democracia participativa” (Pinto, 1997: 6).

Em sexto lugar, uma política cultura pública acaba por ter de lidar – ainda que amiúde o faça por omissão – com os estatutos socioprofissionais dos artistas e produtores culturais. Em Portugal, não existe, por exemplo, ao contrário de França, qualquer estatuto do artista ou das profissões intermitentes. Este é, aliás, mais um traço de conexão entre o sistema cultural e o capitalismo tardio. A maior parte dos criadores rege-se pela flexibilidade e polivalência,

o que se traduz na precariedade, intermitência, acumulação de empregos (o artista plástico que é professor liceal; o músico que dá lições particulares...), ou então, nos segmentos mais jovens, numa circulação incessante entre as actividades propriamente artísticas e os ganchos, tachos e biscates (Pais, 2001; Ferreira, Martinho e Nunes, 2001). Esta condição cria espaços e estratégias de liminaridade (Santos, 2001: 10) de consequências ambíguas: por um lado, aumenta a sua dependência face ao Estado (concursos, subsídios, prémios...); por outro, paradoxalmente, contribui para a aceitação de desafios que, vivendo da incerteza e do risco, permitem, também, em particular nos circuitos alternativos menos preocupados com a sua inserção na categoria de valores emergentes, tirar partido das margens que se geram à margem: margens de autonomia, criatividade, originalidade, experimentalismo, produção da novidade e da surpresa (funcionais, no entanto, para um mercado de trabalho segmentado que estimula, desta forma, a concorrência e a produtividade artísticas, ou seja, a criação de valor).

No entanto, com bem refere Pierre-Michel Menger, esta ambivalência só será frutífera se existir alguma multiplicação das protecções procuradas do lado do pólo da segurança, no triângulo habitual de interacção entre empregador, trabalhador e segurador dos direitos sociais, com vista a absorver uma parte significativa das funções protectoras clássicas que prevalecem no contrato de trabalho assalariado a longo prazo (Menger, 2005: 133).

Finalmente, e em sétimo lugar, gostaria de me referir a um princípio sem o qual dificilmente as políticas culturais que aqui defendi poderiam merecer a designação de públicas. Falo, naturalmente, da intervenção privilegiada na esfera pública, conceito que, na abstracção de Habermas, se pauta pela diferenciação face ao mercado e à lógica da mercadoria, já que, se estes a invadirem, perde-se o “reino da liberdade e da continuidade (...), a discussão formaliza-se, posição e contraposição estão de antemão sujeitas a certas regras de apresentação; o consenso na questão torna-se grandemente supérfluo devido ao consenso no procedimento” (Habermas, 1984: 16).

Richard Sennett segue de perto a Teoria Crítica de Habermas, concentrando-se na análise e denúncia da tirania da intimidade, em que a esfera privada se torna o padrão de toda a acção social, numa espécie de obsessão em que tentamos transformar o mundo “num espelho de mim” (Sennett, 1992: 8), um “mercado de auto-revelações” que desagrega o espaço público pela impossibilidade de confronto com os estranhos. Ora, a estranheza é, a meu ver, uma das mais poderosas instituições de criação da diferença para facilitar a comunicação. A linguagem é, precisamente, a objectivação de uma subjec-

tividade que se torna acessível a outrem, pelo seu cariz partilhado. Mas, para além desse conjunto de regras elementares comuns, multiplicam-se os usos, os canais, os códigos, os contextos e quadros de interação. É nessa socialização que a linguagem se torna fonte de equívocos, logo, de descoberta e de alargamento do horizonte de expectativa, para utilizarmos o heurístico conceito de Jauss (1978). O Outro, como refere Will Wright, é uma necessidade linguística que promove a possibilidade de mudanças sociais assentes em processos de aprendizagem de repertórios inéditos (Wright, 1992).

Ora, para se compreender a fundo este princípio de política cultural necessitamos de um conceito outro que não o de esfera pública, pelo menos na aceção de Habermas. Sugiro espaço público, enquanto espaço-tempo concreto, situado na trama histórica e social; espaço produzido e representado, socialmente construído e apreendido, sem perder, no entanto, a sua especificidade e materialidade específicas. Consubstancia-se, assim, uma crítica sugerida por McGuigan a Habermas, ao considerar que a esfera pública, por abstracta e universal, ignora “as suas formas plurais enquadradas em contextos específicos” (McGuigan, 1996; Lopes, 1999). E falo, ainda, de espaço público urbano, seguindo o pressuposto de Isabel Guerra de que ele “é hoje, aliás como outrora, em larga medida, o domínio por excelência da acção colectiva, questionando formas de entender, de concertar interesses e lógicas divergentes e contraditórias” (Guerra, 2000: 38).

Como classificar os espaços públicos? Do desencantamento ao reencantamento

Existe hoje um generalizado desencantamento face às expectativas emancipatórias criadas em torno da esfera pública, em particular quando o referencial se aproxima das propostas abstractas de Habermas (1984). Em boa medida creio que reside aí uma das potenciais fontes de frustração: a dificuldade de concretização a partir dos parâmetros do “agir comunicacional” enquanto fundamento transcendental de uma teoria política. Por outro lado, cai por terra, através da mera observação etnográfica dos novos cenários urbanos, a narrativa multicultural pós-moderna que celebra a diversidade como a quinta-essência do urbano. Outra das dificuldades, no entanto, reenvia-nos para a proliferação de sentidos atribuídos ao conceito, criando um campo conceptual difuso e contaminado.

Tentarei, por isso, apresentar uma tipologia de classificação dos espaços públicos, provisória e sujeita ainda à “arbitragem do real”, mas que possui, assim o creio, algumas características de heurística.

Na verdade, poderemos conceber quatro eixos para dar conta da diversidade dos espaços públicos no capitalismo tardio. O primeiro refere-se aos espaços livres *versus* espaços securitários, militarizados ou blindados. Estes últimos, por estrita definição, fogem já das dimensões constitutivas do espaço público (de livre acesso, físico e simbólico, constituindo nós articuladores para a multifuncionalidade dos territórios, conferindo-lhes urbanidade, espaços comuns de múltiplos usos e diferenciadas fronteiras), mas permitem, por relação, uma melhor compreensão do fenómeno.

Perante o clamor da cidade perigosa e da disseminação dos modos de vida flexíveis e precários, ergue-se o novo panóptico, disseminam-se a videovigilância e os mecanismos de cidadania vigiada. Poderia falar dos condomínios fechados com segurança privada, das novas cidades-jardim privatizadas, como o projecto Haffén City, actualmente em curso em Hamburgo, onde os jardins dos luxuosos apartamentos se dão à “fruição” dos transeuntes por um sistema de pequenas pontes pedonais, o que permite o voyeurismo dos não-proprietários face ao verde exclusivo dos residentes, ou ainda de certa ruas e praças sujeitas ao que Mitchell apelidou de “bubble laws”, um conjunto de dispositivos legais e informais que instaura uma sobreautoridade para legitimar um uso altamente selectivo de tais espaços. Mecanismos de excepção transformam-se, por conseguinte, numa normatividade hegemónica assente na regulação securitária dos espaços “públicos”.

Insínuo, no entanto, um outro eixo, que percorre os espaços públicos desde os mais racionais e planificados aos mais emotivos e imprevisíveis. Situo-me, nesta dimensão, muito perto do confronto dialéctico que Lefèbvre (2000) propõe entre representações do espaço (planificado e construído de acordo com o modo de produção dominante, numa mescla de conhecimento técnico-científico e de ideologia) e espaços de representação (representações e práticas vividas). Ora, se o apogeu dos primeiros se encontra indissociavelmente ligado a um certo logocentrismo modernista, os segundos constituem-se no e pelo movimento, através de tácticas e de ocasiões (seguindo a terminologia de Michel de Certeau, 1990), usos e apropriações que exercitam um conhecimento propriamente prático, logo corporal e sensorial, sobre o mundo e as suas coordenadas.

De igual modo podemos falar de espaços públicos virtuais e de espaços reais e concretos. Imediatamente associamos os primeiros à fantasmagoria do espaço, isto é, à dissociação entre espaço e lugar, de que nos fala Giddens, e que se traduz na cada vez maior intensidade das relações sociais à distância. Podemos pensar na internet e nas comunidades virtuais mas também

nas cidades-fantasia, nos parques temáticos e nos centros comerciais onde a arquitectura pós-moderna do neobarroco, do pastiche, da citação, do ecletismo e do ornamento (é célebre a frase de Robert Venturi: “Less is bore”...) procura a popularidade e a comunicabilidade imediatas.

Os espaços públicos concretos, por seu lado, radicam na ordem da interacção e da sociabilidade de proximidade, isto é, das relações sociais face a face, ainda que exista uma certa distância entre a desatenção civil de que fala Goffman (muito próxima da atitude *blasé* analisada por Simmel) e o contacto corpo a corpo de encurtamento da distância social.

Finalmente, proponho o *continuum* entre espaços públicos centrais e espaços públicos periféricos. Os primeiros tendem a associar-se aos lugares urbanos de concentração do poder (económico, político, social, cultural e simbólico), de forte visibilidade e normalmente fundadores da imagem hegemónica de cidade. Em muitos casos, estaremos na presença de uma forte carga patrimonial, oficialmente classificada, resultado, em boa medida, do movimento de preservação, recuperação da memória e de restauração historicizante e patrimonializadora dos centros urbanos (velhos e/ou novos). Os espaços públicos periféricos, por seu lado, tendem a escapar às fachadas e à visibilidade, fluindo na vida quotidiana como lugares intersticiais, negociados e experimentados muitas vezes de forma agonística, imbricados na estruturação de novas subjectividades e encontros, radicados no princípio da não-indiferença à diferença.

A hipótese que desenvolveremos ao longo deste é a de que os espaços públicos livres, imprevistos, concretos e periféricos poderão sustentar um reencantamento da vida urbana. Lembremo-nos de como Weber termina melancolicamente a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, associando esse desencantamento (e sublinho desencantamento em vez de desencanto, porque, tal como o reencantamento, constituem processos e não situações estáticas, requerendo durabilidade e dialéctica) à secularização, à burocratização, à rotinização do carisma, à impessoalidade (Weber, 1985). Trata-se de defender, como o faz Sophie Watson, que “a especificidade e contingência da diferença tal como é vivida em particulares configurações sócio-espaciais tem de ser central na análise urbana” numa lógica de serendipidade, isto é, de encontrar aquilo ou aquele de que não se estava à espera: “sentarmo-nos, vermos, conversarmos em espaços que até podem ser planeados, desenhados e monumentais, mas que amiúde são escassamente visíveis ao olhar desatento, nas margens do espaço planeado ou mesmo imaginado” (Watson, 2006: 3).

É desses espaços que falarei em próximos trabalhos ancorados na pesquisa etnográfica comparada entre a cidade de São Paulo e a cidade do Porto.

Espaços “selvagens”

Concebo, pois, o espaço público como distémico e não proxémico, seguindo a distinção operada por Barry Greenbie (*apud* Wallin, 1998: 10-101). O espaço proxémico remete para a proximidade local e para a tribalização crescente das sociedades urbanas que, apesar da visão otimista que se possa ter a seu respeito (local de efervescência, socialização, consciência colectiva), propiciam uma lógica endogâmica pouco propícia a cruzamentos impuros. Ora, os espaços distémicos são por tendência cosmopolitas – autênticas comunidades de estranhos como, na exemplificação de Sennett, os grandes parques urbanos, as ruas, os cafés, os teatros, as salas de ópera. Tenho, é certo, dificuldade em aceitar estes últimos (cafés, teatros, salas de espectáculo) como espaços públicos, já que exigem direitos de entrada e se traduzem por graus desiguais de acesso com fortes implicações simbólicas,⁷ mas é poderosa a sugestão de Sennett.

A tribalização das sociedades urbanas pode, na verdade, alimentar o enfraquecimento do pensamento e do conhecimento selvagens – aqueles que se transmitem nos espaços públicos distémicos: espaços de representação e apresentação, como sempre foram os espaços públicos. Ora, esta questão conduz-nos directamente às políticas urbanas. É hoje fortíssima a tendência – e não faltarão, de imediato, exemplos muito concretos nas nossas mentes – para criar pseudo-espaços-públicos, como os centros comerciais (onde funciona a lógica do panóptico, através da vigilância electrónica, dos seguranças privados...), espécie de arquitectura pastiche ou urbanismo de ficção, objecto visual simplificado, controlado e despolitizado onde o Outro é servido em doses de mim próprio com roupa diferente (Wallin, 1998).

Olhemos à nossa volta e verifiquemos como a reconfiguração do espaço público através das grandes operações urbanísticas, associadas à chamada regeneração ou requalificação urbanas, reflecte o esquema subjacente aos centros comerciais. Na ansiedade face ao estranho, estimula-se o conforto das repetições etnocêntricas, tão patente em certo mobiliário urbano, bem como a tendência para as chamadas praças secas, onde se estimula a passagem, quando muito a mirada repentina de estilos de vida distintos (que, assim, se

⁷ São, na verdade, espaços semi-públicos.

tornam enclaves mais ou menos exóticos), mas não recantos de paragem ou sociabilidade.

Cesare Pavese falava da necessidade de “atravessar a rua para sair de casa”. Mas as tentativas de “salvar” (?) o espaço público encaixam na *gentrificação* ou filtragem social dos espaços, através da sua conversão “em elemento especializado, um «equipamento mais» da cidade que, amiúde, inclui espaços segregados e monofuncionais, um espaço para crianças, outro para cães, outro para estacionar, outro «monumental», etc. O espaço público perde assim as suas funções fundadoras das quais derivam todas as suas potencialidades: dar forma e sentido ao conjunto da cidade, garantir trajectos e elementos de continuidade e ressaltar as diferenças (...)” (Borja e Muxí, 2003: 81).

Esta debilidade das formas de pensar, construir e fazer cidade traduz-se, por exemplo, no modelo de cidade genérica do arquitecto R. Koolhaas,⁸ cidade sem história, sem traços distintivos, sem identidade, sem o que ele apelida de “escravidão do centro”, cidade altamente programada para o automóvel e onde a rua já não é a saída de casa, porque não há zonas de transição.

O espaço público distémico, bem ao contrário, requer elementos de referência, marcos, multifuncionalidade e diversidade de acesso e de usos. Surge, por isso, cada vez mais, como um direito⁹ na base de múltiplos movimentos sociais e um *locus* de agudo conflito, apesar das tentativas para a sua higienização e neutralização. Daí que Sennett defenda, a contracorrente das tendências securitárias que têm medo do espaço público como lugar de insegurança, uma arena de discussão e tagarelice, verdadeiro obstáculo à mobilidade do transeunte indiferente (daí a importância dos recantos, dos pormenores, do mobiliário urbano) que promova a “conversa no meio da desordem” e a mistura de funções. O discurso público requer, pois, um bom uso da desordem num contexto de contradições, de quebra das hierarquias, de complexidade das relações, de conflito e de valorização da dignidade do outro na aceitação desse conflito. Como diz Sennett, a sensibilidade ao outro está muito para além do utilitarismo e da tendência da planificação urbana em racionalizar os espaços, esquecendo as margens. Ora, é na liminaridade

⁸ Arquitecto e urbanista que, paradoxalmente, constrói edifícios tão emblemáticos – a Casa da Música do Porto é um excelente exemplo – que se transformam em autênticos ícones que marcam e intensificam as passagens e épocas históricas.

⁹ O direito à cidade constitui, nas palavras de Vítor Matias Ferreira (2000: 15), “o pressuposto cultural da urbanidade”.

e nos espaços de fronteira que se gera o interconhecimento (Sennett, 1991: 33-34).

Igualmente contra a neutralização do espaço público, François Maspéro defende a dimensão esquecida:

O que falta não são nem os bancos, nem as árvores, nem os relvados (...) o que falta é outra coisa bem mais grave: desde o início, aqueles que o desenharam, esqueceram, suprimiram, decididamente, uma dimensão. Planos verticais: as barras. Planos horizontais: o solo. Mas onde está terceira dimensão? O que existe por detrás de tudo isto? Jamais a profundidade. Onde estão os pátios, os recantos, a pequena loja no seu rebaixo de sombra, a água-furtada de céu onde se vêem passar as nuvens e a cauda do gato da porteira, a esplanada preguiçosa do café e o seu estore que nimba os consumidores de luminosidade alaranjada? Cidades cegas.

(François Maspéro *apud* Joseph, 1991: 25).

Cidades cegas, as que esquecem “que a visão se faz e se toma no meio das coisas, lá onde alguém visível se põe a ver” (*ibid*: 26); cidades que esquecem a “reversibilidade das dimensões”: ver entre as coisas para ser visto; não esquecer que as coisas nos vêem e que o nosso corpo – a experiência corporal encontra aí a sua matriz – é visto e visível; cidades que se dividem entre o medo da vida de rua e o “desejo superficial por um passado ficcional” (Çelik, Favro e Ingersoll, 1994: 7).

As políticas culturais públicas de criação e animação de um espaço público distémico contribuem, decisivamente, para a diversidade semiótica da cidade (Fernandes, 1992) e para uma imagem clara, distinta e distintiva, favorecendo a legibilidade e a imaginabilidade dos espaços (Lynch, 1990) e facilitando, por conseguinte, as representações sociais dos urbanitas face à cidade, já que, segundo estudos recentes, “existe (...) uma elevada componente de «abstracção», uma dificuldade na representação social dos cidadãos face à cidade”, o que “dificulta a clarificação de representações sociais mais claras e abrangentes”, recordando-nos como é difícil “o exercício de uma cidadania mais activa, quando estamos em presença de quotidianos muitas vezes semi-urbanos”, em territórios em que “as próprias pessoas nem sabem o que é que lhes falta para virem a ser cidades completas” (Seixas, 2000: 63).

Chego, então, à ocasião de dizer que os usos do espaço público fazem parte das competências do cidadão e que a participação cultural que nele se pode desenrolar (Pinto, 1994) é uma condição da cidadania global e múltipla. Não é por acaso que participação provém do latim *participatio* – partilha ou acção

de partilhar, o que nos remete para um quadro de responsabilidade e exigência éticas. Simultaneamente, cidade e cidadania provêm, ambas, da expressão latina *civitas* ou “condição de cidadão”, aquele que habita num território cuja definição não é burocrática ou administrativa, mas sim política. Sennett reitera que “a sociedade civil não é apenas aquela que resiste ao poder, mas a que inscreve o poder na ordem do discurso”, possibilidade aberta no e pelo espaço público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORJA, Jordi; Muxí Zaida (2003), *El espacio público. Ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa.
- ÇELIK, Zeynep; Favro, Diane; Ingersoll, Richard (eds.) (1994), *Streets. Critical Perspectives on Public Space*. Berkeley: University of California Press.
- CERTEAU, Michel de (1990), *L'invention du quotidien - 1. Arts de faire*. Paris: Gallimard.
- COSTA, António Firmino da (1997), "Políticas culturais: conceitos e perspectivas", *OBS*, 2.
- COSTA, Pedro (2004), "Centros e margens: produção e práticas culturais na Área Metropolitana de Lisboa", *Análise Social*, 154.
- FERNANDES, António Teixeira (1992), "Espaço social e suas representações". *Sociologia*, nº 2.
- FERREIRA, Vítor Matias Ferreira (2000), "Cidade e democracia - ambiente, património e espaço público", *Cidades, Comunidades e Territórios*, 1.
- FERREIRA, Vítor Sérgio; Martinho Teresa; Nunes, João Sedas (2001), "O mundo da «arte jovem»: protagonistas, lugares e lógicas de acção", *OBS*, 10.
- GUERRA, Isabel (2000), "O planeamento estratégico das cidades. Organização do espaço e acção colectiva", *Cidades, Comunidades e Territórios*, 1.
- HABERMAS, Jurgen (1984), *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- JAUSS, Hans Robert (1978), *Pour une esthétique de la réception*. Paris : Gallimard.
- JOSEPH, Isaac (1991), "Voir, exposer, observer", in AA.VV., *L'espace du public. Les compétences du citoyen*. Paris: Éditions Recherches.
- LEFÈBVRE, Henri (2000), *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- LOPES, João Teixeira (1999), "O estranho próximo de nós", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54.
- LOPES, João Teixeira (2000), "Em busca de um lugar no mapa - reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34.
- LOPES, João Teixeira (2003), *Escola, território e políticas culturais*. Porto: Campo das Letras.
- LYNCH, Kevin (1990), *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- MCGUIGAN, Jim (1996), *Culture and the public sphere*. Londres: Routledge.
- MELO, Alexandre (1997), "Equívocos e complexidade na definição de políticas culturais", *OBS*, 2.
- MENGER, Pierre-Michel (2005), *Retrato do artista enquanto trabalhador. Metamorfoses do capitalismo*. Lisboa: Roma Editora.

- NEVES, José Soares (2000), *Despesas dos municípios com cultura*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar.
- PINTO, José Madureira (1994), “Uma reflexão sobre políticas culturais”, in AA.VV., *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- PINTO, José Madureira (1997), “Democratização e desenvolvimento cultural sustentado: o papel do Estado”, *OBS*, 1.
- PLANCHON, Robert (1981), *Le Monde*, 24 de Setembro.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (2001), “O Observatório das Actividades Culturais – 5 anos de existência”, *OBS*, 10.
- SEIXAS, João (2000), “A cidade não governada. Motivações públicas e governação urbana”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 1.
- SENNETT, Richard (1991), “La conscience de l’oeil”, in AA.VV., *L’espace du public. Les compétences du citoyen*. Paris: Éditions Recherches.
- SENNETT, Richard (1992), *The Fall of the Public Man*. New York: Norton.
- SERPA, Luís Serpa (2005), “Sobre o sistema de mercado de arte em Portugal e seus agentes”, *OBS*, 14.
- SILVA, Augusto Santos (2005), “Como financia o Estado as actividades culturais?”, *OBS*, 14.
- UREALINO, Philippe (1996), *L’invention de la politique culturelle*. Paris: La Documentation Française.
- WALLIN, Luke (1998), “The Stranger in the Green”, in Light, Andrew; Smith, Jonathan M. (orgs.), *The production of public space*. Boston: Rowman e Littlefield.
- WATSON, Sophie (2006), *City publics. The (dis)enchantments of urban encounters*. Londres: Routledge.
- WEBER, Max (1985), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Presença.
- WRIGHT, Will (1992), *Wild knowledge: Science, language and social life in a fragile environment*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

13. ESPAÇOS PÚBLICOS NA PÓS-MODERNIDADE

Rogério Proença Leite

A despeito da diversidade com que a categoria espaço público tem sido abordada pela teoria social contemporânea, o termo quase sempre contém adjetivações restritivas. Quem melhor sintetizou esse aspecto foi Ted Kilian (1998) ao afirmar que as reflexões sobre o espaço público mais parecem uma “Literature of loss”. Um dos mais agudos aspectos desse debate tem sido a discutida e discutível afirmação sobre a morte do espaço público no contexto das megacidades da contemporaneidade, cuja pioneira análise deve-se a Richard Sennett (1976), com o seu livro *The fall of public man*. É bem verdade que bem antes de Sennett, em 1889, Camilo Sitte já advertia sobre as restrições que a modernidade arquitetônica funcional do *Ringstrasse* imporia aos “lugares públicos” de Viena. A crítica de Sitte (1992) pode assim ser considerada um prenúncio da discussão contemporânea sobre a crise da cultura pública e do ostracismo do homem público.

A inflexão – por assim dizer – pessimista acerca das possibilidades emancipatórias da vida pública contemporânea de Sennett foi um golpe fatal nas clássicas abordagens sobre a dimensão pública da liberdade política, a exemplo das reflexões sobre vida activa de Hannah Arendt, em seu *The Human Condition*, de 1958. Embora Sennett criticasse o excesso de intimidade que tiranizava os espaços urbanos contemporâneos e formava o que chamou de “comunidades destrutivas”, ele não vislumbrava claramente possibilidades de alteração desse quadro adverso à vida pública. Embora incrédula, a abordagem de Sennett foi um insight criativo para se entender as novas formas de sociabilidades públicas que estariam por vir décadas depois, com a emergência de novos espaços identitários (guetos, tribos urbanas, lugares) e das esferas virtuais de comunicabilidades políticas.

A crítica de Sennett abriu um rasgo no debate até então em vigor na sociologia urbana e no urbanismo, justo em um momento que se iniciavam as discussões acerca da emergência de uma condição pós-moderna, cujas ressonâncias atingiriam em cheio o debate sobre a (des) construção social do espaço público. Apenas três anos depois da publicação de Sennett, Jean-Francois Lyotard (1979) publica *La Condition Postmoderne*, livro que se tornaria um marco para o debate pós-moderno. Uma década depois, David Harvey

(1989) publica *The Condition of Postmodernity* e crava a discussão sobre o esvaziamento dos espaços públicos, retomando com novos contornos analíticos o termo *gentrification*, usado pela primeira vez pela socióloga britânica Ruth Glass (1964), em *London: aspects of change*. Um conjunto dissonante de autores fecha o que poderíamos chamar de primeiro ciclo de abordagens sobre a pulverização dos espaços públicos: Castells (1996) com sua trilogia *The rise of the network society*; e Fredric Jameson, em 1991, com o seu *Postmodernism, or, The cultural logic of late capitalism*. Desse ponto em diante, pululam textos e abordagens sobre o tema em seus mais variados aspectos, a exemplo das reflexões igualmente centrais de Anthony Giddens, Mike Featherstone, Scott Lash, Zygmunt Bauman, Sharon Zukin, Neil Smith, Stuart Hall, Homi Bhabha e Appadurai, entre outros.

Cesso aqui a enorme lista que poderia se avolumar em demasia. Não objetiva esse artigo traçar uma genealogia do conceito, e muito menos dar conta da amplitude bibliográfica do debate, que muito se avultou nas últimas duas décadas. Pretende-se aqui tão somente discutir o pano de fundo teórico sobre o qual repousa a concepção de um suposto colapso do espaço público, que deslocou o conceito para uma espécie de encruzilhada analítica ao se afirmar a impossibilidade ou o comprometimento de uma vida pública na contemporaneidade em decorrência da fragmentação da cultura e do descentramento dos sujeitos.

Gostaria de poder defender que essa encruzilhada do debate pós-moderno, que implodiu uma teleologia da história tradicionalmente enraizada no pensamento social e que rejeitou sua correspondente filosofia do sujeito, ao contrário do que poderia sugerir numa primeira impressão não inviabilizou a categoria espaço público, mas a lançou em outras bases compreensivas. Mais do que isso: possibilitou sua reconstrução conceitual, em parâmetros menos ortodoxos e mais afeitos a interpretações multifacetadas. É nessa direção que proponho aqui senão um novo léxico ao menos uma reformulação terminológica para que se possa fazer uma compreensão descentrada dos espaços públicos contemporâneos.

Encruzilhada e morte do espaço público

Vagando propositalmente por fora de boa parte das polêmicas que constituem o campo discursivo da chamada crise da modernidade e do advento do seu incômodo par (não necessariamente oposto, mas complementar) chamado de pós-modernidade, ressalto aqui apenas uma das possíveis inflexões possíveis de serem feitas para entender o impacto dessas abordagens sobre a

noção de espaço público. A que me parece ter relevante valor heurístico para a discussão sobre a natureza contemporânea dos espaços públicos é a superação das metanarrativas teóricas no contexto de crise do Estado-nação e a rejeição a uma filosofia do sujeito, com o seu conseqüente descentramento.

Aparentemente, a crítica pós-estruturalista à autocentralidade de um sujeito humanista universal – base das metanarrativas que deram sustentação política e simbólica aos modernos Estados-nações – pode ser compreendida, à primeira vista, como um obstáculo à formação dos espaços públicos, entendidos como instâncias cívicas conciliatórias da diferença. Refiro-me aqui, sobretudo, ao centro do debate pós-estruturalista derivado da releitura de Nietzsche feita por Heidegger e Derrida que enfatizaram o caráter discursivo da construção do eu, em detrimento das interpretações absolutizantes que tendiam a certos universalismos que negavam a validade do outro (Smart, 2002; Peters, 2000).

Essa historicização das ontologias do sujeito é central para entendermos a crítica às metanarrativas que fundaram e legitimaram boa parte dos modernos Estados-nações precisamente porque questiona as formulações das identidades nacionais essencializadas politicamente, que derivaram dos Estados-nações no contexto da modernidade. Ao desconstruir qualquer concepção de uma história linear, através da contextualização cultural radical da formação do sujeito, o pós-estruturalismo aprofunda a crítica democrática que o debate sobre as identidades contemporâneas reclama. A meu ver, é precisamente essa desconstrução do sujeito e o seu descentramento das esferas de uma razão moderna e iluminista que aproxima a crítica pós-estruturalista da teoria pós-moderna: ambas estão focadas mais na reavaliação desse sujeito universal do que na decretação da sua morte. Por vezes a crítica radical de ambas as perspectivas possa passar a falsa impressão de uma completa negação da existência de sujeitos, mas creio ser mais plausível pensar que o foco principal é, como sugere Michael Peters (2000), o “reposicionamento” desse sujeito, face à complexidade dos processos contemporâneos formadores de identidades.

Para além de uma visão apocalíptica de morte do sujeito, caberia antes falarmos em sua constante fragmentação, ainda que esse termo seja igualmente caro ao debate pós-moderno por ter passado também a idéia de uma descontinuidade que incapacitaria pensarmos na formação ações políticas coletivas. Mas, ao contrário, a tese do descentramento do sujeito-eu-universal favorece o entendimento do sujeito-outro-particular, obscurecido como foi pelas concepções liberais da modernidade. Em que pese o papel incontestante do moderno Estado-nação em produzir consensos (Smith, 1986), a

concepção moderna do outro teve repercussões pouco tolerantes para com o estranho, quando comparada à perspectiva pós-moderna. Bauman (1998) esclarece que predominou na concepção moderna ora uma concepção antropofágica do outro (que o devorava para minimizar as diferenças, anulando-as), ora predominava uma concepção antropeômica (na qual se vomitava o estranho, banindo-o para fora). O que a primeira tem de tentativa de assimilação, a segunda tem de intenção de depuração. Esse paradoxo da modernidade, oscilante entre a absorção e a rejeição ao estranho, causou danos irreversíveis às minorias éticas e culturais na maioria dos processos de formação dos modernos Estados-nações.

A noção de “comunidade imaginada” foi, como esclarece Benedict Anderson (1991), um sistema abstrato de identidade que necessitou de fortes referentes culturais para sua legitimação. A idéia de pertencimento (*nationness*) precisava ser construída mediante a reafirmação dos sentidos políticos dos lugares da nação (Schechner, 1993). A sintonia entre práticas sociais e Estado-nação pode ser compreendida pela dimensão associativa que a idéia de nacionalidade retém e que se torna parte fundamental da identificação que os indivíduos mantêm entre si e com o Estado, na legitimação do ideal de pertencimento à nação. Embora com processos distintos, como ressalta Habermas (1995), Estado e nação tiveram percursos históricos convergentes, que resultaram na formação de uma *staatsnation*, em cujo interior foram afirmadas tanto a dimensão cultural de uma nacionalidade comum (nação) como também a expressão propriamente política desse pertencimento (Estado). Mas sabe-se igualmente que os processos políticos que deram sustentação às identidades nacionais muitas vezes resultaram na sobreposição de culturas minoritárias que historicamente foram eclipsadas de modo violento (Giddens, 1985) em favor de uma suposta cultura nacional capaz de promover uma coesão normativa e culturalmente legitimada.

Não há dúvidas que, neste exato ponto, a crítica radical da teoria pós-moderna põe em cheque um dos pilares políticos da modernidade: a concepção de uma centralidade que muitas vezes antecedia a existência dos sujeitos, dando-lhes âncora e esteio em meio às transformações da própria modernidade. A questão que se coloca nesse ponto, e que aqui nos interessa mais de perto, é em que medida essa radical constatação de uma realidade descentrada e fragmentada aniquilaria as possibilidades de uma vida pública comum, em espaços públicos compartilhados. Sim, porque o esgarçamento das tensões identitárias comuns à vida contemporânea poderia, neste caso, comprometer experiências compartilhadas ao ponto de termos que dar razão

a Sennett, quando este mencionara a tendência à formação excessiva de comunidades urbanas com forte recusa ao estranho. Em outros termos, seria o mesmo que admitir que a condição pós-moderna não aniquilou o sujeito (ao contrário, o reconheceu múltiplo), mas arruinou o espaço público na medida em que uma dispersão excessiva de interesses pessoais e identitários, dissonantes e às vezes irreconciliáveis poderiam inviabilizar a coexistência desses diferentes na vida pública cotidiana.

A noção de *différance*, desenvolvida por Derrida e adotada por inúmeros autores pós-estruturalistas e pós-colonialistas (Costa, 2006), representa a máxima dessa dispersão de sentidos atribuídos aos processos identitários. Essa noção consolida a crítica radical à ontologia do sujeito na medida em que rejeita concepções preexistentes de identidades: os sujeitos e suas identidades são construídos na prática discursiva e nos atos interativos. Essa concepção, explícita na noção de *différance*, foi basilar para as análises pós-colonialistas de Stuart Hall (1995; 2006) e Homi Bhabha (1998). Para Hall, o “descentramento do sujeito moderno” resultou do processo de fragmentação dos lastros nacionais que demarcavam as identidades no contexto moderno. Outras formas de representações pessoal e identitárias surgem, deslocando o eixo de referência dos sujeitos para formas mais nucleares de significações partilhadas, a exemplo das subculturas urbanas e seus lugares, que formam as “comunidades reflexivas” a que se refere Scott Lash (1997). De modo semelhante replicava Bhabha ao comentar acerca do surgimento de espaços fragmentados e liminares de significação que instalara na nação o que chamou de entre-lugar: dissensões que estariam transformando a nação em *disseminação*, mediante contra-narrativas que a rasuravam.

Nesse ponto do debate, pode-se indagar, não sem razão, para onde vão os necessários parâmetros de segurança ontológica (Giddens, 1991) nesse complexo processo de diferenciação social. É Zygmunt Bauman quem sintetiza essa dimensão ao afirmar que “o mundo pós-moderno está-se preparando para a vida sob uma condição de incerteza que é permanente e irreduzível” (1998:32). Essa foi também uma das inquietações que fundamentou a crítica de Habermas ao diagnóstico aparentemente caótico da teoria pós-moderna. Como se sabe, Habermas tem em seu projeto analítico a preocupação central de estabelecer as bases normativas de um consenso comunicativo que, superando as aporias de uma filosofia do sujeito e de sua razão cognitiva-instrumental, seja capaz de propiciar um entendimento recíproco sobre o estar no mundo (Habermas, 2000). Habermas igualmente rechaça a razão centrada no sujeito (o que o aproxima do pós-estruturalismo, embora ele próprio prefira

o termo neo-estruturalismo), mas reforça a necessidade de uma ordem legal e normativa que tenha domínio sobre a disseminação de interesses culturais díspares. A solução habermasiana é politicamente correta, já que aposta no que chamou de “patriotismo da constituição” para designar um tipo de lealdade normativa a um estado democrático capaz de estar acima das diferenças culturais, assegurando a convivência dos diferentes. Mas, de outro modo, a saída habermasiana do problema não o resolve: o modelo mitigado de um Estado-nação moderno e democrático não garante que subgrupos culturais não pretendam querer tornar hegemônicas suas próprias reivindicações e interesses, interpretando-as como válidas para todos os outros. Assim, parece permanecer válida a inquietude da crítica pós-moderna que insiste em reafirmar a indissociabilidade entre Estado-nação e intolerância.

Neste ponto, chegamos ao centro do que poderíamos considerar a encruzilhada pós-moderna dos espaços públicos. Ao fazer avançar a crítica às metanarrativas que davam sustentação aos Estados-nações, a abordagem pós-estruturalista e suas interfaces com a teoria pós-moderna aprofundam a crítica à ontologia do sujeito, mas o foco ajustado na dispersão incomensurável da *différance* – base para as interpretações sobre cultura urbana contemporânea – cria a sensação de uma fragmentação exasperada que tornaria a convivência nos espaços públicos marcada possivelmente pela formação de guetos, tribos e castas, cada um a demarcar seu espaço e incrustar-se em seu respectivos lugares. Some-se a isso a relativa perda de importância dos espaços públicos urbanos tradicionais (praças, ruas, parques, galerias) para os emergentes espaços virtuais de comunicabilidade em rede (chats, blogs, reality shows, TVs interativas); acrescidos dos processos contemporâneos de higienização estética dos espaços urbanos históricos (gentrificação, disneyficação, patrimonialização) e a crescente proliferação de espaços fechados de moradia, consumo e lazer (condomínios fechados, shopping malls, parques temáticos) e temos em todos esses processos uma visível atitude defensiva em relação ao outro, ao estranho. A recusa às amarras da segurança ontológica compartilhada na condição pós-moderna parece confirmar, à primeira vista, um inevitável obituário para os espaços públicos urbanos nas cidades contemporâneas.

A cultura urbana na cidade contemporânea

É quase direta a relação entre a chamada condição pós-moderna e a vida urbana contemporânea. Em muitos aspectos, essas duas realidades se entrecruzam e se reafirmam mutuamente. A propósito dos estilos de vida nas

megacidades, Félix Guattari afirma que “o ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado” (1992:169). Penso que Guattari deseja sublinhar com essa afirmação a existência de um nomadismo que permeia a formação das subjetividades cotidianas, alheias a pontos fixos de referência. Talvez seja incorreto generalizar tal descompasso entre indivíduo e lugar, sobretudo quando pensamos nas diferentes escalas que hierarquizam o grau de inserção das cidades nos contextos mundiais dos fluxos de signos, pessoas e capital. De igual forma, não podemos ignorar os diferentes níveis de ressonância cultural advindos dos processos de desterritorialização que atingem as diferentes cidades no mundo. Mas, é possível objetar favoravelmente a essa assertiva, que a despeito desses desníveis e assimetrias, cada vez mais diferentes cidades de escalas variadas vão-se interligando pelo o que Castells (1999) chamou de “espaços de fluxos” da sociedade em rede. A emergência desses espaços tem acentuado a des-localização das práticas sociais de certas configurações espaço-temporais concretas. Sobre esse aspecto ressalta Saskia Sassen (2004) que a mundialização da economia tem criado uma espécie de especialização funcional nas diferentes cidades, a partir do modo como se inserem na economia global.

A desterritorialização urbana e estética a que se refere Guattari reconhece o sentido predominantemente desordenado da cultura urbana contemporânea. O grau acentuado de dispersão de significados atribuídos aos espaços e a multiplicidade de estilos de vida tornam voláteis as referências socioculturais que caracterizaram a vida moderna e as práticas de consumo de massa na sociedade industrial: hábitos e estilos definidores de fronteiras claras entre pessoas, classes e grupos sociais. A transversalidade de sentidos passa a ser a marca do que Featherstone (1997) apontou como o “desmanche da cultura” na pós-modernidade. Uma das características centrais dessa cultura urbana é justamente a superação dos antigos lastros locais que informavam vínculos e davam sustentação aos processos constitutivos das identidades. É essa a idéia de desencaixe desenvolvida por Giddens para designar as práticas sociais que se processam sem as referências locais de tempo-espaço: “Por desencaixe me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (1991:29).

A transversalidade da cultura urbana contemporânea e sua conseqüente perda de rigidez de suas fronteiras podem ser consideradas reflexo prático dos amplos processos de descentramento do sujeito e pode ser observada de diferentes maneiras na vida pública cotidiana. A nova experiência urbana na

pós-modernidade pode ser analisada como a expressão radicalizada da idéia de Simmel (1995) sobre o crescente individualismo da vida moderna. A visão moderna do indivíduo isolado em meio à multidão, cuja única maneira de auto-conservação era a atitude blasé, já não encontra ressonância no contexto contemporâneo. De igual modo, o flâneur de Walter Benjamin (1997) já não sobrevive com seu andar a esmo, numa sociedade marcadamente violenta por códigos territoriais altamente segregacionistas. É bem verdade que outro tipo de “vadiagem” ressurge, seja na forma do flâneur virtual (Featherstone, 1995) ou do turista errante (Bauman, 1998), embora este último percorra, como destaca Guattari (1992), ambientes muitas vezes conhecidos e repetitivos em padrões culturais que amenizam o estranhamento: aeroportos semelhantes, Shopping centers parecidos, hotéis de uma mesma rede internacional que apresentam o mesmo padrão decorativo, numa típica formação daquilo que Marc Augé (1994) denominou de “não-lugar”. Contudo, na inserção pós-moderna da cultura urbana, a experiência social mais cotidiana e essencial da sociabilidade pública está alastrada e fragmentada em um espaço urbano que parece estilhaçado pelas dissonantes reivindicações da diferença, numa franca demarcação/transposição de fronteiras que instigam o que Arantes (2000) denominou de “guerra dos lugares”.

De outro modo, a cultura urbana contemporânea tem a marca indelével da sociedade de consumo: seja pela saturação das imagens e apelos estético-visuais (Jameson, 1997), seja pela excessiva distinção dos bens de consumo que reafirmam a diferenciação e rompem hierarquias simbólicas, antes claramente demarcadas (Harvey, 1992) ou ainda pela apropriação da mídia eletrônica da cultura de consumo em massa ao estilo da pop art (Featherstone, 1995). A preponderância do simulacro, a exaltação do pastiche, a valorização do kitsch, a imitação do real mais fidedigna do que o próprio real, como ressalta Baudrillard (1984), reforçam o caráter momentâneo e superficial da inserção efêmera dos cidadãos-consumidores (Canclini, 1996). As construções das paisagens urbanas na “cidade pós-moderna” são retroalimentadas por esses amplos processos de ressignificação da cultura, em bases nos padrões da cultura de consumo. Sobre esse aspecto, Carlos Fortuna (2002) ressalta o caráter “colonizador” dos espaços públicos pelos amplos processos de estetização da cultura, mediante a sujeição do planejamento urbano à lógica do mercado. Um dos resultados mais significativos dessa inflexão mercadológica sobre os projetos urbanísticos e nas políticas de patrimonialização – que recaem sobremaneira na constituição da cultura urbana e da

vida pública contemporânea – são os chamados processos de gentrification (enobrecimento ou nobilitação).

O termo gentrification, com todas as suas conhecidas imprecisões (Rubino, 2003), tem sido utilizado, grosso modo, para designar amplos processos de intervenção urbana em áreas centrais das cidades ou em sítios históricos considerados “degradados”, com vista à requalificação/revitalização, com a sua intensa transformação em espaços de consumo e lazer (Zukin, 1995; Smith, 1996). Os processos de gentrification têm despertado interesse em diferentes áreas do conhecimento e a lista de trabalhos publicados em todo o mundo se avoluma em escala crescente (Less, 2008). Como já tive a oportunidade de discutir em trabalhos anteriores (Leite, 2002; 2005; 2006), essas práticas têm causado expressiva assimetria de usos e acessos, sobretudo porque a forte inflexão mercadológica tem contribuído para acentuar formas explícitas de exclusão sócio-espacial. Em contrapartida, tem sido comum verificar nestes espaços enobrecidos a proliferação de mecanismos cotidianos de reapropriações do espaço, por parte dos não participantes desses processos, na forma de *contra-usos* (Leite, 2007). O caráter eminentemente invasivo com que é operada a intervenção nestes sítios urbanos, privilegiando um tipo específico de usuário de média e alta renda, tem gerado situações de conflito, materializado numa disputa por espaços e pela emergência de fronteiras simbólicas mediadas por esse afrontamento e subversão deliberada – porém não necessariamente organizada – dos usos não-esperados na forma de *contra-usos*. Essas assimetrias que demarcam o que sugeri serem as “margens do dissenso” (Leite, 2006-b), tornam tensa a convivência entre as disparidades que rondam essas cidades espetacularizadas. Apenas para ficar num exemplo de alta visibilidade, a cidade de Nova York convive, lado a lado com os emblemáticos processos de gentrification do Soho e do Times Square (Zukin, 2000) com uma dura realidade formada por periferias subdesenvolvidas como o Harlem e o Bronx, sem falar nos *homeless* que povoam parques públicos que, na estimativa de Guattari (1992), já chegariam a mais de 300 mil.

Pelas suas características estéticas e funcionais (forte apelo visual, reinterpretações justapostas de estilos arquitetônicos, ênfase na monumentalidade e perspectiva mercadológica no trato do patrimônio histórico), os processos de gentrification podem ser considerados expressões pós-modernas da arquitetura e do planejamento urbano. Muitas das características da cultura urbana contemporânea decantam nesses espaços enobrecidos, a exemplo dos processos de destradicionalização do patrimônio (Fortuna, 1997), a espetacularização da cultura e sua inserção na cultura de consumo (Featherstone,

1995), a fragmentação do espaço em diferentes lugares (Leite, 2007) ou nos “territórios de subjetivação” (Guattari, 1985) que aparam a formação de identidades díspares e dispersas. Outro aspecto que torna o enobrecimento urbano ainda mais emblemático para a discussão aqui proposta é a forma com que esses projetos lidam e definem o espaço público.

O volume de estudos de casos sobre as diferentes experiências de enobrecimento no Brasil e em Portugal (Pinho, 1997; Scocuglia, 2004; Ferreira, 2005; Rubino, 2005; Botelho, 2006; Peixoto, 2006; Tamaso, 2007; Bezerra, 2008) já permitem afirmar que não há projeto desse tipo que não tenha como propósito o que os urbanistas e gestores urbanos chamam de “reativação do espaço público”. Entendem esses projetos que os processos de enobrecimento poderiam propiciar um retorno ao centro das cidades e a uma vida pública de calçadas seguras e vitrines lustrosas, quase numa espécie de nostalgia de uma *belle époque* perdida. O modelo reproduz tardiamente o princípio da higienização social da Paris de Haussmann, agora de forma alterada. O que se pretende evitar são as novas barricadas construídas pela presença indesejada de pobres, mendigos e sem-tetos. Contudo, para essa cidade revanchista (Smith, 1996), que tenta expurgar os males que ela própria criou, paira sobre os seus processos de enobrecimento uma contundente contra-revanche (Leite & Peixoto, 2008) que teima em afrontar esses espaços espetaculares na incômoda forma dos *contra-usos*.

Em face dessas características que marcam a vida urbana contemporânea, não há como não ficar cauteloso com qualquer discurso que traga uma defesa tácita da existência dos espaços públicos. Há de se desconfiar que alguma coisa não se encaixa: ou estamos falando de um conceito que torna correlato espaço público e espaço urbano – o que tornaria aceitável a idéia de que, mesmo com tantos disparates, o espaço público continua a existir; ou o conceito de espaço público, em suas formulações clássicas amparadas em uma concepção de sociedade moderna (vendo-o como um espaço de convivência cívica de manifestação de direitos sociais), já não dá conta do palimpsesto que é se tornou a cultura urbana contemporânea no complexo contexto da chamada pós-modernidade.

Vida cotidiana e espaços públicos intersticiais

Retorno agora à proposição inicial para sugerir uma alteração léxica: como seria possível qualificar um espaço urbano como público, num contexto de alta dispersão e fragmentação do sujeito e das identidades?

Apesar do impactante diagnóstico da exasperação da vida pública, pode-se dizer que permanece uma dimensão prática da vida pública que se mantém imprescindível para a própria existência da vida em sociedade. Refiro-me aos processos cotidianos que dão suporte espacial às manifestações da cultura urbana nas cidades, sem os quais as diferenças não podem se afirmar publicamente. A despeito da crescente possibilidade virtual de comunicabilidade social, as pessoas ainda necessitam agendar, no curso rotineiro de suas vidas cotidianas, experimentações e interações concretas que implicam formas distintas de contato direto com o outro. Em outras palavras, as marcas corporais da diferenciação, as práticas de consumo e a publicização da diferença necessitam de visibilidades públicas que são recorrentes no curso cotidiano da vida pública. É neste enquadramento que o conceito de espaço público ainda pode e deve ser repensado, à luz dos processos fragmentários e dispersivos da chamada condição pós-moderna.

Quando me refiro ao curso rotineiro da vida cotidiana não deixo de reconhecer as profundas transformações que têm alterado as formas de interação e sociabilidades públicas. Contudo, entendo que persiste ainda uma dimensão necessária das rotinas cotidianas, ainda que sejam demasiadas marcadas pela transitoriedade. Um primeiro aspecto que assegura a manutenção do cotidiano como constitutivo da cultura urbana contemporânea é a dimensão do consumo. Como ressalta José Machado Pais (2007: 85), “(...) não se pode negar que a vida quotidiana tenha uma certa afinidade com o consumo. O consumo-desgaste *sensu stricto* tem efectivamente lugar no marco da vida quotidiana”. As práticas de consumo requerem certa disposição ao inevitável encontro com o estranho, ainda que seja apenas nos rotas de acesso aos nichos de consumo. Em outros casos, a exemplo da prática simbólica do consumo dos lugares, o contato é mais acentuado, embora, em contrapartida, mais conflituoso.

Repensar os parâmetros conceituais da noção de espaço público no âmbito desse debate requer, em primeiro lugar, reconhecer que aquele espaço público definido pela modernidade como um espaço cívico de encontro dos iguais – este sim – está morto. Mas de outro modo, a excessiva diferenciação que desloca a convivência com o estranho para as “comunidades destrutivas” e as “tirantias da intimidade” (Sennett, 1976) também não aniquilou, por sua vez, as sociabilidades que asseguram a formação dos espaços públicos. Ao contrário, alteraram as configurações disso que ainda podemos chamar de espaço público, exigindo uma adequação conceitual e léxica para darmos

cabo da tarefa investigativa acerca da natureza desses espaços no âmbito dos processos que aqui identificamos como pós-modernos.

A cidade abriga em sua complexa demarcação espacial urbana as fissuras do sujeito na forma dispersiva dos lugares na vida pública. Como pude desenvolver em trabalho anterior (Leite, 2007), entendo por lugares as demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente. De modo complementar, podemos falar numa espécie de abstenção social do encontro. Abstenções são atitudes deliberadas de recusa ao encontro com o outro (estranho). São recusas racionais que formatam ações defensivas, seja pelo medo, xenofobia ou pelo desejo explícito de se diferenciar e de não se envolver com outros matizes culturais da vida social. Obviamente que essas abstenções se manifestam de modo muito distinto, a depender da classe ou do grupo social.

Nas megacidades da contemporaneidade, as classes médias e altas manifestam suas abstenções pelo confinamento: no modo como habitam condomínios verticais ou horizontais com forte aparato de segurança, pela opção de consumo preferencialmente em shopping centers ou galerias de luxo, pelo uso recorrente de carros com vidros fechados e, às vezes, blindados; pela opção já bastante acentuada de deslocamentos por helicópteros; pelo uso ainda recorrente de elevadores “social” e “de serviços”. As paisagens de poder (Zukin, 2000) são templos dessas abstenções; as “estratégias” (Certeau, 1994) são os mecanismos cotidianos que lhe dão rotas e itinerários. As classes menos favorecidas também manifestam suas abstenções, embora movidas por motivos bem diferentes. Podemos especular que recusam o estranho pelo receio do constrangimento, evitando os espaços de sociabilidades marcados por processos discriminatórios. A arquitetura vernacular (Zukin, 2000) são suas expressões de sobrevivência; as “táticas” (Certeau, 1994), seus trajetos possíveis.

Os diferentes estilos de vida na cultura contemporânea estão carregados de abstenções do convívio com o outro. As chamadas tribos urbanas (Maffesoli, 1998) também mantêm suas próprias abstenções, quando demarcam seus lugares, nos espaços da vida pública (Leite, 2007). Nesses casos, mais para demarcar e reafirmar suas diferenças do que propriamente pela recusa pura e simples do outro. Em todos esses casos, há, porém, momentos e espaços sociais nos quais esses encontros são ora inevitáveis, ora desejados. A inevitabilidade do encontro decorre das zonas fronteiriças e espaços de passagem que forçosamente acabam por exigir alguma forma de interação entre esses

agentes, ainda que marcadamente conflituosa. Refiro-me, sobretudo, àqueles espaços urbanos de transição, entre o confinamento social e a exposição pública nos percursos e itinerários que a vida cotidiana obriga. A desejabilidade do encontro, por sua vez, decorre de uma deliberada suspensão temporária da abstenção do encontro com o estranho, em virtude da necessidade de não apenas tornar visível, mas ter reconhecida as marcas da diferença, como Martín-Barbero (2000: 45) sugere, ao afirmar que as identidades demandam ser reconhecidas, tornando “(...) visíveis socialmente, em sua diferença”. São nesses momentos e espaços transitórios que muitas vezes ocorrem interações públicas – ainda que mediadas pelo confronto – no curso da vida pública cotidiana. São eles que, no contexto da cultura urbana contemporânea, reconfiguram o espaço público e exigem um novo léxico para desse espaço nos referirmos.

A noção de espaço público a partir do qual pretendo sugerir a adjetivação complementar “intersticial” deve ser aquele já sugerido em outro momento (Leite, 2007), que o define a partir das interfaces entre os conceitos de esfera pública, (da qual retira a categoria ação) e de espaço urbano (do qual retém a sua referência espacial). Essa noção de espaço público, em distinção aos conceitos de esfera pública e espaço urbano, contempla as relações de reciprocidade causal entre a construção social do espaço e a espacialização das ações sociais. A questão fundamental agora é responder em que medida um espaço público pode ser constituído no interstício dos lugares que demarcam espacial e simbolicamente as diferentes identidades e suas correspondentes abstenções. Para Simmel, as possibilidades de coexistência entre diferentes “grupos” somente poderiam ocorrer no espaço que existe “entre” os lugares, porque a coexistência “se verifica siempre realmente entre los dos lugares del espacio, en el que cada cual ocupa un sitio designado y que sólo él llena” (1986: 646).

Quando digo que os entre-lugares configuram e qualificam os espaços urbanos como espaços públicos intersticiais é exatamente porque são eles que se tornam locais de visibilidade, de disputas simbólicas, práticas de consumo e da busca do reconhecimento público da diferença. Esse tipo de espaço público resulta de uma espécie de desentendimento (Rancière, 1996) entre os sentidos construídos pelos lugares – que refletem diferentes e desiguais representações, relações sociais e modalidades de interação. Em decorrência do processo de descentramento do sujeito, da fragmentação do espaço urbano e das fortes assimetrias que configuram as relações de poder na cidade, essas interações, que ocorrem nestes espaços públicos intersticiais,

não poderiam ser pacífica. A espacializada e conflitante cultura urbana contemporânea precipita e expressa relações de poder, tensões e disputas que caracterizam a vida social, qualificando e diferenciando certos espaços da vida urbana cotidiana como espaços públicos. Como essas identidades precisam externar e afirmar pública e igualmente suas diferenças, podemos entender que as ações interativas acontecem mediante uma comunicabilidade política do desentendimento.

Obviamente que seria desejável que essa comunicabilidade do desentendimento resultasse em uma relação interativa comunicativamente consensual. Seria normativamente válido que as pessoas e grupos se dispusessem a conviver com o outro, respeitando a diferença. Mas nem sempre é assim, e nem sempre pode ser assim, razão pela qual as abstenções são tão insurgentes, parecendo que estão a solapar a vida pública na cidade contemporânea. Contudo, creio que não resta dúvida que é ainda preferível a possibilidade de desentendimento à impossibilidade do encontro.

As zonas de deslocamento entre as abstenções e os lugares identitários são os espaços públicos intersticiais. Inevitáveis e trazem a marca da cidade contemporânea: caótico, desordenado, marcado por *contra-usos*. Nestes espaços intervalares, muitas vezes marcados pela efemeridade, a negociação sócio-espacial é fundamental, a violência é latente, o conflito é inevitável: mas neles estão possibilidades concretas da experimentação do imprevisível. São neles que corre a vida cotidiana e nele ainda persiste a rica possibilidade do encontro com o estranho na experiência urbana contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict (1991), *Imagined communities*. London: Verso.
- ARANTES, Antonio A. (2000), *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. Unicamp.
- AUGÉ, Marc (1994), *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.
- MARTÍN-BARNERO, Jesús. (2000) “Dislocaciones del tiempo y nuevas topografías de la memoria”. In Hollanda, H.B. e Resende, B. *Artelatina: cultura, globalização e identidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- BAUDRILLARD, Jean (1984), *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Edições 70.
- BAUMAN, Zygmunt (1998), *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BENJAMIN, Walter (1997), “Paris, capital do século XIX”. In Fortuna, Carlos (org). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta.
- BOTELHO, Tarcisio R. (2006), “A revitalização da região central de Fortaleza (CE): Novos usos dos espaços públicos da cidade. In: Frúgoli, H. et al. *As cidades e seus agentes: Práticas e representações*. Belo Horizonte: Ed. PUCMINAS; São Paulo: EDUSP.
- BHABHA, Homi K. (1998), *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BEZERRA, Roselane Gomes (2008), *O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia”: Usos, apropriações e representações de um espaço urbano*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará.
- CASTELLS, Manuel (1999), *A sociedade em rede*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra.
- CANCLINI, Néstor García (1996), *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- CERTEAU, Michel (1994), *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- COSTA, Sérgio (2006), *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- FEATHERSTONE, Mike (1995), *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.
- FERREIRA, Claudino (2005), *A Expo’98 e os imaginários do Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação*. Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra.
- FORTUNA, Carlos (2002), “Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 123-48.

- FORTUNA, Carlos (2007), “Destradicionalização e imagem da cidade”. In: Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização. Ensaio de sociologia*. Oeiras: Celta.
- GIDDENS, Anthony (1985), *The nation-state and violence*. Cambridge: Politty Press.
- GIDDENS, Anthony (1991), *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp.
- GUATTARI, Félix (1985), “Espaço e poder: a criação de territórios na cidade”. *Espaço e Debates*, 16.
- GUATTARI, Félix (1992), *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34.
- HABERMAS, Jürgen (2000), *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- HABERMAS, Jürgen (1995), “O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização”. *Novos Estudos Cebrap*, n.º 43.
- HALL, Stuart (2003), *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed.UFMG / Brasília: Unesco.
- HALL, Stuart (2006), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.º Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- HARVEY, David (1992), “O Pós-modernismo na cidade: arquitetura e projeto urbano”. In *idem, A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- JAMESON, Fredric (1997), *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.
- LASH, Scott (1997), “A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade”. In Beck, Ulrich *et al.*, *Modernização reflexiva*. São Paulo: Ed.Unesp.
- LEITE, Rogerio Proença (2002), “Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 49.
- LEITE, Rogerio Proença (2005), “Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas”. *Sociedade e Cultura*, Goiás, v. 8, n. 2, p. 79-89.
- LEITE, Rogerio Proença (2006a), “Patrimônio e enobrecimento no Bairro do Recife”. *Revista Eletrônica do Centro de Preservação Cultural da USP – CPC* (www.usp.br/cpc/v1), São Paulo, v. 2.
- LEITE, Rogerio Proença (2006b), “Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano”. In: Frúgoli, H. *et al.*, *As cidades e seus agentes: Práticas e representações*. Belo Horizonte: Ed. PUCMINAS / São Paulo: EDUSP.
- LEITE, Rogerio Proença (2007), *Contra-usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2.ª Edição, Aracaju: Editora UFS / Campinas: Editora da UNICAMP.
- LEITE, Rogerio Proença e Peixoto, Paulo (2008), “O patrimônio como elixir de políticas urbanas: notas sobre o Bairro do Recife e a Zona Histórica da Cidade do Porto”. Porto Seguro, 26.ª Reunião da ABA.
- LESS, Loreta; Slater, Tom; Wyly, Elvin (2008), *Gentrification*. New York: Routledge.

- MAFFESOLI, Michel (1998), *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús (2000), “Dislocaciones del tiempo y nuevas topografías de la memoria. In Hollanda, H. B. e Resende, B. *Artelatina: cultura, globalização e identidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora.
- PEIXOTO, Paulo (2006), *O passado ainda não começou: funções e estatuto dos centros históricos co contexto urbano português*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Coimbra.
- RANCIÈRE, Jacques (1996), *O descentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- RUBINO, Silvana (2003), “Gentrification: notas sobre um conceito incômodo”. In: Schicchi, Maria Cristina; Benfatti, Dênio (Orgs.), *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: PUC-Campinas / Rio de Janeiro: PROURB-UFRJ.
- RUBINO, Silvana (2005), “A curious blend? City revitalization, gentrification and commodification in Brazil”, in Atkinson, Roland e Bridge, Gary (eds), *Gentrification in a global context: The new urban colonialism*. London/New York: Routledge, 225-39.
- SASSEN, Saskia. (2004), “Ciudades en la economía global: enfoques teóricos y metodológicos”. In Navia, Patricio e Zimmerman, Marc (coords.), *Las Ciudades Latinoamericanas en el nuevo [des]orden mundial*. México: Lacasa.
- SCHECHNER, Richard (1993), *The future of ritual*. Londres e Nova York, Routledge.
- SCOCUGLIA, Jovanka B. C. (2004), *Revitalização urbana e (re) invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa*. João Pessoa, Ed. UFPb.
- SIMMEL, Georg (1986), *Sociologia 2: Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid, Alianza Universidad.
- SIMMEL, Georg (1995), “La métropole comme forme générale de la modernité». In Rémi, Jean (dir.), *Georg Simmel: Ville et modernité*. Paris: L'Harmattan.
- SITTE, Camillo (1992), *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.
- SENNETT, Richard (1976), *The fall of public man*. New York/London: W.W. Norton & Company.
- SMART, Barry (2002), “Teoria social pós-moderna”. In Turner, Bryan S. (ed.), *Teoria social*. Lisboa: Difel.
- SMITH, Anthony (1986), *The ethnic origins of nations*. Oxford: Blackwell.
- SMITH, Neil (1996), *The new urban frontier: gentrification and revanchist city*. London/New York: Routledge.
- PETERS, Michel (2000), *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autentica.
- PAIS, José Machado (2007), *Sociologia da vida quotidiana*. 3ª ed., Lisboa: ICS.

PINHO, Osmundo S. de Araujo (1997), *Descentrando o Pelô: Narrativas, territórios e desigualdades raciais no centro histórico de Salvador*. Campinas: Dissertação de Mestrado em Antropologia – UNICAMP.

TAMASO, Izabela (2007), *Em nome do patrimônio: Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.

ZUKIN, Sharon (1995), *The cultures of cities*. Cambridge, Massachussetts, Blackwell.

ZUKIN, Sharon (2000), “Paisagens urbanas pós-modernas: Mapeando cultura e poder. In Arantes, Antônio (org.), *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus.

SECÇÃO III

Artes de consumir a cidade

14. NARRATIVA DE LISBOA

Irllys Barreira

Erguida sobre sete colinas, Lisboa nasceu em burgo solarengo encimado por um castelo e virada para o rio. Desde cedo percebeu da grande importância que o Tejo lhe proporcionava e, no século XVI, viu o seu esplendor espelhado na fachada do Mosteiro de Jerónimos e na torre de Belém. Continuou boémia e fadista no Bairro Alto, e viu nascer a Baixa Pombalina após ter sido completamente arrasada pelo terramoto de 1755. É hoje em dia uma grande cidade, simultaneamente bairrista e europeísta, defende seu passado mas olha para o futuro.

Portugal, folheto difundido pela agência de viagens Abreu, 2007, 42.

Guias e roteiros turísticos, além de material informativo sugestivo a visitantes, expressam uma sensibilidade urbana, isto é, uma percepção de cidade com valores próprios de um contexto histórico.

O modo de exposição do acervo bibliográfico especializado, à venda em livrarias, contendo roteiros de Lisboa e outras regiões portuguesas, é sintomático da importância atribuída às atividades de visitação e conhecimento de localidades. Além disso, os circuitos do turismo induzem uma apresenta o de cidades que prima pela memória celebrativa de espaços e monumentos, além de reforçar, sob o prisma das “curiosidades”, aspectos capazes de tornar a urbe um objeto de atra o (Amirou, 2000).

Pensar a cidade de Lisboa do ponto de vista da institui o de narrativas, tendo por base guias que se tornaram clássicos, por seu pioneirismo e antiguidade, constitui o fio condutor das idéias do presente texto. O uso do conceito de narrativa tem como fonte de inspira o as reflexões de Walter Benjamin (1993) sobre relatos orais circunscritos à sociedade pr -moderna do artesanato e corpora es.

O sistema corporativo medieval contribuía para a interpenetra o entre experiência e narrativa, na medida em que nele se associavam o saber das terras distantes, trazido para casa pelos migrantes, com o saber tradicional do trabalhador sedentário. As narrativas, nessa altura, baseavam-se no senso prático e utilidade direcionados a um ensinamento moral. Histórias difundidas

entre marinheiros, comerciantes, artesãos e camponeses sedentários, figuras paradigmáticas da arte de narrar, adequavam-se ao tempo das escutas coletivas. Narrativa, mito e experiência integravam um sistema cultural aberto à sabedoria e à personalidade do narrador, a exemplo do papel dos comerciantes na arte narrativa das Mil e Uma Noites.

Se é possível concordar com a assertiva benjaminiana de que a narrativa da época das corporações perde referência na sociedade contemporânea, há que se reconhecer outras formas de atualização e apropriação de relatos, escritos ou orais, adaptados aos “novos tempos”. O próprio Benjamin inspira apropriações menos clássicas do conceito de narrativa referidas ao olhar do *flanêur* na sociedade moderna fragmentária.

A apresentação de localidades é uma atividade já presente em antigos roteiros ou guias que buscam expor a “história da cidade”. Materializada em espaços e monumentos, as exposições promovem representações sobre o ambiente urbano, relações hierárquicas e classificações espaciais. Do ponto de vista sociológico, as narrativas chamam a atenção para o uso de linguagens permeadas por disputas simbólicas entre regiões, cidades ou continentes. A reflexão abre possibilidades para a percepção de ideologias de naturalização de objetos urbanos, incluindo o confronto entre memórias e usos dos espaços.

No contexto contemporâneo, narrativas presentes em escritos ficcionais literários, a chamada literatura de viagens, ao lado de guias e roteiros turísticos, podem ser explorados sob a ótica do imaginário das cidades (Pesavento, 1999; Cristóvão, 2003).

As narrativas urbanas apontam vias de interpretação da cultura em seus aspectos interativos, sugerindo articulações entre versões nativas e saberes provenientes de outros campos do pensamento social. São constituídas por representações sobre a cidade, contendo informações práticas, descrições de monumentos e evocações a acontecimentos que caracterizam uma localidade, dando-lhe o sentido de uma “história”.

Os guias que servem de referência às reflexões do presente texto, escritos em diferentes momentos históricos, constituem uma espécie de material pioneiro de descrição de Lisboa. Demonstram o fato de os processos de apresentação da cidade não serem recentes, fazendo parte de um ritual de conhecimento e reconhecimento da capital no circuito europeu, efetivado desde o tempo da Corte.

Lisboa no relato de Damião de Góis

A descrição de Lisboa feita por Damião de Góis (2001), cronista e escrivão da Corte, em livro editado em 1554, em latim, destinava-se aos amigos e “ilustres visitantes estrangeiros”, com os quais o autor mantinha contatos em suas viagens. Serviria, assim, de guia para aqueles que entrassem em Lisboa por transporte fluvial, desembarcando em Belém e fazendo uma ronda pelo exterior das Murallas Fernandinas, até a parte anterior da cidade. A intenção dileitante e literária do autor impulsionava a escrita, feita “em horas disponíveis e interpoladas do dia”: “tudo quanto consegui investigar acerca da origem da própria urbe e da sua beleza, procurei pintá-lo com o pincel mais delicado que me foi possível” (p. 25).

Lisboa, ao lado de Sevilha, é nomeada “Rainha do Oceano”, tendo aberto a navegação para o Novo Mundo. As descobertas marítimas, especificamente o caminho para a Índia, dão referência inicial ao relato. A “índole infatigável dos portugueses”, a retomada, por Dom Manuel, da “ousadia de Dom João II” e o comando de Vasco da Gama contextualizam a descrição de Lisboa, permeada de elogios ao reinado como suporte das navegações.

A gênese da cidade da Hispânia, descoberta por Ulisses, é tratada no texto com mescla de fatos históricos e lendas, referenciadas em tritões e sereias como personagens lendários de uma cidade da qual “não se sabe ao certo suas origens”. A fala do escritor, irônica e poética, evoca fatos arcaicos, cuja longevidade dispensa a narrativa dos requisitos da prova. Para compensar a incerteza das origens de Lisboa, Góis consulta os Anais portugueses, afirmando a importância da fé cristã depois da “triste calamidade” da Hispânia, invadida pelos mouros. O relato, cheio de digressões, caminha por uma exposição geográfica, de fora para dentro da cidade, apontando construções que margeiam o rio Tejo e entradas marítimas ou enseadas. As edificações cristãs são relatadas com elogios a reis que as apoiaram – “O rei Dom Manuel, dos reis o maior, na praia edificou vasto e grandioso templo, à mãe de Deus consagrado”.

O autor apresenta uma Lisboa atravessada por quintas, campos de pastagem e abundância de frutas. De Santos a São Roque e Senhora do Monte, as capelas e conventos servem de referência à descrição de uma cidade ainda marcada pela vida agrícola. O bairro da Mouraria é apresentado como vale fértil e aprazível, cujo nome deve-se ao fato de aí se ter permitido a moradia dos mouros, após a cidade ter sido recuperada aos sarracenos.

A cidade, descrita com metáforas, das margens do rio ao centro, abarca um perímetro correspondente a sete mil pés, difícil de desenhar, segundo Góis, por conta do terreno montanhoso e acidentado: “Se alguém observá-la

de frente, em uma panorâmica global verá a configuração de uma bexiga de peixe. Se fosse ela situada em terreno plano seria então comparada a um arco”.

Lisboa destaca-se pela beleza, variedade de edificações e número de habitantes, podendo “pedir meças a quaisquer das restantes cidades da Europa”. A sumptuosidade da cidade mostra-se nas arcadas de madeiras da Sarmácia, ornadas com obras de talha de ouro e na beleza e funcionalidade dos sete grandes edifícios, “construídos pela singular clarividência dos nossos reis”. Os chafarizes são também objeto de destaque, sendo caracterizados pela pureza e abundância das águas.

As informações sobre o espaço lisbonense são quantificadas. A cidade é assinalada por vinte e cinco paróquias, vinte e duas portas, das quais dezasseis estão voltadas para a terra. Está defendida por setenta e sete torres situadas no circuito das muralhas. O clima ameno, as casas de recreio suburbano e as quintas são apontadas como motivo de atração de migrantes e moradores. Lisboa, nessa altura, é uma cidade que pode ser apresentada pelo número de portas, igrejas e torres. Supõe unidade, totalidade e interdependência de partes, organizadas e classificadas com base em hierarquia e prestígio.

Observa-se no texto uma apresentação sumptuosa da cidade, com realce para monumentos, insinuando a afirmação da capital portuguesa no contexto europeu. A memória ufanista das intervenções de dirigentes que “fazem a cidade” dignifica a urbe imperial a ser apresentada a visitantes.

De fato Lisboa, desde 1527, com o Porto Atlântico beneficiado pelo descobrimento da América e demais investimentos marítimos, destaca-se de outras cidades portuguesas, sendo a quarta urbe na escala europeia, superior a Nápoles e Paris e não se afastando muito de Londres. A população, nesse período, encontra-se em torno de cem mil habitantes (Salgueiro, 1999). O aumento da circulação e desenvolvimento econômico, desde 1554, promovem abertura de vias de escoamento, criando-se “ruas novas”, mencionadas na descrição de Góis.

Sob os ventos da modernidade, outra forma de apresentar de Lisboa segue os critérios da ordem urbana emergente. O crescimento da cidade, a mudança permanente de espaços e a oferta mais complexa de serviços orientam a realização do livro que ficou conhecido como o “primeiro roteiro da cidade de Lisboa”.

A cidade moderna do *Itinerário Lisbonense*

Elaborado em 1804, o livro de Ignácio Paulino de Moraes, considerado o primeiro roteiro da cidade de Lisboa, teria o objetivo de oferecer “utilidade

e comodidade aos estrangeiros ou nacionais e de idade avançada”. Baseado em experiência pessoal, Paulino de Moraes postula a necessidade de orientar aqueles que, se não devidamente instruídos, “podem se perder nas ruas”.

O aspecto prático da obra comprova um tempo no qual o uso do espaço urbano descola-se da experiência imediata, carecendo de uma observação baseada em registro uniforme. Remete ao momento de passagem do conhecimento pessoal à convivência restrita e anônima, avessa a constrangimentos pessoais que acompanham eventuais pedidos de informação. Nas palavras do autor, “somos obrigados a perguntar a muitas, e muitas pessoas, talvez com bastante incomodo nosso, primeiro que possamos acertar com o local” (p. IV). Sem abdicar da nostalgia, admite haver se perdido na cidade que “já não é a mesma”, motivo de elaboração de um roteiro no qual deveriam constar “os princípios, confins e termos de todas as ruas, becos e travessas”.

O itinerário cumpriria o papel preventivo de um guia, capaz de substituir o *Almanak Annual*, o qual, não obstante elencar empregados em ofícios públicos, residências, ruas e número de portas, não menciona a localização e acesso às mesmas. A descrição das ruas também supriria o déficit de informações provocado pelo caráter efêmero de edifícios e lugares onde não seria mais possível identificar inscrições. Um público a ser beneficiado com o itinerário é motivo de orgulho do autor, quando se refere às vantagens da procura alfabética das ruas por índice, transformando o traçado urbano irregular em uma linguagem cômoda, útil e apreensível ao visitante. O caráter pioneiro da obra – “não devo despojar-me da satisfação de ser o primeiro que a introduziu na sua capital” – inspira-se em itinerários prestigiados feitos em todas as capitais de “Países civilizados da Europa” (Vidal, 2007). Justifica ainda o empreendimento o terramoto de 1 de Novembro de 1755, que “mudou a face da capital portuguesa”.

A descrição das ruas, com início e término, chama a atenção para acessos que supõem um mapa cognitivo anterior, isto é, conhecimento prévio de outras vias e localidades, tal como se pode depreender da explanação: Santo Ambrósio: “he o prolongamento da Rua direita da Santa Isabel, vindo do poente, e termina na Rua do Sol do Rato”. Observa-se que a descrição é muito mais voltada para o cidadão morador e ciente de alguns pontos de referência de sua cidade, o que torna o roteiro uma espécie de linguagem de transição entre a orientação informal, dirigida ao morador capaz de se “perder em sua própria cidade”, e a linguagem abstrata dos mapas.

A nomeação das ruas, segundo nomes e endereços, tenta dar conta de transformações rápidas ainda não assimiladas pelo usuário comum, indi-

cando caminhos de ida, vinda, descida e subida. Um caminhante imaginário e carente de orientação serve de referência à descrição cuidadosa e disposta a exprimir, em linguagem, o traçado tortuoso e desnivelado que caracteriza a capital portuguesa. As ruas, mais que os monumentos, constituem o elemento estruturador da cidade, distinguindo-se, por exemplo, da narrativa de Damião Góis. O que está presente na apresentação do traçado urbano é a idéia de que as ruas são espécies de artérias da cidade, termo condizente com a linguagem higienista do século XIX. São elas indutoras do movimento, sintoma do crescimento da cidade a exigir uma ordenação. A cidade é narrada por esse conjunto de ruas, becos e calçadas que se impõe ao transeunte, seja ele o visitante ou o morador. Aquele que, dominando o espaço, pode também dominar o tempo.

Em oposição ao caráter pragmático e utilitário do *Itinerário*, Raul Proença apresenta a cidade de Lisboa em sua complexidade geográfica e cultural, típica de um aglomerado com 490 mil habitantes, em uma área de 8.340 hectares.

Conhecer a cidade e o país

A obra “simples”, na visão do organizador Raul Proença, une profissionais das mais distintas formações. Dirige-se a diversas faixas etárias e níveis de escolaridade, visando levar visitantes à “descoberta de Portugal”, através de um roteiro minucioso, contendo

um conjunto de «itinerários» e «indicações práticas» muito precisas, que possam levar o viajante, com maior economia de tempo e dinheiro, e o maior proveito e gozo espiritual a todos os pontos do continente (rios e bosques, aldeias e cidades, cumes golpeados de montanhas, ou rochedos cenográficos do mar), que a história, a lenda, a beleza ou a arte tenham instituído em forçados lugares de peregrinação para todo o coração lusitano

(Proença, 1924).

O realizador do empreendimento antevia a obra com “o conjunto de caracteres que deveria possuir, e amava-a já com um pouco desse amor que se tem pelas vidas em germe, um coro erguido em esplendor à beleza de Portugal”.

A edição organiza-se em capítulos, articulados de modo a conferir unidade ao espaço apresentado. A “introdução geográfica”, escrita por Silva Telles, contém características geológicas, descrição de paisagens, aptidões agrícolas, demografia e divisões administrativas. As referências a coleções arqueológicas, à ocupação de povos antigos e às batalhas entre cristãos e

árabes fazem parte da “introdução histórica”, seguida do papel do clero, da nobreza e criação da nação portuguesa. Destaca-se ainda, o poder do Marquês de Pombal, que reconstruiu Lisboa com geometria retangular. Outra explanação histórica feita por Antonio Sérgio aponta características familiares dos governantes.

A introdução etnográfica de Aquilino Ribeiro expõe características e comportamentos típicos de povos do Alentejo. Casas com fachadas, vestuários, cozinhas, diversões e festas religiosas identificam costumes da “originalidade portuguesa”.

Os esclarecimentos práticos de Raul Proença sugerem roteiros, considerando-se que

a maneira mais cômoda e inteligente de um português conhecer o seu país é visitá-lo, não em um único percurso apressado, mas por pequenas e demoradas etapas, ora numa província, ora noutra, de modo a colher de cada uma, vagarosamente, todo o seu recheio de encanto e de beleza. Dez anos seguidos de viagens, de um mês cada uma, permitirão um conhecimento mais ou menos profundo das paisagens, costumes e monumentos de Portugal

(*idem*).

As recomendações de Proença supõem um mergulho mais intenso na realidade a ser conhecida, distanciando-se das práticas atuais de turismo efetivadas em temporalidades rápidas e descontínuas.

Referindo-se criticamente a “turistas apressados”, prossegue Proença em seus ensinamentos:

Estão aliás pouco em uso as viagens circulatorias de grande raio, e a regra geral é o turista não se abalar para mais de uma dezena de léguas para além da povoação que tomou como seu centro de vilegiatura. No decurso deste Guia, na introdução que deve preceder a descrição das povoações de cada província, daremos ao turista o plano das mais interessantes excursões que nela poderá realizar. Ao tratarmos de cada cidade, vila importante, termas, praia ou estação climatérica, indicaremos também os mais belos passeios e digressões pelos arredores

(*idem*).

Além de indicações sobre excursões que variam de um a dois meses, deslocamentos rápidos dirigem-se “aos que em viagem preliminar à *vol d’oiseau*, desejam formar uma ideia de conjunto do seu país, tendo Lisboa como ponto de partida”.

As belezas naturais são mencionadas na apresentação de regiões pitorescas, capazes de “compensar” a ausência dos Alpes, Pirinéus, cachoeiras da América, quedas d’água do Reno e lagos da Suíça. Ou mesmo suplantá-los, pois “o romântico colorido e gracilidade inexistem em outro lugar da Europa”. Adjetivos e hipérboles são recorrentes na descrição de Proença:

Se se chamou Portugal o jardim da Europa pode-se dizer ainda nesse pequeno país, muito ignorado ainda, que se acham os mais belos panoramas do Mundo, os pontos de vista mais extensos, como os mais variados, ao pé dos quais todos os Righi (montanha Suíça afamada pelos belos panoramas) do resto da Europa ou nada são, ou quase nada

(*idem*).

A natureza não substituiria, entretanto, o défice de obras monumentais necessárias para que “Lisboa se erija em legítima capital europeia”, situada no velho continente, a exemplo de Londres e Paris.

A arquitetura manuelina dos Jerónimos, Torre de Belém e Terreiro do Paço compensa, na visão monumentalista do autor, a “vulgaridade e pretensiosismo” das edificações características da lógica utilitária do espaço urbano, implantada sob a administração pombalina. A parte central da cidade é descrita com relevo para o Terreiro do Paço, “a mais imponente praça pública da Europa”, seguida de Museu de Arte Contemporânea, Biblioteca Nacional, Convento do Carmo e Praça dos Restauradores. Nos bairros orientais, sobressaem o Castelo de São Jorge e as igrejas da Graça e São Vicente. Nos bairros marginais do Oeste são destacados: o Aqueduto de Águas Livres, os miradouros do Bairro Alto, o Jardim Botânico, o Palácio das Necessidades, o Museu dos Coches e o Mosteiro de Jerónimos, considerado “um dos portais mais esplêndidos do mundo”.

Entre os bairros apontados como “descuidados”, Proença inclui Alfama com seu caráter pitoresco e “casas infectas e tenebrosas”, com todas as “emanações da miséria”. O local é apresentado como sujo e barulhento, com mulheres desgrenhadas, exceptuando-se as igrejas e Museu de Artilharia. A fadista seria um

produto próprio e rebotalho ínfimo da cidade, hoje em vias de desaparecimento, mas cantando ainda nos prostíbulos do Bairro Alto, da Mouraria ou de Alfama, ao som da guitarra dolente, toda a desventura das raças em declínio

(*idem*).

Se a referência ao popular e ao exótico integram a tradição de olisipógrafos do século XIX que ajudam a pensar a cidade de Lisboa como típica e bairrista (Cordeiro, 2007), há que se considerar a presença de uma visão disciplinada de higienização e controle submetida aos critérios de modernidade nos usos do espaço urbano. A descrição de Proença supõe uma organização e estratificação da cidade voltadas ao culto do monumental.

A crítica à insalubridade de bairros populares como Alfama ancora-se em valores morais, próprios do momento em que os espaços públicos emergentes eram idealizados segundo os princípios da disciplina urbana. Uma visão idealizada de cidade, com ruas limpas, organizadas e sem a perda de pomposidade da Corte, encontra-se presente no guia de Proença.

A comparação de Lisboa com outras cidades europeias supõe um padrão urbano de civilidade, nos termos de Norbert Elias (1994), coerente com a disputa simbólica entre metrópoles do continente. A valorização de pontos turísticos similares no cenário europeu, já revela a vigência de uma narrativa com estética padronizada, intuindo um visitante experiente e conhecedor de várias localidades.

Outra apresentação da Lisboa permeada por uma visão simultaneamente poética e sinalizadora dos usos racionais do espaço urbano pode ser observada no guia turístico de Fernando Pessoa, exposto a seguir.

All about Portugal

Na ocasião em que se buscava comemorar, em 1988, o centenário do nascimento de Fernando Pessoa, Maria Amélia Gomes encontrou, entre papéis do escritor português, um texto inédito em inglês, constatando tratar-se de “um guia pronto para ser publicado”. O escrito, denominado *All about Portugal* (Pessoa, 2007), era justificado em carta pelo autor, disposto a escrever algo que “explicasse o país considerando a sua geografia, a etnologia e fatos históricos relacionados ao comércio, arte e literatura”. O guia, datado de 1925, representava, segundo sua descobridora, o esforço de aliar informação a uma concepção de cidade capaz de ser capital imperial da língua portuguesa (Lopes, 2007). Pretendia “dignificar Portugal” face à civilização europeia, descrevendo monumentos, ruas e museus passíveis de serem visitados e comparados a outros existentes na Europa.

O roteiro supõe um passeio panorâmico, pela cidade, feito de automóvel, em tempo lento e objetivo. O olhar é permanentemente evocado, a exemplo de São Pedro de Alcântara, que representa “um dos terraços de onde se tem uma das mais belas vistas de grande parte da cidade”.

Pessoa imagina o turista, sempre mencionado nas descrições, aportando pelo mar, com a sensação de espanto desde a chegada. A linguagem hiperbólica, constantemente utilizada, aparece na descrição do rio Tejo, considerado “um dos mais largos portos naturais do mundo”, a ancorar muitas frotas. Informações úteis sobre acessos a recantos da cidade são acompanhadas de elogios a “funcionários competentíssimos que falam várias línguas”. O convite feito ao leitor para um passeio acompanhado – “servir-lhe-emos de cicerone” – personaliza a descrição de locais de visitação, tornando o guia uma espécie de condutor sábio dos recantos e monumentos apresentados, em sua história, como “belos”, “magníficos”, “interessantes”, “dignos de serem vistos” e “esplêndidos”.

A narrativa de Pessoa cont m referências históricas baseadas em eventos, alegorias e monumentos, incluindo fatos marcantes, a exemplo da antiga inquisição ocorrida próxima à Praça do Rossio e reconstrução de Lisboa, após o terramoto de 1755. A explicação das localidades aponta críticas ao “des-caso com o patrim nio” e informações sobre a prática de arquitetos, artistas e gestores.

As alusões ao tempo supõem uma espécie de demarcação entre lugares a serem visitados, “obrigatoriamente”, e outros s  considerados por aquele que, tendo tempo de sobra, “não deve deixar de subir a esse castelo (São Jorge), construído num alto de onde ele domina uma ampla vista do Tejo e de grande parte da cidade” (p. 61). A não-restrição quanto ao tempo dispensado é feita ao Mosteiro dos Jerónimos, cuja demora   necessária para ser considerada uma “verdadeira visita”.

Destacam-se também explicações históricas baseadas em informações pontuais sobre eventos ameaçados de esquecimento:

foi aqui que acamparam, desde as primeiras horas do dia 3 até   manhã de 5 de Outubro de 1910, as tropas que, sob o comando do Almirante Machado dos Santos, derrubaram a Monarquia e proclamaram a República

(Pessoa, 2007: 45).

Os registros de uma visão global da cidade ocorrem a cada situação na qual o turista se encontra em espaços abertos, “de l  podendo se vislumbrar o rio Tejo”. Conselhos são também dados a visitantes, com “senso artístico”, que não devem deixar de ver peç as do altar da capela de São João Batista.

A descrição de Pessoa enfatiza o passado glorioso de Lisboa e o impacto de transformações consideradas “indesejáveis”, porque associadas a usos não legítimos do espaço urbano. Referindo-se ao bairro de Alfama, Pessoa afirma:

Tudo aqui evocará esse passado – a arquitectura, o tipo de ruas, os arcos e as escadas, as varandas de madeira, os verdadeiros hábitos do povo que aí vive uma vida cheia de rumor, de conversa, de canções, de pobreza e imundície

(*idem*, 57).

A disciplina é um valor considerado importante para a edificação da metrópole moderna, expressando a segregação de lugares pobres de costumes “pouco civilizados”. Na apresentação de espaços e monumentos, a crítica refere-se à “falta de reparos por parte do poder público”, pela presença de obras arquitetônicas consideradas sem planejamento adequado.

O guia de Fernando Pessoa contém aspectos semelhantes às formas mais recentes de descrição da cidade, seja pela alusão mais direta a um destinatário, o turista, seja pela tentativa de apresentar recantos aprazíveis e singulares com informações práticas sobre conhecimento de espaços. As impressões personalizadas emprestam ao material escrito a peculiaridade do morador sensível, orgulhoso de sua cidade. O uso freqüente de hipérboles confere a Lisboa o caráter ímpar de uma metrópole cheia de histórias e recantos agradáveis de serem vistos, dando-lhe realce em face de outras cidades européias.

A presença suposta do turista revela também uma capital inserida no contexto das circulações urbanas mundiais, necessitando priorizar espaços e monumentos a serem alçados ao rol das curiosidades. A descrição minuciosa de cada monumento, destacando sua história e importância, se coaduna ao espírito de um guia, cujo título (*All about Portugal*) já intui um visitante experiente no conhecimento de outras paragens.

Os guias como itinerários de pesquisa

As narrativas urbanas exprimem pontos de vista, disputas simbólicas e utopias sobre o patrimônio de cidades em contextos históricos, corroborando para consolidação de identidades espaciais.

A história de Lisboa, tal como se apresenta nos guias turísticos analisados, traz alusões permanentes ao espírito navegador dos portugueses, com realce de investimentos marítimos reforçados em uma memória recorrente. As denominadas fases “de progresso e de declínio” fazem parte do acervo das conquistas e lutas pela afirmação da cidade no contexto europeu. É na perspectiva de uma arquitetura moderna, formada de espaços amplos ou voltada para conservação do passado que Lisboa é descrita, aliando aspectos que seriam da ordem dos padrões europeus contemporâneos de urbanidade com tradições inventadas (Hobsbawm e Ranger, 2002).

Os guias e roteiros aqui destacados revelam, não obstante as diferenças de perspectiva de cada narrador, duas formas de abordagem. Uma baseada no culto ufanista a monumentos e outra de caráter pragmático, voltada para ordenamentos objetivos, tais como a descrição de ruas e becos presente no *Itinerário Lisbonense*. O realce do passado e o temor às transformações podem ser observados nos escritos, sinalizando mudanças que se efetivam no espaço urbano. Contrapõem-se, no entanto, a essa perspectiva os elogios dirigidos à reforma pombalina, vista como grande exemplo de recuperação e transformação da cidade.

No seu conjunto, as narrativas da cidade constituem uma espécie de elegia urbana com ruas, praças, monumentos e edificações vistos como partes de uma totalidade dotada de contradições e hierarquias, a sugerir escolhas nas práticas de visitação. O trajeto apresentado com início, meio e fim, aponta a busca de compatibilizar tempo, interesse e acesso.

Os guias refletem um tempo histórico de experiência social, remetendo ao conjunto de práticas de mobilidade entre as quais se insere o ato de viajar. Embora não se tenha estatística do número de visitantes à época em que as narrativas foram escritas, é possível deduzir a existência de uma circulação das elites, desde o tempo da Corte (Roche, 2003). Apontam também a sensibilidade de uma época nas formas de apresentar e representar cidades.

Robert Darnton (1986), refletindo sobre o imaginário social e político do século XVIII na França, toma por referência os guias, almanaques e exposições peculiares voltados para apresentação de localidades para visitantes. O historiador seleciona uma descrição da cidade de Montpellier (França), feita em 1768 por um cidadão anônimo, como exemplo de explanação detalhada do cenário urbano da época. O texto, com 426 páginas, apresentava a cidade, “falando de cada capela, cada fabricante de perucas, cada cão perdido, dentro daquilo que, para ele, era o centro do universo” (Darnton, 1986: 141). O que caracterizava o *Etat et description de la ville de Montpellier fait em 1768* era a tentativa de mostrar a cidade ao visitante, por meio de registros precisos, de fatos cotidianos ou pitorescos. O texto aproximava-se, assim, da experiência do narrador de Benjamin, expressando vivências peculiares à época e registros diferentes das formas atuais de exposição da cidade aos turistas, com economia de palavras e precisão de informações.

O escrito sobre Montpellier, para além de sua intenção de orientar o visitante, abre caminhos metodológicos de interpretação baseados na exploração do ponto de vista do observador, seus valores, emoções e visões de mundo, identificando sentimentos de uma época.

A descrição de Montpellier era feita tendo como pano de fundo o percurso de uma procissão, porque esse era o ritual que compunha, de forma mais evidente, a Europa do início dos tempos modernos. O documento do morador cidadão, além de mostrar um estilo de vida, anunciava a nova ordem burguesa lutando para emergir. O narrador, ao comentar as “desordens” presentes no espaço observado, deixava evidenciar transformações em curso, sintomáticas da passagem da sociedade aristocrática para a burguesa. Uma expressão hierárquica desafinada com o tempo anterior emergia, tanto da descrição da cidade como do comentário do observador, revelando práticas sociais e visão de mundo características de uma época.

A forma como certos roteiros lisboenses são expostos indica também dimensões históricas peculiares. A importância atribuída à monumentalidade põe-se, algumas vezes, em dissonância com o alargamento e a ampliação da cidade em seu processo de metropolização. No momento em que o “típico” ainda não era conhecido como “retrato da cultura”, expressões musicais como o fado, ou bairros como Alfama, situavam-se como notas marginais de uma cidade valorizada como bela e sumptuosa, condizente com o imaginário da Corte.

Se as narrativas revelam sensibilidades de uma época é porque denotam prioridades discursivas: as cidades como objeto de uma “história” a apontar o que sucumbiu na poeira do tempo e o que foi apropriado e re-significado por distintos atores sociais e políticos. Marina Tavares Dias (1992), em texto que integra a série *Lisboa Desaparecida*, afirma que as primeiras obras dedicadas à cidade datam da segunda metade do século XVI, influenciando a geração posterior de olisopógrafos, com destaque para o conhecido livro de Norberto Araújo (1992), *Peregrinações em Lisboa*. Durante o século XIX, olisopógrafos dedicaram-se a estudar e aprofundar o conhecimento sobre Lisboa evidenciando, nesses escritos, o enaltecimento e a valorização da cidade. O realce nostálgico ou elogioso das transformações espaciais era acompanhado do registro de “reliquias” ou singularidades que caracterizavam o chamado pitoresco. Trata-se de uma dualidade indutora de um espaço típico e panorâmico que Cordeiro (2003) observou, tomando como referência as construções do passado e presente em Lisboa, permeadas de pretensões e desejo de preservação.

A linguagem hiperbólica, presente nos guias aqui analisados, contém vocábulos do tipo “mais”, do “melhor”, do “maior”, denotando disputas simbólicas pelo reconhecimento de Lisboa no contexto europeu e restante mundo. A comparação supõe a existência de um conhecimento normatizado e de uma

estética baseada no realce de singularidades, evidenciando um caráter performático (Mondada, 2000), capaz não só de promover linguagens uniformes, como apontar usos e apropriações do senso comum conforme os seguintes exemplos:

- Coliseu dos Recreios – um dos maiores teatros e circos de toda Europa;
- Museu Geológico – considerado um dos melhores do gênero em toda a Europa;
- Aqueduto das Águas Livres – um monumento nacional, o mais notável de seu gênero na Europa;
- Mosteiro de Jerónimos – possui um dos portais mais esplêndidos do mundo;
- Praça do Cavalo Negro – uma das maiores do mundo.

Nessa mesma perspectiva, Henriques (1996) observa que os guias oitocentistas de Lisboa apresentam a cidade moderna ideal e progressista, sendo os atuais voltados para o estereótipo da cidade histórica, tradicional e típica. Destaca, ainda, a presença de vocábulos como belo, majestoso, magnífico e elegante, utilizados na apresentação da cidade, atestando a concordância entre o sistema de valores difundido nos guias, as percepções do turista e o uso que fazem do espaço.

A procura de um distintivo faz parte da exposição de localidades, sendo hoje referência para as narrativas que cultivam a ótica das experiências consideradas em extinção. A criação de um “destino turístico” promove, por outro lado, a ideologia da autenticidade, fazendo emergir linguagens passíveis de uma análise sócio-antropológica (Fortuna, 1999). As narrativas, nesse sentido, associam-se a um imaginário específico, permeado de evocações estéticas e invenção das tradições, tal como trataram Hosbbawm e Ranger (2002), ao analisarem repertórios e imagens que se difundem e se ressignificam no tempo, como expressões públicas teatrais de nacionalismos e ideais comunitários.

A descrição de Lisboa aponta interfaces com a história. A narrativa da capital portuguesa é pontuada, como em algumas cidades europeias que viveram situações de guerra, por invasões e conquistas, promovendo disputa entre memórias. Os mouros são permanentemente mencionados como bárbaros e invasores, acentuando o momento da reconquista da cidade. O “invasor”, agora elevado à categoria de patrimônio, testemunha, no entanto, um passado apaziguado na vitória da fé cristã, presente em simbologias, monumentos e edificações. A igreja da Sé, nesse sentido, corporifica essa imagem.

Os supostos ideológicos ou mitológicos, baseados na presença de estereótipos e exclusividade conferidos a fatos e monumentos, são observados por Barthes (1993), na análise do *Guide Bleu*. O guia acentua o lado pitoresco da paisagem de montanhas e os acidentes geográficos que permeiam a descrição de lugares. A humanidade da cidade desapareceria, na versão de Barthes, frente à exclusividade que os materiais escritos conferem aos monumentos, sendo os tipos humanos apresentados a partir do vírus de uma essência: o basco espanhol como marinheiro aventureiro, o catalão como hábil comerciante. No seqüência desse exemplo, poderia ser acrescentado o espírito aventureiro e ousado do português.

Observa-se, ainda, na apresentação dos roteiros de Lisboa, a imagem idealizada de uma cidade higiênica e organizada segundo o circuito do planejamento racional. Em tais circunstâncias, são apresentados os malefícios de bairros como Alfama, considerado à época expressão da desorganização e miséria, em contraste com a versão atual do bairro como representativo da “história da cidade” e do patrimônio mouro arquitetônico.

Em uma perspectiva mais ampla, não restrita a Lisboa, as narrativas apontam as seguintes características: referência a fatos históricos que afirmariam a origem da cidade, linguagem hiperbólica na apresentação de monumentos e espaços, disputa simbólica entre localidades, classificações e valorização de “tradições”.

Os conflitos simbólicos entre cidades ou no interior de um mesmo espaço, ao lado da disputa pela longevidade histórica, vêm propiciando um emergir permanente de narrativas, redefinindo uma relação peculiar entre espacialidades e temporalidades (Barreira, 2005, 2006). Os guias turísticos podem ser considerados uma das expressões de narrativas da cidade, a manter uma linha de continuidade com o registro de antigos viajantes e cronistas, pelo culto ao exótico. Eles são também fonte de consumo, não isentos de interesses comerciais ou políticos, para os moradores das urbes, envolvidos pelo espírito ufanista de valorização da “sua cidade”.

Mais que sugerir roteiros de visita, as apresentações contidas nos guias turísticos constituem modos de afirmação da imagem de cidades, a apontar as narrativas como itinerários de pesquisa sobre imaginários urbanos de metrópoles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIROU, Rachid (2000), *Imaginaire du tourisme culturel*. Paris: PUF.
- ARAÚJO, Norberto de (1992), *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Fundação Cidade de Lisboa.
- BARREIRA, Irllys (2005), “Guias turísticos em Berlim”, *Tempo Social*, São Paulo, Revista de Sociologia da USP, 17 (1).
- BARREIRA, Irllys (2006), “A cidade que se conta: narrativas e rituais de apresentação em Lyon”, in Miranda, Júlia; Podeus Jr, Ismael; Laplantine, François (orgs.), *Imagínarios sociais em movimento: oralidade e escrita em contextos multiculturais*. Campinas: Pontes Editora.
- BARTHES, Roland (1993), *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BENJAMIN, Walter (1993), *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense.
- CORDEIRO, Graça Índias (2003), “Uma certa ideia de cidade popular, bairrista, pitoresca”, *Sociologia*, 13, 185-99.
- CORDEIRO, Graça Índias (2007), “Entre a rua e a paisagem. Reflexão em torno da urbanidade de Lisboa”, *Ler História*, 52, 57-72.
- CRISTÓVÃO, Fernando (org.) (2003), *O olhar do viajante, dos navegadores ao exploradores*. Coimbra: Almedina.
- DARNTON, Robert (1986), *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal.
- DIAS, Marina Tavares (1992), *Lisboa desaparecida*. Vol. 3. Coimbra: Quimera Editora.
- ELIAS, Norbert (1994), *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FORTUNA, Carlos (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais*. Oeiras: Celta.
- GÓIS, Damião de (2001), *Descrição da cidade de Lisboa*. Tradução do texto latino de 1554, por Feliciano Alves. Lisboa: Livros Horizonte.
- HENRIQUES, Eduardo Brito (1996), *Lisboa turística, entre o imaginário e a cidade*. Lisboa: Edições Colibri.
- HOBBSAWM, Eric; Ranger, Terence (2002), *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LOPES, Tereza Rita (2007), “Prefácio” a Pessoa, Fernando, *O que o turista deve ver*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MONDADA, Lorenza (2000), *Décrire la ville – la construction des savoirs urbains dans l’interaction et dans le texte*. Paris: Anthropos.
- MORAES, Ignácio Paulino (1804), *Itinerário Lisbonense ou Directório Geral de todas as ruas, travessas, becos, calçadas, praças etc. que se comprehendem no recinto da cidade de Lisboa com seus próprios nomes, princípio, e termo, indicados dos lugares mais conhecidos, e geraes*.

- para utilidade, uso, e commodidade dos estrangeiros, e nacionaes.* Lisboa: Impressão Régia, Anno MDCCCIV.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (1999), *O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano.* Porto Alegre: EURGS.
- PESSOA, Fernando (2007), *O que o turista deve ver.* Lisboa: Livros Horizonte.
- PROENÇA, Raúl (1924), *Guia de Portugal: Lisboa e arredores.* Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa (Reeditado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1979).
- ROCHE, Daniel (2003), *Humeurs vagabonde: de la circulation des hommes et de l'utilité des voyages.* Paris: Fayard.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1999), *A cidade em Portugal – uma geografia urbana.* Lisboa: Edições Afrontamento.
- VIDAL, Frédéric (2007), “Ruas e sítios na Lisboa oitocentista. Usos e classificações em quatro roteiros da cidade”, *Ler História*, 52, 9-27.

15. ECONOMIA DO PATRIMÓNIO

Eva Vicente

Introdução

O Património Cultural, e com ele as políticas para a sua protecção e conservação, tem estado tradicionalmente afastado do âmbito do estudo da Economia. Tanto a administração encarregue da política patrimonial como o sector do Património têm sido campos relativamente autónomos e fechados, compostos por grupos de especialistas e técnicos na matéria habituados a decidir que elementos fazem parte do Património, o que merece ser conservado para a posteridade, e que administrem os meios para o fazer (Throsby, 1997 e 2001). Esta situação, não obstante, conheceu uma notável mudança, nas últimas décadas, devido à evolução do conceito de Património e à sua nova relevância social e económica e, desde então, à nova importância das políticas patrimoniais, que deixaram de ocupar um lugar marginal nos planos dos governos, para ganhar em complexidade e ser consideradas um instrumento de grande utilidade nas políticas de desenvolvimento. E, portanto, capazes de melhorar o bem estar e a qualidade de vida dos cidadãos (Vicente, 2007: 13).

Em relação à evolução experimentada pela noção de Património, cabe destacar não só a amplificação do campo que abarca este conceito, como também, sobretudo, o novo papel que se lhe atribui no mundo actual: deixou de se considerar os bens patrimoniais como um «tesouro», conhecido e apreciado por uma minoria, para ver neles um recurso valioso, que contribui para o desenvolvimento cultural, social e económico da comunidade a que pertence. Assim, juntamente com os seus valores estéticos, artísticos e históricos tradicionais, reconhece-se nos nossos dias o valor cultural dos bens patrimoniais, assim como a sua utilidade social e económica. A ideia de uso social do Património faz referência à possibilidade – que adopta a forma de direito na maioria dos ordenamentos jurídicos actuais – da sua fruição colectiva independentemente da sua titularidade. Em relação à sua utilidade económica, os bens patrimoniais são considerados como um recurso económico potencial que, adequadamente conservado e valorizado, pode converter-se numa fonte de riqueza e desenvolvimento económico para a sociedade a que pertence. Esta ideia ou noção ganha ainda maior força quando se centra nas possibilidades que o Património oferece, como recurso estratégico,

às regiões e territórios mais desfavorecidos (Caravaca *et al.*, 1996: 94), mas com um legado patrimonial importante. Para isso contribuíram de maneira decisiva os novos hábitos de fruição do tempo livre dos cidadãos e o auge do turismo cultural.

Neste contexto, a conservação e gestão dos recursos patrimoniais apresenta importantes implicações e condicionantes económicos. Por um lado, as políticas de conservação valorizadas têm repercussões económicas que afectam o bem-estar individual e colectivo: a intervenção pública neste terreno gera benefícios e custos, tanto colectivos como individuais, afecta as decisões dos diferentes agentes e, além disso, consome recursos, pelo que entra em concorrência com outras políticas e programas de despesa pública. Por outro lado, este tipo de políticas está muito condicionado por factores económicos diversos que influenciam a tomada de decisões, na escolha de instrumentos, nos incentivos para a valorização e no uso deste tipo de bens, etc.

Todos estes aspectos contribuíram para conferir uma atenção crescente ao Património como objecto de Análise Económica, de maneira que, actualmente, o que agora se denomina *Economia do Património* (vid. Greffe, 1987, 1990; Dupuis e Desjardins, 1994; Peacock, 1995, 1998; Throsby, 1997; Klamer e Zuidhof, 1999; Klamer e Throsby, 2001; Rizzo e Towse, 2002; etc.), constitui uma área de investigação consolidada, com abundante literatura sobre a matéria. Neste âmbito, ocupa um lugar destacado o estudo das políticas patrimoniais, que costuma centrar-se na análise dos processos de adopção de decisões, na sua implementação, ou na avaliação dos efeitos das medidas e instrumentos aplicados. Obviamente, não se trata, com isto, de questionar as decisões em matéria de conservação e a existência deste tipo de políticas com base em relações económicas: a sua existência e o consenso social sobre a necessidade de preservar o Património é prévia ao interesse dos economistas por elas. Trata-se, antes, de analisar a racionalidade dessa intervenção e de apresentar instrumentos que permitam avançar na concepção de políticas patrimoniais eficazes e eficientes, capazes de garantir o uso e a fruição do Património no presente, ao mesmo tempo que asseguram a sua preservação para as gerações futuras, ou seja, o seu uso sustentável. Para isso, na nossa opinião, é necessário que a concepção de qualquer actuação parta de um bom conhecimento do funcionário do sector do Património e do valor que os agentes implicados e, na generalidade, o conjunto da sociedade, atribuem hoje em dia à conservação e uso deste tipo de bens. Partindo destas premissas, o nosso objectivo ao longo deste capítulo será expor as principais questões e conceitos básicos a partir dos quais, hoje em dia, se baseia a análise económica dos

temas patrimoniais, assim como tentar ver algumas das contribuições que a Economia pode trazer neste âmbito.

Análise económica do sector do Património Cultural

Ainda que *a priori* possa parecer um pouco estranho e inusual a aplicação da análise económica a um sector como o do Património Cultural, a verdade é que, da mesma maneira que qualquer outro bem de consumo ou de capital, os bens patrimoniais são objecto de actividades económicas (Krebs e Schmidt-Hebbel, 1999: 211): a sua protecção, conhecimento, conservação e difusão têm um custo; são objecto de intercâmbio em mercados formais e informais; geram satisfação e benefícios junto de indivíduos e de comunidades que têm acesso a eles: e constituem um investimento potencial na produção de outros bens e serviços. Portanto, é possível fazer uma análise do sector do Património de um ponto de vista económico. O facto de ser exequível, não significa, no entanto, que seja simples. Uma das principais dificuldades que é necessário enfrentar deriva da própria extensão e diversidade que hoje em dia caracteriza o conceito de Património Cultural, que dificulta qualquer análise que se pretenda realizar sobre este sector e que leva a uma delimitação do objecto de estudo. Pela nossa parte, centrar-nos-emos nesta exposição, da mesma maneira que outros trabalham que abordam a análise económica deste sector, no estudo do Património Cultural tangível. Partindo destas premissas iremos fazer uma análise económica do sector do Património de maneira similar à que faríamos para qualquer outros sector ou mercado da economia, através de uma análise clássica de oferta e procura.

A procura do património

Nas últimas décadas, fruto das profundas transformações que tiveram lugar nas economias desenvolvidas,¹ o Património ganhou um interesse crescente, dando lugar ao aparecimento de novas necessidades em relação aos bens patrimoniais. A prova disso é o forte crescimento da procura de Património em todo o mundo, que se pode constatar através do aumento das visitas a locais patrimoniais, museus, etc., convertidos, hoje, em pontos tradicionais de paragens turísticas (González, 1996: 45). Há que assinalar, não obstante,

¹ Entre estas transformações deve destacar-se, pela sua importância, o aumento dos rendimentos disponíveis, a melhoria nos níveis educativos da população e a maior disponibilidade do tempo livre, juntamente com um crescente interesse pelo consumo de bens e serviços culturais como forma de empregá-lo.

que tanto o valor que se dá actualmente a este tipo de bens, como a natureza da sua procura, são fenómenos complexos que não se esgotam na mera procura de uso ou consumo directo por parte dos visitantes ou turistas. A juntar ao que foi dito, há que ter em conta também outra série de procuras que se apoiam em toda uma série de valores intangíveis presentes neste tipo de bens e que levam os indivíduos a valorizar e a procurar a sua conservação independentemente do seu possível uso actual. Quando falamos de «valor» dos bens patrimoniais não estamos a fazer uma alusão ao seu mero valor físico como activo, mas também a toda uma série de valores culturais e sociais, tanto intrínsecos como extrínsecos que se atribui a este tipo de bens.² Há que ter presente, portanto, que o valor do Património é um fenómeno multidimensional que, além do mais, vai depender do contexto e dos agentes implicados, pelo que evolui no tempo. Isto permite explicar as distintas classificações de valor que se recolhem na literatura sobre a matéria, assim como o facto de que os valores atribuídos aos bens patrimoniais diferem em grande medida, dependendo do autor ou disciplina considerada; tudo isto não é senão um reflexo das múltiplas motivações que levaram a valorizar (e, portanto, a conservar) estes bens e a sua evolução ao longo do tempo.

No âmbito económico, e com o objectivo de sistematizar o seu estudo, a maioria dos autores distingue dois componentes básicos no valor dos bens Patrimoniais: um valor de uso e um valor de não uso. Estas duas categorias servem de base, por sua vez, como veremos a seguir, para determinar os dois componentes da procura actual de Património. O primeiro deles seria dado pela denominada *procura de uso* baseada no valor de uso ou utilidade imediata que pode derivar da fruição dos bens e serviços patrimoniais. Dentro deste primeiro tipo deve distinguir-se, por sua vez, entre uma *procura de uso cultural*, na qual poderíamos incluir, entre outras, aquelas pessoas que desejam visitar um monumento ou um lugar patrimonial – procura de acesso – a de certos serviços ligados directamente aos bens patrimoniais – guias, serviços educativos, etc. – e outros serviços auxiliares (Towse, 2002: 11) e uma *procura de uso não cultural* proveniente de particulares, empresas e organismos públicos e privados que desejam utilizá-los como casa, sede da suas actividades, etc. Em segundo lugar teríamos a *procura de não uso* integrada por três componentes: a *procura*

² De forma simplificada costuma falar-se destes valores em termos de valor ou significado cultural, termo sob o qual se englobariam, entre outros, o seu valor estético, artístico, histórico, simbólico, cultural, educativo, religioso ou político.

de opção que deriva daqueles indivíduos que não são actualmente usuários de bens patrimoniais, mas que atribuem um valor à possibilidade – opção – de poder visitá-los no futuro; a *procura de existência*, baseada no denominado valor de existência, que se apoia na crença de que os bens patrimoniais possuem um valor intrínseco, independentemente do seu valor de uso; por último, a *procura de legado* que se baseia na utilidade ou no valor que os indivíduos das gerações presentes obtêm do conhecimento que os bens patrimoniais poderão ser fruídos também pelas gerações futuras.

Como se pode observar, a procura do Património é actualmente muito complexa, o que, evidentemente, complica a sua análise. Um problema acrescentado deriva do facto de que, geralmente, este tipo de procuras não se revela através dos canais normais de mercado. Concretamente, dos dois componentes que acabámos de ver, só o primeiro, e com algumas reservas, seria reflectido através do mercado: ou seja, tanto no caso da procura de uso cultural directo como no caso da procura não cultural dos bens patrimoniais costuma ser possível, em princípio, cobrar um preço para as satisfazer;³ no entanto, não podemos dizer o mesmo da procura de não uso dos bens patrimoniais, que não se expressa através dos mecanismos convencionais do mercado e, portanto, apresentará uma carência de um peso específico nas decisões sobre a atribuição de recursos com destino à conservação e valorização do Património que se adopte através deste.

Numa relação directa com o que foi dito atrás, a procura e o consumo de Património apresentam também outra série de particularidades destacáveis. Por um lado, há que assinalar uma das características mais típicas da procura do Património, como é o facto desta se reportar aos valores, serviços ou experiências que se podem obter do Património e não directamente com o suporte que constitui um objecto ou local patrimonial (Greffé, 1990: 42). Ou seja, quando se procura um bem patrimonial não se pretende consumir, geralmente, o bem enquanto objecto, mas sim os seus valores, experiências e serviços aos que serve de suporte e que constituem a autêntica fonte de utilidade para o usuário e consumidor. Há que assinalar também outra característica do consumo de Património que vai exercer uma influência muito importante na

³ Ainda que em muitos casos os proprietários dos bens e locais patrimoniais possam cobrar aos visitantes pelos serviços ou utilidade que estes lhes reportam, excluindo da sua fruição aqueles que não paguem, em muitas outras situações não será assim que se irá passar. Isto deve-se ao facto de que este tipo de bens apresenta em diferente grau as características próprias dos denominados *bens públicos*.

formação da sua procura presente e futura: o seu carácter aditivo. Com efeito, o consumo de bens e serviços patrimoniais, da mesma maneira que os outros bens e serviços culturais, dá lugar a comportamentos aditivos no sentido de que um aumento no seu consumo presente por parte do indivíduo, levará a incrementar o seu consumo futuro (Throsby, 1994; Benhamou, 1996a). Isto deve-se ao facto de que o consumo de experiências pressupõe uma acumulação de conhecimento e experiência – de *capital de consumo*, usando a terminologia de Stigler e Becker (1977) – que reduz o custo do consumo relativamente aos benefícios que se obtêm dele. Por tudo isto, o consumo de Património deve ver-se não só como um acto que produz satisfação no presente, mas também como um investimento em capital humano, uma vez que comporta uma acumulação de conhecimento e experiências que afectará consumos futuros (Throsby, 1994: 3).

A oferta de património

Como acabámos de ver, a procura de Património nas sociedades actuais é uma procura complexa que se refere a uma série de valores, serviços e experiências relativas aos bens patrimoniais. Contudo, pelo lado da oferta constatamos que não existe uma verdadeira «oferta» de Património,⁴ mas sim um *stock* de bens que, geralmente, não foram criados na altura com a ideia de chegar a gerações futuras, de recordar o seu passado, mas como um meio de satisfazer as necessidades e gostos da sua época (Peacock, 1998: 3). É por isso que, actualmente, para que estes bens ganhem plenamente o seu valor «Patrimonial» e sejam objecto de uso e fruição social a que por definição estão destinados, é necessário «transformá-los» para desta maneira satisfazer as novas necessidades e procuras da sociedade. Este é, de facto, o objectivo com o qual, desde há alguns anos, se sucedem os processos de valorização dos bens patrimoniais, que não são senão um meio para os converter de novo numa fonte de serviços para a sociedade, num produto adaptado às preferências e procuras contemporâneas, apto para o seu uso e fruição social (Vicente, 2002 e 2007).

A seguir vamos descrever em traços gerais o processo de conservação e valorização dos bens patrimoniais, o que, usando uma terminologia económica, poderíamos denominar o *processo de produção patrimonial ou modelo de*

⁴ Tal como se utiliza no contexto de análise económica o termo *oferta* faz referência ao volume de bens e serviços colocados à disposição da procura em cada momento do tempo.

oferta patrimonial. O processo começa quando os indivíduos, instituições ou comunidades decidem, mediante um processo de selecção, que certos objectos ou lugares merecem ser preservados, que representam algo sobre si mesmos e sobre o seu passado que deveria ser transmitido às gerações futuras (Avrami e Mason, 2000: 8), definitivamente mediante a sua valoração.⁵ Após este processo, os bens escolhidos passam a fazer parte do Património Cultural ou, seguindo a terminologia empregue por Throsby (1997e 2001) do *stock de capital cultural*⁶ existente num país ou comunidade num dado momento. Posteriormente, a partir destes bens de Património e após um processo de produção ou de transformação obtém-se o produto patrimonial. Este «produto» genérico corresponde, na realidade, a uma ampla gama de bens, serviços e valores de todo o tipo, que se produzem de maneira conjunta, orientados para satisfazer múltiplas e variadas procuras.

Tendo em conta o que foi dito atrás, podemos afirmar que a oferta de Património de um país, região ou comunidade será dada em cada momento pelo conjunto de *outputs* ou produtos derivados do processo de produção dos bens patrimoniais que se colocam à disposição da procura. Na prática, as dimensões e as características desta oferta patrimonial serão o resultado da agregação das decisões de produção dos distintos agentes que intervêm neste processo – o Estado, proprietários privados, colectividades territoriais, etc. – que, *a priori*, adoptam as suas decisões de forma independente, ainda que dentro do quadro regulador fixado pelo Estado (Grefe, 2003: 68).⁷

⁵ Neste caso, como assinala Peacock (1998: 4), não faz sentido falar da existência de um processo de produção organizado, mas sim de um processo de incremento no qual especialistas e técnicos na matéria têm uma participação destacada.

⁶ Throsby propõe utilizar esta denominação para distinguir os bens culturais – caracterizados por possuir tanto valor cultural como económico – dos activos económicos ordinários – que só proporcionam valor económico. Assim se poderia definir o «capital cultural» como «um activo que representa, armazena ou proporciona valor cultural para além de qualquer outro valor económico que possa possuir» (Throsby, 2001: 59).

⁷ Apesar de, com efeitos explicativos, estarmos a analisar a produção de Património como um processo orientado para o mercado, há que ter presente que na realidade nos encontramos perante um sector que tem uma grande intervenção, no qual o Estado tem um papel fundamental na determinação da oferta: por um lado, determina, através dos processos de catalogação ou de listagem, a quantidade e a composição do *stock* de bens patrimoniais; através da regulação, interfere, também, no possível uso que os proprietários façam destes bens, impedindo em muitos casos a sua utilização não cultural se isso pressupõe uma deterioração dos mesmos ou o próprio uso e exploração cultural se isso afectar

FIGURA 1. Modelo de oferta Patrimonial



Fonte: adaptado de Tunbridge e Ashworth (1996).

O conceito de *produção de Património*, tal como o utilizamos nesta análise, faz referência a *qualquer tipo de actividade que mantenha ou acrescente valor ao bem patrimonial*. Daí o nome de «valorização», termo com o qual é habitual designar este processo.⁸ Ainda que, como se pode observar perante esta definição, as actividades que se podem considerar compreendidas dentro deste processo são muito variadas, cremos que, atendendo às suas particularidades e à sua finalidade comum, é possível distinguir, como se pode ver na figura, dois grandes grupos dentro das mesmas (Vicente, 2002; 2007). Um primeiro grupo, que poderíamos denominar as actividades de conservação, no qual se incluiriam todas aquelas actividades relacionadas de forma directa com a melhoria e manutenção do bem patrimonial ou, geralmente, do *stock* de Património⁹ e, em segundo lugar, o das actividades orientadas para a produção e

negativamente a sua conservação; de igual modo, impõe custos acrescentados tanto aos usos patrimoniais como não patrimoniais, derivados das exigências de protecção e conservação deste tipo de bens, o que interfere, obviamente, nas decisões adoptadas em relação a este tipo de recursos por parte dos distintos agentes.

⁸ Não se deve confundir o conceito de valorização (adição ou manutenção do valor) com o de valoração que pressupõe, pelo contrário, o reconhecimento de um valor ou valores já existentes nos bens patrimoniais, como o que se produz, por exemplo, no momento da declaração de um elemento como integrante do Património.

⁹ Seguindo a classificação proposta por Lichfield (1998: 26), este termo incluiria: prevenção de deterioração, preservação, consolidação, restauração, reabilitação, reprodução e reconstrução dos bens patrimoniais. A escolha entre estas diferentes possibilidades não é

distribuição de serviços patrimoniais e, de uma maneira ampla, para a difusão do Património.¹⁰

Este capítulo englobaria todas as actividades cujo objecto é a produção e distribuição de serviços derivados de um local Patrimonial e, geralmente, as orientadas para possibilitar o acesso do público ao mesmo, tanto de um ponto de vista físico como intelectual.¹¹ Por outras palavras, estaríamos a falar da existência de dois tipos de actividades, ou de duas fases do processo produtivo com finalidades claramente diferenciadas. Por um lado, a de garantir a sobrevivência do bem cultural. Por outro lado, a de facilitar o seu uso e fruição. Cada uma delas terá, portanto, efeitos distintos do ponto de vista das utilidades e valores que gera: enquanto da conservação do Património derivam, sobretudo, importantes valores de não uso, ou seja, valores de existência, que constituem um legado para as gerações futuras e potencialidade de fruição futura; as actividades de difusão e produção de serviços geram importantes valores de uso tanto individuais como colectivos.

Não obstante, apesar de, com efeitos explicativos, termos dividido o processo de produção do Património em duas etapas, na prática estes dois tipos de actividades costumam estar estreitamente relacionados: o estado do *stock* afectará o fluxo de serviços que pode derivar do mesmo, tanto em quantidade como em qualidade. Vice-versa, o uso e exploração que se faça do Património afectará o seu estado de conservação. De assinalar, neste sentido, que longe do que se costuma pensar, o uso do Património não tem de afectar de maneira negativa o seu estado de conservação, reduzindo os seus valores de não uso. Assim como, pelo contrário, o «bom uso» do Património contribui para reforçar estes últimos.¹²

neutral, cada uma delas terá efeitos distintos sobre o valor do bem patrimonial, assim como distinto custo económico.

¹⁰ No âmbito da difusão faz sentido todo o tipo de iniciativas e programas destinados a captar o maior número possível de usuários e a satisfazer as suas procuras, pretende-se com isso dar a conhecer o Património, interessar o público e ensinar a apreciá-lo, a satisfazer as suas necessidades culturais.

¹¹ Este grupo abarca aspectos tão diferentes da gestão patrimonial como a apresentação e interpretação dos bens patrimoniais, a gestão dos fluxos de visitantes, a fixação de horários, a sinalização, a gestão de serviços derivados e complementares, etc.

¹² Deve destacar-se, a este respeito, a importância das técnicas e métodos de interpretação do Património, entendidos como um meio de informar, educar e promover o interesse dos usuários por locais patrimoniais, e pelo Património em geral, e orientados para conseguir para o visitante a qualidade da experiência.

Há que ter em conta, da mesma maneira, que em muitas ocasiões vai ser difícil classificar as intervenções realizadas num ou noutro grupo, já que em muitos casos as acções que se desenvolvem sobre os bens patrimoniais atendem a ambos objectivos de maneira simultânea (Johnson e Thomas, 1995: 172). Apesar dos inconvenientes que qualquer generalização sempre apresenta, cremos que esta descrição permite explicar de maneira bastante clara o processo pelo qual devem passar a maior parte dos bens patrimoniais até chegar aos cidadãos, seus destinatários. Logicamente, dependendo do uso que se lhes queira dar, este processo pode simplificar-se ou tornar-se mais complexo. Deve assinalar-se, além disso, que em muitas ocasiões este processo nem sequer tem lugar e a «oferta» coincide, então, com o bem patrimonial.¹³ A razão para que isto aconteça é que no caso do Património, ao contrário de outros meios, a existência de um *stock* não garante a existência de um fluxo paralelo de serviços (Greffé 1990: 74), ou seja, o processo de transformação que descrevemos não acontece de maneira espontânea.

O mercado do património

Uma vez analisadas as principais características da procura e da oferta de Património, faz todo o sentido perguntar se o «mercado patrimonial», entendido como o lugar de encontro da oferta e da procura do Património, tal como o descrevemos, pode chegar por si só ao equilíbrio e, sobretudo, entrando já num campo mais normativo, se o equilíbrio ou situação alcançada seria socialmente desejável. A opinião maioritária é que o mercado – a economia privada – falha quando se trata de prover níveis de conservação e serviços patrimoniais suficientes. De facto, a maioria dos economistas considera que o veredicto do mercado não é excepção, mas sim a regra, no caso do Património e que, portanto, a intervenção colectiva pode melhorar os seus resultados favorecendo a valorização dos bens patrimoniais, garantindo um uso de acordo com os imperativos de conservação. A seguir, veremos quais são na prática as principais deliberações que acontecem no mercado do Património e que podem levar a justificar a intervenção pública neste âmbito com base nos lucros de bem-estar social que isso pode reportar.

¹³ Neste caso, na realidade, deveria falar-se da existência de serviços mínimos e muito elementares, o que Greffé (1990: 97) denomina «serviços naturalmente associados ao suporte patrimonial»: o direito de olhar ou, no limite, um direito de visita do bem patrimonial.

As deliberações do mercado de património: fundamentos económicos das políticas patrimoniais

Partindo do princípio de soberania do consumidor, hipótese básica no funcionamento dos mercados competitivos, a conservação e valorização dos bens Patrimoniais, a oferta de Património numa sociedade, dependerá da existência de uma procura por parte dos cidadãos. Geralmente, o mercado é o mecanismo habitual através do qual se manifestam as preferências individuais pelos distintos bens e serviços, o instrumento que proporciona a informação necessária para determinar a sua procura. No caso do Património, no entanto, a confluência de uma série de circunstâncias, entre as quais se deve destacar o carácter de bem público¹⁴ de muitos dos valores e serviços derivados destes bens e a presença de externalidades na sua produção e consumo¹⁵ (Peacock, 1978, 1995, 1998; Mossetto, 1992, 1993; Benhamou, 1966b, 1997; Koboldt, 1997; Throsby, 1997, etc.) dão lugar a ineficiências ou deliberações no processo de atribuição, uma vez que as decisões adoptadas pelos diferentes agentes só reflectirão a procura ou o valor expressado através do mercado e não o verdadeiro valor, o valor social que, num dado momento, os cidadãos atribuem à produção de serviços patrimoniais, dando como resultado níveis de provisão inferiores aos socialmente desejáveis.

O âmbito do Património caracteriza-se, além do mais, pela existência de importantes *decisões de informação*¹⁶ (Mossetto, 1993; Benhamou, 1997). Há

¹⁴ O conceito económico de *bem público* faz referência a um bem que apresenta duas características: é *não rival* no seu consumo, dado que a sua fruição por uma pessoa não reduz a sua disponibilidade para outras; e *não excludente*, no sentido de que é impossível impedir que qualquer pessoa o consuma logo que foi produzido.

¹⁵ Um bem gera *externalidades* se a sua produção ou consumo afecta os benefícios ou o bem-estar de agentes distintos dos seus produtores ou consumidores originais, sem que esta interdependência tenha o seu reflexo nos preços. No caso do Património, é costume destacar-se, por exemplo, os benefícios económicos que a sua produção proporciona a outros agentes da área como hotéis, restaurantes, etc., os seus efeitos benéficos sobre o rival de educação geral, a sua contribuição para a manutenção da identidade nacional, o aumento da coesão e harmonia social, para a formação de uma imagem de prestígio do país ou da comunidade, etc.

¹⁶ A existência de informação perfeita é uma das hipóteses fundamentais em que assenta a eficiência do mercado competitivo e implica que todos os agentes económicos, tanto consumidores como produtores, estejam adequadamente informados de alternativas disponíveis e de todos os custos e benefícios que lhes trazem as suas acções, tanto no presente como ao longo do tempo. Quando esta condição não se cumpre, não se pode assegurar que o consumidor maximize a sua utilidade através das suas decisões de consumo.

que ter presente, neste sentido, que tanto o gosto pelo Património como, em geral, pela Cultura, é um gosto adquirido, que se consegue de forma progressiva com o consumo de bens e serviços culturais e com as experiências neste âmbito (Netzer, 1978; Heilbrun e Gray, 1993; Benhamou, 1996a). Isto pressupõe que se não tiveram experiências prévias, os cidadãos não vão poder antecipar os benefícios que o consumo cultural lhes poderá dar no futuro. Da mesma maneira, os potenciais consumidores de Património podem desconhecer tanto o valor como a autenticidade de um determinado bem ou serviço patrimonial.¹⁷

A falta de informação afecta igualmente os proprietários do Património, que podem desconhecer tanto o valor do que possuem e, portanto, a necessidade de conservá-lo, como a forma adequada de o fazer. Isto poderia levá-los a tomar decisões não desejáveis em relação à sua conservação e uso, que afectariam tanto a integridade do bem como a sua sobrevivência, aspecto muito importante num meio como aquele que nos ocupa, caracterizado pelo carácter irreversível de muitas decisões. Estes seriam, em linhas gerais, os principais argumentos que têm sido utilizados para justificar a intervenção pública no sector do Património Cultural do ponto de vista da eficiência na atribuição de recursos. Não obstante, também existem outros argumentos que justificam as intervenções públicas neste terreno de um ponto de vista distributivo.¹⁸ Concretamente, o argumento baseado na natureza de «bem preferencial» – *merit good* – do Património constitui um dos pilares tradicionais das políticas patrimoniais (Peacock, 1995; Klammer e Zuidhof, 1999). A particularidade que apresenta este tipo de bens é que, para uma sociedade e momento determinado, têm um valor inerente ou intrínseco devido ao facto de possuir certas qualidades reconhecidas de forma maioritária, que os tornam merecedores de receber a denominação de bens meritórios ou preferenciais.¹⁹ O problema que se apresenta neste caso é que se se confiar a sua provisão ao mercado não se alcançarão os níveis de provisão socialmente desejáveis.

¹⁷ A intervenção pública mediante a declaração de certos bens como elementos do Património pode ver-se, neste sentido, como um indicador da sua qualidade e possibilidades do ponto de vista do consumo. Estas declarações reduzem, portanto, a incerteza dos consumidores, assim como os custos de informação.

¹⁸ Ao contrário dos anteriores, este tipo de argumentos apoiam-se em juízos de valor sobre a maior ou menor equidade dos resultados alcançados através do mercado.

¹⁹ Outros bens e serviços que nas sociedades desenvolvidas têm esta condição de bens preferenciais são, actualmente, por exemplo, a educação, a saúde ou o consumo cultural.

Os argumentos que acabámos de expor constituem uma justificação *a priori* da intervenção pública no sector do Património. Poderíamos dizer que constituem uma justificação necessária mas não suficiente dado que, em todo o caso, haverá que valorar a conveniência desta intervenção, analisando os benefícios e os custos sociais derivados das medidas adoptadas. Há que ter presente, também, que a intervenção do Estado não é a única solução possível perante a presença de decisões nos mercados de Património. A acção colectiva pode desenvolver-se também através de instituições de carácter não lucrativo, que estão a ganhar um protagonismo crescente neste sector e que permitem canalizar procura de não uso que não tem reflexo nos mercados.²⁰

Centrando-nos na intervenção estatal, no desenvolvimento das suas políticas patrimoniais, os diferentes governos e administrações públicas devem adoptar na prática um sem número de decisões relativas à conservação e uso dos bens patrimoniais, que abarcam aspectos tão variados como a determinação do orçamento público atribuído à política patrimonial, a selecção dos bens que são objecto de intervenção, a escolha de instrumentos que se aplicarão ou o tipo e nível de serviços com o qual se vai dotar os cidadãos (conservação, difusão, acesso), etc. Todas estas decisões têm custos de oportunidade, uma vez que os recursos implicados podem ser utilizados para propósitos alternativos. Para tomar este tipo de decisões de uma maneira racional as autoridades públicas necessitam poder comprar os benefícios ou valor social derivados deste tipo de actuações com os de outras alternativas relevantes (Frey, 1997; Klamer e Zuidhof, 1999). A Economia apresenta, neste sentido, algumas vantagens competitivas, dado que dispõe de um amplo leque de técnicas e métodos que permitem estimar em termos económicos o valor derivado das actuações em matéria de Património. Como veremos a seguir, o objectivo comum de todos estes métodos é valorar os benefícios ou variações no bem-estar social derivados deste tipo de actuações.

Metodologias de valoração económica dos bens patrimoniais

Existe um amplo consenso social sobre os grandes benefícios que a conservação e uso do Património trazem à sociedade. Este importante papel atribuído

²⁰ Apesar do seu importante crescimento nas últimas décadas, podemos dizer que na Europa continental o desenvolvimento do Sector Terciário, no âmbito concreto do Património, é ainda muito incipiente e depende em grande medida, além do mais, das políticas fiscais públicas (incentivos, desagravamentos, etc.) para o seu financiamento, pelo que nestes países o Sector Público continua a ter um papel fundamental neste meio.

ao Património nas sociedades modernas contrasta, no entanto, com a escassez de estudos empíricos que tentem identificar e analisar o carácter e alcance destes benefícios. A Teoria Económica dá, neste sentido, um amplo leque de técnicas que podem ajudar a calcular os benefícios económicos ou valor social derivados do desenvolvimento de projectos e políticas patrimoniais. Sem querermos ser exaustivos, podemos distinguir duas perspectivas diferentes que irão ter, também, distintos objectivos quanto aos benefícios avaliados: os estudos de impacto económico e os estudos de disposição a pagar.

A metodologia aplicada na perspectiva convencional dos estudos de impacto económico baseia-se na identificação e medição do conjunto de benefícios ou de fluxos que possam imputar-se à existência ou desenvolvimento de uma determinada actividade patrimonial entre os fluxos financeiros existentes numa economia de referência e estimar o seu impacto conjunto (Heilbrun e Gray, 1993: 310).²¹ Ainda que este tipo de estudos não esteja isento de críticas,²² cumprem uma importante função, fornecendo dados que permitem a comparação entre estratégias de planificação – regionais, urbanas, etc. – alternativas em termos das suas consequências financeiras tangíveis (Throsby, 1982: 1).

Os estudos de disposição para pagar, ao contrário dos anteriores, adoptam uma perspectiva microeconómica que se centra na valoração da utilidade que obtêm os indivíduos do bem ou serviço patrimonial ou, em termos equivalentes, em estimar o valor que lhes atribuem através da sua disposição para os pagar. Dado que, como vimos, muitos dos valores atribuídos aos bens e serviços patrimoniais não se materializam numa procura efectiva através do mercado, é necessário recorrer a outros métodos de valoração. Ao longo das últimas décadas, os economistas desenvolveram, neste sentido, diversas técnicas de estimação que permitem calcular o valor económico deste tipo de bens e serviços. Estas técnicas, conhecidas com a designação genérica de *métodos de valoração de não-mercado*, têm-se vindo a aplicar com êxito noutros campos, principalmente na valoração de recursos do meio ambiente. Pela sua importância, na área que nos ocupa deve destacar-se três métodos concretos:

²¹ Uma aplicação recente destes estudos no âmbito do Património pode ver-se em Vicente *et al.* (2007).

²² Uma das suas críticas tradicionais é que não têm em conta os benefícios sociais derivados dos investimentos e projectos culturais. Neste sentido, há que assinalar os avanços que se estão a realizar nos últimos anos para tentar medir e integrar também este tipo de afectos nos seus resultados.

o *método de valoração contingente*, que consiste basicamente em perguntar através de um questionário a uma mostra da população implicada (beneficiada) quanto estariam dispostos a pagar pela conservação ou recuperação de um bem, simulando, portanto, a contingência de um mercado; o *método dos preços hedónicos*, por seu lado, baseia-se no cálculo do valor associado aos projectos patrimoniais de maneira indirecta através do aumento dos preços de certos bens associados como, por exemplo, o preço de uma casa no centro histórico; e, por último, o *método de custo de viagem* que, partindo da hipótese de que o custo da viagem aos locais patrimoniais é um *proxy* satisfatório da disposição de pagar pelo visitante, calcula a valoração do bem patrimonial a partir do dinheiro que os visitantes estão dispostos a pagar para aceder ao bem em questão e que basicamente incluiria o custo de transporte e a entrada. Estes métodos permitem não só estimar o valor de uso atribuído pelos indivíduos aos bens patrimoniais, mas inclusive em alguns casos, como o método de valoração contingente, o seu valor de não uso.²³

Ainda que todas estas técnicas tenham um grande potencial no momento de quantificar os benefícios derivados dos projectos patrimoniais, apresentam algumas complicações e problemas tanto metodológicos como práticos que dificultam a sua aplicação diária na análise deste tipo de acções. Há que ter em conta, também, que nenhuma delas é capaz de fazer uma valoração global de todos os benefícios que este tipo de acções traz à cidade. Por tudo isto, os seus resultados não devem ser tomados como um mecanismo de adopção de decisões, mas simplesmente como um meio de proporcionar informação a todos aqueles que em última instância têm atribuídas as responsabilidades de decisão na matéria.

Conclusões

Nas últimas décadas, tanto o conceito de Património como o próprio sector do Património foram submetidos a profundas transformações, experimentando um desenvolvimento desconhecido até ao momento. O interesse pela conservação e fruição dos bens patrimoniais generalizou-se e o Património é chamado hoje em dia a desempenhar múltiplas funções nos distintos meios espaciais. Neste contexto, os agentes envolvidos na conservação e gestão do Património têm um importante e renovado papel a desempenhar. As políti-

²³ Exemplos de aplicações de algumas destas técnicas no campo do Património podem encontrar-se, por exemplo, em Navrud e Ready (2002).

cas patrimoniais têm de se adaptar ao novo cenário e tentar dar resposta às crescentes e múltiplas procuras sociais relacionadas com o Património. Estas maiores exigências da cidadania tornam necessário avançar no projecto das políticas patrimoniais e na busca de um maior grau de eficiência e eficácia na consecução dos seus objectivos. Neste processo, o instrumento analítico da Ciência Económica revela-se especialmente útil, uma vez que pode ajudar os políticos e agentes envolvidos a tomar as suas decisões partindo de um melhor conhecimento do funcionamento do sector do Património, do comportamento e preferências dos agentes implicados e antecipar os possíveis resultados das diferentes medidas e programas aplicados. Isto redundará, a longo prazo, em níveis de bem-estar social mais elevados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRAMI, E. e MASON, R. (eds.) (2000), *Values and heritage conservation*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute.
- BENHAMOU, F. (1996a), *L'économie de la culture*. Paris: La Découverte.
- BENHAMOU, F. (1996b), "Is increased public spending for the preservation of historic monuments inevitable? The french case". *Journal of Cultural Economics*, v. 20, 115-31.
- BENHAMOU, F. (1997), "Conserving historic monuments in France: A critique of official policies". In Hutter, M. e Rizzo, I. (eds.), *Economic Perspectives on Cultural Heritage*. Londres: Macmillan.
- CARAVACA, I. et al. (1996), "Patrimonio cultural y desarrollo regional". *EURE*, vol. 22, nº. 66, 89-99.
- DUPUIS, X. e DESJARDINS, C. (1994), *Éléments de synthèse sur l'économie du patrimoine*. Paris: Ministère de la Culture et la Francophonie.
- FREY, B. S. (1997), The evaluation of Cultural Heritage: some critical issues. In Hutter, M. y Rizzo, I. (eds.), *Economic perspectives on cultural heritage*. Londres: Macmillan Press.
- GONZÁLEZ, M. (1996), "Viajes a vestigios, incitación del consumo a la Arqueología". In VV. AA., *Difusión del patrimonio histórico*. Sevilla: IAPH, Junta de Andalucía.
- GREFFE, X. (1987), "De l'économie du patrimoine á l'économie des services patrimoniaux". In Dupuis, X e Rouet, F. (eds.), *Economie et Culture*, vol. 4. Paris: La Documentation Française.
- GREFFE, X. (1990), *La valeur économique du Patrimoine*. Paris: Anthropos.
- GREFFE, X. (2003), *La valorisation économique du patrimoine*. Paris: La Documentation Française.
- HEILBRUN, J. e GRAY, C. M. (1993), *The economics of arts and culture. An american perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JOHNSON, P. e THOMAS, B. (1995), "Heritage as a business". In Herbert, D.T. (ed.), *Heritage, Tourism, and Society*. Londres: Mansel Publishing Ltd.
- KLAMER, A. e THROSBY, D. (2001), "La factura del pasado: la economía del Patrimonio Cultural", in UNESCO, *Informe mundial sobre la cultura 2000-2001*.
- KLAMER, A. e ZUIDHOF, P. (1999), "The values of cultural heritage: merging economic and cultural appraisals". In Mason, R. (ed.), *Economics and Heritage Conservation*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute.
- KOBOLDT, C. (1997), "Optimizing the use of cultural heritage". In Hutter, M. e Rizzo, I., *Economic perspectives on cultural heritage*. Londres: Macmillan.

- KREBS, M. e SCHMIDT-HEBBEL, K. (1999), "Patrimonio cultural: Aspectos económicos y políticas de protección". *Perspectivas en política, economía y gestión*, 2 (2), 207-45.
- LICHFIELD, N. (1988), *Economics in urban conservation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MOSSETTO, G. (1992), "A cultural good called Venice". In Towse, R. e Khakee, A. (eds.), *Cultural Economics*. Berlin: Springer-Verlag.
- MOSSETTO, G. (1993), "The economic dilemma of Heritage preservation". *Nota di Lavoro* n° 93.04. Università degli studi di Venezia.
- NAVRUD, S. e READY, R. C. (eds.) (2002), *Valuing cultural heritage. Applying environmental valuation techniques to historic buildings, monuments and artifacts*. Northampton: Edward Elgar.
- NETZER, D. (1978), *The subsidized muse*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PEACOCK, A. (1978), "Preserving the past: an international economic dilemma". *Journal of Cultural Economics*, vol. 2 (2), 1-11.
- PEACOCK, A. (1995), "A future for the past: The political economy of heritage". *Proceedings of the British Academy*, 87, 189-243.
- PEACOCK, A. (1998), "The economist and heritage policy: A review of the issues". In Peacock, A. (ed.), *Does the past have a future? The political economy of heritage*. Londres: Institute of Economics Affairs.
- RIZZO, I. e TOWSE, R. (2002), *The economics of heritage. A study in the political economy of culture in Sicily*. Cheltenham: Edward Elgar.
- STIGLER, G.J. e BECKER, G. S. (1977), "De gustibus non est disputandum". *American Economic Review*, vol. 67, n° 2, 76-90.
- THROSBY, D. (1982), "Social and economic benefits from regional investment in arts facilities: theory an application". *Journal of Cultural Economics*, v.6 (1), 1-13.
- THROSBY, D. (1994), "The production and consumption of the arts: a view of cultural economics". *Journal of Economics Literature*, vol. XXXII, 1-29.
- THROSBY, D. (1997), "Seven questions in the economic of heritage". In Hutter, M. e Rizzo, I. (eds.), *Economic Perspectives on Cultural Heritage*. Londres: Macmillan.
- THROSBY, D. (2001), *Economía y cultura*. Madrid: Cambridge University Press.
- TOWSE, R. (2002), "The cultural economy of heritage". In Rizzo, I. e Towse, R., *The economics of heritage. A study in the political economy of culture in Sicily*. Cheltenham: Edward Elgar.
- TUNBRIDGE, J. E. e ASHWORTH, G. J. (1996), *Dissonant heritage*. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd.
- VICENTE, E. (2002), "The supply of cultural heritage in the present societies: an approach from the economic analysis". Rotterdam: 12th Biennial Conference of the ACEI.

VICENTE, E. (2007), *Economía del patrimonio cultural y políticas patrimoniales*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales. Ministerio de Economía y Hacienda.

VICENTE, E., *et al.* (2007), *Repercusiones socioeconómicas de las Edades del Hombre en Ciudad Rodrigo*. Consejería de Cultura y Turismo. Junta de Castilla y León. Mimeo.

16. TURISMO E CIDADE

Clarissa M. R. Gagliardi

A origem do turismo tem estreita relação com a sociedade industrial, assumindo ao longo de sua história várias configurações que acompanham as transformações da sociedade capitalista. Assim, o turismo participa da afirmação da cultura das cidades no cosmopolitismo moderno e da globalização nas esferas da economia e da cultura na pós-modernidade. As formas de se planejar e de se fazer o turismo baseado no binômio cultura-cidade têm-se tornado um viés não desprezível nos estudos urbanos a partir do momento em que a cidade assume importância na cultura contemporânea, envolvendo a comunicação como uma dimensão importante e agregando à materialidade da cidade também suas representações.

Em seu processo de produção e consumo, o turismo encontra nos espaços urbanos, possibilidades para criar e recriar-se a partir de uma infindável gama de representações. Valendo-se de uma série de produtos culturais, o turismo assume sua predileção pelos destinos urbanos, o que tem levado muitas cidades a propor políticas culturais e turísticas paralelas, consolidando a posição privilegiada das cidades como espaços turísticos. A valorização das funções turísticas das cidades como estratégia de desenvolvimento econômico e urbano e o destaque que esta prática vem assumindo nas políticas urbanas, inserem as investigações acerca das especificidades do turismo num conjunto mais amplo de preocupações dos estudos urbanos e agrega-se como instrumento de análise da sociedade contemporânea.

Sendo a representação visual do turismo significativamente física, com foco no espaço, a ênfase nos aspectos lúdicos e estéticos que valorizam as dimensões imagéticas da cidade reforça seu valor como espaço de consumo, incluindo aí o consumo turístico. E a partir do momento em que há a convergência entre o consumo cultural e o consumo turístico, as cidades colocam-se inexoravelmente nos roteiros de viagem. A análise do turismo a partir da sua experiência visual, no entanto, representa apenas parte do seu universo multifacetado. Os processos sociais que são a origem da prática turística, as transformações territoriais que induz, os processos de regulação do governo de que necessita, as transformações históricas, culturais e sociais que sofre e que provoca, colocam em evidência o modo específico com que o desen-

volvimento do turismo se conecta com os processos sociais característicos da modernidade e integram-se aos processos de urbanização típicos da cidade moderna.

Convém, no entanto, começar com alguma precisão histórica e terminológica acerca das práticas e dos acontecimentos que se relacionam com a origem do turismo, pois isso nos ajuda a perceber sua ligação com a cidade e as configurações associadas aos seus diferentes momentos históricos.

Práticas turísticas no tempo

O termo *grand tour*, encontrado em 1670 no livro *Voyage of Italy: or a compleat journey through Italy*, do inglês Richard Lassels (Visino, 1994), trata de uma etapa fundamental na formação do jovem aristocrata inglês e uma prefiguração do que se entende atualmente por circuito turístico cultural. O surgimento do termo turismo, em 1811,¹ não por acaso deve-se à língua inglesa,² pois seu fenômeno original desenvolveu-se na Inglaterra, praticado como modelo de distinção da aristocracia inglesa (Boyer, 2003).

A leitura dos autores antigos constitui a base do sistema educativo inglês, para quem a imitação dos gregos inspirava os programas de ensino e era indispensável para a formação do gosto das classes dominantes. O estudo dos textos clássicos incluía a prática do *otium cum dignitate*, para o qual a dedicação às atividades ditas superiores e à cultura significava distinção e uma representação social.

o desejo da coleção, a proliferação das cópias, a vulgarização das técnicas pictóricas impulsionam a nova moda, que institui o Grand Tour como complemento indispensável à educação do jovem gentleman... Este, geralmente na companhia de um preceptor, irá desenvolver o hábito de visitar os países do continente, e, sobretudo, os tesouros da península itálica (...). Entre 1698 e 1740, levas de turista britânicos espalham-se pela Europa, enquanto se difunde na França a viagem à Itália

(Corbin, 1989: 55).

¹ O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa confirma as datas: *the tour* 1643; *tourism* 1811; *tourist* 1800.

² Os ingleses eram viajantes por excelência, podendo encontrar-se registros de que entre 1760 e 1770 não menos de 40.000 ingleses teriam feito viagens com finalidades artísticas e de diversão (Enzensberger, 1929).

No início do século XVII o *grand tour* é praticado como circuito pedagógico, cujo ideal começa a declinar apenas no início do XIX. Na realidade, são exatamente as características que aparecem a partir da segunda metade do século XVIII que configuram as bases das práticas turísticas futuras. Os registros no diário de Goethe (1999: 149; 153)³ em sua viagem à Itália, realizada entre 1786 e 1788, são emblemáticos do significado da viagem para o conhecimento e o aprendizado de valores locais:

...pode-se dizer que uma nova vida tem início quando se vê com os próprios olhos aquilo que, em parte, se conhece tão bem (...). Todos os sonhos de minha juventude, vejo-os agora ganhar vida (...) Tudo é como eu imaginava, e tudo é novo... (chegada a Roma, 1^o de novembro de 1786). Caminhamos diligentes para um lado e para o outro; estudo os mapas de Roma, a antiga e a nova, contemplo as ruínas, as edificações, visito algumas vilas, examino com bastante vagar as maiores atrações; eu apenas abro bem os olhos, olho, vou-me embora e volto para olhar de novo, pois não há maneira de alguém preparar-se para Roma senão em Roma

(Roma, 7 de novembro de 1786).

Inicialmente, a aristocracia britânica se incumbiu de difundir e promover os hábitos e as atividades de lazer. Posteriormente, as práticas serão ditadas pelos ídolos popularizados da cultura de massas, garantindo a sua manutenção e a consagração das atrações. Aliás, a tese de Marc Boyer (2003) para a invenção do turismo se fundamenta na *invenção do inútil*: uma nova prática, um lugar desconhecido identificado por alguém original que, mesmo não estando no centro das atenções, seu papel de *gate-keeper* faz com que suas inovações sejam imediatamente conhecidas. O Processo da invenção de distinção atravessa os séculos.

Paralelamente, durante o século XVIII, o turismo reinventa os antigos sítios balneários com a prescrição das águas para ingestão e banhos terapêuticos nos tratamentos médicos (Corbin, 1989; Weber, 1989), hábito que, ao ser praticado pela família real e seguido pela aristocracia, forma um binômio turismo-turismo muito representativo do lazer britânico.⁴ O mesmo acontece

³ Mesmo não sendo um aristocrata, Goethe teve importância intelectual e artística inegável e comungava dos valores da aristocracia.

⁴ No começo do século XX, meio milhão de pessoas ganhavam todo o seu sustento ou parte dele na indústria termal (Weber, 1989: 223).

com os balneários marítimos que, embora neste momento ainda não ditem uma “cultura de praia”, pouco a pouco delinearão as paisagens litorâneas. A significação social da praia passa por mudanças e da admiração do seu valor pictórico passa-se à difusão de um modelo de utilização da beira-mar, popularizando posteriormente o ritual da vilegiatura marítima (Corbin, 1989).

Com o reconhecimento da necessidade do equilíbrio para além do corpo físico, o lazer reorienta a prática do *grand tour* para a busca de distrações em detrimento do aprendizado e associa ao curismo a dimensão mundana das distrações como um sistema de lazer dos estratos superiores. A viagem, portanto, revela até aqui a alteridade como motivação, ao mesmo tempo filosófica e mundana (Camargo, 2002). O *grand tour* já não é exclusivo dos britânicos, mas prática comum dos aristocratas europeus.

As rotas do *grand tour*, já presentes em guias a partir de 1743, vão aos poucos sendo definidas como circuitos, mas os equipamentos e serviços que caracterizarão a atividade turística ainda são ausentes e a presença dos acompanhantes/tutores nos impede de denominá-lo turismo, muito embora o olhar britânico inicie sua invenção. O olhar educado pelos textos antigos estabelece os objetos de admiração e os palcos de acontecimentos históricos, e todos os lugares enobrecidos pelo olhar de um Antigo passam a constituir objetos de apreciação do turista (Corbin, 1989).

O espírito com o qual se enfrenta as viagens entre os séculos XVIII e XIX é plasmado pela cultura romântica e os panoramas urbanos e cenários pitorescos marcam as viagens (Leotta, 2005). Em lugar da clareza intelectual, no romantismo a ênfase é dada à emoção provocada pelo mundo natural, ao mistério poético, à contemplação da paisagem. Essa renovação do costume já antigo da viagem à Itália sedimenta ainda mais o que já ficara codificado enquanto itinerário de visitas e mais do que isso, amplia o elenco de atrativos e difunde um novo olhar, requalificando os repertórios (Camargo, 2001).

É necessário dizer que o *grand tour* constitui apenas uma prefiguração do que viria a ser efetivamente o turismo cultural no século XX, marcadamente burguês e atrelado ao consumo das classes ociosas que dilapidavam tempo e dinheiro na demonstração de suas posses, tomando o desperdício sistemático ou a futilidade, como objetivo da vida (Veblen, 1983).

As condições para o elemento fundamental da infra-estrutura turística se dão em meados do século XIX, sobretudo em função das inovações em termos de comunicação e transporte. Se considerarmos a capacidade de apropriação do fenômeno turístico, o contexto do capitalismo industrial é o momento em que ele adquire maior consistência como prática de alguns estratos sociais.

A introdução do tempo de trabalho e do tempo de não trabalho pela Revolução Industrial introduz também aquilo que será o tempo de lazer, dentro do qual se estabelece o turismo. Sobre este tempo no qual se julgará haver liberdade, se abate a mesma tirania do tempo de trabalho em função da vigência de uma forma de protestantismo que prega não só a ética do trabalho, mas o uso útil do tempo livre (Camargo, 2001).

O missionário batista Thomas Cook é emblemático deste momento. Inicialmente, aproveitando assentos ociosos nos trens nos períodos de não trabalho, promove excursões para encontros contra o alcoolismo, representando muito bem o significado da apropriação das infra-estruturas e do tempo livre para a prática de lazer saudável. Progressivamente, Cook intensifica suas atividades, consagrando-se na organização de viagens, à qual dedicava o mesmo zelo missionário dado ao combate ao alcoolismo. Ampliou seu negócio para as viagens em grupo e criou técnicas adotadas até hoje na organização de viagens. À revelia das problematizações de Thompson sobre o aproveitamento do tempo livre pelas *indústrias de entretenimento* (Thompson, 1998), o turista cumpre o dever de ver o que deve ser visto e com essa obediência, ele reconhece que não suporta a liberdade que pretende procurar. Há muito, a nostalgia de distância e liberdade, que a viagem turística representava, fora dominada pela sociedade da qual emanara, ao mesmo tempo em que a busca por essa liberdade imaginada complementava-se pela busca de prestígio social (Enzensberger, 1985).

Ao lado dos feitos de Cook, as exposições universais, originadas como projetos da burguesia para vender, além de produtos, sobretudo a idéia da sociedade industrial e do progresso material como caminho da felicidade (Barbuy, 1999), passam a gerar grandes deslocamentos e a produzir monumentos que ocuparão espaço privilegiado nos circuitos do turismo atual (Boyer, 2003).

Entre finais do século XIX e início do XX, presenciou-se a aceleração do acesso aos lazers, mas viajar continuou a ser um feito excepcional. As inovações dos transportes e a elevação dos padrões de vida urbana facilitaram a fuga das pressões da cidade. Entretanto, ao mesmo tempo em que se tentava descansar da cidade, se buscava as suas vantagens.

Liberado de sua rotina, de repressões locais de uma sociedade onde todos se moviam sob a perpétua vigilância dos demais, o turista ou o curista ficava livre – se não para fazer exatamente o que desejava, pelo menos para agir de forma diferente. Para representar um certo ideal urbano onde a ordem social era menos rígida, as relações mais fáceis, a mobilidade maior; onde a posição social era determinada

mais pelas aparências que por uma situação bem definida; e onde todos se mostravam muito ocupados em não fazer nada

(Weber, 1989: 218).

Configura-se o novo aspecto urbano moderno como o espaço prático-material com funções econômico-urbanas, de um lado, e espaço do tempo livre, da cultura, do espetáculo para a cidade, de novas sociabilidades, de outro. O chamado da rua é mais imperioso do que nunca. Espetáculos, cafés, boulevards, o magazine: costumes parisienses e burgueses. Os lazeres e a moda são uma exigência. Os membros da burguesia se encontram com a nobreza nos mesmos círculos mundanos, bem à moda inglesa, como no Jóquei Clube. Emblemático deste sentimento também é o relato de Voltaire, que via a atividade industrial e a busca dos prazeres refinados como as marcas características da cidade e, portanto, da própria civilização (Williams, 1989).

Toda cidade certa de importância tem o seu teatro. Há os divertimentos clássicos e os mais grosseiros. A civilização urbana criou o gênero de deslocamentos para o prazer e a saúde e quem tem fortuna viaja para longe. Cada cidade tem a Gare e o seu Hotel *Terminus*.

A configuração do patrimônio nacional, sua institucionalização e a necessidade social de sua preservação também serão fundamentais para as feições do turismo urbano. Não obstante sua ambivalência destruidora e preservadora, a Revolução Francesa é de extrema relevância para a invenção da conservação do monumento histórico (Choay, 2001). E para ressignificar os bens a serem conservados, inventam-se também os museus, dando origem a esses elementos novos e fundamentais para fortalecer o circuito cultural turístico.

Tão importante para delinear as feições do turismo quanto tais acontecimentos é o papel do neoclassicismo para os espaços públicos e para a aparição dos centros urbanos, já que são as marcas identificadoras da paisagem urbana e referências turísticas das grandes cidades. A Revolução Industrial faria o resto, inventando o “centro histórico” (Camargo, 2001). A estrutura urbana pré-industrial e, sobretudo, as pequenas cidades ainda quase intactas passavam a ser vistas como frágeis e preciosos estilos de vida original, de uma cultura prestes a desaparecer, que deviam ser protegidos incondicionalmente (Choay, 2001).

Paulatinamente, o direito às férias e, posteriormente, às férias remuneradas, consolidava o direito ao prazer e muitos eventos ligados ao lazer passam a ser organizados. Comunidades das fábricas organizavam as próprias férias e as “tradições inventadas” (Hobsbawm e Ranger, 1997) patrocinadas pela

família real, se transformavam também em atividades de lazer e corroboravam a sedimentação dos atrativos turísticos.⁵

Durante o século XX as estatísticas de turismo cresceram e a clientela mudou. Abandonam-se as aspirações exclusivistas para receber todos aqueles que têm tempo livre e dinheiro. A convergência da sua inerente mobilidade e do consumo confere o sentido cosmopolita e mercantil do turismo e o situam como atividade específica do capitalismo organizado (Fortuna, 1999).

Perspectivas analíticas

A primeira definição de turismo surge em torno de 1910 (Barreto, 1995), caracterizando o turismo como um “conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”. Prepondera aí a importância econômica dentre os diversos efeitos causados e sofridos pela atividade turística, mas o fato do autor da definição, o economista austríaco Hermann von Schullern zu Scattenofen, ter dado destaque ao fator econômico é uma tendência presente em diversas definições que se seguiram a esta e que revela o peso das disciplinas no olhar lançado para o turismo desde que passou a gerar interesse de estudo.

Nas contribuições que surgem a partir de 1929, no *Centro de Pesquisas Turísticas* da Faculdade de Economia da Universidade de Berlim, cuja produção se denominou ‘escola berlinesa’, e a partir da qual outras áreas do conhecimento passaram a estudar o turismo, nota-se também a centralidade do aspecto econômico como categoria estruturante dos seus novos conceitos. A necessidade de trabalhos estatísticos e a organização do crescente número de turistas impulsionam a elaboração de uma série de definições tendencialmente técnicas ou economicistas.

Institucionaliza-se a definição reconhecida pela Organização Mundial do Turismo de que “turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante as suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros”.⁶ Com a finalidade de operacionalizar e mensurar o tamanho e

⁵ John Urry descreve como o espetáculo da parada da Guarda Montada do Palácio passou a integrar não só o nascente senso de britanicidade, mas também atividade de lazer do povo (Urry, 1996: 46).

⁶ Definição de turismo adotada atualmente pela Organização Mundial do Turismo – (OMT, 2001)

a natureza dos mercados turísticos são estabelecidas classificações-padrão, onde proliferam as definições de turismo e a taxonomia. Na realidade, poder-se-iam elencar tantas definições quantos foram os autores que trataram do assunto, mas convém dizer que tais definições não oferecem a estrutura especulativa e teórica que contribui para identificar as características essenciais do turismo. Por sua vez, as teorias oferecidas pelas ciências sociais demonstram um ambiente mais fecundo para trilhar um percurso investigativo acerca das relações entre turismo e a cidade, sobretudo porque existem enormes lacunas no entendimento dos processos que contribuem para o turismo e sua forma de funcionamento em diferentes ambientes, particularmente em áreas urbanas.

No momento em que o turismo deixa de ser um movimento individualizado para transformar-se numa experiência coletiva, os cientistas sociais passam a teorizar sobre a diversão e o entretenimento, o que se revelou uma tarefa difícil, traçando um percurso de investigações descontínuo e difuso. A partir da década de 1960 começaram a surgir os primeiros estudos socioantropológicos com formulações de teorias que explicassem o turismo.

O pesquisador americano Boorstin, um dos pioneiros na busca por fatores explicativos do turismo nos anos 60, o analisa como um movimento em busca de “pseudo-acontecimentos”, materializados nas atrações inventadas de forma artificial para entretenimento do turista, que não pode vivenciar a realidade plenamente e está sempre protegido no que ele chama de ‘bolha ambiental’ (*apud* Urry, 1996). Boorstin critica duramente a construção de um sistema de ilusões que acaba por isolar o visitante da realidade que o cerca. Segundo este autor, há algo sobre a encenação turística que não é intelectualmente satisfatório, as atrações oferecem uma experiência indireta cuidadosamente elaborada, mas um produto artificial que pode ser consumido em vários lugares. Mantém-se o nativo em quarentena enquanto o turista, no conforto do ar condicionado, o visualiza através da janela. Uma miragem cultural agora encontrada em oásis turísticos em todos os lugares (*apud* MacCannell, 1989). Essa tese foi posteriormente aprimorada por outros autores, por ocasião da emergência do turismo de massa. Louis Turner e Gordon Ash, nos anos 70, produzem também duras críticas sobre a forma superficial com que as culturas são apresentadas aos turistas, sobre a transformação da arte nativa em *kitsch*, do diverso transformado em uniformidade (Turner e Ash, 1991). Esse tipo de postura com relação à análise do turista de massa é, no entanto, relativizada por outros autores.

O maior crítico de Boorstin é o americano Dean MacCannell, que nos anos 70 constrói a tese de que a percepção turística é motivada pelo desejo do turista por experiências autênticas, renovando a versão de um peregrino que se distancia da vida cotidiana em busca de descobrir realidades difíceis de serem penetradas. Nessa lógica, entretanto, inserem-se os profissionais, os intermediários, que, ao produzirem os ‘bastidores’ para permitir esse encontro com o autêntico, acabam por transformá-lo numa encenação, fruto do comportamento induzido dos sujeitos que constituem objeto do olhar do turista. Para MacCannell, a designação “pseudo”, dada por Boorstin, sugere que determinados lugares ou eventos turísticos são insubstanciais e transitórios, o que, na sua opinião, não é verdade. Além disso, essa designação permitiria pensar que em algum lugar nos cenários turísticos existem eventos reais acessíveis à elite intelectual e talvez existam. Embora para MacCannell não seja necessário adotar uma denominação rígida para o estudo de tais espaços, sugere o termo *stage setting*⁷ para o que ele classifica como tipos intermediários do espaço social, mas o que importa realmente é compreender suas características estruturais e suas influências nas idéias (MacCannell, 1989).

MacCannell define então os tais ‘pseudo-acontecimentos’ como resultado das relações sociais promovidas pelo próprio turismo e assim introduz o termo *atração*,⁸ sobre o qual a indústria turística passa a trabalhar intensamente. A controvérsia de Boorstin de que turistas querem experiências superficiais e a absoluta separação que faz entre atitudes turísticas e intelectuais são aspectos com os quais MacCannell não concorda, pois para ele, os turistas demandam autenticidade. Aliás, MacCannell classifica este tipo de postura de Boorstin como lugar comum, sendo tão prevalente que é parte do problema do turismo de massa e não uma reflexão analítica a seu respeito (MacCannell, 1989).

John Urry demonstra que o turismo merece atenção não só em si mesmo, mas, sobretudo, enquanto elemento sintomático das amplas mudanças culturais vividas pela sociedade contemporânea. Em *O olhar do turista* (1996), o sentido da reflexão do discurso moderno “preciso tirar umas férias” é analisado a partir do estudo sobre a construção social do olhar do turista e suas transformações históricas, passando por uma análise econômica, social, cultural e visual do fenômeno turístico. Considerado um elemento crucial na

⁷ Para MacCannell, os espaços turísticos, podem ser chamados de *stage set*, *tourist setting*, ou simplesmente, um local dependente de quão intencional é a preparação da demonstração para os turistas (1989 : 100).

⁸ Sua “fórmula” de atração relaciona os elementos *tourist / sight / marker* (1989: 41).

vida moderna, o turismo é discutido por Urry a partir de uma divisão binária básica entre o ordinário/cotidiano e o extraordinário, e nessa dinâmica os objetos do olhar do turista precisam ser, de algum modo, sempre diferentes. Urry distingue o olhar romântico do olhar coletivo, aos quais correspondem respectivamente um contexto histórico-social e um estilo de vida. Enquanto o olhar romântico enfatiza a viagem solitária, a privacidade e a subjetividade da relação estabelecida com o objeto de admiração, e cujo contexto de referência é o Romantismo, o olhar coletivo seria formado no contexto da sociedade de consumo, cuja atmosfera é criada pela presença dos próprios turistas.

Para Scott Lash e John Urry (1994) o turismo associa-se com uma configuração dominante a cada período histórico do capitalismo e suas características de segmentação, flexibilidade e customização, são o acompanhamento das mudanças em direção ao consumo pós-fordista. As formas alternativas de se fazer turismo, em oposição ao turismo de massa com pacotes turísticos *standard*, suas formas 'pós-turísticas' e o sentido de des-diferenciação que passa a assumir, levaria ao que os autores chamam de fim do turismo. Ou seja, a exacerbação do consumo e da produção de bens não materiais do capitalismo desorganizado, vem alterando o turismo nas últimas décadas, o que estaria provocando a perda da sua exclusividade em tornar acessíveis bens, serviços e produtos culturais de outras sociedades. Isso tenderia à desestruturação e à perda da especificidade da mobilidade que tornara o próprio turismo uma atividade particular da modernidade, testemunhando então o seu fim, que segundo Fortuna (1999) seria nada mais que o fim de sua anterior especificidade.

O fato de cultura e comércio estarem indissolúvelmente ligados na pós-modernidade não deixa escapar as análises do turismo enquanto fenômeno pós-moderno e das preferências do consumidor de viagens, o 'pós-turista'. Para alguns, trata-se de um novo paradigma que altera considerações anteriores sobre o turismo, tendo nos novos espaços lúdicos, parques-temáticos, ou nas *ludópolis*, exemplos de enclaves 'pós-turísticos' (Molina, 2003). Para Urry (1996), o pós turista não precisa deixar sua casa para ver lugares, basta valer-se da televisão; também não esconde a sua busca pelo prazer, não se submetendo às imposições da alta cultura; além de ter consciência de que é um turista de comportamentos clichês. É, enfim, absolutamente realista. Nesse contexto, as imagens eletrônicas acessíveis pela internet ampliariam ainda mais as possibilidades de "viagens virtuais" e o turismo através da realidade virtual poder ser a solução do século XXI (Lash e Urry, 1994). Para Marc Boyer

(2003), no entanto, o turismo continua a ser um tipo de consumo diferente dos outros exatamente por se realizar necessariamente em outro local.

Jost Krippendorf (2003), discutindo o turismo dentro dos processos que determinam o lazer na sociedade industrial, reflete sobre seus desdobramentos até os dias atuais fazendo a crítica ao universo desumanizado que abrange o trabalho, a moradia, a economia e propõe idéias para humanizar o cotidiano e a viagem, sugerindo uma nova compreensão do lazer e buscando o desenvolvimento do senso de humanidade e equidade. Em sua *Sociologia do turismo* (2003), Krippendorf demonstra a preocupação com uma política ampla de turismo social e ecologicamente responsável que estaria condicionada, em grande medida, ao surgimento do que chama de um novo ser humano, um 'turista emancipado' que passe a exigir mudanças significativas no sistema turístico e saiba efetivamente fazer uso de sua mobilidade.

Tais olhares, de alguma forma, procedem a uma apropriação do turismo com um *status* analítico que o insere dentro das práticas cotidianas, em lugar de relegá-lo ao ostracismo como sendo uma prática marginalizada. Entretanto, a confusão que reina sobre definições e conceitos de turismo mostra poucas possibilidades de generalizações e seu avanço denota uma forte perspectiva economicista e debilidade nas reflexões acerca das ambigüidades de suas representações, o que dificulta a sua apreensão enquanto objeto bem definido com bases teóricas bem estabelecidas. Essa parcialidade no entendimento dos complexos mecanismos que o turismo articula, no entanto, não o exime de ser apropriado e ressignificado ao sabor das intenções dos agentes de sua difusão, seja no nível das teorizações ou na prática dos seus operadores.

Turismo, cidade e patrimônio cultural

A promessa de desenvolvimento do turismo passou a figurar entre os argumentos que justificam a mercantilização do patrimônio cultural em muitas cidades, o que chama a atenção para a necessidade de revisar o teor de algumas propostas e os sentidos aí conferidos ao turismo. Essa preocupação deve-se ao fato de muitas vezes recair sobre o turismo o título de atividade pura e simplesmente vinculada ao consumo e típica de enclaves, inevitavelmente presente e colaboradora dos processos de *gentrification* característicos de algumas políticas que usam a cultura como um instrumento de revitalização urbana. Como observam Vaz e Jacques, referindo-se ao tema, a *gentrification* em áreas reabilitadas, assim como os efeitos econômicos ditos positivos, como o desenvolvimento do turismo, são alguns dos efeitos nefastos dessas recentes estratégias (Vaz e Jacques, 2003).

Em geral, se atribui certa vilania às novas atividades que se apropriam de espaços que antes viviam o abandono e ganham centralidade com as novas estratégias de requalificação, incluindo aí o sentido nefasto do turismo. No entanto, para que sejam identificados os sentidos do turismo nesse contexto, é necessário investigar o tipo de cidade que tais políticas visam construir e daí fazer emergir o conceito de turismo apropriado como legitimador de determinadas intervenções e isso não é possível tratando o turismo isoladamente das demais funções atribuídas à cidade no seu processo de transformações, tampouco descolado das amplas mudanças culturais da pós-modernidade.

Parte-se aqui do princípio de que esta recorrente crítica ao turismo aplica-se à concepção de determinados projetos cujos objetivos nem sempre são amplamente discutidos, o que acaba por colocar tais “efeitos nefastos” como resultados inexoráveis e inerentes a todo tipo de turismo. Também importa dizer que há diferenças entre o aparato criado para atender a produção e o consumo de massas no mercado turístico e outros modos de se fazer uma viagem turística que não implique necessariamente na submissão completa a um formato pré-definido de viagem. E poder-se-ia pensar que ambos os espaços turísticos, os mais e os menos preparados para receber visitantes, são fontes de reflexão e de conhecimento da sociedade para aquele que lança um olhar mais apurado para a realidade que o cerca. *All tourist attractions are cultural experiences* (MacCannell, 1989:23)

A singularidade das cidades históricas, por exemplo, é sempre capaz de suscitar experiências transformadoras a cada um daqueles visitantes que exerce sua autonomia nas variadas leituras que a paisagem histórica permite. Considerando esse conteúdo histórico presente no espaço urbano, pode-se pensar na capacidade narrativa da paisagem⁹ e identificar a potencialidade de emancipação e transformação, que Benjamin identifica na narração, na sobreposição de momentos que compõem a cidade, trazendo em si a potencialidade de libertação e transformação nas brechas que a história inscreve na paisagem urbana. Entender e permitir o espaço urbano como expressão dos anseios e modo de vida histórico e, permanentemente, construído e reconstruído por seus sujeitos, e por consequência da diversidade assim produzida tornar-se atrativo aos olhos do turista, é permitir também ao visitante conhecer e entender os motivos que originaram a paisagem que lhe chega aos olhos,

⁹ A respeito das características das narrativas que visam apresentar as cidades, ver trabalho de Irllys Barreira (2006).

transpondo para as cidades turísticas, a dimensão da narrativa de Walter Benjamin e arriscando uma possibilidade de junção de fragmentos históricos na direção de encarar o presente criticamente.

Todavia, é claro que ao institucionalizar a organização do turismo para a recepção de visitantes, depara-se com o conflito entre preservação e comercialização e o turismo tem sido frequentemente identificado como um instrumento prioritário da reutilização de construções, do crescimento de parceiros públicos e privados em intervenções sobre um patrimônio cultural cuja noção se transforma e a função econômica se afirma. Mas o fato do desenvolvimento do turismo estar transformando o ambiente urbano, reinventando edificações, conceitos de história, símbolos culturais, padrões sociais e processos políticos como atração turística, não é, no entanto, exclusividade de um metamorfoseamento 'natural' em objetos do olhar do turista. Como diria Urry (1999), é resultado de reestruturação econômica, mudança social, reavaliação cultural e intervenção política.

A idéia de que o turista só quer *pastiche*, às vezes, convém porque corrobora a metamorfose do valor de uso do monumento e do patrimônio histórico em valor econômico, o que ocorre graças à 'engenharia cultural', este vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Uma tarefa que consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes (Choay, 2001: 211). Tais articulações revelam um tipo de apropriação do turismo que não resume sua essência e não representa sua única significação. O turismo não é apenas um agregado de atividades meramente comerciais; é também uma combinação ideológica de história, natureza e tradições; combinação que tem o poder de adaptar cultura e natureza às suas necessidades (MacCannell *apud* Camargo, 2001). E é na intencionalidade de tais 'necessidades' que parece residir o curso de significação do turismo, que, acredita-se, pode ser múltipla e não única.

Mais do que tecer considerações maniqueístas acerca de um turismo bom ou mal, a questão é analisar o turismo enquanto produtor e refletor dos problemas da sociedade urbana onde se insere. Com isso, os significados do turismo tendem a ser menos nefastos à medida que se constituírem de práticas também menos nefastas, sem recorrer aos extremos da condenação ou à sua apologia. Tal como o *flanêur* e sua *flânerie* trazem conceitos importantes da modernidade para a cultura das cidades, o turista e suas percepções da materialidade e das formas de representação da cidade, pode contribuir para

o entendimento da cultura contemporânea. Para Lash e Urry (1994), aliás, a figura emblemática do mundo moderno não é o pedestre *flanêur*, mas os motoristas dos automóveis, os passageiros dos trens e aviões, dada a centralidade do conceito de mobilidade para a sociedade moderna.

À parte das preocupações científicas com o estudo do turismo e de seus limites conceituais, no entanto, estão os agentes do seu desenvolvimento que efetivamente dão sentido e forma aos cenários sobre os quais se lançam as reflexões. Este universo revela variadas possibilidades de apropriação da história e reinvenção de espaços, que se entrecruzam com projetos de cidades turísticas muitas vezes complexos e cujas expectativas dos diferentes sujeitos envolvidos tendem a ser difusas, incompatíveis. Frente a este movimento de inserção do turismo no bojo do processo de transformação das cidades e para que se atinja o objetivo de delinear os sentidos do turismo que nos interessa considerar para alguns percursos investigativos, arriscam-se algumas propostas de reflexão sobre a relação entre turismo, cidade e o patrimônio cultural.

Primeiramente, parte-se do suposto que a visão de cidade turística dos agentes do planejamento e da organização do turismo forma-se, muitas vezes, a partir de referências estranhas ao próprio ambiente onde atuam. Aquilo que definem como ‘histórico’, invariavelmente, associa-se a uma história oficial. Selecionam elementos, de acordo com seu apelo no mercado turístico e, a partir desse movimento, o que se enleva como mercadoria nem sempre traduz a multiplicidade da cidade. Muitas vezes esta ação vem através de um processo mimético de inventariar elementos do patrimônio de acordo com sua potencialidade turística, sem que se discuta o sentido contido nessa “potencialidade”, o que faz das metodologias de inventário turístico do patrimônio histórico-cultural aplicados nas cidades, um instrumento a ser problematizado.

Parece também, que nesse processo de qualificação do turístico, ignore-se o processo complexo de percepção que o turista é capaz de desenvolver, para valorizar exclusivamente a visualidade. Segundo Ferrara, é a *visualidade* em lugar da *visibilidade*. Em ambas as categorias, é possível perceber “a apreensão do mundo e da relação que se estabelece entre o sujeito e os objetos que se oferecem ao conhecimento” (Ferrara, 2002: 74), nesse caso, os elementos presentes na cidade que se visita. Tomando emprestados os conceitos de Ferrara, um turismo de *visibilidade* torna então possível o reconhecimento

de uma experiência coletiva e emancipadora, em lugar de sua fetichização por meio de um turismo de *visualidade*.¹⁰

Outra preocupação é questionar as identidades e os sentidos que são atribuídos às cidades nos processos de “turistificação” do seu patrimônio histórico-cultural, com vistas à legítima inserção dos seus vários sujeitos. É possível identificar no turismo a capacidade de valorizar o diverso, o múltiplo, em lugar da história única, da veiculação de imagens apenas, de significados e valores ideológicos, cabe apenas explorar possibilidades sociais pouco realizadas até agora, e essas possibilidades pressupõem o coletivo, e não o seletivo. Como sugere Fortuna (1999), ao relacionar o turismo à cultura visual, a sobreposição das imagens do espaço público em que o turista se move lhe permite alcançar apenas uma imagem desfocada da realidade.

Nesta paisagem urbana, repleta de história e que por vezes pode guardar conflitos de pertencimento entre a população e seu patrimônio, podem também estar presentes os órgãos oficiais de patrimônio e enquanto tais são também agentes produtores de sentido na medida em que dizem o que é digno de valor ou não. Ao definirem certos rumos podem ajudar ou dificultar os habitantes a reconhecerem-se como portadores de algo que tenha valor, o que interfere na forma como uma população se relaciona com projetos de intervenção em “seu” patrimônio. Isso faz das formas como o turismo se entrecruza com as políticas relacionadas ao patrimônio cultural das cidades também foco de discussão.

A sensibilização para a percepção de si mesmos na produção da cidade, a partir daqueles que a habitam, nem sempre precede o ‘aproveitamento turístico’, dá-se pouca atenção à dimensão simbólica do patrimônio histórico e isso invariavelmente cria identidades cristalizadas, dando força à caracterização de habitantes e cidades como mercadorias. Se a população das cidades não se identifica com o seu patrimônio enquanto construção social, nem como documento histórico, então ele estará à disposição de quem melhor souber aproveitá-lo. Essa configuração é bastante complicada quando se pensa em aproveitamento turístico, já que, frente a uma população que não se reconhece como sujeito social, o uso do seu patrimônio só pode acontecer como fetiche da visualidade. A ênfase no aspecto visual compromete o contar da

¹⁰ Segundo Ferrara, “a visibilidade consiste na possibilidade de ultrapassar a visualidade, ou seja, de pensar, criar, recriar, inventar a imagem e transformar o olhar na possibilidade de conhecer o mundo” (Ferrara, 2002:74).

história e reduz o sentido da complexidade com o qual o visitante pode ler cidades, à sua maneira. Conforme alerta Arantes (1999), muitos empreendimentos e políticas de patrimônio, ao se voltarem para a potencialidade de mercado de bens de valor eminentemente simbólico, investem pesadamente em seu aspecto alegórico e frequentemente põem em cena identidades de vitrine em cenários descartáveis.

A produção de cidades turísticas como lugares espetaculares, gera um viajante que tende a valorizar mais a informação e talvez esse comportamento represente também um declínio da narração em função da difusão da informação que nos fala Benjamin, percebida na cidade turística num tipo de uso do patrimônio tratado enquanto ícone, alegoria que transmite uma informação, tratado como imagem a ser consumida, revestida necessariamente de uma história plausível.

Ao se produzir uma cidade para ser trocada no 'mercado turístico', constitui-se uma mercadoria, sendo-lhe conferidas determinadas dimensões, não apenas inerentes ao seu aspecto tangível e material, mas geradas no nível das relações sociais, entendidas como simbólicas, e que podem encontrar no turismo, nova força para reificação. Daí a busca pelo sentido que o turismo assume na cidade a partir do seu significado imaterial. Sabe-se também, que o tempo da mercadoria é limitado, a moda passa, os valores mudam e seguem-se as frustrações de uma mercadoria descartável, e como alerta Benjamin, "... a mercadoria é adorada num ritual que está previamente destinado a fracassar" (Buck-Morss, 2002: 132). Por isso, convém também questionar os objetivos que orientam o turismo em sua busca por um passado histórico das cidades e os significados ocultos na valorização de seus suportes culturais. Isso torna a fetichização uma categoria de análise fundamental para o discernimento de aparências superficiais e significados subjacentes do turismo nas cidades. Neste caso, a concepção de *capital simbólico* (Bourdieu, 1992) é profícua para estudar o turismo nos contextos das cidades, já que se trata de um 'espaço social' repleto de capitais para além do econômico.

Apropriado por determinadas políticas urbanas, o turismo torna-se um ambíguo instrumento capaz de manter desigualdades e reforçar dominação ao oferecer informações oficiais que mantém o turista passivo e disciplinado, voltando-o para uma leitura única da realidade que o cerca. Entretanto, o mesmo turismo pode promover a revisão de valores históricos e afetivos, inserindo novos sujeitos na história e considerando aspectos subjetivos e identitários marginalizados. O turista não precisa estar comprometido com uma história oficial para empreender sua viagem, para visitar uma cidade, ao

contrário, é um momento de possibilidades de reencontros com as histórias, no plural, revelando portanto, uma propriedade crítica presente no turismo, já que pode tornar visíveis aspectos que o cotidiano esquece. Trata-se da possibilidade de uma leitura crítica da paisagem urbana que permite, conforme a necessidade colocada por Walter Benjamin, “escovar a história a contrapelo”. O turismo retorna às cidades elementos que trazem em si, antagonicamente, a capacidade de aproximar cidadãos de suas próprias cidades, ao mesmo tempo em que, elegendo ícones como representantes identitários dos lugares, pode selecionar sentidos da história em sutis processos de exclusão, divisão de territórios e processos de privilegiamento de determinadas identidades com a conseqüente exclusão de outras.

Por fim, destaca-se a característica de fenômeno apropriador presente no turismo, já que o que quer que se venha chamar de turístico será sempre uma invenção e nesta dinâmica, ele pode assumir tantas conotações quantas sejam as políticas que dele se utilizem. No contexto da reabilitação de centros urbanos históricos, se dissermos que as opções políticas tendem a privilegiar um tipo de turista, não se pode atribuir essa característica excludente como aspecto inerente ao turismo. Da mesma maneira, produzir enclaves turísticos com o discurso de que são necessários para satisfazer as demandas contemporâneas por um lazer seguro é excluir deste universo todas as outras possibilidades ainda não realizadas. Sua capacidade de apropriar-se dos espaços urbanos dando a eles novos e múltiplos significados o torna um fenômeno cujos mecanismos estão a ser apreendidos e cujo sentido dependerá sempre do ambiente onde ocorre e dos objetivos de quem o promove, sem esquecer que, em algum grau, há sempre o imprevisível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antonio Augusto (1999), “Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano”. Projeto História: Espaço e Cultura. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP*. Nº 18, São Paulo: Educ.
- BARRETO, Margarita (1995), *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus.
- BARBUY, Heloísa (1999), *A exposição universal de 1889 em Paris*. São Paulo: Loyola.
- BARREIRA, Irllys (2006), “A cidade que se conta: narrativas e rituais de apresentação em Lyon” in Miranda, Júlia, Podeus, Jr., Ismael, Laplantine, François (orgs.), *Imagários sociais em movimento: Oralidade e escrita em contextos multiculturais*. Campinas: Pontes Editora.
- BENJAMIN, Walter (1994), *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.
- BOYER, Marc (2003), *História do turismo de massa*. São Paulo: Edusc.
- BUCK-MORSS, Susan (2002), *Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das passagens*. Belo Horizonte: Ed UFMG / Chapecó: Ed. Universitária Argos.
- CAMARGO, Haroldo Leitão (2001), *Fundamentos multidisciplinares do turismo: História*. In: Trigo, L. G. G. (org.), *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: Senac.
- CAMARGO, Haroldo Leitão (2002), *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph.
- CHOAY, Françoise (2001), *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp.
- CORBIN, Alain (1989), *O território do vazio*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ENZENSBERGER, H. Magnus (1985), *Com raiva e paciência*. Rio de Janeiro: Terra e Paz.
- FERRARA, Lucrecia D’Aléssio (2002), *Os lugares improváveis*. In: Yázigü, Eduardo (org.), *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto.
- FORTUNA, Carlos (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais: Estudos sociológicos de cultura urbana*. Oeiras: Celta.
- GOETHE, Johann Wolfgang Von (1999), *Viagem à Itália: 1776-1788*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (2002), *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra.
- HOUAISS, ANTONIO e VILLAR, MAURO DE SALLES (2004), *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KRIPPENDORF, Jost (2003), *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.
- LASH, SCOTT e URRY, JOHN (1994), *Economies of signs and space*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage.

- LEOTTA, Nicolò (2005), *Approcci visuali di turismo urbano: il tempo del viaggio, il tempo dello sguardo*. Milano: Ulrico Hoepli Editore.
- MACCANNELL, Dean (1989), *The tourist: a new theory of the leisure class*. New York: Schocken Books.
- MOLINA, Sérgio (2003), *O pós-turismo*. São Paulo: Aleph.
- OMT – Organização Mundial do Turismo (2001), *Introdução ao turismo*. Direção e redação Amparo Sancho. São Paulo: Roca.
- THOMPSON, Eduard Palmer (1998), *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TURNER, Louis e ASH, John, 1991, *La Horda Dorada: el turismo internacional y la periferia del placer*. Madrid: Endymion.
- URRY, John (1996), *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel / SESC.
- VAZ, Lilian e JACQUES, Paula (2003), *A cultura na revitalização urbana: espetáculo ou participação? Espaços & Debates*, v23, n. 43-4, 129-40.
- WEBLEN, Thorstein (1983), *A teoria das classes ociosas: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril.
- VISINO, Sílvia (1994), *I pittori del Grand Tour*. Latina: L'Argonauta.
- WEBER, Eugen (1989), *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WILLIAMS, Raymond (1989), *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

17. AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E CIDADE

Maria Eugénia Rodrigues

Introdução

No ainda não muito distante século XX, a visão predominante acerca do ambiente parecia restringi-lo (por correspondência linear) à natureza e, ainda que com limites, à vida rural – protegiam-se as paisagens, os habitats e as suas espécies e tentava-se preservar o seu suposto estado natural mantendo tanto quanto possível a população ‘do lado de fora’ da natureza. As cidades eram tidas como irrelevantes para a valoração da natureza e esta era muitas vezes concebida como se terminasse onde começava o perímetro urbano das cidades. Sabemos hoje não só que as cidades *estão* na natureza – como Nova Orleães tragicamente demonstrou em 2005 –, como também influenciam determinantemente o ambiente – como os climatólogos defendem repetidamente a propósito das alterações climáticas.

A associação entre o ambiente e o não-urbano, ou entre a natureza e o rural, revelou-se sociológica e ecologicamente enganadora. Enraizada na dicotomia natureza/cultura, fundadora das sociedades modernas, do pensamento científico e da própria teoria social, há muito, no entanto, que diversas correntes da sociologia do ambiente propõem – cada uma a seu modo e com diferenças teóricas não desprezíveis – interpretações de tipo sociocultural acerca do ambiente e dos seus problemas (veja-se o novo paradigma ambiental, o construtivismo social ou a modernização ecológica)¹. Foi, aliás, a reflexão em torno daquela dicotomia e dos seus limites que levou, desde o início dos anos 90 do séc. XX, autores provindos de áreas como a teoria social ou a sociologia do conhecimento científico a dedicar-se à análise das questões ambientais (Beck, 1992; Eder, 1996; Giddens, 1990; Latour, 2004; Macnaghten e Urry,

¹ Não sendo este o local para uma revisão da literatura, indicam-se tão-somente alguns dos nomes mais representativos das correntes referidas: R. Dunlap & W. Catton, 1994 (novo paradigma ambiental); J. Hannigan, 1995, S. Yearley, 1992 (construtivismo social); J. Huber, 2000, A. Mol, 1995, G. Spaargaren & B. Vliet, 2000, A. Weale, 1992 (modernização ecológica). Para uma perspectiva (norte-americana) recente sobre esta matéria ver Buttell & Humphrey, 2002.

1998; Wynne, 1992; Yearley, 1996, entre outros) e a avançar com propostas tão inovadoras como a 'sociedade de risco' (Beck, 1992).

Na reflexão que se segue, pretende-se não só afirmar a cidade como ambiente mas, principalmente, mapear algumas das dimensões que considero mais pertinentes no contexto actual de construção do que se tem vindo a designar de sustentabilidade urbana.

Dados oficiais recentes ajudam-nos a fazer sentido duma relação intensa: metade da população mundial vive actualmente em cidades e estima-se que o número atingido em 2008 – 3,3 biliões – suba contínua e determinadamente até aos 5 biliões já em 2030 (UNFPA, 2007).² Mais: cerca de 81% da população urbana de 2030 viverá em cidades dos países em desenvolvimento, localizados essencialmente em zonas de África e da Ásia. Mais ainda: se as megacidades de hoje não deixarem de crescer, será, de acordo com o mesmo relatório, nas cidades de dimensão média que se verificará o maior crescimento. Em face destes, outros números podem ser coligidos como vindo de par com os primeiros: as cidades consomem 75% dos recursos naturais mundiais, são imensos sorvedouros energéticos, sendo responsáveis por 75% das emissões mundiais de dióxido de carbono (CO₂), e produzem milhões de toneladas de resíduos das quais apenas uma muito pequena parte tem tratamento ambientalmente seguro. São Paulo, por exemplo, com mais de 20 milhões de habitantes, produz cerca de 12 mil toneladas de resíduos por dia.³ Londres, por sua vez, contabilizou 4,2 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos no ano de 2005/06. Dos 78% que dizem respeito a resíduos domésticos foram reciclados ou alvo de compostagem 20%.⁴ No entanto, as cidades e os outros espaços urbanos, ao concentrarem metade da população mundial, fazem-no ocupando menos de 3% do solo terrestre (UNFPA, 2007).

O espaço urbano está a ser repensado por força da redefinição da sua associação com o ambiente, com implicações para a forma como esse espaço é organizado, experienciado ou, dito de forma mais abrangente e expressiva, vivido. Esta reconceptualização tem sido apresentada sob o tema da susten-

² Fundo das Nações Unidas para a População, *State of World Population 2007: Unleashing the Potential of Urban Growth*, disponível em <http://www.unfpa.org/swp>.

³ Dados consultados no portal AmbienteBrasil, <http://www.ambientebrasil.com.br> (consultado em Agosto de 2007).

⁴ Fonte: *London Councils Briefing Note for the Examination in Public (EiP) into the Further Alterations to the London Plan*, disponível em <http://www.london.gov.uk/london-plan-eip/docs> (consultado em Maio de 2008).

tabilidade urbana ou das cidades sustentáveis (Rydin, 2003; Evans *et al*, 2005; Bulkeley e Betsill, 2005). Não sendo novo,⁵ o tema da sustentabilidade urbana deixou, nos anos mais recentes, de fazer parte exclusivamente do relatório ambientalista para passar a ser um recurso discursivo familiar a decisores políticos, urbanistas, cidadãos, ou membros de organizações internacionais.

Passos decisivos parecem estar a ser dados na construção dessa sustentabilidade urbana.⁶ Ainda assim, num momento em que o ambiente parece adquirir contornos de emergência global fora dos círculos estritamente ambientalistas, e a cidade, por seu lado, é de forma premente apontada por diversos actores sociais como parte central da solução para o desenvolvimento sustentável, será importante reflectir acerca da singularidade da cidade e do seu lugar nas questões ambientais.

Globalmente, ser cidade aproxima – mais do que afasta – as diversas entidades urbanas. Se o desenvolvimento socioeconómico é uma variável determinante, não pode deixar de ser observada a existência de uma certa transversalidade e partilha de problemas ambientais que resulta tão só da condição urbana e da concentração populacional que esta implica. Poluição, resíduos, planeamento, transportes, energia, são problemas comuns à cidade, não a um tipo específico de cidade. As diferenças manifestar-se-ão na forma, grau, consequências e capacidade de resposta aos problemas. A forma como as cidades dos países em desenvolvimento têm crescido, estendendo-se em sucessivos bairros de lata em razão dos movimentos migratórios originados nas zonas rurais, denuncia um grave problema de falta de infra-estruturas (de saneamento básico, por exemplo) com consequências igualmente graves em termos de saúde pública. Mas, partindo deste exemplo extremo que conduz à morte de milhares de pessoas todos os anos, o que encontramos é um contínuo de problemas com diferentes gradações e manifestações. Querera isto

⁵ O relatório que celebra o conceito de desenvolvimento sustentável (*O Nosso Futuro Comum*, Comissão das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, 1987) apontava, já em 1987, as cidades como um meio indispensável para alcançar o desenvolvimento sustentável.

⁶ A assinatura da Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis, a 24 de Maio de 2007, é apenas um exemplo recente, de entre vários. Com este documento, os responsáveis europeus pela política urbana pretendem criar as bases para uma política urbana comum particularmente atenta às questões da exclusão social, envelhecimento, alterações climáticas e mobilidade. Refira-se que 80% da população europeia reside actualmente em cidades.

dizer que a solução para os problemas ambientais que as cidades enfrentam passa por uma resposta global e concertada?

Sim e não será, eventualmente, a resposta aceitável no momento presente. O papel propulsor das alterações climáticas na percepção de que as cidades não são imunes à natureza, como esta não o é face às cidades, tem propiciado a formulação de políticas virtualmente globais ainda que a ritmos muito desiguais (a aposta nos transportes públicos, a diminuição da dependência dos combustíveis fósseis, etc.). No entanto, mais do que responder aos *problemas*, importa saber interpretar os *desafios* e estes cruzam-se, no momento presente, em meu entender, com três dimensões cruciais: a dimensão da sustentabilidade; a dimensão da participação e governação; e a dimensão da reafirmação dos conhecimentos locais e léigos. Cada uma destas será abordada nos seus pontos essenciais com recurso a diversas ilustrações.

Sustentabilidade e cidades sustentáveis

A afirmação do princípio da ‘sustentabilidade urbana’ – e a transformação das cidades em ‘cidades sustentáveis’ – adquiriu uma proeminência discursiva indiscutível: não só é o objectivo último, como é suportado pelo tipo de normatividade normalmente associada aos imperativos morais. É aqui que reside a força do apelo da sustentabilidade – urbana ou não (Rodrigues, 2005). A história da análise crítica da noção de sustentabilidade é tão longa quanto a da própria ideia de desenvolvimento sustentável. E, não sendo este o local para rever as fragilidades de diversa ordem que ao desenvolvimento sustentável têm sido apontadas⁷ é, ainda assim, crucial lembrar um aspecto essencial: o desenvolvimento sustentável não é tanto um programa de acção político-económico, mas mais um ‘projecto civilizacional’ que advoga a reformulação de condições estruturais centrais das sociedades modernas (o consumo de massas, por exemplo) sem facultar meios (institucionais ou outros) para a sua concretização. Facilita, assim, a concordância de princípio e a relutância na acção. O importante será saber se este – que é um dos traços mais salientes dos vinte anos que o desenvolvimento sustentável já leva como ideia mobilizadora (considerando a data de publicação de ‘O Nosso Futuro Comum’

⁷ Para o aprofundar desta temática ver, a título ilustrativo e provindos de diferentes perspectivas teóricas: S. Baker *et al* (eds.) 1997; F. Fisher e M. Black (eds) 1995; L. Garforth, 2002; J. Huber, 2000; A. Irwin, 2001; M. Redclift, 1987; L. Sharachchandra, 1991; S. Yearley, 1996.

como o momento ‘zero’), será reproduzido ou ultrapassado no delinear das políticas de sustentabilidade urbana.

Talvez este seja o principal desafio: fazer com que as cidades sustentáveis o possam ser para além da retórica das campanhas de promoção urbana nas relações de competitividade que se estabelecem cada vez mais num contexto global – tão global como os problemas ambientais.

A Pegada Ecológica (PE), um indicador desenvolvido por William Rees e Mathias Wackernagel (Wackernagel & Rees, 1996), tem sido apresentada pelos seus seguidores (Barrett *et al*, 2005; Chambers *et al*, 2000; Ferguson, 1999, entre inúmeros outros) como a ferramenta que possibilita precisamente ultrapassar alguma daquela ambiguidade. Simultaneamente, faculta uma medida rigorosa acerca do desempenho ambiental de uma determinada unidade física (um país, uma cidade, uma região) tendo em conta os recursos necessários para a manutenção dos padrões de consumo e a capacidade da Terra para sustentar tais padrões. Assim, ficamos a saber, por exemplo, que a PE de Londres (dados relativos a 2000)⁸ corresponde a uma área (49 milhões de hectares) duas vezes superior à área total do Reino Unido. Para Londres ser sustentável, cada um dos seus habitantes teria que reduzir a sua pegada individual de 6,63 hectares para 2,18 hectares – a chamada ‘parcela de Terra justa’ (uma equação que considera a capacidade produtiva da Terra e a divide pelo número dos seus habitantes).

O impacto visual do tamanho das pegadas urbanas não deve ser menosprezado na formação de uma consciência de justiça ambiental e social mas persistem alguns limites que, em última análise, podem interferir na aplicação efectiva de práticas de sustentabilidade urbana. Para os objectivos do presente texto, bastará referir que – à semelhança do que acontece com outros indicadores agregados (Miller, 2005; Morse, 2003), também a PE não consegue integrar e dar visibilidade aos factores contextuais e à sua especificidade. Assim, dificilmente o valor aproximado das PE de uma cidade brasileira e de uma cidade portuguesa pode ser um indicador decisivo na determinação da cidade mais próxima de práticas sustentáveis se, por exemplo, num caso tal valor se dever à opção clara por transportes públicos e energias renováveis e, no outro, ao resultado indirecto de uma certa estagnação económica e demográfica envolvendo, por exemplo, deslocalização industrial. Podemos,

⁸ Relatório *City Limits – A Resource Flow and Ecological Footprint Analysis of Greater London*, Best Foot Forward, 2002, disponível em <http://www.citylimitslondon.com>.

por outro lado, perguntar até que ponto conseguirão as cidades viver dentro dos limites das suas pegadas ecológicas. As estimativas actuais de crescimento populacional, a alteração dos padrões de consumo que se verifica nas economias em crescimento acelerado (como a China e a Índia), e as expectativas de milhões de indivíduos em aceder a padrões semelhantes, são apenas alguns dos factores que indiciam obstáculos talvez insuperáveis. Já a admissão que as cidades podem ser a forma mais eficiente de reduzir globalmente a PE de milhões de indivíduos parece ser a forma mais aceitável de pensar a questão no momento presente.

Não obstante, a PE é um instrumento central para a compreensão de como diferentes dimensões da urbanização aparentemente sem relação entre si e entre estas e o ambiente se articulam agindo decisivamente sobre o ambiente geral. Tal parece ser particularmente evidente no caso das alterações climáticas que se têm também transformado num campo preferencial de acção para as autoridades locais. As recentes posições de alguns analistas acerca do fraco progresso obtido e algumas subversões permitidas pelo Sistema Europeu de Comércio de Emissões na sua primeira fase de implementação (2005 a 2007) (Lohmann, 2005; Mackenzie, 2007), vêm, ainda que indirectamente, concentrar nas cidades as esperanças na obtenção de resultados. Nos EUA, por exemplo, vários presidentes de câmara representando cerca de 44 milhões de habitantes assinaram, em Maio de 2006, o *US Mayors Climate Protection Agreement*, apesar de ou, talvez sobretudo, por o Governo Federal dos EUA não ter ratificado o Protocolo de Quioto.⁹ Não obstante, há um aspecto destas acções de combate às alterações climáticas que merece atenção: é que apesar do seu sentido genérico, estes acordos limitam essencialmente a acção à redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂). Não se trata aqui de advogar algo que contraria as posições predominantemente assumidas pelos decisores políticos

⁹ O Protocolo de Quioto (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas), assinado em 1997 e com aplicação prática desde Fevereiro de 2005 foi apresentado como o instrumento essencial no combate às alterações climáticas e aquecimento global. Apesar da sua proeminência pública é bastante controverso, a começar pela definição dos limites de emissões. Para uma análise crítica ver, entre outros, Boehmer-Christiansen, 2003; Miller e Edwards (eds), 2001; Prins e Rayner, 2007 ou Yearley, 2005. Como se sabe, foi formalmente iniciada em Dezembro de 2007, em Bali, a discussão que deverá conduzir a novo acordo sobre a redução das emissões dos gases com efeito de estufa para além de 2012, data de expiração do Protocolo de Quioto.

e seus conselheiros de política ambiental. O que importa é ter presente que se, por um lado, a política de redução de emissões tem que passar inevitavelmente pelas cidades (pela população que concentram; por deterem algum grau de autonomia no delinear das políticas energéticas, de transporte ou outras; pelo papel de mediação que as autoridades locais podem desempenhar na articulação de diversos actores, etc.), por outro lado, haverá um certo risco de descurar os restantes problemas ambientais que, entretanto, passam para um lugar menos visível da agenda política.

Uma desatenção com custos para a sustentabilidade urbana, acrescente-se. Os resíduos são, talvez, um dos problemas mais incómodos e simultaneamente dos que melhor caracterizam a condição urbana e humana. Das cidades da Idade Média, em que humanos conviviam lado a lado com toda a variedade de detritos, passando pelas cidades poluídas de negro da Revolução Industrial até à valorização de resíduos das cidades desenvolvidas de hoje, o salto qualitativo foi imenso. No entanto, ao longo deste processo civilizacional, como Norbet Elias poderia dizer, a preocupação primeira tem sido a de ocultar algo que nos ofende estética e moralmente – acompanhada por razões de saúde pública, e só depois a de actuar a montante da produção de resíduos. Isto é, nos padrões culturais que regulam as práticas de consumo.

A resposta dos países desenvolvidos tem sido repartida entre duas áreas centrais: a criação de sistemas integrados de gestão de resíduos urbanos muito ao estilo, aliás, do que preconizam os autores da modernização ecológica¹⁰ (isto é, encontrar soluções de regulação ambiental que em simultâneo dinamizem a economia como acontece com o circuito de empresas e tecnologias necessárias à recolha, triagem, tratamento e deposição de resíduos); e a co-responsabilização dos cidadãos, notoriamente através de campanhas como a que celebrou a designada “política dos 3 Rs” (reduzir, reutilizar, reciclar) nos anos 80 do século XX.

Mas o dinamismo e criatividade habitualmente associados aos espaços urbanos deixam antever um potencial transformativo que não tem tanto partido de um esforço de regulamentação originado no topo, mas antes de uma vontade de mudança vinda da base. Num número crescente de cidades é possível assistir a várias manifestações de uma tendência de proporções maiores: supermercados, o epítome da indústria alimentar, convivem lado a lado com

¹⁰ Sobre a abordagem da modernização ecológica ver, entre outros: Hajer, 1996; Mol, 1995; Weale, 1992.

mercados de produtos – mais ou menos – biológicos de produtores locais que, além de serem vistos como a opção correcta do ponto de vista da saúde individual o são também ambiental e economicamente; em iniciativas avulsas mas cada vez mais consistentes, grupos de cidadãos têm actuado no sentido de pressionar os grandes distribuidores de produtos alimentares a reduzir a quantidade de embalagens que envolvem, por exemplo, a fruta e os legumes;¹¹ a origem geográfica do produto (as designadas ‘milhas alimentares’) e o seu sistema social de produção e comercialização (traduzido para os consumidores ocidentais pela ideia de ‘comércio justo’) pesam cada vez mais na decisão de comprar, num equilíbrio nem sempre fácil de obter entre valores ambientais e de equidade social e económica. Ou não fosse nesta dinâmica de desequilíbrio que reside a essência da sustentabilidade.

Quererá isto dizer que o caminho para a sustentabilidade urbana se decide entre a perspectiva ideal-optimista dos cidadãos ambiental e eticamente correctos e a perspectiva institucional-realista de todos os outros actores? Esta questão levanta dois problemas centrais. Em primeiro lugar, a dinâmica de inovação que parte da iniciativa de actores sociais individuais ou colectivos dificilmente conduzirá à mudança social se não for, a partir de um certo momento, suportada por políticas de carácter institucional. Assim, por exemplo, os clubes de partilha de carros que vão já existindo nas grandes cidades europeias são não só uma ideia original como efectiva do ponto de vista ambiental e económico. Todavia, se a rede de transportes públicos for incapaz de responder às necessidades de transporte quotidianas com eficiência e comodidade (pelo menos), o automóvel continuará a entupir as ruas, a atmosfera e os pulmões dos indivíduos, mesmo que alguns desses veículos sejam movidos a biocombustíveis. Mesmo o futuro já possível de carros eléctricos cujos painéis solares alimentam não só o motor mas também a rede pública de electricidade (Carson e Vaitheeswaran, 2007: 278), pensados para as curtas distâncias tipicamente percorridas pelos condutores cidadãos, não deixam de ser, para já, um projecto nascido do engenho individual. Em segundo lugar, tal como foi formulada, a questão remete para um debate

¹¹ São várias as campanhas a decorrer permanentemente a cargo de associações ambientalistas ou outras. Como ilustração, uma referência breve ao “*Packaging Day of Action*”, uma campanha pontual realizada a 20 de Junho de 2006. Simplesmente, as associadas do *Women’s Institute* (uma associação britânica com cerca de 250.000 membros), devolveram aos supermercados as embalagens acopladas aos produtos alimentares adquiridos durante uma semana.

socialmente muito restrito atendendo a que grande parte da população não tem, presentemente, condições para nele se posicionar.

Governança para a sustentabilidade

Uma cidade sustentável tem que ser acessível aos seus habitantes por inteiro. Acessível porque é aberta aos cidadãos nas suas práticas de administração e processos de decisão política sendo participada e partilhada. Uma cidade em que recursos, limites e objectivos são debatidos e analisados entre os vários agentes e actores com interesses diversos será uma cidade com melhores condições para assegurar uma vivência equilibrada tanto no presente como no futuro.

Assim – ou de forma aproximada – tem sido enunciado o princípio de participação activa dos cidadãos no desenho das políticas de sustentabilidade urbana.¹² Este, por seu lado, parece ter encontrado as condições ideais para se desenvolver no âmbito das práticas de governança que têm caracterizado os sistemas políticos das democracias ocidentais (Bulkeley & Betsill: 2005). As vantagens parecem ser claras: a governança é dialogante, estabelece relações de colaboração com actores não obviamente políticos nem necessariamente institucionais, os processos participados de consulta e decisão dão origem, em princípio, a políticas mais inclusivas facilitando, assim, a construção da sustentabilidade (Evans *et al.*, 2005). Adicionalmente, a ideia da horizontalidade das decisões e – em consequência – das responsabilidades pode servir igualmente o propósito da vontade reguladora da acção de actores potencialmente incómodos para as autoridades locais, para além de realizar a reivindicação de um papel mais activo, nomeadamente em termos de fiscalização e controlo, por parte dos vários actores interessados.

¹² Muito embora este apelo à cooperação entre actores políticos e os diversos públicos esteja inscrito na essência da ideia de desenvolvimento sustentável (isto é, desde 1987), foi com a Conferência do Rio, de 1992, que lhe foi conferida consistência sob a forma das Agendas Locais 21. No contexto europeu (mais geográfico do que político), a Convenção de Aarhus (Convenção para o Acesso à Informação, Participação Pública nos Processos de Decisão e Acesso à Justiça nas Questões Ambientais), assinada sob os auspícios das Nações Unidas em Junho de 1998, afirma-se como o instrumento central de implementação destes processos participativos ao declarar, entre outros, que o envolvimento de todas as partes interessadas é condição fundamental ao desenvolvimento sustentável (<http://www.uncece.org/env/pp/welcome.html>).

No quadro da sustentabilidade urbana o ‘plano’ será, talvez, o instrumento com maior capacidade mobilizadora junto dos diferentes actores em virtude da sua capacidade transformativa. O planeamento urbano regula os usos do espaço, a sua distribuição funcional e social, a alocação de recursos ou a possibilidade do seu usufruto (Rydin, 2003). O planeamento é, assim, condição primeira da sustentabilidade urbana e, nessa medida, não será de estranhar que, sob as circunstâncias ‘favoráveis’ da governação (numa equivalência grosseira, verificadas no mundo ocidental) ou sob as circunstâncias ‘mínimas’ da cidadania (máximas nalguns contextos), o planeamento surja como campo de reivindicações e controvérsias.

Sendo essencial à vida urbana e ao seu metabolismo, a mobilidade ilustra exemplarmente a necessidade do planeamento participado. É pelos fluxos (de pessoas, de produtos, de veículos, ideias ou informação), a sua cadência e fluência que se define uma cidade. O tempo presente, acelerado pela ubiquidade das novas tecnologias, veio sem dúvida salientar a importância dos circuitos (Spaargaren *et al*, 2006) e das mobilidades (Urry, 2000; 2007). Daí que existam cidades ‘abertas à mudança’ e cidades ‘paradas no tempo’; cidades em que os paradoxos da modernidade são um incentivo à criatividade e inovação e cidades em que os mesmos paradoxos são razão de estagnação. Por razões de lógica argumentativa, centremo-nos na mobilidade física. Aqui, a questão central será a de saber como, quem e para onde seremos transportados. Já a resposta será diversa, e de combinações múltiplas, dando origem a uma miríade de configurações: de carro, de transporte público, de bicicleta ou a pé; os habitantes das periferias, os moradores de condomínios, os residentes no centro, os socialmente excluídos dos bairros sociais, os estigmatizados das ‘barracas’; para o ‘centro’, para o trabalho, para o lazer, para a periferia, para ‘fora’... a cada uma destas possibilidades está subjacente – para lá de todas as dimensões contextuais – a manifestação de uma vontade ou necessidade mas também a aceitação de constrangimentos externos. O indivíduo que, desejando deslocar-se a pé para o trabalho (e emitir ‘zero’ emissões de CO₂), tenha que disputar cada partícula de oxigénio e centímetro de rua com os automóveis, dificilmente se sentirá encorajado a fazê-lo. A decisão de construir estradas é tão vital para os fluxos de uma cidade sustentável quanto a decisão de construir passeios e vias para peões porque por estas circularão todos aqueles que por razões económicas, ambientais, políticas, físicas ou estéticas assim o decidam. Mas umas como as outras só serão razoavelmente ponderadas se automobilistas e peões forem tidos como sujeitos sociais dotados de histori-

cidade, isto é, reconhecidos na sua capacidade de agir transformativamente sobre o presente.

Latente, mas nem por isso menos central, é a relação entre planeamento e justiça. Importa salientar não só que as bolsas de pobreza que caracterizam as cidades um pouco por todo o mundo e que pontificam nas cidades dos países em desenvolvimento são um limite profundo ao usufruto do espaço urbano na sua plenitude, como a associação entre pobreza urbana e problemas ambientais é por demais óbvia para poder ser ignorada. Principalmente nos EUA e nos países da América Latina onde as questões da justiça ambiental têm maior expressão, será pertinente perguntar não só até que ponto o planeamento é justo como assegurar mecanismos de participação que corrijam enviesamentos de carácter discriminatório associados a processos tradicionais de exclusão baseados na etnicidade¹³ ou na classe. Neste sentido, a inclusão será, também ela, uma medida de sustentabilidade.

A revalorização dos conhecimentos locais e leigos

O argumento é simples: a concretização do projecto da sustentabilidade urbana implica necessariamente a reafirmação do papel dos conhecimentos locais e leigos na procura de respostas adequadas às especificidades contextuais de cada núcleo urbano. Tal formulação poderá parecer paradoxal – e irónica – quando as comunidades locais, o ‘paroquial’ ou o ‘indígena’ se nos apresentam como estando cada vez mais comprimidos na sua existência e afirmação pelas ‘comunidades virtuais’, pelo global ou universal. O paradoxo não será, todavia, senão aparente. De facto, nunca a consciência do local foi tão marcada como quando começou a ser ‘ameaçada’ pelos processos globais, assim como o receio desestruturador das novas tecnologias sobre as identidades, temidas por facilitarem a desinserção do espaço-tempo local, não ocorreu nos moldes avançados pelos prognósticos iniciais. À interpretação determinística sobrepôs-se o uso flexível dessas tecnologias, mobilizando novas identidades e reestruturando as antigas.

¹³ É de notar, no entanto, que as questões da justiça ambiental foram inicialmente formuladas em termos bastante mais dicotómicos do que a noção de etnicidade deixa antever. Após o período de lutas pelos direitos cívicos atravessado pelos EUA nos anos 50 (séc. XX), quer os grupos de defesa desses mesmos direitos, quer os tribunais revelavam-se particularmente atentos a injustiças de carácter racial (Bullard, 1990; Harvey, 1996; Ringquist, 2005).

Haverá, portanto, no que respeita à revalorização dos saberes leigos e locais duas vertentes a considerar. Por um lado, a revitalização que decorre das pressões a que foram sujeitos na fase mais agressiva dos processos de globalização. Por outro lado, a sua afirmação que resulta das práticas e exercícios de participação pública a que me referi no ponto anterior. A não ser que se abrace a perspectiva da compreensão pública da ciência¹⁴ na sua versão mais acrítica, dificilmente se aceitará a ideia de que os públicos não transportam consigo um reportório de saberes que são aplicados nas mais diversas circunstâncias e que podem, também, contribuir para o delinear de políticas sustentáveis. Acrescente-se uma terceira vertente para referir que o conceito de sustentabilidade inerentemente sustenta este tipo de saberes ainda que não descure nunca de garantir o lugar cimeiro ao conhecimento científico-formal.

No âmbito da sustentabilidade urbana, o problema coloca-se nos seguintes termos: como trazer para um lugar de destaque saberes que, principalmente no contexto urbano, surgem irremediavelmente deslocados, anacrónicos até?

Em primeiro lugar, qualquer processo de revalorização dos saberes locais terá que ser fundamentado no princípio da articulação de saberes, não da sua eliminação, ou seja, defende-se aqui o desenho de processos colaborativos entre o saber leigo/contextual e o saber técnico-científico/ universal (Yearley, 2006; Brush *et al*, 2001; Petts, 2000). Será desta articulação que soluções criativas e adaptadas às características locais poderão resultar em processos sustentáveis.

Em segundo lugar, tal pode ser alcançado por via de processos mais tradicionais que são recuperados de acordo com aconselhamento e supervisão técnica ou por via de metodologias que fazem uso de algumas das potencialidades oferecidas pelas novas tecnologias. Quanto aos primeiros, alguns exemplos de proveniência diversa ilustram o argumento: o projecto nunca concretizado em Lisboa de revitalização das antigas hortas que até meados do século XX preenchiam as traseiras dos edifícios.¹⁵ A sugestão, do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, congrega um conjunto vasto de vantagens

¹⁴ Na sua versão simplista, a compreensão pública da ciência procura analisar os processos e condições através dos quais os públicos poderão mais facilmente entender e apoiar os desenvolvimentos científicos e tecnológicos e a sua aplicação. Para uma análise crítica desta abordagem ver, por exemplo, Wynne, 1992; Yearley, 1994.

¹⁵ No momento em que revejo o artigo, chegam-me notícias da imprensa a dar conta de que os primeiros passos estão a ser dados pela Câmara Municipal de Lisboa.

para a sustentabilidade da cidade de Lisboa que as autoridades locais nunca quiseram perceber. Dos benefícios sociais, económicos e ambientais de percepção imediata, até à importância dessas pequenas áreas de cultivo agrícola para a captação e manutenção da biodiversidade (O’Riordan e Stoll-Kleemann, 2002), ou como canais naturais de escoamento de águas pluviais ou, simplesmente, na sua função estética de segmentação do espaço construído em diferentes tipos de fruição sensorial, as conexões com a sustentabilidade são múltiplas.

Um pouco por todo o Reino Unido, as parcelas de terra (‘allotments’) que, durante a II Guerra Mundial, foram revitalizadas para alimentar uma população privada de quase tudo e que até ao presente têm sido mantidos essencialmente pela população idosa, estão agora a ser renovados e republicitados como locais apetecíveis para as famílias de classe média urbana. Estas produzem os seus próprios vegetais biológicos e em simultâneo contribuem decisivamente para a manutenção da biodiversidade e a preservação da paisagem (Crouch e Ward, 2003). Por fim, num contexto extremado pela guerra civil de vários anos, os habitantes em número crescente da cidade de Freetown (Serra Leoa), recorrem igualmente à agricultura de contexto urbano no sentido de fazer face às necessidades prementes de alimentos.¹⁶

No entanto, nem só de pequenas hortas e saberes tradicionais se fazem os saberes leigos. E é a este nível que as novas tecnologias podem facilitar o seu uso para fins de sustentabilidade urbana. Refiro-me aqui, por exemplo, à integração no espaço doméstico de dispositivos tecnológicos ‘inteligentes’ e de fácil uso que permitam aos indivíduos aceder à informação sobre consumos de energia ou água mas que possibilitem também monitorizar as emissões de gases com efeito de estufa. Ou, numa parceria mais refinada entre tecnologias, leigos e peritos, sistemas de monitorização ambiental que sejam também (isto é, para além das óbvias fontes técnicas) alimentados por informação recolhida sensorialmente pelos indivíduos ajudados eles próprios por sensores electrónicos¹⁷ (Rodrigues, 2007). As possibilidades são imensas, claro. Mas, na dúvida entre o anacronismo e a hipérbole da crença nas novas

¹⁶ “Progress in the world’s cities will decide the future of Planet Earth – A report by the Worldwatch Institute – 13 January 2007”. (Consultado em: http://www.citymayors.com/society/cities_earth.html).

¹⁷ Esta ideia está a ser explorada em contextos e formas diversas. Em Portugal, por exemplo, foi objecto de análise por uma equipa multidisciplinar de investigadores no âmbito do projecto Senses@Watch.

tecnologias, talvez a posição mais razoável seja a do meio caminho entre uma e outra, no sentido da harmonia e equilíbrio pretendidos pela noção de sustentabilidade.

Conclusão

Mais do que um dado adquirido, a sustentabilidade urbana constitui um desafio. Na realidade, enunciar a cidade como uma variável determinante na realização de um futuro sustentável oferece mais perguntas do que respostas; a natureza múltipla e transversal das questões ambientais por um lado, e as diversas camadas da noção de sustentabilidade (ambiental, social, económica) que apontam para um ideal de participação e equidade por outro, fazem com que qualquer pergunta não seja mais ambiental do que social, económica, cultural ou política. Por sua vez, as cidades são, na sua complexidade, entidades que têm tanto de potencial como de problemático. E muito embora a retórica dominante afirme estarmos mais próximos da realização do potencial do que presos aos problemas, será aos que nelas habitam que caberá dar a resposta.

Aos que olham para as questões da sustentabilidade urbana como um problema técnico a ser solucionado pela dinâmica associada à inovação tecnológica, faltará compreender e integrar a dimensão sócio-cultural no quadro explicativo. Faltará também o entendimento de que tal problema remete para respostas não essencialmente técnicas mas necessariamente políticas e, neste âmbito, nesta como noutras áreas, a margem para erro é enorme.

Haverá, então, um futuro ambiental para as cidades? Como foi dito no início desta reflexão, estamos hoje distantes do ideal romântico que movia os primeiros ambientalistas/conservacionistas e os fazia acreditar que seria no campo que os seres humanos melhor poderiam viver em harmonia com a natureza. Hoje, que somos biliões, as cidades apresentam-se como a forma de organização mais eficiente e racional do ponto de vista da preservação dos recursos naturais e da defesa ambiental. Trabalhar no seu aperfeiçoamento será trabalhar para a sua sustentabilidade. A haver um futuro ambiental nas cidades, esse futuro terá que ser inevitavelmente humano, isto é, pensado não por oposição à natureza mas pensado *como* natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKER, S., KOUSIS, M., RICHARDSON, D. e YOUNG, S. (eds.) (1997), *The politics of sustainable development*. London: Routledge.
- BARRETT, J., BIRCH, R., CHERRETT, N. e WIEDMANN (2005), "Exploring the application of the ecological footprint to sustainable consumption policy", *Journal of Environmental Policy & Planning*, 17:4, 303-16.
- BECK, Ulrich (1992), *Risk Society – Towards a new modernity*. London: Sage.
- BOEHMER-CHRISTIANSEN, Sonja (2003), "Science, equity, and the war against carbon", *Science, Technology and Human Values*, 28, 69-92.
- BRUSH, J., MOFFATT, S. e DUNN, C.E. (2001), "Keeping the public informed? Public negotiation of air quality information", *Public Understanding of Science*, 10, 213-29.
- BULKELEY, H. e BETSILL, Michelle M. (2005), "Rethinking sustainable cities: multilevel governance and the 'urban' politics of climate change", *Environmental Politics*, 14:1, 42-63.
- BULLARD, Robert (1990), *Dumping in Dixie: Race, class, and environmental quality*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- BUTTEL, F.H. e HUMPHREY, C.R. (2002), "Sociological theory and the natural environment" in R. Dunlap e W. Michelson (eds.), *Handbook of environmental sociology*. Westport, Connecticut: Greenwood Press.
- CARSON, Iain e VAITHEESWARAN, Vijay V. (2007), *Zoom: The global race to fuel the car of the future*, New York: Twelve.
- CHAMBERS, N., SIMMONS, C. e WACKERNAGEL, M. (2000), *Sharing nature's interest: ecological footprints as an indicator of sustainability*. London: Earthscan.
- Comissão das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (1987), *O nosso futuro comum*. Lisboa: Meribéria.
- CROUCH, D. e WARD, C. (2003), *The allotment: Its landscape and culture*. Nottingham: Five Leaves Books.
- DUNLAP, R e CATTON, W. (1994), "Struggling with human exemptionalism: The rise, decline, and revitalization of environmental sociology", *The American Sociologist*, 25, 5-30.
- EDER, Klaus (1996), *The social construction of nature – A sociology of ecological enlightenment*. London: Sage.
- EVANS, B., JOAS, M., SUNDBACK, S. e THEOBALD, K. (2005), *Governing sustainable cities*. London: Earthscan.
- FERGUSON, A.R.B. (1999), "The logical foundations of ecological footprints", *Environment, Development and Sustainability*, 1, 149-56.

- FISHER, Frank e BLACK, Michael (eds.) (1995), *Greening environmental policy – The politics of a sustainable future*. New York: St. Martin's Press.
- GARFORTH, Lisa (2002), *Green utopias: Imagining the sustainable society*, DPhil Thesis. York: University of York.
- GIDDENS, Anthony (1990), *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.
- HAJER, Maarten. A. (1996), "Ecological modernisation as cultural politics" in S. Lash, B. Szerszynski e B. Wynne (eds.), *Risk, environment and modernity: Towards a new ecology*. London: Sage.
- HANNIGAN, John A. (1995), *Environmental Sociology – A social constructionist perspective*. London: Routledge.
- HARVEY, David (1996), *Justice, nature and the geography of difference*. Malden, Massachusetts: Blackwell.
- HUBER, Joseph (2000), "Towards industrial ecology: Sustainable development as a concept of ecological modernization", *Journal of Environmental Policy & Planning*, 2, 269-85.
- IRWIN, Alan (2001), *Sociology and the environment: A critical introduction to society, nature and knowledge*. London: Polity Press.
- LATOUR, Bruno (2004), *Politics of nature – How to bring the sciences into democracy*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- LOHMANN, Larry (2005), "Marketing and making carbon dumps: Commodification, calculation and counterfactuals in climate change mitigation", *Science as Culture*, 14:3, 203-35.
- MACKENZIE, Donald (2007), "The political economy of carbon trading", *London Review of Books*, 29:7.
- MACNAGHTEN, P. e URRY, J. (1998), *Contested natures*. London: Sage.
- MILLER, Clark A. e EDWARDS, Paul N. (eds.) (2001), *Changing the atmosphere: Expert knowledge and environmental governance*. Massachusetts: MIT.
- MILLER, Clark A. (2005), "New civic epistemologies of quantification: Making sense of indicators of local and global sustainability", *Science, Technology & Human Values*, 30: 3, 403-32.
- MOL, A. P. J. (1995), *The refinement of production: Ecological modernization theory and the chemical industry*. Utrecht: Van Arkel.
- MORSE, Stephen (2003), "Greening the United Nations' Human Development Index?", *Sustainable Development*, 11, 183-98.
- O'RIORDAN, T. e STOLL-KLEEMANN, S. (eds.) (2002), *Biodiversity, sustainability and human communities: Protecting beyond the protected*. Cambridge: Cambridge University Press.

- PETTS, Judith (2000), "Processos de formação de consensos na gestão de resíduos" in M. E. Gonçalves (org.), *Cultura científica e participação pública*. Oeiras: Celta.
- PRINS, G. e RAYNER, S. (2007), "Time to Ditch Kyoto", *Nature*, 449, 973-75.
- REDCLIFT, M. (1987), *Sustainable Development: Exploring the contradictions*. London: Routledge.
- RINGQUIST, Evan J. (2005), "Environmental justice: Normative concerns, empirical evidence, and government action" in Norman J. Vig e Michael E. Kraft (eds.) *Environmental policy: New directions for the twenty-first century*. Washington DC: CQPress.
- RODRIGUES, Eugénia (2005), "Universal protection or global depletion? Hopes and contradictions in a science-led society" in E. Rodrigues e H. Machado (orgs.) *Scientific proofs and international justice - The future for scientific standards in global environmental protection and international trade*, Seminar Proceedings. Braga: Núcleo de Estudos em Sociologia da Universidade do Minho.
- RODRIGUES, Eugénia (2007), "Monitorização da qualidade ambiental e dinâmicas de participação pública: potencialidades e práticas da monitorização leiga" in C. Borrego et al (eds.) *Actas da 9ª Conferência Nacional do Ambiente*. Aveiro: Departamento do Ambiente, Universidade de Aveiro.
- RYDIN, Yvonne (2003), *Urban and environmental planning in the UK*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- SHARACHCHANDRA, Lélé (1991), 'Sustainable development: A critical review', *World Development*, 19:6, 607-21.
- SPAARGAREN, G. e VLIET, B.V. (2000), "Lifestyles, consumption and the environment: The ecological modernisation of domestic consumption" in A. Mol e D. Sonnenfeld (eds.), *Ecological modernisation around the world - Perspectives and critical debates*. London: Frank Cass.
- SPAARGAREN, G., MOL, A.P.J. e BUTTEL, F.H. (eds.) (2006), *Governing environmental flows: Global challenges to social theory*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- URRY, John (2000), *Sociology beyond societies - Mobilities for the twenty-first century*. London: Routledge.
- URRY, John (2007), *Mobilities*. Cambridge: Polity.
- WACKERNAGEL, M. e REES, W.E. (1996), *Our ecological footprint - Reducing human impact on the earth*. Gabriola Island, B.C., Canada: New Society Publishers.
- WEALE, Albert (1992), *The new politics of pollution*. Manchester: Manchester University Press.
- WYNNE, Brian (1992), "Misunderstood misunderstanding: social identities and public uptake of science", *Public Understanding of Science*, 1, 281-304.
- YEARLEY, Steven (1992), *A causa verde - Uma sociologia das questões ecológicas*. Oeiras: Celta.

- YEARLEY, Steven (1994), "Understanding science from the perspective of the sociology of scientific knowledge: An overview", *Public Understanding of Science*, 3, 245-58.
- YEARLEY, Steven (1996), *Sociology, environmentalism, globalization – Reinventing the Globe*. London: Sage.
- YEARLEY, Steven (2005), *Making sense of science – Understanding the social study of science*. London: Sage.
- YEARLEY, Steven (2006), "Bridging the science-policy divide in urban air-quality management: evaluating ways to make models more robust through public engagement", *Environment and Planning C*, 24, 701-14.

18. CIDADES E MIGRAÇÕES

Ulisses Neves Rafael

Introdução

O propósito desse texto é fazer um levantamento dos estudos sociológicos mais clássicos acerca das cidades, cuja ênfase recai sobre os motivos de atratividade ali encontrados. O que se pretende com isso é demonstrar que, para além dos aspectos prejudiciais subjacentes à cultura urbana, uma gama de fatores favoráveis se apresentam positivamente na atração dos seus moradores, concorrendo para tornar as cidades o destino privilegiado ao longo do tempo, principalmente para as populações rurais.

O interesse pelo tema está relacionado às preocupações com o processo de ocupação da cidade de Aracaju, cujo projeto modernista de fundação termina por atrair ao seu âmbito, um segmento específico de imigrantes, provenientes das regiões interioranas do estado de Sergipe, que, atraídos pelas promessas de felicidade que a primeira cidade planejada do Brasil projeta, vão se imiscuindo no ambiente urbano, no esforço de se confundirem com o *ethos* urbanístico e progressista da nova capital. Trata-se, portanto, de uma análise que privilegia as práticas de sociabilidade que se desenvolvem na cidade, aqui tomada como espaço das oportunidades, mas também como *locus* de maior satisfação espiritual, bem como de libertação pessoal e coletiva. Assim sendo, o que se percebe com relação a Aracaju é o esforço desse imigrante de abafar os traços de um provincianismo que o identificaria com a condição anterior de existência, em favor da adoção de modos de vida mais adequados ao novo *status* de cidadão.

O que se propõe fazer aqui é uma discussão acerca das diferentes concepções de cidade e, na medida do possível, relacioná-las aos processos de imigração. Para tanto, foi selecionada uma série de artigos, principalmente daqueles já considerados clássicos dentro desse campo que vem ao longo das últimas décadas se consagrando como uma “sociologia das cidades”. O critério de escolha do material teórico obedece ao princípio do tratamento dado às formas pelas quais a cidade tem atraído seus moradores ao longo do tempo. A idéia é tratar das razões pelas quais os centros urbanos são tomados como destino das mobilizações humanas, enfatizando-se as análises que privilegiam os conteúdos simbólicos e culturais do processo. A falta de referências mais

diretas sobre o assunto forçou um tipo de recorte mais fragmentado, onde a relação entre migração e cidade é apenas insinuada. Trata-se, portanto, de uma releitura que tem por finalidade identificar o tema em questão, muito embora, na maioria das vezes, ele só possa ser localizado à custa de certo esforço de abstração, já que quase sempre está ausente nas reflexões, apesar de sempre se colocar como pano de fundo.

A imigração no campo das ciências sociais e humanas

Convém, antes do mais, destacar pelo menos dois tipos de desafios que enfrenta quem propõe discutir os processos de deslocamento humano. O primeiro diz respeito à identificação da área com a qual se quer trabalhar, já que esse fenômeno tem sido objeto de interesse por parte dos mais diversos campos do conhecimento, situando-se, portanto, na fronteira entre duas grandes áreas. Por um lado, as Ciências Sociais Aplicadas, no interior das quais se desenvolvem as pesquisas levadas a cabo pela Economia, pela Demografia e pelo Planejamento Urbano, e que envolvem temas como mobilidade e categorias ocupacionais no mercado de trabalho e relações entre desenvolvimento econômico, urbanização e migração. Tem-se ainda os estudos de deslocamento, distribuição e redistribuição espacial da população migrante, sob uma perspectiva quantitativa e qualitativa, os quais constituem o eixo estruturante das teses e dissertações desenvolvidas principalmente por demógrafos. Por outro lado, a grande área das Ciências Humanas, que através, principalmente, de campos como a Geografia, a História e, sobretudo, as Ciências Sociais, visam acompanhar o tema da imigração e os seus impactos nos contextos urbanos ao longo do tempo. Muitas das análises desenvolvidas nesse campo encaminham-se por temas como as relações entre desenvolvimento econômico, urbanização e imigração, as condições sociais das famílias migrantes e aspectos relacionados com questões como, educação, empregos, salários, saúde. Trata-se, nesse caso, de investigações que buscam “acentuar problemáticas do desenvolvimento econômico” de um modo geral, em detrimento de uma melhor compreensão dos aspectos relacionados àquilo que alguns autores chamam de “cultura urbana”, ou seja, “um conjunto de práticas sociais e estilos de vida que se forjam, comunicam e reproduzem na cidade” (Fortuna, 1997), cujo viés orientará esta análise. Para todos os efeitos, portanto, esta reflexão optará por “uma definição sociologicamente relevante” do fenômeno.

O segundo desafio diz respeito à pertinência do tema “migração e cidades”, o qual beira uma redundância sociológica, uma vez que, pelo menos em tempos recentes, raramente as mobilizações humanas se desenvolvem sem

que tal movimentação tenha a cidade como destino. Sem levar em conta as correntes migratórias de sentido coletivo implementadas pelo *homo erectus*, ocorridas por volta do pleistoceno, bem como os deslocamentos humanos decorrentes da expansão mercantilista verificados a partir do século XV à custa do comércio de escravos, somente com o advento da industrialização acelerada do século XIX é que se verifica a intensificação dos fluxos migratórios para a cidade. Nas situações anteriores de circulação e transplantação, o que se observa são mobilizações humanas, por um lado influenciadas por pressões ecológicas e demográficas e, por outro, como parte de projetos econômicos que não reservavam aos indivíduos envolvidos o direito de escolha de que o migrante é sujeito.

Além disso, em qualquer desses casos, a cidade não era a finalidade do deslocamento, embora se saiba que aglomerados habitacionais com as características essenciais da cidade já existissem desde 2.500 a.C. Somente no século XIX é que a imigração se torna um fenômeno mais sistemático e a cidade torna-se o elo de ligação entre o espaço de destino e a mobilização envolvida. Curioso notar que no livro *A cidade na História*, em pouquíssimas páginas Lewis Mumford refere-se à imigração ou aos imigrantes e, quando isso acontece, ele situa os deslocamentos populacionais na corrente da expansão capitalista e da industrialização crescente ocorrida, sobretudo, entre os anos 1820 e 1900, quando se cria um novo tipo de agregação urbana: “aquele a que Dickens, em *Tempos difíceis*, chamou de Coketown”, arquetipo das cidades industriais do ocidente (Mumford, 2004).

Assim, para se compreender os processos de mobilidade humana na modernidade, deve-se recorrer à tradição sociológica mais remota, a qual, embora não estivesse voltada exclusivamente para o fenômeno da imigração, preocupou-se com os problemas sociais urbanos decorrentes da revolução industrial e da expansão capitalista, verificadas entre fins do século XVIII e começo do século XIX, entre os quais os deslocamentos em massa despontam como uma das principais causas da “carbonização” da cidade.

A sociologia clássica e os estudos sobre a cidade

O aparecimento da indústria acarretou uma imigração em grande escala de camponeses que abandonaram suas terras, os quais vieram a se tornar trabalhadores nas indústrias, ocasionando uma expansão radical das áreas urbanas e a introdução de novas formas de relacionamento social (Giddens, 2005). Foi para dar conta dessas transformações e dos problemas delas decorrentes que uma série de estudiosos se dedicou ao tema, desenvolvendo uma nova

concepção do mundo social. Trata-se de autores como Comte e Durkheim, principalmente, embora se possa dizer dos mesmos que estudaram na cidade, mas não a cidade.

Por outro lado, foram os chamados *socialistas* – Saint-Simon, Proudon e Marx – que, sem ainda realizarem uma sociologia propriamente dita, mais contribuíram para o avanço da reflexão sociológica, uma vez que radicalizaram a atitude crítica com relação à ordem sócio-estrutural vigente. Relativamente a Karl Marx em especial, convém destacar que, segundo Henry Lefebvre (2001: 12), “as questões relativas à cidade aparecem com muita força na formulação do materialismo histórico”. Tais considerações já aparecem nos *Manuscritos de 1844* e nas primeiras páginas de *A Ideologia Alemã*, quando sua discussão sobre a cidade passa ao primeiro plano, embora de modo ainda limitado. Evidentemente, suas numerosas considerações sobre o tema jamais se aproximam da amplitude que Engels (1975) lhe emprestou em sua primeira obra, *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*, onde também vamos localizar as primeiras contribuições para uma fisionomia da multidão.

Mas é noutra vertente dessa tradição germânica que se encontra uma teoria mais sistemática da cidade, a qual denominaremos aqui de Escola Alemã, fazendo coro às indicações de Barbara Freitag, para quem o termo “escola”, nesse caso, abrange um conjunto de teóricos que pensam a questão urbana e o fenômeno das cidades no contexto de sua cultura, de seu tempo, de suas tradições filosóficas e sociológicas. É porque compõem um corpo de pesquisadores, que tiveram suas produções vinculadas a órgãos de publicações específicos e, sobretudo, porque guardam entre si algum tipo de reciprocidade intelectual, que autores como Georg Simmel, Max Weber e Walter Benjamin podem ser reunidos aqui sob a mesma categoria de estudiosos (Freitag, 2006). Mais uma vez, deve ser lembrado que a utilização que aqui é feita desses estudiosos tem mais a ver com o tipo de enfoque dirigido à cidade, no mais das vezes uma incursão tímida pelo tema, centrada nos aspectos da cultura e da ideologia, do que pelo tratamento dado por eles ao tema da imigração propriamente dito. Contudo, aqui se buscará respaldo nos seus argumentos para justificar um certo tipo de mobilização humana no capitalismo tardio em direção à cidade.

Comecemos por Weber, cujas considerações sobre a cidade se perdem na robustez de sua teoria sociológica, por se tratar de apenas um apêndice à sua tipologia da dominação. Para ele a cidade é mais do que um estabelecimento, uma localidade; ela funda-se enquanto sede de poder político e estabelecimento econômico, mas, principalmente, como espaço de garantia e proteção,

com a qual os habitantes, constituídos principalmente por comerciantes, concordam em retribuir à proteção, através de serviços obrigatórios e tributos em espécie. Mas são o modo de regulamentação da propriedade imobiliária, os princípios impositivos daí decorrentes e a capacidade de proteção dos indivíduos que servem como traços diacríticos da cidade, na sua modalidade mais ocidental. A condição de residente nessa cidade de guarnição exclusivamente européia só se tornou possível pela presença de um segmento, os *burguenses*, os quais estavam determinados pela obrigação de vigiar e defender a fortaleza:

Os habitantes do castelo ou da vizinhança [...] deviam, como cidadãos (*burguenses*), ao senhor militar da cidade determinados serviços militares, sobretudo a construção e manutenção dos muros, vigilância e defesa, mas às vezes também outros serviços (o de mensageiro, por exemplo) ou fornecimentos de importância militar

(Weber, 1999: 417).

Trata-se daquilo que o próprio Weber denominou de “comunidade urbana”, ou seja, uma associação estamental, dotada de privilégios, inclusive sobre a escolha das autoridades centrais e orientada por um direito material ou processual. Segundo Weber, cidades com tal padrão só puderam ser verificadas na Idade Média ocidental e, no século XVIII, numa parte mínima dessa região. Esse autor não desenvolveu aí qualquer consideração sobre os fluxos migracionais, embora se possa inferir, do tratamento dado à origem da cidade e dos elementos que caracterizam a sua emergência, aquilo que seria o elemento primordial de atração da cidade, no caso a segurança de suas guarnições e fortaleza. Quando, em outra passagem, trata especificamente de “A cidade no ocidente”, uma característica mais decisiva a traduz, ou seja, o “lugar de ascensão da servidão à liberdade”, a qual pode ser interpretada como maior capacidade aquisitiva, interesse solidário, rompimento do direito senhorial, concorrendo para popularizar o seguinte lema: “o ar da cidade faz livre” (*ibid*: 427).

Com Simmel, teremos uma formulação mais sistemática da cidade, cuja importância se impõe não tanto pelo volume da produção, já que ela é também exígua em termos quantitativos, e mais pela sua consistência analítica e pela influência que exerce em certos centros acadêmicos, como aquele que se convencionou chamar de Escola de Chicago. Já nas primeiras linhas do texto “A metrópole e a vida do espírito” é possível identificar aquilo que para esse autor seria indicativo dos motivos de “atração e influência positiva” na cidade,

no caso a busca pela independência e a vontade de individualização, como estratégia de resistência dos sujeitos à “uniformização e à submissão perante as engrenagens sócio-tecnológicas” (Simmel, 1997: 31).¹

Em Simmel é possível abstrair, das características por ele esboçadas acerca da metrópole urbana e das suas tendências mentais típicas, aquilo que se apresentaria como principal motivo de atratividade e permanência no local: a liberdade pessoal.

Embora empreste certa ênfase aos aspectos da competitividade no terreno da divisão do trabalho, uma exagerada despersonalização daí decorrente, aliada à impessoalidade nas relações inter-pares, Simmel não compartilha da repulsa contra a metrópole, como era comum em certos circuitos intelectuais. Para ele, são tais traços de urbanidade que justamente se apresentam como objeto do mais genuíno desejo dos seus habitantes, sendo a cidade, portanto, o lugar da significativa fertilidade.

Em Walter Benjamin, deparamo-nos com uma categoria que é a mais ilustrativa dessa espécie de imigrante moderno, o boêmio, cuja condição na cidade é a de deambulador, posição que, aliás, o próprio Benjamin ocuparia na “capital do século XIX”, a cidade onde se sentia inteiramente em casa. Trata-se da “camada intelectual da população” que, ao fim de tudo, segundo o próprio Benjamin (1997), acaba por se render ao “grande armazém”.

Paira sobre a interpretação benjaminiana desse estrato certo desconforto, já que, ao lhe fazer referência, como a toda sorte de transeuntes que percorre a cidade, o *flâneur* inclusive, o autor se mostra bastante reticente com relação aos seus destinos, pois para ele a cidade exerce inicialmente sobre seus habitantes, uma irresistível capacidade de atração: “a multidão é o disfarce através do qual a cidade familiar atrai o *flâneur* como uma fantasmagoria”, para logo em seguida enredá-lo na teia dos negócios lucrativos: “O grande armazém de comércio é o cenário da última deambulação do *flâneur*” (*ibid*: 74).

Noutra obra dessa sua historiografia da modernidade, *Charles Baudelaire: um Lírico no Auge do Capitalismo*, Benjamin aprofunda a análise da boémia e a relaciona com outros segmentos, tais como os conspiradores profissionais, cujos locais de encontro “colocavam-nos naquela esfera de vida que, em Paris, é chamada de *Boémia*” (Benjamin, 1989); os trapeiros, os quais mais se aproxi-

¹ A idéia de “atração e influência positiva” é inspirada no uso que dela faz Louis Wirth, talvez o mais fiel discípulo de Simmel, em quem nada se encontra a esse respeito. Voltaremos ao tema adiante.

mam da condição de imigrantes, já que chegam à cidade atraídos pelos “novos métodos industriais”, embora não se possa dizer deles que gozassem ali dos mesmos privilégios proporcionados pela boémia, apesar de beneficiarem de uma grande veneração por parte dos literatos e conspiradores;² e, *last but not least*, o *flâneur*, o “botânico do asfalto”, figura completamente ambientada na geografia das galerias, caminhos cobertos de vidro e revestidos de mármore, e sem as quais a *flanerie* não poderia ter se desenvolvido.

E o que é essa prática, senão a mais pura representação da relação de arrebatamento que a cidade provoca? Não é preciso ser natural da cidade para se colocar diante dela desse modo deslumbrado, encantado, inebriado. Mas não confundir tal atitude com alheamento ou alienação. O *flâneur* não é um *basbaque*, que se detém demoradamente a olhar a mesma coisa. Não! Ele é “o observador – diz Baudelaire – um príncipe que, por toda a parte faz uso do seu incógnito” (*apud* Benjamin, 1989: 38). Aliás, é ainda Baudelaire que lança mão da expressão “*dupe*”, para designar o indivíduo simplório, que na cidade é facilmente enganado ou defraudado, já que não detém essa condição fundamental e necessária ao *citoyen* que é o conhecimento da natureza humana: “quanto menos segura se torna a cidade grande, tanto mais necessária para se viver nela – assim se pensava – é esse conhecimento” (Benjamin, 1989: 37).

Contudo, embora se socorra de Baudelaire para tecer suas mais lúcidas reflexões sobre a metrópole, Walter Benjamin parece estar em desacordo com as perspectivas do poeta que lhe serve de inspiração, já que para ele, com o progresso e a divisão do trabalho, o *flâneur* vai-se tornando um sujeito fútil e insignificante, em meio a uma paisagem que transforma as galerias em sua forma mais decadente que são as lojas. Baudelaire falava de uma “ebriedade religiosa da cidade grande” e do “prazer de se achar numa multidão como expressão misteriosa do gozo pela multiplicação do número”, enquanto Benjamin trata da massificação dos fregueses e do sujeito-mercadoria, retirando todo o aspecto lírico com que o poeta acompanhou a transformação da paisagem urbana e o “espetáculo oferecido pelo público das ruas de uma grande cidade” (*ibid*: 53-4). Sob este aspecto, e para encerrar a análise das conside-

² A chegada desses trapeiros nas cidades francesas, e em Paris em particular, deve ter coincidido com a crise no minifúndio e com o desmoronamento do otimismo rural, por volta da década de 40. Eles são os deserdados de Baudelaire, cujo ancestral é “o rude, o faminto, o invejoso, o selvagem Caim, que se foi para as cidades a fim de sofrer o fermento do rancor que aí se acumula e de participar das falsas idéias que aí vivem o seu triunfo” (Barbey, Jules-Amédée *apud* Benjamin, 1989, 21).

rações de Benjamin sobre o assunto, resta afirmar que para ele, como para a tradição marxista, a cidade se apresenta “sem disfarces”, como *locus* desinteressado de atração.

Tem-se ainda as contribuições da Escola de Chicago, herdeira direta da tradição germânica e onde a junção entre estudos sobre a cidade e imigração encontra sua formulação mais sistemática. Trata-se de um conjunto de reflexões sociológicas sobre a cidade, com ênfase sobre os processos de integração dos imigrantes à sociedade americana, como também sobre toda sorte de problemas associados a esse fenômeno, tais como a delinquência, a criminalidade, a pobreza.

A perspectiva analítica instaurada pela Escola de Chicago se desenvolve a partir da compreensão de que o acesso aos problemas fundamentais da vida social só pode ser obtido quando o investigador participa do mundo que se propõe estudar. Entre seus principais expoentes, podemos destacar as contribuições de Robert Ezra Park, o qual, depois de absorver os ensinamentos de Simmel, com quem tomou contato direto em Berlim e Estrasburgo, fundou nos Estados Unidos a sociologia urbana e influenciou toda uma geração de estudiosos. É certo que as contribuições de Park se revelam mais no desenvolvimento do método de estudo a ser desenvolvido na cidade, o qual, por sua vez, é tributário da sua profissão de jornalista, que já lhe exigia essa postura investigativa pautada no contato direto com o campo. Contudo, não é demais destacar a importância por ele emprestada à cidade, como *locus* de atratividade, em função do fato de que:

[...] a longo prazo cada indivíduo encontra em algum lugar entre as várias manifestações da vida citadina o tipo de ambiente no qual se expande e se sente à vontade; encontra, em suma, o clima moral em que sua natureza peculiar obtém os estímulos que dão livre e total expressão a suas disposições inatas

(Park, 1967: 68).

Não devemos prescindir da contribuição de outros expoentes da Escola de Chicago, entre os quais a dupla William I. Thomas e Florian Znanieck (1974), que no já consagrado *The Polish Peasant in Europe and America*, traduzem, em parte, as preocupações dessa vertente sociológica com problemas como o da delinquência e da criminalidade nos Estados Unidos durante a *progressive era* (1890-1918), quando a maioria de sua população era constituída por imigrantes, os quais integravam as camadas mais pobres da população. Trata-se de uma das primeiras investigações a se utilizar do método da história de vida,

obtida através da consulta de cartas familiares, diários, jornais e arquivos, com a finalidade de obter uma compreensão da formação de uma cultura polaco-americana, a partir dos fragmentos da cultura originária desses imigrantes.

Contudo, sem sombra de dúvida, a maior contribuição dessa escola, no que diz respeito à produção de uma teoria sociológica do urbanismo, deve ser atribuída a Louis Wirth, que no texto “O urbanismo como modo de vida” se presta, sobremaneira, a uma compreensão dos aspectos relacionados à cidade que se apresentam como mais motivadores da vinda dos indivíduos “das mais remotas regiões do globo” (Wirth, 1997: 45).

Wirth, entre todos os autores, é quem mais se dedica a destacar as características que identificam o modo de vida urbano, embora se diga que ao fazer isso ele apenas complementa o texto *A metrópole* de Simmel. Mas não se deve ver nessa afirmação qualquer coisa de depreciativo. Em Wirth observa-se o maior esforço de estabelecer a distinção entre a cidade e “os anteriores tipos de associação humana”, ou seja, a transição de uma sociedade rural para uma sociedade predominantemente urbana.

Assim sendo, para esse autor, pensar o fenômeno da imigração é inferir sobre uma dinâmica cujo foco é a cidade, em cuja órbita gravitam as comunidades que demandam esse modo de vida urbano. Para ele a cidade guarda estreita relação com o modo de vida remanescente, no caso os tipos de organização social da sociedade rural tradicional.

A fragilidade do esquema de Wirth e a dicotomização entre a cidade, enquanto universo das realizações tecnológicas e acentuado desenvolvimento urbano, e o campo, espaço da demanda pelos benefícios da cidade, já foi devidamente refutado (Savage e Wade, 1993). Contudo, os elementos apresentados pelo estudioso americano inspiram essa reflexão por apontarem um aspecto da cultura urbana que se esteve até agora defendendo, ou seja, uma visão da cidade cuja característica definitiva consiste “na sua concentração em gigantescos agregados a partir dos quais outros centros menores se aglomeram e a partir dos quais irradiam idéias e práticas a que chamamos civilização”:

Desse modo, a cidade tem sido o lugar onde, historicamente, se fundem raças, povos e culturas e um terreno altamente favorável à criação de novos híbridos biológicos e culturais. A cidade não só tem tolerado como tem mesmo recompensado as diferenças devidas. A cidade tem juntado povos dos confins da terra *porque* são diferentes e, portanto, úteis uns aos outros, e não porque sejam homogêneos ou apresentem as mesmas inclinações

(Wirth, 1997: 51-2).

É essa perspectiva apontada por Wirth a que melhor se presta ao tipo de argumentação que aqui se sustenta, isto é, uma visão da cidade como lugar de potencialização das diferenças, de imunização dos indivíduos contra expectativas alheias e, principalmente, “a superficialidade, o anonimato e o caráter transitório das relações urbano-sociais [os quais] explicam também a sofisticação e a racionalidade geralmente atribuídas aos habitantes da cidade” (*ibid.*).

Os prós e os contras: uma polêmica a título de conclusão

Uma série de outros autores consagrados se presta a análises semelhantes e talvez devam aqui ser mencionados a título de referência, sem a pretensão de desenvolver a fundo suas posições acerca do tema. Trata-se de estudos que exploram a oposição campo-cidade e que encontram nos trabalhos de Lewis Mumford (2004), Arnold Toynbee (1970), Fustel de Coulanges (1961) e Aidan Southall (1998) ampla argumentação, inclusive sobre os aspectos mais “escatológicos da urbanidade”, e, portanto, distantes do interesse aqui estabelecido.³ Outros autores como Henri Pirenne (1973) e Fernand Braudel (1984), ao contrário, sem fazerem uma defesa exacerbada da cidade, não deixam de destacar os aspectos que favoreceram a sua sobreposição ao campo, sobretudo pela emergência da economia e do comércio que elevaram a cidade medieval ao patamar de “centro nevrálgico da modernidade”.

Prosseguindo com o repertório de teorias da cidade, restam ainda aquelas segundo as quais as qualidades do modo de vida urbano se encontram em contraste com o número de impedimentos que ela oferece, a ponto de a relação entre atratividade e banimento nunca parecer consensual. O debate traz a lume a contribuição de autores mais contemporâneos, entre os quais merecem menção Peter Hall (1998 e 2007) e Saskia Sassen (1998), os quais se colocam de lados opostos do debate. O primeiro, por enfatizar acerca da cidade a “constelação privilegiada de fatores [que] em um determinado tempo muito especial (*kairós*) é capaz de produzir uma cultura *sui generis*, que a singulariza e a torna modelo para as demais no campo cultural da época” (Freitag, 2006: 86); a segunda, que lança mão do termo “cidades globais”, alerta para

³ O uso da expressão “escatologia urbana” inspira-se nas contribuições de Fortuna (2002), quem também melhor permite o acompanhamento da evolução da cidade em termos gerais.

os perigos da colonização virtual na vida urbana e para os riscos da explosão demográfica em decorrência das migrações e do crescimento vegetativo.

Embora, como nos adverte Carlos Fortuna (2002), a sociologia urbana clássica não deva ser utilizada hoje em dia como instrumento analítico, teórico e interpretativo para a compreensão da cidade contemporânea, em razão da sua vinculação com as epistemologias positivistas triunfalistas assentes em noções invariantes e absolutas de tempo e espaço, respectivamente, o que se buscou realizar até aqui foi a síntese modesta dos estudos clássicos, com ênfase sobre os motivos de atração da cidade sobre seus moradores e as razões porque se apresenta como principal motivação nos processos de migração que a tomam como destino.

É certo que, como afirma esse autor, as condições de fascínio, sedução e encanto que a metrópole da era industrial exerceu, a ponto, por exemplo, de a sociologia urbana ter prognosticado a vitória da cidade sobre o campo, encontram-se comprometidas pelas transformações profundas verificadas na metrópole de hoje. “A cidade é agora eminentemente excludente: repele e subalterniza os grupos sociais vulneráveis”, afirma Fortuna (2002: 126). Essa é uma entre tantas perspectivas analíticas, e a não menos original, diga-se de passagem, que aborda a cidade pelo viés mais crítico, porquanto se detém sobre a chamada “crise” dos espaços públicos urbanos, cuja conseqüência mais grave é colocar deliberada e assumidamente “ao lado” ou “fora” do centro, sujeitos, grupos e movimentos sociais.

O coro dos “descontentes da civilização” inspirados em Freud, a angulação daqueles que ao formular as questões relativas às mudanças contemporâneas na cidade enfatizam a insegurança na vida política e social e a constituição de personalidades desengajadas, e que encontra no Walter Benjamin das *Pasagens* (2006) seu principal mentor, é compartilhado por Hans Mommas. Na análise do ressurgimento da questão do moderno e da passagem para o pós-moderno, Mommas (1997) incide sua atenção sobre a atual crise da urbanidade e “sobre a nova geografia da marginalidade”. No estudo da “modernização” urbana ocorrida em *Newplace*, um bairro construído na periferia de Tilburg, pequena cidade localizada ao Sul da Holanda, esse autor observa que das transformações verificadas ao longo das décadas de 50 a 90 resulta um “desmoronamento da estrutura de certezas e seguranças econômicas, sociais e morais do pós-guerra” na comunidade, que em nada concorre para torná-la o lugar aprazível de encontro e solidariedade previsto nos planos políticos de reestruturação socioespacial.

Por sua vez, Jane Jacobs, em seu trabalho, *Dark Age Ahead* (2004), como já tinha feito no não menos ácido *Morte e Vida das Grandes Cidades* norte-americanas (2000), abala os princípios do urbanismo e do planejamento urbano moderno, para afirmar que a cultura norte-americana, em particular, e a cultura ocidental como um todo, encontram-se no patamar de uma nova idade das trevas. Segundo essa autora, os sinais da degradação podem ser observados a partir das transformações do espaço e da vida urbana, que afetam, principalmente, duas esferas da vida humana – a família e a comunidade. A crítica mais vigorosa da autora está voltada contra o modo de urbanização norte-americano, caracterizado por processos de expansão suburbana, o *sprawl*, responsável por uma dispersão e pela falta de historicidade, de identidade, de centralidade, de espaços públicos, bem como pela perda de espaços ecológicos em favor do consumo excessivo do território e da predominância do meio de transporte particular (Vaz, 2005).

Contudo, para muitos, e não só no interior da sociologia clássica, essa perspectiva crítica da cidade deve coexistir com a busca das vantagens oferecidas pelas formas de sociabilidade tipicamente urbanas. Afirmei no início que esta reflexão se orientaria por um viés sociológico, contudo, e para confirmar o caráter apenas provocativo desse ensaio, amparo-me em algumas indicações lançadas pela antropologia, mormente nos estudos de antropologia urbana, os quais, segundo Massimo Canevacci (2004), partem da cidade ex-colônia “a procura de enfoques novos e mais complexos”. Aliás é esse mesmo autor que aqui se apresenta como justificativa para o uso de uma abordagem mais qualitativa da cidade e, porque não dizer, mais sensível, a qual, sem desprezar os problemas mais dramáticos e moralmente envolventes da metrópole, privilegiam as tendências inovadoras, a criatividade individual ou de grupo e as vanguardas artísticas, categorias inusitadas e originais dessa nova antropologia urbana:

O lugar-comum jornalístico, segundo o qual “toda notícia é má notícia”, me parece ter sido literalmente tomado das ciências sociais, para as quais somente as sociedades ruins ou as más culturas constituem objeto de pesquisa. É necessário evitar esta armadilha. [...] O olhar deve pousar sobre os pontos altos do desenvolvimento, segundo aquela que é a grande tradição crítica. A comunicação é o terreno específico mais inovador e inexplorado da atual forma urbana. E a comunicação é o terreno do conflito

(Canevacci, 2004: 41-4).

Assim sendo, não se trata, segundo Canevacci, de abandonar ou desprezar temas como o das favelas e dos meninos de rua, típicos de uma metrópole do “terceiro mundo” que é como os do “primeiro mundo”, de forma infame, classificam uma cidade como São Paulo, por exemplo. Trata-se de voltar a atenção para as respostas criativas e as soluções, ainda que parciais, para os enormes problemas sociais urbanos que não são exclusividade das cidades latino-americanas. E, mais do que isso, atentar para as escolhas comunicativas que tais metrópoles, imersas em injustiças e desigualdades econômicas, são capazes de fazer, aquilo que constitui sua alma e seu “coração pulsante”.

Sem deixar de lado o objeto transversal dessa digressão, o imigrante, que por ora ficou esquecido, e ainda se amparando no contributo da antropologia, convém recorrer, por fim, às contribuições do antropólogo americano James Clifford (2000), cuja excursão pelo tema do discurso etnográfico e das experiências cosmopolitas híbridas recentes lança o desafio de trazê-lo para o centro, transformando-o em um tipo de “nativo excêntrico”, sobre o qual novas estratégias de representações devem ser montadas. O uso que se faz desse autor aqui respalda-se na referência a esse novo “nativo”, visto não apenas como um viajante no sistema mundial, mas uma personagem atípica, uma pessoa fora de lugar, embora não inteiramente – trata-se de alguém *na história*. O seu trabalho se inspira no recente levante da antropologia, em conexão com campos próximos como a etnografia sociológica, a história sociocultural e a crítica cultural, voltados para o estudo das metrópoles e das instituições de elite, conhecidos no meio como *studying up*, um campo que não se limita às sociedades “avançadas” ou “capitalistas tardias”. Segundo Clifford, diversas abordagens etnográficas e históricas precisam ser capazes de trabalhar juntas sobre as complexidades da localização cultural em situação pós e neocolonial, sobre migração, imigração e diáspora, sobre diferentes trilhas através da “modernidade”.

Esses são apenas alguns dos campos pelos quais essa reflexão buscou transitar e o migrante um entre tantos personagens que nos contextos mais recentes se apresentam e demandam entendimento. A intenção aqui não foi tomar como foco de análise esses imigrantes que na roda dos acontecimentos mundiais são conduzidos de um lugar a outro à sua própria revelia. Sem negar a importância dos estudos que se voltam para esse segmento e para as consequências desses deslocamentos involuntários, intencionalmente se priorizaram aqui as razões e motivações que na cidade funcionam como tipos diferenciados de atratividade, que se exercem sobre um segmento específico, cuja condição migrante, apesar de tudo, não impede de uma inserção mais

autônoma ou altiva na cidade. Trata-se talvez daquilo que o próprio Clifford chamou de uma elite, cujo advento na metrópole se dá por intermédio dos atrativos culturais e simbólicos que sobre ela se exercem.

Em suma, estive preocupado em recuperar pelo menos duas perspectivas a partir das quais a cidade é compreendida. Por um lado, as abordagens mais laudatórias, cujo discurso se encaminha para a análise das manifestações culturais e, portanto, priorizando os seus aspectos mais encomiásticos com relação ao progresso material e o desenvolvimento das metrópoles, cuja maior ênfase recai sobre aos benefícios da “civilização”. Por outro lado, as análises mais acerbadas acerca do mesmo ambiente, que emergem das teorias críticas sobre a marcha da expansão urbana, calcada em valores morais deletérios e sobre as configurações mais negativas do crescimento. Uma e outra não se excluem e podem atuar juntas, importando menos as conexões entre elas e mais o contributo coletivo para uma compreensão mais açambarcante desse universo tão complexo e intrincado de que são constituídas as urbes na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter (1989), *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. Obras Escolhidas, vol. 3, São Paulo: Brasiliense.
- BENJAMIN, Walter (1997), “Paris, capital do século XIX”, in Fortuna, Carlos (org.) *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 67-80.
- BENJAMIN, Walter (2006), *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BRAUDEL, Fernand (1984), *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Lisboa: D. Quixote.
- CANEVACCI, Massimo (2004), *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel.
- CLIFFORD, James (2000), “Culturas viajantes”, in Arantes, Antônio Augusto (org.), *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus.
- COULANGES, Fustel de (1961), *A cidade antiga*. São Paulo: EDAMERIS.
- ENGELS, Friedrich (1975), *A situação da classe trabalhadora*. Porto: Presença; São Paulo: Martins Fontes.
- FORTUNA, Carlos (2002), “Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 123-48.
- FORTUNA, Carlos (org.) (1997), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta.
- FREITAG, Barbara (2006), *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus.
- GIDDENS, Anthony (2005), *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed.
- HALL, Peter (1998), *Cities in Civilization: Culture, Innovation and Urban Order*. Londres: Weidenfeld and Nicholson.
- HALL, Peter (2007), *Cidades do amanhã. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectivas.
- JACOBS, Jane (2000), *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- JACOBS, Jane (2004), *Dark Age Ahead*. New York: Random House.
- LEFEBVRE, Henri (2001), *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A.
- MOMMAAS, Hans (1997), “Modernização, globalização e crise do modernismo social: fragmentação urbana em Tilburg”, in Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 165-87.
- MUMFORD, Lewis (2004), *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes.
- PARK, Robert E. (1967), “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, in Velho, Otávio, *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- PIRENNE, Henri (1973), *As cidades da Idade Média*. Mem Martins: Europa América.
- SASSEN, Saskia (1998), *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel.
- SAVAGE, Mike; Wade, Alan (1993), *Sociologia urbana, capitalismo e modernidade*. Oeiras: Celta.
- SIMMEL, Georg (1997), “A metrópole e a vida do espírito”, in Fortuna, Carlos (org.) *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta.
- SOUTHALL, Aidan (1998), *The city in time and space*. Cambridge: Cambridge University Press
- THOMAS, W. I.; Znanieck, F. (1974), *The Polish peasant in Europe and America: Monograph of An Immigrant Group*. New York: Octagon.
- TOYNBEE, Arnold (1970), *Cities on the move*. Oxford: Oxford University Press.
- VAZ, Lilian Fessler (2005), “Jane Jacobs: Olhando as cidades, percebendo as trevas”, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 6 (1), 123-25.
- WEBER, Max (1999), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da UNB, Vol. 2.
- WIRTH, Louis (1997), “O urbanismo como modo de vida”, in Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta.

19. CONSUMO CULTURAL NA CIDADE

Ana Rosas Mantecón

A compreensão plena do encontro dos públicos com os bens e serviços culturais apresenta-se às ciências sociais como um repto teórico e metodológico. Para começar, a própria definição do conceito utilizado para denominar este encontro, consumo *cultural*, é problemática. De uma perspectiva antropológica, todo o consumo é *cultural*, ou seja, um processo produtor de sentido e de simbolizações, independentemente de que, ao mesmo tempo, desempenhe funções práticas. Por que separar o que acontece em conexão com certos bens ou actividades e denominá-lo como *consumo cultural*? Há uma ampla discussão a este respeito. Perante a possibilidade de um universo ilimitado de objectos de estudo, Néstor García Canclini elaborou uma redefinição que abriu novos horizontes à investigação na América Latina. Propôs que se delimitasse a noção ao “conjunto de processos de apropriação e usos de produtos em que o valor simbólico prevalece sobre os valores de uso e de troca ou, pelo menos, onde estes últimos se configuram subordinados à dimensão simbólica” (Canclini, 1993: 34-5). O autor justificou teórica e metodologicamente o seu argumento na autonomia parcial dos campos artístico e científico na modernidade e no carácter particular dos bens culturais.

Foram diversas as críticas a esta restrição da noção de *consumo cultural*. Para Guillermo Sunkel, por exemplo,

... a absoluta separação de campos que pressupõe... encontra-se actualmente num processo de desvanecimento”. As profundas mudanças no contexto sociocultural que tiveram lugar na última década produziram “um entrelaçamento cada vez mais denso entre economia e cultura, manifestando-se no sentido de uma relação de constante intercâmbio, de influência mútua entre os dois “campos”. Poderíamos dizer que o consumo é precisamente o lugar onde se geram estes processos de intercâmbio” com o qual se entendesse necessário “voltar à noção de consumo como uma prática cultural que se manifesta na apropriação e usos de todo o tipo de mercadorias e não só nos chamados ‘bens culturais’

(Sunkel, 2002: 293).

Por seu lado, Daniel Mato propôs rever o conceito de *consumo cultural*, considerando que

toda a modalidade de consumo é cultural, ou seja, simbolicamente significativa e contextualmente relativa... o carácter “cultural” das práticas de consumo não depende do *que* se consome mas de *como*... O que pode fazer com que aplicar o atributo/adjectivo de “cultural” a certas práticas de consumo e não a outras não depende dos objectos consumidos, mas do sentido atribuído a esses objectos e/ou práticas por quem os consome e se relaciona com eles. Um mesmo objecto ou sistema de objectos (como os expostos numa vitrina comercial ou numa sala de museu) pode ser consumido de maneiras diferentes, com sentidos distintos, por diversos actores... Estas maneiras e sentidos podem ser orientados inconscientemente ou também conscientemente para sentir/marcar/desafiar representações de identidades e diferenças sociais

(Mato, 2001: 158).

Para este autor, utilizar o adjectivo *cultural* para designar certas indústrias e consumos em particular torna opaco o carácter simbólico de todas as indústrias e consumos.

As propostas de Guillermo Sunkel e de Daniel Mato permitem reconhecer as intersecções do campo cultural com outros, como o económico, e o papel que actualmente tem o mercado na construção de sentidos, identidades e diferenças sociais. Contudo, parece-me que pouco contribui para a compreensão cabal dos *consumos culturais*, o facto de se desvanecer o seu objecto. Devemos, então, diferenciar o facto de que todas as indústrias e consumos têm uma dimensão cultural – ou seja, simbólica – da situação em que algumas se reconhecem como especificamente *culturais*. Seguindo o exemplo de Mato, o que distingue os objectos expostos numa vitrina comercial daqueles que estão numa sala de museu não é a possibilidade que estes ofereçam de gerar processos de identificação ou de distinção de grupo; ambos podem ser “consumidos” dessa maneira. O que se oferece nos escaparates das lojas não são *bens culturais*, mas mercadorias com uma densa carga simbólica e o que os distingue daqueles que se encontram nos museus é a sua pertença a um circuito específico de activação patrimonial.

O campo cultural

Como é que o *campo cultural* se foi conformando? Fundamentalmente pela separação progressiva das produções artísticas da sua utilidade prática, como

a que envolvia a arte do Paleolítico, por exemplo, que tinha a intencionalidade mágica de propiciar uma boa caça; ou a da arte religiosa dedicada à veneração divina. A arte vai-se desligando gradualmente daquele contexto inicialmente mágico, depois sagrado e, seguidamente, cortesão no qual tinha surgido e desenvolvido, preparando o caminho da sua própria autonomia. A modernidade separa o que tradicionalmente está ligado. O que anteriormente se integrava na comunidade ou se submetia aos seus valores dominantes, é separado do todo em que teve a sua origem e adquire um valor próprio: estético. Vai-se gerando a independentização das “belas artes” que gradualmente se separam das “úteis” e vão configurando um espaço independente da prática social, que as destina exclusivamente a ser contempladas. Outros campos, como a ciência e a política, também se vão libertando gradualmente do espaço delimitado da religião. Neste processo, foi fundamental a Revolução Industrial,¹ que estimulou um conjunto de transformações que estabeleceram as bases para a autonomização do campo cultural: a massificação da produção, a circulação de bens culturais e a conversão destes em mercadorias favoreceram o desenvolvimento de um mercado artístico que encorajou o surgimento do artista independente juntamente com o colecionador e com o editor.

Durante longos períodos, os produtores de cultura, literatos, músicos, actores e artistas plásticos, tinham permanecido ligados aos sacerdotes e aos príncipes (os primeiros a acumular e a administrar propriedades e possessões), que constituíram os primeiros clientes regulares de obras de arte. Encontravam-se numa relação de dependência pessoal ambivalente, uma vez que os mantinham como provedores culturais nas cortes e dispunham deles como da restante criadagem (Thurn, *in* Giménez, 2005/I: 167). Com o processo de autonomização do campo cultural, consumado parcialmente no decurso do século XVIII na Europa ocidental e a partir do final do século XIX na América Latina, este constituiu-se num espaço especializado, valorizado em si mesmo, independentemente de qualquer outra função social. Este meio específico, no qual se encontram situados os que produzem as obras e o seu valor e os que as consomem e participam dele, é

¹ O seu início emblemático no campo cultural é o aperfeiçoamento da imprensa de Johannes Gutenberg no século XV, ainda que o seu desenvolvimento pleno esteja vinculado à industrialização característica do século XVIII.

um campo de forças sobre todos os que entram nesse espaço, e de maneiras diferentes, segundo a posição que ocupam nele... ao mesmo tempo que é um campo de lutas que procuram transformar esse campo de forças

(Bourdieu, 1990: 2).

Não é senão dentro deste espaço e das suas articulações com o mundo social que podemos redefinir todos os termos da equação que constitui os consumos culturais, os quais são naturalmente vistos como comuns: as *ofertas* (bens e serviços) *culturais*, os *públicos*, assim como os *agentes* produtores das obras, do valor das obras e das capacidades para se relacionar com elas. Quando falamos de *consumos culturais* referimo-nos, então, às práticas de relação dos públicos com os bens e serviços produzidos dentro do campo cultural, com dinâmicas específicas de produção, circulação e recepção.

Que são os *bens culturais*? Pierre Bourdieu define-os como objectos materiais e simbólicos que fazem parte do *campo da produção cultural*, que inclui tanto o subcampo da produção restringida como o da cultura de massas produzida pelas indústrias culturais (Bourdieu, 1993). O facto de que nos bens culturais prevaleçam os valores simbólicos sobre os de uso e de troca é, na realidade, uma consequência da sua pertença ao campo cultural. Os *serviços culturais* podem entender-se numa dupla acepção. Por um lado, com o desenvolvimento das indústrias culturais, algumas delas deslocaram-se da produção de bens tangíveis para a provisão de *serviços* de comunicação, ou seja, a transmissão via telefónica ou electrónica.

Uma segunda acepção dos *serviços culturais* relaciona-se com a expansão da noção dos direitos humanos. Como recordou Eduardo Nivón, o desenvolvimento dos direitos sociais deu lugar a novas formulações no campo da cultura, que se expressaram na constituição de diversos serviços que evoluíram a partir do debate que frequentemente suscitam. Há anos, por exemplo, as bibliotecas eram concebidas como um recurso para a salvaguarda do conhecimento e da história depositados em livros e documentos. Actualmente, conservam estas funções, mas acrescentaram-se-lhes outras que têm a ver com o acesso da sociedade à informação, a difusão de obras de cinema e de vídeo, a iniciação à leitura ou o fortalecimento do tecido social de uma comunidade ou de um bairro (Nivón, 2006: 114).

O surgimento do papel do público

Exploremos, agora, os contextos nos quais determinados sujeitos sociais são construídos como *públicos* dentro do campo cultural, assim como as relações

variáveis que estabelecem com as ofertas culturais. Entre os processos que criaram a sustentação para o surgimento do *público* destaca-se a diferenciação gradual entre os produtores e os consumidores, resultado da divisão social do trabalho, e que teve avanços e retrocessos em momentos históricos distintos. Alguns, em que a diferença se ia perfilando claramente e, outros, em que esta diferença desapareceu para que o seu lugar fosse tomado pela produção comunitária ou popular para o auto-consumo.

O culminar do processo de separação do produtor cultural do público deu-se com a mediatização da cultura, ainda que hoje em dia, com a digitalização da imagem e a extensão da Internet, se tenha dissipado novamente tal separação: da vinculação com as novas tecnologias da comunicação emergiu um consumidor distinto, o *cibercidadão*, dificilmente concebível apenas como público, que interactiva com elas de uma maneira totalmente nova, como mostra o vertiginoso desenvolvimento dos *blogues*, que permitiu que milhares de internautas deixassem de ser simples consumidores de notícias e se convertessem num contrapoder perante os meios de comunicação e os governos autoritários. No mesmo sentido, qualquer indivíduo pode produzir e registar imagens com a sua câmara digital ou com o seu telemóvel e exibi-las no *YouTube* ou numa outra janela mediática.

Foi apenas quando os bens culturais se tornaram *públicos*, ou seja, quando começaram a ser produzidos para o mercado e mediados por ele que, na sua qualidade de mercadorias, se tornaram universalmente acessíveis a um número indefinido de pessoas que não se conhecem. Este processo constitui um momento fundacional para o público no seu sentido moderno. Como assinalou Habermas, não obstante a sua reduzida dimensão, “com o público difuso formado a partir da comercialização do tráfico cultural surge uma nova categoria social” (Habermas, 2002: 75). O papel de *público* na modernidade é produto do surgimento de uma oferta cultural que convoca à participação de outros e se torna pública: em princípio (e só em princípio) qualquer pessoa que deseje assistir e possa pagar por isso (no caso em que o acesso tenha um custo) tem a liberdade de fazê-lo, independentemente da sua pertença a uma instituição, a uma categoria ou a um qualquer grupo. O papel de *público*, ou seja, de destinatário dos bens e serviços culturais, gera-se no encontro com as ofertas culturais, não lhes preexiste. Trata-se de uma posição num contrato cultural; assume modalidades que variam historicamente, que são produto da negociação desigual de pactos de consumo e que se vão transformando na relação com processos que excedem o campo cultural. No seio deste, o papel que se torna um referente identitário e de adscrição dá resposta às inquietudes sobre quem

somos nós e onde pertencemos, a partir do que os *públicos* se relacionam com o que se produz no campo, com outros agentes do campos (artistas, críticos, outros públicos, etc.) e no exterior do campo, transcendendo a relação com as ofertas culturais e atingindo outras dimensões da vida social. Ao pensar a noção de *público* neste sentido, reconhecemos que “ser público não é uma mera actividade; é uma condição, um modo de existência dos sujeitos” que se entrecruza com outras modalidades de ser em sociedade (Mata, 2001: 187).

A categoria de *público*, mesmo na actualidade, “é curiosamente uma questão obscura, considerando que poucas coisas foram mais importantes no desenvolvimento da modernidade”. Por um lado, tendemos a misturar diversos sentidos da palavra *público*: o mais comum é o das pessoas em geral, o *público* concebido como uma totalidade social; o *público* pode ser também uma audiência concreta, presenciando uma oferta cultural num determinado espaço que permite uma visibilidade e acção comuns; uma terceira acepção refere-se ao *público* que se constitui em relação com a circulação de textos/sons/imagens que produz a mediatização da cultura (Warner, 2002: 413). Por outro lado, predomina ainda um certo empirismo nas perspectivas de análise, que se limitam a descrever os consumos dos bens culturais sem explicar o que torna possível a interacção de determinados sujeitos com eles. Teixeira Coelho, por exemplo, reconhece no seu *Dicionário Crítico de Política Cultural* que o termo *público* se utilizou de maneira muito vaga para

designar o conjunto simples, físico, de pessoas que assistem a um espectáculo, que vão a um museu ou a uma biblioteca, que consomem discos, que sintonizam uma estação de rádio, etc. Tem como sinónimos designações como espectadores, consumidores, usuários, leitores, ouvintes, telespectadores, etc. Estas expressões não indicam nenhuma entidade definida

(Coelho, 2000: 419-20).

no entanto, a alternativa que nos propõe, ainda que seja relevante, é insuficiente e consiste simplesmente em pluralizar o termo:

não existe um público de arte, mas públicos de arte. O público compõe-se de uma variedade de conjuntos que tem, cada um deles, uma motivação, um objectivo próprio e um comportamento específico

(*idem*).

Se nos limitarmos a analisar o indivíduo ou os grupos que consomem ofertas culturais, podemos descuidar a reflexão acerca do conjunto de transforma-

ções e de condições que intervêm no surgimento de determinados públicos e no modo como eles se inserem nestes processos. Que ganhamos ao reconhecer esta superficialidade? A possibilidade de desnaturalizar as relações que estabelecem os espectadores e os consumidores da cultura e perguntarmos, com Dominique Wolton, não só *como* são os públicos, mas o *que* é o público (Wolton, 1997: 10-2). Como assinalou Maria Cristina Mata, o que se trata é de encontrar chaves para compreender os mecanismos através dos quais os indivíduos aceitam, em situações específicas e em relação com interpelações particulares, converter-se em seres genéricos, ou seja, parte de um colectivo maior que se auto-reconhece como público de determinadas ofertas culturais (Mata, 2005).

Processos de formação de públicos

O papel de público não é só produto de uma oferta cultural que convoca. Os sujeitos podem responder ou não a essa convocatória, dependendo da sua condição social (salário, escolaridade, ocupação), idade, género e zona onde vivem. Igualmente relevante é a acção de um conjunto de agentes que cultivam e desenvolvem o desejo e a necessidade da relação com as ofertas culturais. Os públicos não nascem como tal, formam-se e transformam-se permanentemente pela acção da família, dos amigos, da escola, da comunidade circundante, dos meios de comunicação, das ofertas culturais, dos intermediários culturais, entre outros agentes que influem – com diferentes capacidades e recursos – nas maneiras como se aproximam ou se afastam das experiências de consumo cultural. A primeira coisa que revelam os inquéritos sobre consumos culturais é a enorme desigualdade no acesso: por um lado, quem assiste a espectáculos públicos e quem se confina ao consumo doméstico; por outro, a distância entre quem se relaciona com a oferta tecnológica gratuita (rádio, canais abertos de televisão) e os que utilizam os serviços por cabo, antena parabólica e outros sistemas mais selectivos de informação (computador, ligação à Internet de banda larga, etc.).

Não é difícil reconhecer, então, que no caso das ofertas culturais instaladas (teatros, museus, bibliotecas, salas de espectáculo, casas de cultura), aqueles que conseguem chegar e constituir-se nos seus públicos são os vencedores de uma longa corrida de obstáculos: percorreram a distância geográfica que separa os espaços culturais cuja distribuição concentrada e inequitativa os mantém afastados do meio quotidiano da maioria dos habitantes das cidades e povoações; pagaram a sua viagem e o preço do bilhete, nos casos dos que não podiam usufruir de alguma isenção; percorreram a distância simbólica

que está muito afastada do património sacralizado, produto da sua construção social hierarquizada; estruturaram de determinada maneira o seu tempo livre e deixaram o conforto dos seus lares, vencendo a poderosa atracção que exerce a força mediática – que tem também as suas barreiras específicas – que alimenta a tendência internacional para a diminuição da assistência a espectáculos localizados enquanto cresce o consumo através de aparelhos de comunicação massiva no âmbito familiar. Uma vez ultrapassados todos estes obstáculos, é possível que os que não fazem parte do *público implícito*² devam enfrentar algumas barreiras nos dispositivos de comunicação e informação das instituições culturais, os quais contêm implicações, pressuposições, intenções e estratégias integradas neles mesmos e na maneira como se desenvolvem nos espaços. Nos museus, por exemplo, não são igualmente bem vindos aqueles que não lêem as indicações, que vão em família, que fazem uma visita mais rápida e que contam com menor capital cultural ou os interlocutores “ideais” prefigurados na museografia.

Muitos não conseguem chegar e constituir-se nos seus públicos e, de facto, nem o tentam. Não são nem se sentem convidados. São os *não públicos* da cultura. Parece que escolhem não se relacionar com estas ofertas porque não gostam, quando na realidade, como mostrou Pierre Bourdieu, o gosto representa maneiras de escolher que não são escolhidas. Ainda que se mostre como a manifestação aparentemente mais livre dos sujeitos, o gosto é o modo em que a vida de cada um se adapta às possibilidades oferecidas pela sua condição de classe e que, além do mais, classifica socialmente.³ Ao relacionar-se com as ofertas culturais, os públicos – provenientes de grupos e classes sociais diferentes – apropriam-se de elementos que são frequentemente utilizados como instrumentos de diferenciação social e de identificação colectiva em oposição a outros segmentos. Quando a aprendizagem é efectuada na família e aperfeiçoada na escola, ao longo desse prolongado processo vão-se apagando as marcas da sua aquisição, geram-se efeitos profundos e duráveis que vão ganhando corpo e que proporcionam tal soltura e naturalidade que escondem a sua

² O *público implícito* é aquele sobre que as ofertas culturais elaboram desde a sua criação como um destinatário ideal.

³ Por isso é tão difícil abordar este tema nos inquéritos: tendemos a mentir sobre a frequência e a realização efectiva de diversas práticas de consumo cultural. As mentiras sobre as práticas vão mudando com o tempo e são bem ilustrativas dos imaginários a que estão ligados e do peso inconstante das diversas práticas como classificadoras sociais, daí a sua riqueza para a análise qualitativa.

gênese. O que se mostra como efeito das diferenças de “gosto” encontra-se na realidade nas diferenças nos modos de aquisição do capital cultural.

Os públicos constituem-se no longo prazo da vida quotidiana familiar, de grupo e na formação educativa. A família, as comunidades de pertença e a escola contribuem para este processo através da transmissão do *capital cultural* necessário para identificar e usufruir as ofertas culturais. Trata-se de um conjunto de disposições incorporadas que permitem identificar, avaliar e apreciar as práticas e ofertas culturais. São elas que produzem a certeza de se sentir convidado. Estas mesmas disposições são as que fazem com que se *construa* um público sempre que se reduz a distância social observada que separa a população das ofertas e práticas culturais.

Podemos identificar também barreiras simbólicas que impedem o acesso. A magnificência das construções em que se mostram as ofertas culturais, a sua vinculação com a alta cultura e com os sectores mais poderosos, pode ser um factor de repulsa. O medo resulta também, em múltiplas ocasiões, como uma barreira inultrapassável e questionará o interesse de se entregar a actividades cuja utilidade não está bem definida. Medo do escrutínio da sociedade, evidenciando a nossa ignorância frente a menores, temor do desconhecido – pela desigual qualidade do que se oferece – ou, ainda, pelo facto de não entender o que se apresenta. Obstáculos e tabus, diz-nos Michèle Petit, reforçam-se uns aos outros: ausência de livros no lar, a imposição do “útil” sobre o agradável, a desconfiança em relação ao que se pensa e ao “aquilo não é para nós”; resistência à mudança, pois as práticas culturais podem ser

o prelúdio para uma cidadania activa e os seres humanos têm uma relação ambivalente com o movimento, com a novidade, com a liberdade, com o pensamento, os quais podem ser, por um lado, o objecto de um forte desejo, mas também de certos medos à medida desse desejo

(Petit, 1990: 107).

A possibilidade ou impossibilidade de que certos sujeitos se aproximem de determinadas ofertas culturais e se convertam em públicos pode ser favorecida ou limitada também pelas próprias comunidades a que pertencem. As actividades de consumo cultural não se dão de maneira isolada: encontram ou deixam de encontrar o seu lugar dentro de uma constelação de outras práticas e actividades que lhes dão sentido. Se reconhecermos que o consumo não é algo “privado, atomizado e passivo”, mas “eminentemente social, correlativo e activo”, não “um artefacto dos caprichos ou necessidades individuais”, mas

“um impulso socialmente regulado e gerado” (Appadurai, 1991: 48-9), entenderemos o desinteresse de certos sectores por determinadas ofertas culturais. Este desinteresse não se deve somente ao baixo capital cultural com que contam para apreciá-las, mas também à fidelidade aos grupos nos quais se inserem. São os seus contextos familiares, de bairro e de trabalho que controlam a homogeneidade e os desvios. Determinadas práticas culturais podem resultar impossíveis ou arriscadas, particularmente quando pressupõem entrar em conflito com os costumes, com os valores do grupo ou do lugar onde se vive.

No que respeita às grandes cidades, não só são as diferenças de salários e nível escolar que determinam as diversas relações com as ofertas culturais. Também intervém a maneira como o irregular e complexo desenvolvimento urbano – sem um crescimento planificado e descentralizado dos serviços e equipamentos – agrava as distâncias económicas e educativas. Às enormes distâncias e dificuldades que implica a mudança, acrescenta-se a insegurança da vida urbana, os custos mais elevados da oferta cultural pública e a crescente atracção dos meios de comunicação electrónica que chegam ao domicílio familiar. Nestor García Canclini e Mabel Piccini chamaram a este processo *desurbanização da vida quotidiana*: enquanto se dá um crescimento acelerado das zonas periféricas, aumenta a desarticulação dos espaços tradicionais de encontro colectivo e desenvolvem-se as culturas electrónicas (Canclini e Piccini, 1993: 47-8).

Às barreiras de diferentes sectores sociais para aceder às ofertas culturais juntam-se agora outros obstáculos, estruturados por fluxos dissemelhantes da globalização: a desigual expansão económica e comunicacional das indústrias culturais não beneficia equitativamente todos os países nem todas as regiões, pelo que a produção cultural da maioria das nações dificilmente tem acesso às frequências, montras, estantes, cenários ou ecrãs locais, regionais e globais. O mercado mundial de bens e serviços culturais sofreu uma reorganização a partir da revolução digital que produziu a sua extrema *oligopolização*. Em 1997, o volume de comércio que quatro anos antes era feito pelas cinquenta maiores empresas produtoras de bens e serviços culturais passou a ser feito somente por sete delas. Assim, no comércio global de bens culturais, a União Europeia produziu, em 2002, mais de metade das exportações (51,8%), os Estados Unidos e o Canadá contribuíram com 16,9%, enquanto a África e a América Latina e Caraíbas forneceram apenas 0,4% e 3% respectivamente (Nivón, 2006: 101).

Esta concentração oligopólica veio questionar a autonomia do campo cultural. O livro, por exemplo, faz parte já da indústria do espectáculo. A maior

parte do mercado editorial global pertence a uns quantos consórcios que vêm dos espectáculos massivos, das companhias aéreas e dos negócios petrolíferos e que têm ao mesmo tempo jornais, revistas, produtoras de filmes e de discos e cadeias de rádio e televisão. As editoras mantêm os seus nomes originais e continuam em parte com as políticas de publicação que as configurou no passado, mas também se ajustam à lógica do monopólio. A exigência de rentabilidade das editoras passou de 4% para 20% ou 25% e, nalguns casos, para 40%, o que redefiniu profundamente o funcionamento da indústria: escritores e intelectuais tiveram de alterar os seus interesses e comportamentos e tornar-se parte do *starsystem* editorial, ao mesmo tempo que a autoridade moral e intelectual e a qualidade literária foram desalojadas.

Pactos de consumo

Os públicos desempenham papéis variáveis e a sua relação com os produtores – que têm papéis que também se transformam – vai-se constituindo através de *pactos de consumo* que são o resultado de negociações dentro e fora do campo cultural. Estabelecem-se *pactos de consumo* em torno da compreensão e apropriação dos textos (literários, televisivos, fílmicos, musicais, teatrais)⁴ – pactos de leitura, de inteligibilidade – e igualmente em torno das modalidades na relação com eles – gestos, ritmos, comportamentos e trajectos de interacção. O conceito de *pacto* ou *contrato de leitura* foi desenvolvido a partir da teoria da enunciação de Benveniste (1969)⁵ que postula que o que se oferece a todo o leitor empírico não é simplesmente um texto que fala de um determinado tema mas uma particular e complexa “maneira de dizer” (Verón, 1999: 96) que gera uma peculiar relação com o leitor que interactua com esta forma textual: essa relação é o *pacto* ou *contrato de leitura*. Neste *contrato*, o enunciador escolhe uma determinada maneira de organizar o conteúdo, mediante a selecção de certas estratégias enunciativas, discursivas e de determinado suporte ou formato, o qual exige por parte do enunciatário um conjunto de “estratégias de cooperação interpretativa”. Fazem parte do contrato enunciativo uma série de pressuposições, restrições e regras institucionalizadas pelas práticas sociais, associadas ao tipo de discurso (literário, jornalístico, publici-

⁴ Refiro-me à *leitura* como exercício de interpretação de um sujeito ao relacionar-se com qualquer texto.

⁵ Reformularam o conceito Stephen Greenblatt, em Berkeley, dentro do que se conhece como *New historicism* e Eliseo Verón (1999), na Argentina, trabalhando a teoria da recepção.

tário, político, etc.) em que se inscreve a enunciação (Zalba, 2003: 142-43). Sabemos, no entanto, que o enunciatário não dispõe de plena autonomia na sua proposta de pacto, que se vê influenciada ou, mesmo, condicionada pelas propostas de outros enunciatários mais poderosos. É o caso da televisão, por exemplo, cujos pactos se impõem no campo cultural, influenciam na relação dos públicos com outras ofertas, como os livros ou o jornal, e obrigam estes meios a reformular as suas propostas comunicativas. Em segundo lugar, é igualmente relevante reconhecer que na formulação do pacto são importantes tanto o texto (literário, cinematográfico, dramático, musical, etc.) como as suas formas de transmissão. Não se formulam os mesmos pactos de consumo numa sala de cinema experimental que num multiplex num centro comercial ou em frente da televisão, ainda que em todos os casos os públicos se relacionem com textos fílmicos. Em terceiro lugar, o autor não actua só ao inscrever as suas palavras no texto, o processo de produção de sentido é um processo complexo em que participam uma ampla diversidade de actores: no caso dos livros, por exemplo, co-produzem sentido, para além do autor e leitores, o editor, os tipógrafos, os livreiros, os críticos, os literatos, etc.

Abordar a relação entre os textos e os seus leitores em termos de negociação ajuda-nos a obter a leitura do texto, uma vez que esta é pensada numa relação dialógica. Já nos anos vinte do século passado, Mikhail Bakhtin considerava que “o acto dialógico de ler desordena as posições aparentemente fixas do texto e do leitor, essas posições não podem sofrer o encontro dialógico sem se verem modificadas porque não lhe preexistem...”, não se trata de “entidades plenamente constituídas antes do processo textual” (Shepherd, 1993: 94). Por um lado, os textos não são sistemas fechados. Não há que tomar o autor, diz-nos Roland Barthes, como o eterno dono da sua obra e nós, leitores, apenas como usufrutuários. Os vazios onde o texto fica indefinido convidam à “criação traidora” essencial para toda a recepção literária. Por outro lado, sabemos que todo o texto exige a cooperação interpretativa do público já que “... é realmente uma máquina preguiçosa que descarrega grande parte do seu trabalho no leitor” (Umberto Eco, *apud* Zalba, 2003: 141).

A pergunta acerca da participação do leitor na produção do sentido de um texto apresenta-se com intensidade, sobretudo a partir dos anos sessenta na investigação literária alemã, na Escola de Constanza (Iser, 1976). Nessa mesma altura, Umberto Eco fala na sua *Obra Aberta* da função co-criadora do leitor. O interesse crescente nos últimos anos pela inter-relação autor-obra-leitor é apenas um indício da importância que muitas disciplinas atribuem aos processos comunicativos. Desde os finais dos anos sessenta, a teoria lite-

rária, a análise do discurso, a semiótica, a estética, a sociologia da cultura, a antropologia, a filosofia, a história, a psicologia social, a comunicação, entre outras, foram-se afastando da concepção dos sistemas linguísticos fechados formalizados, sem referência e sem sujeitos participantes, assim como da perspectiva de públicos passivos que sofriam os efeitos dos meios. A homologia que existe entre a substituição, no nível micro, do conceito de “efeitos” pelo de “negociação” – que permite evitar o determinismo da produção – corresponde, no nível macro, à substituição do conceito de ideologia dominante (como um efeito dado e garantido) pelo de hegemonia (como um processo necessariamente instável e incompleto) (Morley, 1996: 39). É nesta linha de reconhecimento das práticas de consumo cultural como produtoras de sentidos que se questionaram os conceitos de *consumo e recepção* – assim como a denominação do sujeito que se relaciona com as ofertas culturais como *consumidor, receptor, espectador, audiência* – e se propôs como alternativas termos que procuram reconhecer a dimensão activa da prática, tais como *apropriação, negociação, interacção, pacto*.

A partir dos anos sessenta deu-se uma intensa reacção ao que fora uma ampla tradição de investigações sobre os *efeitos* das mensagens sobre as audiências (como os estudos latino-americanos que, com um forte tom político de denúncia do imperialismo cultural – *Para Ler o Pato Donald*, de Armand Mattelart e Ariel Dorffman, por exemplo – geralmente deduziam da análise da estrutura e lógica dos meios, assim como das suas mensagens, o impacto que tinham nas audiências) e surgiram as investigações sobre os *usos* das mensagens pelo público, que questionavam a visão do espectador como simples receptor. Nos Estados Unidos, a sociologia funcionalista foi pioneira no desenvolvimento dos estudos etnográficos sobre a recepção, trocando a pergunta sobre os efeitos dos meios pelo questionamento sobre o que fazem as pessoas com aquilo que os meios de comunicação fazem com elas. A corrente dos *Usos e Gratificações* aprofundou nos anos oitenta a sua própria noção de leitura negociada: o sentido e os efeitos nascem da interacção dos textos e das funções assumidas pelas audiências.

Juntamente com o abandono do conceito tradicional de audiência composta por uma massa de indivíduos passivos, verificou-se também o abandono do conceito da suposta homogeneidade da sua reacção. Ainda que fossem cruciais para a investigação o reconhecimento do carácter activo do acto de consumo e da pluralidade de respostas possíveis perante uma mesma oferta cultural (de maneira que não se fala mais de *o público*, mas de *públicos*), verificaram-se extremos nesta reacção que tenderam a dar uma versão romântica do

papel do receptor, concentrando-se no estudo das chamadas resistências de sectores, de grupos ou de indivíduos, e nos processos de apropriação, resignificação e resemantização. Com uma leitura excessivamente optimista ou inclusive simplificadora de Michel de Certeau, a valorização da resistência das audiências como actividade central tornar-se-á hegemónica na descendência norte-americana dos estudos culturais, especialmente em torno de figuras como John Fiske que, na sua análise sobre os meios, chegou a afirmar que “os programas são produzidos, distribuídos e definidos pela indústria. Os textos são o produto dos seus leitores” (Fiske, *apud* Mattelart e Mattelart, 1997: 103 e 104). Como assinalou Ien Ang, a multiplicação infinita das etnografias da construção do sentido por parte de públicos variados redescobrem, exemplo após exemplo, que os diferentes grupos de espectadores recorrem a diferentes maneiras de ler os textos que lhes são propostos. Esta repetição poderia parecer responder, no entanto, a um objectivo ideológico já que a diversidade de leituras é elogiada como indício de liberdade (Ang, 1997: 92). Desta perspectiva, a natureza da mensagem codificada tem pouca importância já que, em última instância, nos deparamos com a descodificação que o indivíduo-consumidor soberano realiza das suas escolhas no mercado livre.

Na América Latina também se analisaram amplamente os usos sociais na investigação dos processos e práticas de comunicação, mas de uma perspectiva que tem pouco a ver com a corrente dos *Usos e Gratificações*, porque o que se procurou foi

obter o estudo da recepção do espaço demarcado por uma definição da comunicação em termos de mensagens que circulam, de efeitos e reacções, para o recolocar na campo da cultura: dos conflitos que ela articula, das mestiçagens que a tecem e dos anacronismos que a sustentam e, por último, do modo em que se trabalha a hegemonia e as resistências que mobiliza, do resgate, pois, dos modos de apropriação e da réplica do discurso dominante

(Martín-Barbero, 2006: 56).

Influenciou, sem dúvida, na orientação latino-americana o grande alento que nessa altura já tinham tido as pesquisas sobre audiências na Argentina (esta tinha feito parte do debate teórico geral sobre as audiências de meios, pelo menos desde finais da década de sessenta do século XX), o seu interesse em integrar a discussão gramsciana e demonstrar a relevância dos processos simbólicos para a política (Grimson e Varela, 1999; Mantecón, 2002). Esta perspectiva seria continuada noutros países latino-americanos por intelectu-

ais como Néstor García Canclini, Jesús Martín-Barbero e Mabel Piccini, entre outros, que impulsionaram a partir dos anos oitenta a renovação das investigações sobre consumos culturais.

Margens de acção dos públicos

Uma vez emergida conceptualmente a audiência como conjunto de sujeitos criativos, desde a década de oitenta que se têm ensaiado tentativas conceptuais e metodológicas para esclarecer qual é a margem de acção dos públicos, tarefa que levou a transcender o modelo codificação-descodificação. Reconhecemos agora que nas práticas de relação dos públicos com as ofertas culturais, intervêm tanto o texto como o leitor e que o contexto histórico, cultural e social da recepção orienta também a construção do sentido das mensagens. A releitura da obra de Stuart Hall e as investigações de David Morley do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos na Universidade de Birmingham, permitiram reposicionar novamente a reflexão, mostrando que embora o conteúdo dos meios seja polissémico, ou seja, sujeito à interpretação, tal polissemia não significa que não obedeça a uma estrutura. Os públicos não vêem num texto só o que querem ver nele: os mecanismos significantes que este coloca em jogo promovem certas significações e suprimem outras, já que toda a mensagem comporta elementos directivos em relação à clausura do sentido, impondo as *significações preferenciais* das quais falou Stuart Hall. A formulação original de S. Hall no seu artigo “Enconding/Decoding”, de 1973, continha uma dimensão central: a noção de uma *leitura preferencial* (para a qual o texto orienta incessantemente o seu leitor ao inscrever certas posições discursivas preferenciais, a partir das quais o seu discurso se apresenta como real e crível). Reconhecia, no entanto, a possibilidade de leituras *alternativas, negociadas e de oposição*. Enquanto as *leituras de oposição* interpretam a mensagem a partir de um outro marco de referência, de uma visão do mundo contrária à do texto, a *leitura negociada* é uma mistura de elementos de oposição e de adaptação, uma mistura de lógicas contraditórias que subscreve, parcialmente, as significações e os valores dominantes, mas toma argumentos de uma situação vivida (por exemplo, de interesses locais) para refutar as definições geralmente partilhadas.

Se, com Bakhtin, reconhecemos o carácter dialógico do encontro texto-leitor, se os significados do texto são indissociáveis da compreensão activa do leitor, essa compreensão é indissociável do encontro com o texto, ou seja, é específica do contexto. Podemos reconhecer, então, que o consumo cultural é uma prática de produção de sentido

sempre inscrita dentro de coacções, restrições e limitações partilhadas; e que, por outro lado, como invenção, sempre faz deslocar ou supera estas limitações que a restringem. É algo parecido com a ideia de uma história das liberdades limitadas ou das restrições superadas, que seria o coro de uma história da leitura

(Chartier *apud* Aguirre *et al.*, 1999: 41).

Além disso, se recolocamos o texto e o seu leitor num contexto mais vasto, podemos observar, tal como assinalou David Morley, que o encontro entre o texto e o seu leitor não se faz no vazio, mas que é dominado por estruturas de poder. O poder de reinterpretação dos espectadores está longe de ser equivalente ao poder discursivo inerente dos emissores. Colocar um e outro em pé de igualdade é uma ingenuidade uma vez que algumas vozes soam mais alto do que outras. O poder de reinterpretação deriva do facto de que os leitores

pertencem a públicos e esses públicos foram construídos... e também do facto de que um encontro entre um texto e o seu leitor nunca é inaugural. O texto já foi lido, tratado por um conjunto de instituições interpretativas que vão desde a crítica até aos anúncios publicitários, passando pelos esquemas de programação. O encontro com o texto aparece assim predefinido pela natureza do público com o qual esse texto é partilhado e pelas avaliações e caracterizações de que foi objecto

(Dayan, 1997: 18).

Daí a dificuldade de delimitar o início e o fim da experiência de consumo: o contacto com uma oferta cultural nunca é inaugural, é precedido e influenciado pela aproximação a outros discursos e a outras ofertas, continua e transforma-se com o passar do tempo. A intertextualidade da experiência coloca-nos perante consumidores múltiplos cuja compreensão requer a convergência de diversas disciplinas – antropologia, comunicação, sociologia, história, semiótica, estatística, psicologia, etc. – uma visão transversal das práticas de leitura dos objectos culturais e o estudo das suas articulações no marco de práticas sociais mais vastas (Piccini, Rosas e Schmilchuk, 2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIRRE, Carlos et al. (1999), *Cultura escrita, literatura y historia. Conversaciones con Roger Chartier*. México: Fondo de Cultura Económica.
- ANG, Ien (1997), “Cultura y comunicación. Hacia una crítica etnográfica del consumo de los medios en el sistema mediático transnacional.” In Dayan, Daniel (org.), *En busca del público*. Barcelona: Gedisa, 83-105.
- APPADURAI, Arjun (ed.) (1991), *La vida social de las cosas. Perspectiva cultural de las mercancías*. México: Grijalbo/Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- BENVENISTE, E. (1995) [1969], *Problemas de lingüística general*. México: Siglo XXI.
- BOURDIEU, Pierre (1990), “El campo literario. Prerrequisitos críticos y principios de método em *Critérios*”. *La Habana*, 25-8, Jan. 1989 – Dez. 1990, 1-26.
- BOURDIEU, Pierre (1993), *The Field of Cultural Production*. Chicago: Columbia University Press.
- COELHO, Teixeira (2000), *Diccionario crítico de política cultural: cultura e imaginario*. Guadalajara: CONACULTA/ITESO/Secretaría de Cultura del Gobierno de Jalisco.
- DAYAN, Daniel (org.) (1997), *En busca del público*. Barcelona: Gedisa.
- CANCLINI, Néstor García (org.) (1993), *El consumo cultural en México*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- CANCLINI, Néstor García e PICCINI, Mabel (1993), “Culturas de la ciudad de México: símbolos colectivos y usos del espacio urbano”, in Canclini, Néstor García (org.), *El consumo cultural en México*. México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 43-85.
- GIMÉNEZ, Gilberto (2005), *Teoría y análisis de la cultura*, vol. 1. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/Instituto Coahuilense de Cultura.
- GRIMSON, Alejandro e VARELA, Mirta (1999), *Audiencias, cultura y poder. Estudios sobre televisión*. Buenos Aires: Eudeba.
- HABERMAS, Jürgen (2002) [1962], *Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública*. Barcelona: Gustavo Gili.
- ISER, Wolfgang (1976), “El acto de la lectura. Consideraciones previas sobre una teoría del efecto estético”. In Rall, Dietrich (org.), *En busca del texto. Teoría de la recepción literaria*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 121-43.
- MARTIN-BARBERO, Jesús (2006), “Recepción de medios y consumo cultural: travesías”. In Sunkel, Guillermo (org.), *El consumo cultural en América Latina*. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 47-71.
- MATA, María Cristina (2001), “Interrogaciones sobre el público”. In Vassallo, María Immacolata e Navarro, Raúl Fuentes (orgs.), *Comunicación. Campo y objeto de estu-*

- dio. Perspectivas reflexivas latinoamericanas*. México: ITESO/Universidad Autónoma de Aguascalientes/Universidad de Colima/Universidad de Guadalajara, 183-99.
- MATA, María Cristina (2005), *El público de la radio: modos de oír, modos de ser*, não publicado.
- MATO, Daniel (2001), “Des-fetichizar la ‘globalización’: basta de reduccionismos, apolo-
gías y demonizaciones, mostrar la complejidad y las prácticas de los actores”.
*In, Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globa-
lización 2*. Caracas: CLACSO/CEAP/FACES/UNESCO, Universidad Central de
Venezuela, 147-78.
- MATTELART, Armand e MATTELART, Michèle (1997), *Historia de las teorías de la comunica-
ción*. Barcelona: Paidós Comunicación, 91.
- MORLEY, David (1996), *Televisión, audiencias y estudios culturales*. Buenos Aires: Amorrortu.
- NIVÓN, Eduardo (2006), *La política cultural. Temas, problemas y oportunidades*. México:
Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- PETTIT, Michèle (1999), *Nuevos acercamientos a los jóvenes y la lectura*. México: Fondo de
Cultura Económica, Col. Espacios para la lectura.
- PICCINI, Mabel, MANTECÓN, Ana R. e SCHMILCHUK, Graciela (orgs.) (2000), *Recepción
artística y consumo cultural*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/
Instituto Nacional de Bellas Artes/Centro Nacional de Investigación de las
Artes Plásticas/Casa Juan Pablos.
- MANTECÓN, Ana Rosas (2002), “Los estudios sobre consumo cultural en México”. *In*
Mato, Daniel (org.), *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura
y poder*. Caracas: CLACSO/CEAP/FACES/UNESCO, Universidad Central de
Venezuela, 255-63.
- SANDY, Gerardo O. (2008), “Indicadores de cultura. Leitura, mercado e vida pública”.
Este País, Cultura México, Março, 204: 26-7.
- SHEPHERD, David (1993), “Bajtín y el lector”. *Versión*. México: Universidad Autónoma
Metropolitana-Xochimilco, 3, 83-103.
- SUNKEL, Guillermo (2002), “Una mirada otra. La cultura desde el consumo”. *In* Mato,
Daniel (org.), *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*.
Caracas: CLACSO/CEAP/FACES/UNESCO, Universidad Central de Venezuela,
287-94.
- VERÓN, Eliseo (1999), *Esto no es un libro*. Barcelona: Gedisa.
- WARNER, Michael (2002), “Publics and counterpublics”. *Quarterly Journal of Speech*, 88,
4, 413-25.

- WOLTON, Dominique (1997), "Para el público...". In Dayan, Daniel (org.), *En busca del público*. Barcelona: Gedisa, 9-12.
- ZALBA, Estela (2003), "De lectores y prácticas lectoras: la multiplicidad de pactos de lectura en los albores del tercer milenio". *Revista Confluencia*. Mendoza, 1, 3, 137-57.

20. INTERMEDIÁRIOS CULTURAIS E CIDADE

Claudino Ferreira

Introdução

A importância crescente que a cultura vem assumindo nas políticas urbanas e na reconfiguração material e simbólica das cidades tem vindo a suscitar uma atenção renovada ao papel e à acção dos intermediários culturais. Figuras tantas vezes mal-amadas nos mundos da cultura, eles desempenham uma função fundamental para o funcionamento dos circuitos culturais, assegurando a mediação entre a criação e a produção, de um lado, e a recepção e o consumo da cultura, do outro. No exercício dessa função, adquirem um protagonismo muito especial, contando-se entre os principais responsáveis pela modelação dos ambientes culturais urbanos e a formação das condições para que as diversas formas de expressão cultural se apresentem no espaço público das cidades.

A proeminência que, sob a influência da “viragem cultural” da economia capitalista (Zukin, 1996; Miles, 2005; Lash e Urry, 1994), a cultura tem vindo a ocupar na ordenação do espaço urbano potencia transformações sensíveis nos modos de estruturação e de representação da vida urbana e do espaço público das cidades. A presença da cultura na cidade foi sempre um elemento fundamental do funcionamento dos circuitos culturais. Foi sempre, também, um ingrediente essencial da modelação dos ambientes urbanos, da forma como neles convivem grupos sociais e modos de expressão diversos e da maneira como as cidades se identificam e distinguem umas das outras. Ao longo das últimas décadas, no entanto, a relação entre cultura e cidade tem vindo a ser redefinida por efeito de um amplo conjunto de transformações, de que importa destacar dois aspectos em particular.

Em primeiro lugar, a mercantilização das artes e da cultura e a globalização dos circuitos e dos mercados culturais vieram atribuir maior importância aos processos de distribuição comercial, crescentemente dominados pelas grandes corporações transnacionais, mais vinculadas aos produtos e interesses das indústrias culturais (Benhamou, 2000; Hesmondhalg, 2002). A presença da cultura nas cidades passou a estar sujeita às complexas negociações, disputas e (des)equilíbrios que se estabelecem entre, de um lado, as indústrias culturais e as grandes empresas de distribuição e, do outro, os diversos tipos de médios

e pequenos produtores, criadores e divulgadores independentes (Fortuna e Silva, 2001; Santos e Abreu, 2002). Ou seja, para utilizar as palavras de Diana Crane (1992), passou a estar mais sujeita à disputa por espaço e visibilidade entre a “cultura mediática” e as “artes urbanas”.

Em segundo lugar, vem fazendo escola desde a década de 1970 uma geração de políticas públicas para as cidades baseadas no investimento na cultura como instrumento de regeneração urbanística, económica e social. No quadro dessas políticas, a cultura é com frequência colocada ao serviço de objectivos económicos e sociais variáveis: dinamização das economias locais, desenvolvimento turístico, atracção de consumidores e profissionais altamente qualificados, combate à exclusão social, *marketing* urbano, requalificação e enobrecimento de zonas das cidades em declínio, etc. (Bianchini, 2003; Miles, 2005; Gibson e Stevenson, 2004; Ferreira, 2005 e 2006). Sob o impacto dessas políticas, as diversas formas de expressão cultural vêm ampliado o espaço potencial de actuação na cidade. Mas, ao mesmo tempo, vêm-se confrontadas com uma série de condicionalismos, associados à respectiva, e variável, capacidade de se adequarem aos objectivos programáticos de cariz não especificamente cultural para que as políticas apontam.

Nestas condições, o trabalho desempenhado pelos intermediários culturais ganha especial relevo. A intensificação dos processos de mercantilização e globalização da cultura atribui-lhes um poder mais decisivo do que nunca no que respeita à visibilidade e acessibilidade das obras, dos criadores e das diversas formas de expressão cultural. Além disso, o valor instrumental que, pelo menos no plano retórico, as políticas públicas vêm reconhecendo à cultura amplia o seu campo de actuação e torna-os interlocutores privilegiados dos decisores políticos. Por essa via, ganham influência crescente na definição das agendas políticas e programáticas para as cidades e os territórios. A presença da cultura na cidade, nas suas diversas formas e géneros, depende fortemente, por isso, da sua acção mediadora – da sua capacidade de agilizar o acesso de criadores e produtores aos lugares em que se podem expor ao público, tanto quanto do seu poder de seleccionar quem, o quê e sob que condições pode beneficiar desse estatuto de cidadania cultural.

Importa, por isso, que a abordagem sociológica do modo como se modelam e transformam hoje os ambientes culturais urbanos conceda uma atenção especial a este tipo de actores, sondando as condições em que desempenham as suas funções de intermediação cultural. É nesse espaço de debate, que vem alimentando uma literatura sociológica já relativamente extensa, que este ensaio se posiciona. Reportando-me privilegiadamente às experiências por-

tuguesa e europeia das últimas décadas, problematizo algumas das dimensões centrais do papel cultural, político e social dos intermediários culturais e discuto as condições em que o exercem. Com esse objectivo, começo por discutir as noções de intermediação e intermediário cultural, procurando clarificar a ambiguidade conceptual e analítica com que as categorias têm sido utilizadas no debate sociológico.

Intermediação e intermediários culturais: uma clarificação conceptual

Na literatura sociológica, as noções de intermediação e intermediário cultural têm sido utilizadas em sentidos diversos. Este facto reflecte não apenas a relativa ambiguidade das noções, mas também a dificuldade de, no actual contexto sócio-cultural, delimitar os campos de acção específicos a que elas se reportam.

No seu sentido mais corrente, e mais referencial na literatura sociológica, a noção de intermediação cultural reporta-se a um conjunto de actividades que asseguram a distribuição, a difusão e a divulgação das produções culturais. Trata-se, por outras palavras, da função intermédia do processo cultural, aquela que faz funcionar os canais de ligação entre produção e recepção, entre criadores e públicos (Hennion, 1981 e 1983).

Os intermediários culturais desempenham assim um papel duplamente vital no circuito cultural: para além de estabelecerem a ligação entre criadores e públicos, concorrem para os processos de construção e consagração das carreiras e das obras dos criadores. A este duplo papel poder-se-á acrescentar um terceiro: o de interferirem substantivamente no processo e nos conteúdos da criação e da produção culturais. Essa interferência resulta quer da sua acção como avaliadores e decisores sobre o tipo de obras que devem ser divulgadas e postas em circulação (poder de classificação e certificação); quer do modo como sujeitam a criação a critérios económicos, comerciais, de gestão, de política institucional ou de natureza administrativa e burocrática (poder de organização e regulação da criação e da circulação culturais) (Becker, 1982 e 1999; Chiapello, 1998; Peterson, 1976 e 1986).

A posição estratégica dos intermediários na estruturação dos mundos culturais e artísticos tem sido amplamente ilustrada pela atenção que as sociologias da arte e da cultura têm conferido às várias formas de mediação que se processam nestes domínios. Exemplos referenciais são, entre outros, os trabalhos de Raymonde Moulin (1967 e 1992) sobre o mercado e o enquadramento institucional das artes plásticas em França; de Howard Becker (1982) sobre as redes de cooperação entre actores nos mundos da arte; ou de Anto-

ine Hennion (1981, 1983 e 1993) sobre a lógica colectiva do trabalho musical e os mediadores tecnológicos e humanos que produzem a música como forma de arte.

Também a perspectiva organizacional de análise das indústrias culturais, proposta na década de 1970 por autores como Richard Peterson, Paul Hirsch ou Paul DiMaggio, enfatiza esse papel de charneira. Nesta perspectiva, a intermediação, entendida como o processo de transformação das criações (matéria-prima) em produtos culturais de consumo, confunde-se com o próprio sistema de produção das indústrias culturais. A intermediação cultural corresponde aqui às funções desempenhadas pelos sub-sistemas administrativo (organizações de produção e distribuição) e institucional (meios de comunicação social, actuando como *gatekeepers*). Decisivos são também os *contact men* que operam nas fronteiras do sistema das indústrias culturais, quer monitorizando e caçando talentos, quer agilizando as relações com as agências de divulgação em grande escala (Hirsch, 1972; Peterson, 1976; Dimaggio e Hirsch, 1976).

Mais recentemente, e sobretudo na literatura anglófona, a noção de intermediários culturais tem sido igualmente utilizada num sentido distinto. Ela tem servido para qualificar um conjunto heterogéneo de profissionais que, no seu trabalho de ligação entre as esferas da produção e do consumo, incorporam nos bens e serviços conteúdos de elevado valor simbólico e cultural: profissionais do *marketing*, da publicidade, do *design*, das relações públicas, produtores e apresentadores de rádio e televisão, jornalistas, agentes da moda, agentes turísticos, etc. Referindo-se a esses profissionais como *novos intermediários culturais* ou *novos intelectuais emergentes*, autores como Mike Featherstone (1991) e Laura Bovone (1997), por exemplo, identificam-nos como os principais portadores e difusores das sensibilidades e das culturas pós-modernas.

Seguindo uma linha de argumentação muito próxima, autores como Paul du Gay, Stuart Hall e Sean Nixon enfatizam a importância do trabalho simbólico desempenhado pelos profissionais do *marketing*, da publicidade e do *design*. Estes profissionais encontram no carácter flexível, globalizado e culturalizado das economias contemporâneas um terreno particularmente favorável à expansão do seu trabalho. No seu exercício profissional, incorporam nos bens e serviços valores e sentidos culturais que dirigem aos potenciais compradores, estimulando a identificação entre ambos. A sua acção é interpretada como um veículo fundamental dos processos de contaminação mútua entre o cultural e o económico no mundo contemporâneo, concorrendo para

a transformação das lógicas a que preside a organização de ambas as esferas (Du Gay *et al.*, 1997; Du Gay, 1997; Nixon, 2003).

Esta aceção um pouco ambígua e imprecisa, em que expressões como *intermediários culturais*, *novos intermediários culturais*, *novos intelectuais emergentes* ou *novos produtores simbólicos* se confundem com frequência, inspira-se directamente numa categoria conceptual usada originalmente por Pierre Bourdieu, no já clássico estudo *La Distinction* (1979). Ao referir-se aos intermediários culturais, Bourdieu procurava descrever um dos aspectos da mudança em curso na estrutura ocupacional francesa: a emergência e o crescimento de um conjunto de novas ocupações,¹ que associava a uma fracção particular e muito heterogénea das classes médias, a nova pequena burguesia. O sociólogo francês assinalava em particular o modo como estas categorias profissionais, portadoras de uma atitude cultural típica daquilo que ele próprio designava como “gosto médio”, actuavam como referência da formação dos gostos da nova pequena burguesia em geral. Responsáveis pela difusão desse “gosto médio”, os intermediários culturais promoviam o que Bourdieu qualificava como “revoluções parciais” das hierarquias culturais, fomentando a “mistura de géneros, estilos e níveis culturais”, a associação entre os produtos culturais legítimos mais “ultrapassados”, “desclassificados” e “marginais” e os produtos mais nobres da grande produção cultural, e concorrendo por essa via para a difusão e a canonização das “culturas médias”. Nessa sua aparente heterodoxia, a subversão das hierarquias culturais a que aspiravam era para Bourdieu apenas ilusória. Na verdade, a mistura ilegítima de referências culturais díspares desqualificava socialmente os gostos da nova pequena burguesia, reforçando o reconhecimento e a superioridade das culturas legítimas, características das classes superiores (Bourdieu, 1979: 375-377).

A inspiração nesta frágil conceptualização de Pierre Bourdieu tem servido a um extenso conjunto de autores para procurar dar conta do trabalho simbólico e do papel criativo e inovador que os vários tipos de profissionais atrás referidos vêm desempenhando nesse espaço impreciso da articulação entre produção e consumo. Porém, como assinalam Keith Negus (2002) e Sean

¹ Na sua caracterização desta categoria ocupacional, Bourdieu incluía ocupações como animadores e educadores, jornalistas, produtores e locutores de rádio e televisão. No entanto, a identificação das ocupações que sintetiza na expressão “intermediários culturais” aparece no trabalho do autor francês de uma forma muito vaga e imprecisa, servindo fundamentalmente para dar conta das novas áreas ocupacionais em crescimento e das trajectórias de mobilidade profissional no interior das classes médias.

Nixon e Paul du Gay (2002), a utilização da noção de (novos) intermediários culturais para dar conta desses processos enfrenta ainda muitas imprecisões conceptuais e analíticas: a diversidade das ocupações e dos contextos de exercício profissional, que a noção por vezes parece iludir; a frequente confusão entre a identificação dos intermediários culturais como um *cluster* de ocupações ou como uma fracção de classe, dotada de um gosto e um *ethos* homogéneo; o pressuposto da criatividade e do sentido de inovação cultural que caracterizaria a acção destes profissionais, e que contrasta com o carácter rotineiro e com o conservadorismo que muitos estudos sobre algumas dessas ocupações demonstram; a ambivalência da qualificação de muitos desses profissionais como trabalhadores culturais, que implica uma noção de cultura excessivamente vaga, abrangente e, portanto, pouco operacional.

Face a esta diversidade de entendimentos conceptuais, que atravessam muita da literatura contemporânea, importa precisar o sentido em que as noções de intermediação e intermediário cultural são aqui utilizadas. Em boa medida, a imprecisão e a ambivalência conceptuais resultam da maneira como, com frequência, os analistas se referem indiferenciadamente a duas relações distintas, confundindo-as e igualizando-as: a relação entre criação e recepção culturais; e a relação entre produção e consumo em geral. Embora as fronteiras que distinguem estas esferas de actividade social se venham tornando mais indistintas, é operacionalmente útil manter, no plano conceptual, o sentido das diferenças. Até porque, desse modo, se podem compreender melhor as articulações e contaminações que hoje se vão tecendo entre, de um lado, a esfera cultural e, do outro, as esferas do económico, do consumo, do entretenimento.

É nesse sentido que, retomando a concepção mais corrente na sociologia das artes e da cultura e inspirando-me na caracterização dos mundos da arte apresentada por Howard Becker (1982 e 1999), proponho um entendimento da noção de intermediação cultural que a reporte ao conjunto das funções mais ou menos especializadas que, no processo cultural, asseguram a mediação entre a criação e a recepção. Este entendimento aponta para uma definição operacional da noção que remete para dois planos combinados, mas que se diferenciam pelo seu grau de abrangência analítica.

Em *sentido mais amplo*, entendo a intermediação cultural como o conjunto das tarefas e funções que, para além de accionarem os processos de difusão, apoiam financeira, administrativa e tecnicamente a produção cultural. Este entendimento mais abrangente, inspirado sobretudo na perspectiva organizacional da cultura, tem por principal referente o universo das indústrias cultu-

rais. Nesse universo, torna-se particularmente difícil distinguir entre funções que concorrem mais directamente para a produção e funções que concorrem mais directamente para a difusão. É neste sentido, de resto, que Paul Hirsch (1972) e Richard Peterson (1976) entendem os *sistemas das indústrias culturais*, no seu todo, como sistemas de intermediação entre criação e consumo.

Em *sentido mais restrito*, circunscrevo a intermediação cultural ao conjunto de actividades especializadas nos processos de difusão da cultura, e em particular na sua distribuição e promoção/divulgação. Trata-se de um trabalho que incorpora duas tarefas centrais: (i) selecção e filtragem de obras e criadores/produtores; (ii) organização e administração das condições de distribuição e/ou divulgação das obras. Complementarmente, o trabalho de intermediação inclui tarefas organizativas mais directamente ligadas ao apoio à criação e produção cultural, pela utilização dos meios de difusão à disposição dos intermediários.² Estende-se, ainda, ao trabalho especializado de avaliação, certificação e crítica das obras e dos criadores, que concorre igualmente para a sua divulgação junto dos públicos.

Definida desta maneira, a intermediação cultural enuncia um campo de análise construído em torno de um conjunto de actividades e de actores que se distribuem por diversos domínios culturais, contextos organizacionais e áreas profissionais.

Do lado das instituições e das organizações, refiro-me desde logo às mais convencionais e reconhecidas: museus, bibliotecas, centros culturais e artísticos, estruturas de suporte aos festivais cíclicos, entidades administradoras de equipamentos culturais, associações culturais, empresas que operam na distribuição de produtos culturais, meios de comunicação social, na sua função de divulgadores de cultura. Mas importa considerar igualmente outros tipos de entidades, cuja acção neste domínio é menos regular ou especializada: gabinetes, departamentos e organismos governamentais e municipais responsáveis pela execução de iniciativas culturais; estruturas organizacionais efémeras, constituídas para a preparação e administração de projectos de duração limitada; organizações e empresas que prestam serviços de consultoria e assessoria cultural e artística.

Por seu turno, do lado dos profissionais, incluem-se aqui as figuras mais classicamente reconhecidas como intermediários: gestores culturais, direc-

² Penso, sobretudo, nas formas da encomenda e da angariação de patrocínios ou de patronos.

tores artísticos, conservadores, comissários de exposições e de eventos, programadores, agentes artísticos, animadores culturais, críticos, jornalistas especializados. Mas o trabalho de intermediação envolve hoje também outros tipos de profissionais, que actuam, ainda que episódica ou irregularmente, nos domínios da difusão e promoção da cultura: profissionais de *marketing* e publicidade, agentes de ligação das organizações culturais com a comunidade, consultores culturais, técnicos de gestão e promoção do património, responsáveis políticos e técnicos pela implementação de projectos urbanístico-culturais, etc.

Esta delimitação conceptual e analítica procura superar as ambivalências que referi atrás, resgatando a especificidade da cultura como produto de actividades especializadas e socialmente reconhecidas como tais: isto é, como especificamente culturais. Ela não impede, porém, que na análise da acção dos intermediários culturais sejam incorporadas as outras perspectivas conceptuais discutidas. Pelo contrário, essa incorporação é tanto mais importante quanto se trata de um universo de actividade em processo de complexificação, com fronteiras muito porosas e fluidas, em que, na prática, se cruzam de forma flexível profissionais, competências e lógicas de acção associáveis a múltiplas outras esferas de actividade (Ferreira, 2002).

Um trabalho de fronteira: dilemas e tensões na intermediação cultural

Que condições afectam hoje o modo como o trabalho de intermediação cultural é exercido? Que dilemas e tensões se observam nesse domínio? E que implicações daí decorrem para o modo como a cultura se expressa no espaço urbano e se articula com as dinâmicas sociais e económicas que estruturam as cidades?

Como assinali atrás, o questionamento em torno da acção dos intermediários culturais não deve considerar apenas o seu papel no interior da esfera cultural. Interessa aqui considerar essencialmente uma categoria particular de intermediários: aqueles que lidam directamente com os processos de distribuição, divulgação e promoção da cultura (*intermediação em sentido restrito*), na qualidade de gestores e directores artísticos de instituições, conservadores e comissários de eventos, programadores e animadores culturais, editores e divulgadores das obras, empresários e agentes culturais. O questionamento da sua acção deve procurar, de forma mais abrangente, problematizar o modo como, sob as condições que venho descrevendo, no seu trabalho se tecem as teias que articulam a cultura com outros mundos sociais. Até porque é nessas articulações que se jogam hoje alguns dos principais processos que conco-

rrem para a reconfiguração da esfera cultural e para a definição das condições em que as diferentes formas de expressão cultural podem desenvolver-se e conquistar espaço de acesso aos públicos.

Desse ponto de vista, há duas questões particularmente importantes nos planos teórico e analítico, sobretudo quando o que está em causa é a compreensão dos modos como se planeia e se negocia a presença das obras, dos criadores e das diversas formas de expressão cultural no território privilegiado da sua difusão pública: o espaço urbano.

A primeira questão remete para as *contradições entre as várias lógicas e interesses* que influenciam o trabalho de intermediação cultural. Ao lado dos critérios de natureza especificamente cultural e artística, que sustentam as opções de selecção e avaliação de obras e criadores, o trabalho de difusão é condicionado por um conjunto diverso de outros factores.

Na base desse trabalho está a missão de criar condições de circulação das obras e das produções – a sua distribuição, como refere Howard Becker (1989). Essa missão é fortemente marcada pelo clássico conflito entre arte e gestão, ou entre cultura, instituição e mercado, que atravessa toda a história da organização dos mundos da arte e da cultura nas sociedades modernas (Chiapello, 1998). O conflito entre critérios artísticos e critérios de natureza económica, administrativa ou política, que remetem para os interesses das instituições, das empresas e das agências de difusão, não se reflecte apenas na relação tensa entre criadores e intermediários.³ Reflecte-se igualmente no carácter por definição dilemático do trabalho dos próprios intermediários, colocados na posição de ter que combinar interesses, necessidades e lógicas de actuação diversas, ou até contraditórias.

Deste ponto de vista, importa levar em conta que o trabalho dos intermediários é muito condicionado pelas várias exigências que têm que articular: as exigências dos seus patrões, sejam eles operadores privados ou organismos públicos; dos financiadores e mecenas; dos seus clientes; dos públicos para quem dirigem as suas propostas culturais; dos seus pares no interior da esfera cultural. Estas exigências são de várias ordens e têm hoje que ser geridas num contexto em que a esfera cultural se pauta cada vez mais por critérios eco-

³ Essa relação tensa tem sido amplamente versada pela sociologia das artes e da cultura, sobretudo a propósito das formas de estabelecimento do valor das obras culturais, dos processos de classificação e reconhecimento dos géneros e estilos artísticos e da construção das reputações dos criadores (cf. especialmente Becker, 1982; Chiapello, 1998; DiMaggio, 1987; Moulin, 1992; Michaud, 1989).

nómicos, comerciais e empresariais. Se isto é particularmente válido para o sector privado, é-o também crescentemente para os organismos estatais e as instituições públicas que intervêm no domínio da cultura.

A literatura especializada tem efectivamente dado conta da generalização de princípios de racionalidade empresarial na organização das artes e da cultura (Mollard, 1994). Esses princípios têm-se estendido igualmente à formação das políticas estatais para a cultura (McGuigan, 2005; Throsby, 2001; Silva, 2003) e às estratégias de administração das instituições culturais públicas, como os museus, os centros culturais, os teatros, as salas de espectáculos. Estas instituições vivem complicados dilemas no que toca às suas estratégias programáticas. São confrontadas com a necessidade de compatibilizar a sua missão tradicional, baseada em critérios de natureza cultural, com as novas pressões para que demonstrem eficiência administrativa e financeira e se revelem capazes de competir, na disputa por públicos, com a oferta cultural mais comercial, dominada pelos produtos das indústrias culturais.⁴

Do mesmo passo, no contexto europeu,⁵ as políticas públicas para a cultura têm vindo a reorientar-se cada vez mais de acordo com o ideia de que o investimento estatal na cultura deve gerar efeitos de crescimento e desenvolvimento económico, tanto directos como indirectos. Nessa óptica, a cultura deve concorrer para a dinamização das economias nacionais e locais, para o reforço da competitividade dos territórios e das cidades, para a criação de emprego, para a promoção do turismo, para a criação de novas oportunidades de negócio em sectores que a actividade cultural pode beneficiar (McGuigan, 1996 e 2005).⁶

Esta orientação economicista não impede que as mesmas políticas enunciem simultaneamente desígnios de natureza social para o investimento público na cultura. A retórica que as enforma acentua igualmente a ideia de

⁴ No caso dos museus, por exemplo, estes dilemas têm alimentado uma ampla discussão em torno de como conseguir captar públicos menos qualificados escolarmente, através do recurso a estratégias expositivas de cariz mais lúdico, sem com isso pôr em causa critérios de qualidade e rigor artístico e cultural (Faria, 2002).

⁵ As tendências observáveis nas políticas públicas para a cultura na Europa seguem de perto tendências mais gerais, observáveis igualmente em contextos como o norte-americano ou o australiano (cf. Throsby, 2001; Miller e Yúdice, 2002; Strom, 2003).

⁶ Nos últimos anos, esta reorientação das políticas tem enfatizado sobretudo a necessidade de estimular o desenvolvimento das chamadas indústrias culturais e criativas, aquelas a que se vem reconhecendo maior potencial económico no quadro da economia e da cultura globais (Pratt, 2005; Hesmondhalgh e Pratt, 2005; Kea, 2006).

que a cultura deve ser promovida como um instrumento de reforço da coesão social, de inclusão dos grupos mais marginalizados, de qualificação das pessoas, de reforço da auto-estima e da identificação colectiva das comunidades locais e das populações urbanas (Bianchini, 1993; Landry, 2005). Naturalmente, destes enunciados à prática vai uma distância grande. E, neste plano, importa não esquecer que, ao lado dos enunciados retóricos que sustentam as políticas, o efectivo investimento público na cultura é muito influenciado pelos interesses e as visões estratégicas dos grupos económica, política e culturalmente mais poderosos.

Uma segunda questão importante sobre a acção dos intermediários culturais prende-se com as componentes simbólica e promocional que o seu trabalho encerra. Na maneira como seleccionam e organizam as produções culturais e promovem a sua divulgação, os intermediários comunicam sempre sentidos e representações sobre a cultura, os seus significados, o seu valor, o seu estatuto social e político. São discursos secundários sobre a arte e a cultura, que se sobrepõem aos discursos das obras que difundem (Michaud, 1989).

A questão essencial, aqui, prende-se com uma outra tensão, especialmente relevante hoje – a *tensão entre os conteúdos culturais difundidos e as estratégias e modos de difusão*. Os contornos que esta tensão assume contemporaneamente estão associados a duas tendências que vêm marcando a reconfiguração dos processos de intermediação cultural: a redefinição do estatuto e da identidade profissional dos intermediários; e a articulação entre os universos das artes, do *marketing*, da publicidade, do *design*. Em ambos os casos, são tendências que tendem a subordinar o poder signifiante das criações e das produções culturais ao poder signifiante dos modos de difusão. Ou, mais longe, que tendem a subordinar a comunicação cultural à promoção dos grupos ou das entidades colectivas que suportam a actividade cultural.

Por um lado, vem-se acentuando a tendência para as identidades profissionais e as reputações dos intermediários se estabelecerem em torno da dupla condição de *divulgadores* e de *autores* (Becker, 1999; Heinich e Pollack, 1989; Hennion, 1983; Moulin, 1992). As reputações profissionais dos intermediários passam muito, com efeito, pela sua capacidade de demonstrarem, perante os seus pares, os seus patrões ou patrocinadores e o público em geral, a originalidade do seu trabalho. Tendem, assim, a reivindicar cada vez mais o estatuto de autores – autores de programas expositivos, de catálogos, de espectáculos, equiparáveis, em si mesmos, a obras culturais singulares, em virtude do modo como incorporam, na sua concepção e arquitectura, trabalho

criativo e valor de originalidade. Nesse passo, sobrepõem com frequência a promoção da sua própria autoria e originalidade à promoção da autoria e originalidade das obras que é sua função divulgar.

Por outro lado, e sob a pressão das visões mais economicistas e instrumentalistas da cultura, vem-se observando uma maior influência da linguagem e das técnicas do *marketing* e da publicidade comercial e industrial nas estratégias de promoção da cultura não directamente vinculada às indústrias culturais, onde tal influência foi sempre marcante (Nixon, 2003; Du Gay e Pryke, 2002; Ferreira, 2005). Essa influência implica que, em muitas circunstâncias, a divulgação se centre menos na comunicação dos conteúdos culturais do que na promoção da imagem das instituições, das empresas, das entidades colectivas ou dos grupos sociais que suportam a actividade cultural. Dois casos exemplares ilustram este fenómeno. Um é o mecenato, onde os interesses de promoção e publicitação da imagem das empresas patrocinadoras se sobrepõem com frequência aos critérios culturais de programação. Isto tem efeitos tanto sobre as escolhas culturais que se fazem,⁷ como sobre a diferente visibilidade que é dada à imagem dos mecenas ou às obras e criadores apoiados. Outro exemplo é o investimento que os poderes públicos locais vêm fazendo, em muitas cidades, na organização de festivais e eventos culturais de géneros diversos. Também nesses casos é observável uma tendência para fazer dos eventos, mais do que contextos de divulgação de cultura, instrumentos de publicitação de imagens competitivas das cidades, assim como de promoção das elites políticas, económicas e sociais locais (Ferreira, 2006).

Nota conclusiva: a responsabilidade dos intermediários na modelação dos ambientes culturais urbanos

Sob este pano de fundo, a acção dos intermediários culturais, e sobretudo daqueles que operam no âmbito das instituições públicas de difusão e promoção cultural, revela-se especialmente importante e estratégica. Apesar de muito condicionados pelos interesses e os poderes económicos, políticos e sociais que interferem no seu campo de acção, mantêm uma margem de autonomia e um poder programático razoáveis. No exercício das suas funções,

⁷ Os estudos realizados em Portugal revelam uma tendência conservadora nos projectos culturais que recorrem ao apoio mecenático. Essa tendência traduz-se no privilégio dado a programações assentes em artistas muito consagrados ou em formas culturais institucionalmente já estabelecidas, em desfavor da aposta na inovação, na originalidade ou nas vanguardas artísticas (Santos, 1998).

competem-lhes exercer escolhas (de obras, de criadores, de projectos), que legitimam no seu poder cultural e simbólico de especialistas. Além disso, na condição de mediadores, encontram-se numa posição estratégica para fazer a negociação entre os interesses heterogéneos que separam criadores, financiadores, empresários, políticos, funcionários da burocracia estatal, públicos, a comunidade de cidadãos em geral. Dominam as redes de contactos e conhecem os procedimentos que permitem a entrada nos circuitos de financiamento, distribuição e divulgação (Ferreira, 2002). O seu poder é por isso o de facilitar ou dificultar o acesso dos diversos tipos de criadores e formas de expressão cultural às condições e aos lugares que lhes permitem conquistar visibilidade pública e comunicar com o mundo. É um poder que implica, portanto, uma responsabilidade: a de promover cidadania cultural.

A responsabilidade dos intermediários ganha particular relevo no contexto urbano, em consequência da atenção crescente que a cultura vem adquirindo nas políticas e nas estratégias de regeneração e desenvolvimento das cidades. Essas políticas transferem para o domínio do planeamento urbano as abordagens economicistas e instrumentais da cultura, que misturam uma filosofia neoliberal (McGuigan, 2005) com as retóricas em torno dos novos modos de governação das cidades – modos que se pretendem mais participativos e capazes de envolver as comunidades em projectos colectivos, tendo em vista o reforço da competitividade territorial e da coesão social.⁸ A investigação que vem sendo feita a este respeito mostra os riscos que comporta esta filosofia política, que aposta na cultura como instrumento ao serviço de objectivos não especificamente culturais. O risco maior é talvez o de desvalorizar a própria cultura, ao sujeitá-la a objectivos que a podem perverter ou mesmo desqualificar: económicos, lúdicos, turísticos, políticos, representacionais, publicitários. Sob os efeitos do poder crescente das indústrias culturais e do entretenimento e da instrumentalização política da cultura, o ambiente urbano tende a ser colonizado pelas expressões culturais mais espectacularizadas, massificadas, lúdicas e capazes de concorrer para a promoção de imagens competitivas dos lugares (Sorkin, 2001; Fortuna, 2002). O problema não reside na expansão desses géneros de cultura, mas antes em dois potenciais efeitos, bem menos desejáveis. Por um lado, a eventual redução do espaço

⁸ Para um balanço destas retóricas e da sua tradução em políticas e estratégias de governação e planeamento dos territórios na Europa, cf. o número temático da *Revista Crítica de Ciências Sociais* (2007), dedicado aos “Poderes locais em perspectiva comparada”.

de expressão de outros gêneros culturais: as *artes urbanas*, de que fala Diane Crane (1992), as expressões culturais populares, as culturas minoritárias. Por outro lado, a sujeição dessas expressões culturais aos imperativos de estratégias muito centradas na difusão de imagens competitivas e cosmopolitas das cidades e das suas elites, que convertem a cultura em elemento decorativo de uma encenação promocional.

Não obstante, a mesma investigação mostra também as múltiplas possibilidades que o reconhecimento político do valor estratégico da cultura abre ao desenvolvimento cultural (Matarasso e Landry, 1998; Crespi-Valbona e Richards, 2007). No quadro dessa filosofia política, muitas cidades vêm construindo novos equipamentos, apoiando novas instituições, promovendo festivais e eventos culturais. Estas iniciativas criam novos espaços e novas oportunidades para o trabalho dos criadores e o seu encontro com os públicos.

A questão essencial está, portanto, no modo como essas oportunidades são aproveitadas. É neste plano que mais se revela o papel estratégico e a responsabilidade dos intermediários culturais. Da sua acção e dos compromissos que estabelecem com os diversos interesses que se cruzam na esfera cultural, depende em larga medida a maior ou menor abertura que se cria para os diversos tipos de agentes e de expressões culturais.

Num artigo provocativo, Sean Nixon e Paul Du Gay (2002) questionavam-se sobre “quem precisa dos intermediários culturais”. Reflectiam aí sobre o estatuto maldito dessas figuras intermédias, frequentemente detestadas por, na sua condição de meros mediadores, que nada criam, dificultarem a vida de produtores e criadores. Concluía, porém, pela sua importância. Como argumentam, e como procurei também mostrar, os intermediários são figuras fundamentais para o funcionamento dos elos que permitem hoje a comunicação entre criadores e públicos e entre o mundo da cultura e outros mundos sociais. A questão que verdadeiramente tem que se colocar em relação a eles não é portanto a da razão da sua existência. É, antes, a dos critérios e dos compromissos culturais, sociais e políticos com que desempenham as suas funções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Howard (1982), *Art Worlds*. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press.
- BECKER, Howard (1999), “La distribution de l’art moderne”, in Moulin, Raymonde (org.), *Sociologie de l’art*. Paris: L’Harmattan, 433-46.
- BENHAMOU, Françoise (2000), *L’économie de la culture*. Paris: Éditions La Découverte.
- BIANCHINI, Franco (1993), “Remaking European Cities: The Role of Cultural Policies”, in Bianchini, Franco; Parkinson, Michael (eds.), *Cultural Policy and Urban Regeneration. The West European Experience*. Manchester & New York: Manchester University Press, 1-20
- BIANCHINI, Franco (2003), “The Concept and Practice of ‘Cultural Planning’: a Way of Rethinking the Relationship Between Culture and Urban Planning”, in APS, *Cidade e culturas : novas políticas, novas urbanidades. Actas do Encontro Temático Intercongressos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 8-12.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOVONE, Laura (1997), “Os novos intermediários culturais. Considerações sobre a cultura pós-moderna”, in Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização. Ensaio de sociologia*. Oeiras: Celta, 105-20.
- CHIAPELLO, Eve (1998), *Artistes versus managers. Le management culturel face à la critique artiste*. Paris: Métailié.
- CRANE, Diana (1992), *The Production of Culture. Media and the Urban Arts*. Newbury Park, London e New Delhi: Sage.
- CRESPI-VALBONA, Montserrat; RICHARDS, Greg (2007), “The Meaning of Cultural Festivals: Stakeholder Perspectives in Catalunya”, *International Journal of Cultural Policy*, 13 (1), 103-22.
- DIMAGGIO, Paul (1987), “Classification in Art”, *American Sociological Review*, 52, 440-55.
- DIMAGGIO, Paul; HIRSCH, Paul (1976), “Production Organizations in the Arts”, *American Behavioral Scientist*, 19 (6), 735-52.
- DU GAY, Paul (org.), (1997), *Production of Culture / Cultures of Production*. Milton Keynes, London, Thousand Oaks & New Delhi: The Open University Press/Sage.
- DU GAY, Paul; HALL, Stuart; JANES, Linda; MACKAY, Hugh; NEGUS, Keith (1997), *Doing Cultural Studies: the Story of the Sony Walkman*. Milton Keynes, London, Thousand Oaks & New Delhi: The Open University Press/Sage.
- DU GAY, Paul; PRYKE, Michael (ed.) (2002), *Cultural Economy. Cultural Analysis and Commercial Life*. London, Thousand Oaks & New Delhi: Sage.

- FARIA, Margarida Lima de (2002), “Etapas e limites da globalização da cultura institucional: os museus”, in Fortuna, Carlos; Silva, A. Santos (coord.), *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 315-54.
- FEATHERSTONE, Mike (1991), *Consumer Culture and Postmodernism*. London: Sage.
- FERREIRA, Claudino (2002), “Intermediação cultural e grandes eventos. Notas para um programa de investigação sobre a difusão das culturas urbanas”, *Oficina do CES*, 167.
- FERREIRA, Claudino (2005), “Grandes eventos e revitalização cultural das cidades. Um ensaio problematizante a propósito das experiências da Expo’98 e da Porto 2001”, *Territórios do Turismo*, 2.
- FERREIRA, Claudino (2006), *A Expo’98 e os imaginários do Portugal contemporâneo. Cultura, celebração e políticas de representação*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (mimeo).
- FORTUNA, Carlos (2002), “Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 123-48.
- FORTUNA, Carlos; SILVA, Augusto Santos (2001), “As cidades do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural”, in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento, 409-61.
- GIBSON, Lisanne; STEVENSON, Deborah (2004), “Urban Spaces and the Uses of Culture”, *International Journal of Cultural Policy*, 10 (1), 2-4.
- HEINICH, Nathalie; POLLACK, Michael (1989), “Du conservateur du musée à l’auteur d’expositions: l’invention d’une position singulière”, *Sociologie du Travail*, 1, 29-49.
- HENNION, Antoine (1981), *Les professionnels du disque. Une sociologie des variétés*. Paris: Métailié.
- HENNION, Antoine (1983), “Une sociologie de l’intermédiaire: le cas du directeur artistique de variétés”, *Sociologie du Travail*, 4, 459-74.
- HENNION, Antoine (1993), *La passion musicale: une sociologie de la médiation*. Paris: Métailié.
- HESMONDHALGH, David (2002), *The Cultural Industries*. London, Thousand Oaks & New Delhi: Sage.
- HESMONDHALGH, David; PRATT, Andy (2005), “Cultural Industries and Cultural Policy”, *International Journal of Cultural Policy*, 11 (1), 2-13.
- HIRSCH, Paul (1972), “Processing Fads and Fashions. An Organization-set Analysis of Culture Industry Systems”, *American Journal of Sociology*, 77, 639-59.

- KEA European Affairs (2006), *The Economy of Culture in Europe*. (Report for the European Commission) [http://ec.europa.eu/culture/eac/sources_info/studies/economy_en.html]
- LANDRY, Charles (2005), *Lineages of the Creative City*. Stroud: Comedia.
- LASH, Scott; URRY, John (1994), *Economies of Signs and Space*. London: Sage.
- MATARASSO, Francois; LANDRY, Charles (1998), *Balancing Act: Twenty-One Strategic Dilemmas in Cultural Policy*. Strasbourg: Council of Europe.
- MCGUIGAN, Jim (1996), *Culture and the Public Sphere*. London & New York: Routledge.
- MCGUIGAN, Jim (2005), "Neo-liberalism, Culture and Policy", *International Journal of Cultural Policy*, 11 (3), 229-41.
- MICHAUD, Yves (1989), *L'artiste et les commissaires. Quatre essais non pas sur l'art contemporain mais sur ceux qui s'en occupent*. Nîmes: Éditions Jacqueline Chambon.
- MILES, Malcolm (2005), "Interruptions: Testing the Rhetoric of Culturally Led Urban Development", *Urban Studies*, 42 (5/6), 889-911.
- MILLER, Toby; YÚDICE, George (2002), *Cultural Policy*. London, Thousand Oaks & New Delhi: Sage.
- MOLLARD, Claude (1994), *L'ingénierie culturelle*. Paris: PUF.
- MOULIN, Raymonde (1967), *Le marché de la peinture en France*. Paris: Minuit.
- MOULIN, Raymonde (1992), *L'artiste, l'institution et le marché*. Paris: Flammarion.
- NEGUS, Keith (2002), «Identities and Industries: the Cultural Formation of Aesthetic Economies», in du Gay, Paul; Pryke, Michael (ed.), *Cultural Economy. Cultural Analysis and Commercial Life*. London, Thousand Oaks & New Delhi: Sage, 115-31.
- NIXON, Sean (1997), "Circulating Culture", in du Gay, Paul (org.), *Production of Culture / Cultures of Production*. Milton Keynes, London, Thousand Oaks & New Delhi: The Open University Press / Sage, 177-220.
- NIXON, Sean (2003), *Advertising Cultures. Gender, Commerce, Creativity*. London, Thousand Oaks & New Delhi: Sage
- NIXON, Sean; DU GAY, Paul (2002), "Who Needs Cultural Intermediaries?", *Cultural Studies*, 16 (4), 495-500.
- PETERSON, Richard (1976), "The Production of Culture. A Prolegomenon", *American Behavioral Scientist*, 19 (6), 669-84.
- PETERSON, Richard (1986), "From Impresario to Arts Administrator. Formal Accountability in Nonprofit Cultural Organizations", in DiMaggio, Paul (ed.), *Nonprofit Enterprise in the Arts. Studies in Mission and Constraint*. New York & Oxford: Oxford University Press, 161-83.
- PRATT, Andy (2005), "Cultural Industries and Public Policy. An Oxymoron?", *International Journal of Cultural Policy*, 11 (1), 31-44.

- Revista Crítica De Ciências Sociais* (2007), “Poderes locais em perspectiva comparada” – Número temático, 77.
- SANTOS, Helena; ABREU, Paula (2002), “Hierarquias, fronteiras e espaços: o(s) lugar(es) das produções intermédias”, in Fortuna, Carlos; Silva, A. Santos (coord.), *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 210-53.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998), *10 anos de mecenato cultural em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- SILVA, Augusto Santos (2003), “Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa”, *OBS – Publicação Periódica do Observatório das Actividades Culturais*, 12, 10-20.
- SORKIN, Michael (2001), “See You in Disneyland”, in *idem* (ed.), *Variations of a Theme Park. The New American City and the End of Public Space*. New York: Hill and Wang, 205-32.
- STROM, Elizabeth (2003), “Cultural Policy as Development Policy: Evidence From the United States”, *International Journal of Cultural Policy*, 9 (3), 247–63.
- THROSBY, David (2001), *Economics and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ZUKIN, Sharon (1996), “Cultural Strategies of Economic Development and the Hegemony of Vision”, in A. Merrifield, A.; Swyngedouw, E. (eds.), *The Urbanization of Injustice*. London: Lawrence & Wishart, 223-43.

SOBRE OS AUTORES

Ana Rosas Mantecón

Doutora em Antropologia, professora e investigadora no Departamento de Antropologia da Universidade Autónoma Metropolitana-Iztapalapa. Áreas de interesse: Indústrias culturais; Políticas y Consumos culturais; Património histórico-cultural. Participou recentemente, como coordenadora do Grupo de Trabalho sobre consumos culturais do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais. Entre outras, é co-autora de *El consumo cultural en México e de Consumo cultural y recepción artística*.

António Augusto Arantes

Ph.D. King's College/University of Cambridge. Professor de antropologia na UNICAMP desde 1968 e consultor de políticas culturais. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia e Secretário-geral da Associação Latino-americana de Antropologia. Presidiu ao Conselho de Defesa do Património Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo e ao Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É autor dos livros *O Espaço da Diferença* (Papyrus, 2000) e *Paisagens paulistanas* (Ed. UNICAMP, 2000), entre outros.

Carlos Fortuna

Ph. D. em Sociologia (State University of New York – Binghamton), é professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais. Coordenador científico dos Programas de Mestrado e de Doutoramento em “Cidades e Culturas Urbanas”. É o coordenador português da “Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos” (CPLP/CNPq e CAPES-FCT). É autor de *Identities, Percursos e Paisagens Culturais* (Oeiras, Celta, 1999) e editor de *Cidade, Cultura e Globalização* (Oeiras, Celta, 1997) e *Projecto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal* (Porto, Afrontamento, 2002), entre outras publicações.

Clarissa Gagliardi

Turismóloga, docente da PUC São Paulo e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles (São Paulo). Mestre em Valorização e Gestão de Centros Históricos pela Università La Sapienza di Roma. É mestre em Planejamento Turístico e em Sociologia e encontra-se em fase final de doutoramento no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

Claudino Ferreira

Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Director da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, professor e investigador do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia da U. Coimbra. Entre outras publicações, é autor de “A Expo’98 e os imaginários do Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação” (Coimbra, 2005).

Cristina Meneguello

Doutora em História, professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, investigadora do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC). É autora, entre outros títulos, de *Da Ruína ao Edifício*, Editora Annablume, 2008.

Eugénia Rodrigues

Socióloga, é docente do Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS). Tem desenvolvido pesquisa sobre “Modos de Monitorização Leiga do Ambiente”. Trabalha em áreas que articulam os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia e a Sociologia do Ambiente. Entre as suas publicações encontra-se “Monitorização da qualidade ambiental e dinâmicas de participação pública: potencialidades e práticas da monitorização leiga”, *Actas da 9ª Conferência Nacional do Ambiente*, 2007.

Fraya Frehse

Doutora em Antropologia Social, professora de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. É investigadora associada do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. É autora, entre outros, de *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império* (Edusp, 2005).

Heitor Frúgoli Júnior

Doutor em Sociologia (USP), com doutorado-sanduíche na University of California, San Diego (UCSD) e mestrado em Antropologia Social (USP), professor do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP, coordenador do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP) e pesquisador do CNPq. É autor, entre outros, de *Centralidade em São Paulo* (Edusp/Cortez, 2000), *Sociabilidade urbana* (Jorge Zahar, 2007) e co-organizador de *As cidades e seus agentes* (PUC Minas/Edusp, 2006).

Irllys Alencar Firmo Barreira

Doutora em Sociologia pela USP com Pós-Doutoramento em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris e pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – ICS. É professora titular da UFC e pesquisadora do CNPq. É autora, dentre outros, dos livros *O Reverso das Vitrines, Conflitos Urbanos e Cultura Política* (Rio Fundo, 1992), *Chuva de papéis, ritos e símbolos de campanha eleitoral no Brasil* (1998, Relume Dumará) e *Imagens ritualizadas, apresentação de mulheres em cenários políticos* (Pontes Editores, 2008).

João Teixeira Lopes

Doutor em Sociologia da Cultura e da Educação pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da qual é professor associado, coordenando o Instituto de Sociologia e o curso de doutoramento. É autor, dentre outros, de *Tristes Escolas – Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano* (1997), *Cidade e Cultura* (2000) e *A Tutoria do Porto – Estudo Sobre a Morte Social Temporária* (2001), sob a égide da Editorial Afrontamento.

Jose Guilherme C. Magnani

Doutor em Ciências Humanas pela USP, é professor do Departamento de Antropologia dessa Universidade e pesquisador do CNPq. Autor, entre outras publicações, de *Festa no Pedaco* (Hucitec 3ª Ed., 2003), *Mystica Urbe* (Studio Nobel, 1999) e co-organizador de *Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana* (3ª Ed. EDUSP, 2008). É coordenador do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (NAU/USP) e de sua revista eletrônica PONTO.URBE.

Lucia Bógus

Doutora em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, pesquisadora do CNPq, Professora Titular do Departamento de Sociologia da PUC-SP. Investigadora e coordenadora do Observatório das Metrópoles / São Paulo. É co-editora dos Cadernos Metrópole e autora, entre outros trabalhos, de *Como Anda São Paulo* (EDUC/SP, 2006), em colaboração com Suzana Pasternak.

Luciana F. Moura Mendonça

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Pós-Doutoranda do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Bolseira da FCT. Entre as suas publicações está “Culturas populares e identificações emergentes: reflexões a partir do *manguebeat* e de expressões musicais brasileiras contemporâneas”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* (2008).

Paulo Peixoto

Doutor em Sociologia, professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, investigador do Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado. Director Executivo do CES, é autor, dentre outras, de “O passado ainda não começou: funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português” (Coimbra, 2006)

Rogério Proença Leite

Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP), Pesquisador do CNPq, Professor associado da UFS e colaborador do Programa de Mestrado/Doutorado em Cidades e Cultura Urbana da U. Coimbra. É coordenador brasileiro da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos (CPLP/CNPq e CAPES-FCT) e, actualmente, é Director da ANPOCS. Publicou, entre outros, *Contra-usos da Cidade*, (Ed. Unicamp, 2ª ed, 2007) e organizou a coletânea *Cultura e Vida Urbana: Ensaios sobre a cidade* (EdUFS, 2008).

Sérgio Ivan Gil Braga

Doutor em Antropologia Social pela USP. É professor do Departamento de Antropologia e dos programas de pós-graduação em Antropologia Social, Sociedade e Cultura na Amazônia e colaborador do programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. Pesquisador da FAPEAM e do CNPq. Agraciado com menção honrosa no Prêmio Pierre Verger – vídeo etnográfico pela ABA (2006). É autor, dentre outras, de “Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades” (2007).

Silvana Rubino

Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP, com Pós-Doutoramento em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. É professora e Directora do Departamento de História Universidade Estadual de Campinas. É autora, dentre outras, de “A Curious Blend? City revitalization, gentrification and commodification in Brazil”, in Rowland Atkinson e Gary Bridge (eds.), *Gentrification in a Global Context: The new urban colonialism*. Londres: Routledge.

Ulisses Neves Rafael

Doutor em Sociologia e Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, com Pós-Doutoramento em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É Professor adjunto da UFS.